



V JORNADAS DOUTORAIS COMUNICAÇÃO E ESTUDOS CULTURAIS

# ARTE, POLÍTICAS E PRÁTICAS

Zara Pinto-Coelho, Teresa Ruão & Nelson Zagalo (Eds.)

© CECS 2017 Todos os direitos reservados  
A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:  
[www.cecs.uminho.pt](http://www.cecs.uminho.pt)

**Título** Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais  
Comunicação e Estudos Culturais

**Editores** Zara Pinto-Coelho, Teresa Ruão & Nelson Zagalo

**ISBN** 978-989-8600-65-3

**Capa** Composição: Pedro Portela

**Formato** eBook, 297 páginas

**Data de publicação** 2017, abril

**Editora** CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
Universidade do Minho  
Braga . Portugal

**Diretor** Moisés de Lemos Martins

**Vice-Diretor** Manuel Pinto

**Formatação gráfica  
e edição digital** Ricardina Magalhães

**Comissão científica das  
Jornadas Doutorais** Moisés de Lemos Martins, Rita Ribeiro, Luís António Santos,  
Helena Sousa, Manuel Pinto, Zara Pinto-Coelho, Rosa Cabecinhas,  
Teresa Ruão, Nelson Zagalo

É da responsabilidade dos autores a obtenção de direitos autorais para o uso de imagens, tabelas ou quadros.

Esta publicação é financiada no âmbito do Programa Estratégico do CECS (UID/CCI/00736/2013) pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.



# SUMÁRIO

---

<b>Arte, políticas e práticas</b>	<b>5</b>
Zara Pinto-Coelho, Teresa Ruão & Nelson Zagalo	
<hr/>	
<b>I – ARTES, IDENTIDADES E CORPO</b>	<b>12</b>
<b>A luz e a sombra como extensões do homem</b>	<b>13</b>
Sílvia Pinto, Moisés de Lemos Martins & Madalena Oliveira	
<hr/>	
<b>Estudante/bailarino: um sujeito de múltiplas identidades</b>	<b>33</b>
Rosana Lobo Rosário	
<hr/>	
<b>A pesca com a <i>cabrita</i>, um corpo fenomenológico</b>	<b>52</b>
Walter Chile R. Lima, Maria Manuel Baptista & Wladilene Sousa Lima	
<hr/>	
<b>II – JORNALISMO E POLÍTICA</b>	<b>72</b>
<b>A cultura da entronização e da eternização da elite política</b>	<b>73</b>
Esser Silva & Moisés de Lemos Martins	
<hr/>	
<b>Governança do risco, participação e comunicação na perspetiva da “sociedade de risco global”</b>	<b>98</b>
Mónica Carvalho	
<hr/>	
<b>Jornalismo, a torção dos silêncios e das palavras: o caso da CPLP no Brasil</b>	<b>119</b>
José Cristian Góes	
<hr/>	
<b>El lenguaje visual de la fotografía periodística en la época del terrorismo en el Perú</b>	<b>140</b>
Joaquín Antonio Vallejo Moreno	
<hr/>	
<b>Quando a análise de conteúdo “vai mais além”: análise de textos escritos por mulheres n’O <i>Ilhavense</i></b>	<b>161</b>
Sara Vidal Maia, Maria Manuel Baptista & Moisés de Lemos Martins	
<hr/>	

### III – RECONSTRUINDO PRÁTICAS E TÉCNICAS

185

**Reflexões sobre a prática curricular: o ensino superior de música em Portugal** 186

Alexandre Ferreira & Jean Martin Rabot

---

**Medir o *agenda-setting* nos comentários dos leitores às eleições legislativas de 2015** 205

João Gonçalves, Sara Pereira & Marisa Torres da Silva

---

**A cobertura noticiosa da austeridade (2011-2015) em Portugal: uma proposta de investigação** 227

David Fernandes

---

**Desenho metodológico e reformulações teóricas para a compreensão de uma memória tele-afetiva** 251

Mario Abel Bressan Junior & Cristiane Finger

---

**As *startups* em Portugal e a gestão de comunicação de marca: proposta de investigação** 276

Paula Oliveira, José Miguel Tuñez & Paula Arriscado

---

ZARA PINTO-COELHO, TERESA RUÃO & NELSON ZAGALO

zara@ics.uminho.pt; trua@ics.uminho.pt; nzagalo@ics.uminho.pt

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – CECS

UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

## ARTE, POLÍTICAS E PRÁTICAS

A 27 e 28 de outubro de 2016 tiveram lugar, no campus de Gualtar, Braga, as V Jornadas Doutorais em Comunicação e Estudos Culturais, organizadas pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

As Jornadas chamam estudantes de doutoramento e pós-doutoramento em Comunicação e em Estudos Culturais a partilharem experiências, questões, avanços ou resultados relacionados com os seus projetos, articulados com as áreas de pesquisa desenvolvidas no CECS, a saber, Media e Jornalismo, Estudos Culturais e Comunicação, Organizações e Dinâmicas Sociais.

Através da organização das Jornadas, o CECS visa dar visibilidade e fortalecer o trabalho de investigação desenvolvido nos campos das Ciências da Comunicação e dos Estudos Culturais, propiciar espaços de diálogo e de debate, possibilitar a troca de experiências e a avaliação crítica construtiva.

À semelhança do que ocorreu em edições passadas, as V Jornadas reuniram um leque alargado de estudantes, de doutoramento e pós-doutoramento, provenientes de universidades portuguesas, espanholas e brasileiras. Publicamos agora em *ebook* o texto integral de 13 das 44 comunicações que foram apresentadas e discutidas no decorrer da V edição das Jornadas. Os textos dão conta da diversidade de interesses que a Comunicação e os Estudos Culturais agregam e mostram bem a natureza interdisciplinar destas áreas científicas. As artes, a política e o jornalismo e as práticas que se desenvolvem nos universos escolares e científicos constituem os eixos em torno dos quais estruturamos a apresentação do trabalho desenvolvido pelos estudantes, alguns deles em parceria com as ou os orientadora(s).

Dedicada ao tema das artes, a primeira parte deste *ebook*, Artes, Identidades e Corpo, interroga as dimensões comunicativas, identitárias e fenomenológicas dos campos da pintura, da dança e da pesca.

No primeiro capítulo, intitulado “A luz e a sombra como extensões do homem”, Sílvia Pinto, Moisés Martins e Madalena Oliveira propõem-nos um entendimento mais alargado da história dos meios de comunicação visual, colocando ao lado dos dispositivos ópticos a arte e a arquitetura, entendidos, à luz de McLuhan, como extensões de nós mesmos (do nosso olhar, da nossa capacidade visual) com consequências claras nas formas como percebemos o espaço e o tempo e como vemos e vivemos a vida.

Explorando o papel da luz e da sombra enquanto meios de comunicação, os autores mostram os seus efeitos criadores e transformadores do espaço físico e da nossa capacidade de interação e mostram também como a visão, enquanto meio de comunicação, depende de ambas.

Partindo do conceito de identidade enquanto algo móvel, híbrido, instável e flexível, Rosana Lobo Rosário, em “Estudante/bailarino: um sujeito de múltiplas identidades”, partilha connosco algumas reflexões suscitadas pelo estudo de campo que realizou no âmbito da investigação de doutoramento em Artes que desenvolve na Universidade de Lisboa.

Enquadrada pelos princípios de investigação-ação, a recolha de informação centrou-se no histórico de formação em dança de estudantes/bailarinos do Curso Técnico em Dança Clássica da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará – ETDUFPA (Brasil). Rosana Rosário faz uma leitura particular desses dados, com base no conceito de identidade cultural proposto por Stuart Hall e do de identidade de bailarinos da autoria de Viana e Fortin.

A autora defende que o estudante/bailarino pode ser compreendido como um sujeito com diversas identidades, composto por técnicas, métodos e saberes de variadas culturas, passíveis de mudanças, construídas na trajetória de vida de cada indivíduo, na sua relação com diferentes técnicas corporais e estilos de dança. Dada esta realidade, sugere que se pensem os cursos de dança não apenas no quadro do ensino da dança clássica, mas também da educação somática uma vez que esta capacita os bailarinos a alcançarem “um corpo inteligente”, isto é, um corpo capaz de se adaptar às mais diversas condições e logo mais conforme ao que parece ser a natureza real da formação em dança clássica.

É também de corpo e percepção do mesmo, no quadro de uma compreensão fenomenológica, de que nos falamos Walter Chile R. Lima, Maria Manuel Baptista e Wladilene Sousa Lima no texto “A pesca com a *cabrita*, um corpo fenomenológico”, com o qual se encerra esta primeira parte.

À luz da visão fenomenológica de Merleau-Ponty sobre a percepção e as sensações, os investigadores defendem a ideia de que a prática pesqueira

de subsistência e artesanal, a pesca com a *cabrita*, rotineiramente realizada na Ria de Aveiro, em Portugal, deve ser vista como corpo fenomenológico, histórico, cultural, social e como forma de resistência aos valores contemporâneos de desenvolvimento.

O trabalho de campo realizado no norte do Brasil e em diversos pontos de pesca de Portugal permite-lhes concluir que o pescador e a pescadora artesanal e de subsistência produzem, com o movimento do seu corpo, um “discurso oculto” de resistência à dominação implicada nos novos modos de pesca industrial.

Dedicada aos campos do jornalismo e da política, a segunda parte do *ebook* inclui cinco capítulos, onde se discutem mecanismos de poder e de controlo social, com formas variadas e relativos a diversas realidades.

No capítulo “A cultura da entronização e da eternização da elite política”, Esser Silva e Moisés de Lemos Martins apresentam um estudo de caso relativo aos presidentes de câmaras municipais em Portugal para discutir as implicações da existência da possibilidade da transformação da atividade política em atividade profissional em regimes democráticos.

Baseando-se na estatística anterior ao dia 29 de setembro de 2013, vésperas da realização, em Portugal, da primeira eleição na qual alguns cidadãos foram legalmente impedidos de se candidatar a determinados lugares de representação política, os autores mostram a transversalidade do fenómeno, tanto ao nível partidário, como ao nível distrital. Todos os distritos portugueses apresentam casos significativos de políticos com três ou mais mandatos no seu historial, e quer à esquerda, quer à direita, encontram-se casos de narrativas de longevidade.

Estes dados põem em causa análises dicotómicas anteriores entre campos partidários colocados em oposição ou entre litoral e interior, e entre norte centro e sul, mostrando assim a existência de uma transversalidade e de estratégias comuns de resistência nos lugares de representação política.

Integrado em um projeto de pós-doutoramento, desenvolvido no Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que visa investigar o atual estado da comunicação do risco industrial em Portugal, tendo como referência a Diretiva Seveso, da União Europeia, cujo objetivo é o controlo do risco de acidentes industriais graves, o texto que se segue reflete em torno da governança dos riscos, da participação pública e da comunicação a partir da Teoria da Sociedade de Risco Global, de Ulrich Beck.

Sob o título “Governança do risco, participação e comunicação na perspetiva da ‘Sociedade de Risco Global’”, Mónica Carvalho sublinha uma

noção de participação política como condição humana partilhada por todos nós, naquilo que Beck (2009) define como sendo uma cultura civil da responsabilidade, uma noção que vai além de compreensões comuns da participação enquanto instrumento ou mecanismo auxiliar aos processos de governança do risco. É neste quadro que Mónica Carvalho aborda a comunicação de risco entendida como elemento central nos processos de governança do risco, tanto ao nível local, como global, nas sociedades atuais.

Visando tornar inteligíveis os processos de invisibilização e de silenciamento que (também) fazem parte dos processos da construção de significados no campo jornalístico, o capítulo de José Cristian Góes, “Jornalismo, a torção dos silêncios e das palavras: o caso da CPLP no Brasil”, discute os resultados de um estudo empírico sobre a cobertura que dois dos principais jornais brasileiros, Folha de S. Paulo e O Globo, fizeram da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no mês de celebração dos 20 anos da sua existência.

Os raros registos encontrados, uma realidade designada por José Cristina Góes como “silenciamento reiterado ou um esquecimento insistente”, levam o investigador a convocar a história e os estudos culturais para argumentar em torno da ideia de uma lusofonia à brasileira que fixa as demais nações e povos da CPLP no lugar do outro, um outro majoritariamente africano, ameaçador, pobre e corrupto.

O capítulo seguinte leva-nos para outra realidade política que se situa ainda no espaço sul-americano: o conflito e terror que marcaram a sociedade peruana entre os anos de 1980 e 2000. A propósito deste período, documentado no arquivo fotográfico de 1700 imagens recolhidas pela Comisión de la Verdad y Reconciliación e provenientes de 80 arquivos nacionais, Joaquín Antonio Vallejo Moreno, no texto “El lenguaje visual de la fotografía periodística en la época del terrorismo en el Perú”, reflete sobre a importância da digitalização das imagens para a memória social. A nível empírico, apresenta um estudo comparativo de fotografias publicadas pelo *diario Marka*, um diário de ideologia esquerdista, e pela revista *Caretas*, um semanário reconhecido pelo periodismo de investigação que pratica desde 1950 e com um linha editorial conservadora, a propósito do assassinato que ocorreu a 26 de janeiro de 1983 em Uchuraccay, uma localidade situada na serra do Peru. Para analisar a linguagem visual do caso Uchuraccay, Joaquín Moreno leva em conta os meta-relatos informativos e a linha editorial de cada uma das publicações.

O autor mostra que as duas publicações cobrem o caso a partir de duas posições completamente opostas em termos ideológicos: o diário

*Marka* optou por fotografias e manchetes fortes e provocadoras, denunciando tanto as forças armadas como o governo de serem cúmplices ou mesmo os executores do crime; a revista *Caretas* optou por denunciar as diferentes especulações que se faziam do assassinato dos repórteres. No entanto, ambas as coberturas denunciaram o horror vivido na época, o que leva Joaquín Antonio Vallejo Moreno a concluir que a fotografia serviu como ferramenta de denúncia e serve como mecanismo de ativação de memórias, algo de fundamental na construção da memória coletiva atual.

A imprensa e a forma como a mesma representa a realidade social continua a ser a questão explorada no texto que encerra esta segunda parte do *ebook*. Intitulado “Quando a análise de conteúdo ‘vai mais além’: análise de textos escritos por mulheres n’*O Ilhavense*”, o capítulo é da autoria de Sara Vidal Maia, Maria Manuel Baptista e Moisés de Lemos Martins.

Apropriando-se da investigação alargada – realizada no âmbito do doutoramento em Estudos Culturais, pela Universidade do Minho e Universidade de Aveiro, sob o título “Relações de poder e identidade(s) de género: A sociedade ‘matriarcal’ de Ílhavo na década de 1950”, os autores apresentam os traços fundamentais dos discursos escritos por mulheres no *O Ilhavense* e as suas ligações com dinâmicas de poder nas relações de género em Ílhavo. Concluem que Ílhavo não era representado nestes discursos como uma sociedade matriarcal, mas antes como uma sociedade marcadamente masculina, onde a voz das mulheres se limita à dimensão familiar e às artes.

A terceira parte do *ebook*, *Reconstruindo Práticas e Técnicas*, inclui textos centrados no universo do ensino e da investigação.

Alexandre Ferreira e Jean Martin Rabot, no capítulo “Reflexões sobre a prática curricular: o ensino superior de música em Portugal” fazem a revisão de alguns artigos científicos, realizados em geografias distintas, sobre o ensino especializado da música, tendo em vista a elaboração da problemática de um projeto de doutoramento em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e Universidade de Aveiro cujo título é “Cultura musical e músicos no século XXI: (re)pensar a formação académica no ensino superior”.

Destacando que o currículo eurocêntrico assume ainda hoje um papel predominante, os autores consideram que é tempo de aproximar as instituições que se dedicam ao estudo da música com a realidade social e salientam o perigo de formar músicos numa lógica desconectada da sociedade atual, insistindo numa cultura musical elitista que tende a recusar as manifestações populares. Inspirados na interdisciplinaridade que caracteriza

a “tradição” dos Estudos Culturais, os investigadores recorrem a vários dos seus mentores para fazer a defesa de um currículo que reconheça a diversidade musical que promova uma formação o mais abrangente possível.

É sabido que o desenvolvimento acelerado das tecnologias da informação e comunicação tem contribuído para criar novas realidades, incluindo as ligadas ao universo da investigação em Ciências Sociais.

No quadro de um projeto de doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, que procura compreender a relação entre os comentários dos leitores, o discurso político e o conteúdo jornalístico, a proposta do texto “Medir o *agenda-setting* nos comentários dos leitores às eleições legislativas de 2015” é a de explorar as potencialidades associadas a motores de busca online, mensagens da rede Twitter e programas de recolha e análise de texto para medir a agenda pública e acrescentar um novo objeto aos estudos do *agenda-setting*, a saber, os comentários dos leitores nos websites dos jornais.

João Gonçalves, Sara Pereira e Marisa Torres da Silva testam o método proposto via uma análise de frequência de palavras numa amostra de 741 artigos e 52064 comentários do jornal *Expresso*, que englobam um período de cinco semanas entre 4 de setembro e 10 de outubro de 2015.

Os exercícios realizados permitiu-lhes mostrar a viabilidade do método aplicado na avaliação dos fenómenos de agendamento e ainda mostrar a sua versatilidade: a análise de frequência de palavras pode ser usada não só para estudar a influência na agenda dos públicos, como também a influência das reações dos públicos na agenda jornalística. Os investigadores terminam o estudo mostrando algumas das limitações do método testado e formas possíveis de as ultrapassar.

Ainda no quadro de um projeto de doutoramento em Ciências da Comunicação, temos o capítulo seguinte, “A cobertura noticiosa da austeridade (2011-2015) em Portugal: uma proposta de investigação”, onde David Fernandes se apropria de um estudo empírico que realizou no âmbito da preparação do seu projeto de doutoramento para voltar a refletir sobre o conceito de hegemonia, conceito em torno do qual estrutura a sua hipótese de investigação e pretende repensar a relação entre os poderes económico e político e os média.

Mario Abel Bressan Junior e Cristiane Finger mostram, no capítulo seguinte, “Desenho metodológico e reformulações teóricas para a compreensão de uma memória tele-afetiva”, de que forma a análise de conteúdo de Laurence Bardin pode ser usada em sites de redes sociais. Enquadrado num projeto de doutoramento que investiga a memória afetiva dos

telespectadores do Canal Viva (Brasil) e o RTP Memória (Portugal), o texto analisa comentários postados no Twitter sobre a telenovela *Cambalacho*, entre os dias 24 e 29 de agosto de 2015, e discute a formação de uma memória tele-afetiva, uma memória que é recuperada, reformula experiências anteriores e reconstrói emoções e afetos e está tipicamente associada à programação *déjà vu*.

É também do *déjà vu* de que nos falam Paula Oliveira, José Miguel Tuñez e Paula Arriscado no último capítulo do *ebook*, “As startups em Portugal e a gestão de comunicação de marca: proposta de investigação”. Os investigadores fazem uma longa revisão da literatura sobre a gestão da comunicação de marca e defendem, também a partir de dados estatísticos relativos às PME em Portugal entre 2007 e 2015, onde se mostra a importância crescente que as mesmas assumem no panorama empresarial nacional, a ideia de que as PME têm de colocar nas suas prioridades a gestão da marca e a sua ativação para o mercado através da comunicação.

Citação:

Pinto-Coelho, Z., Ruão, T. & Zagalo, N. (2017). Arte, políticas e práticas. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 5-11). Braga: CECS.

## **I – ARTES, IDENTIDADES E CORPO**

SÍLVIA PINTO, MOISÉS DE LEMOS MARTINS & MADALENA OLIVEIRA

silvia.pinto.07@gmail.com; moisesm@ics.uminho.

pt; madalena.oliveira@ics.uminho.pt

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – CECS

UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

## A LUZ E A SOMBRA COMO EXTENSÕES DO HOMEM

### RESUMO

Segundo a definição de Marshall McLuhan (1946/2008), um meio de comunicação é uma “extensão de nós mesmos”. Qualquer tecnologia não pode senão adicionar-se àquilo que já somos. O telefone é uma extensão da voz, a roda é uma extensão da locomoção, assim como o computador é um prolongamento de um conjunto de funções cerebrais que estendem a distância social em que passamos a comunicar nos dias de hoje. A linguagem prolonga a nossa experiência no espaço e no tempo, enquanto a escrita estende os efeitos da linguagem humana. A questão que levantamos aqui é: “qual o papel da luz e da sombra enquanto meios de comunicação ou, na expressão do autor, ‘extensões de nós mesmos?’” Na representação como na vida, a luz e a sombra colocam-se como extensões de nós próprios, pelas quais nos expomos em diferentes escalas de dissimulação ou verdade; em função da expectativa de sermos mais ou menos aceites, ou, pelo contrário, rejeitados. Esperamos mostrar, com este estudo, que a visão enquanto meio de comunicação, depende de ambas.

### PALAVRAS-CHAVE

Luz; sombra; meio de comunicação

---

### INTRODUÇÃO

Segundo a definição de Marshall McLuhan (1946/2008, p. 21), um meio de comunicação é uma “extensão de nós mesmos”. Qualquer tecnologia não pode senão adicionar-se àquilo que já somos. O telefone é uma extensão da voz, a roda é uma extensão da locomoção, assim como o computador é um prolongamento de uma série de funções cerebrais. A linguagem prolonga a nossa experiência no espaço e no tempo, enquanto a escrita estende os efeitos da linguagem humana. Os meios de comunicação

têm moldado a História, alterando em muitos casos, de forma irreversível, os nossos ritmos sensoriais e alargando a nossa percepção da existência<sup>1</sup>.

A luz em si mesma – a luz artificial, em particular a luz elétrica – não é apenas um meio de comunicação entre outros, mas segundo o autor, é o meio de comunicação mais radical (que corresponde à extensão mais radical do espaço e do tempo), de todos os tempos. Em retrospectiva, a partir do século XVIII, a noite foi-se transformando, gradualmente, em dia, e esta subordinação da noite ao tempo iluminado transformou para sempre a história, alterando, de uma forma radical e irreversível, os nossos ritmos sensoriais e a nossa percepção da existência.

Habituo-nos a pensar a história dos meios de comunicação visual como a história dos dispositivos óticos – das lunetas aos microscópios e às câmaras – que a fotografia, o cinema e o vídeo protagonizaram, e que a imagiologia científica 3D expandiu exponencialmente. Efetivamente, como salienta David Barr (2003, pp. 11-12), “as novas tecnologias não só ampliaram os poderes da visão como modificaram a sua natureza”. A imagiologia constitui uma expansão da visão e um alargamento das nossas expectativas visuais, permitindo ver coisas novas, de novas maneiras. Esbatem-se os limites entre o visível e o invisível; o infinitamente grande e o infinitamente pequeno; o “dentro e o fora”, obrigando a novas reorganizações sociais.

Porém, esquecemo-nos que as primeiras utilizações (holandesas) do vidro (veneziano) foram aplicadas na produção tanto de lentes como de janelas, ambas tão importantes para “nos estender” no espaço e no tempo. Tanto as janelas como os óculos passaram a permitir ler até mais tarde no dia, e até mais tarde nos anos de vida – um prolongamento da visão e da vida notáveis. A partir da invenção da lente, o caminho estava aberto para a ótica criar a luneta astronómica, o microscópio, e mais tarde, a câmara. O papel do vidro enquanto meio é tão importante na ótica como na arte e na arquitetura, onde molda igualmente o espaço e o tempo, criando coisas novas com novos sentidos.

Na arquitetura, o primeiro portador de luz terá sido, certamente, a porta, plena de simbolismos de passagem. No entanto, a janela é a abertura que torna possível “ver através” e “ver além” dos muros dos edifícios, para além de permitir a iluminação natural proveniente de diferentes lados,

---

<sup>1</sup> A primeira versão deste artigo, intitulada “Para uma Semiótica da Luz: Do Espaço Físico aos Espaços de Representação”, foi apresentada no Congresso AISV Semiótica do Espaço / Espaços de Semiótica, em Lisboa, em 2011, sem nunca ser publicada. Mais tarde, as diferentes secções do estudo foram desenvolvidas, separadamente, na tese de doutoramento *Para Uma Semiótica da Luz* (2015), referenciada na bibliografia. Porém, o estudo que aqui se apresenta permanece inédito, uma vez que parte de pressupostos ligeiramente diferentes e chega a conclusões distintas, ou melhor, mais completas.

o que na natureza só é possível na relação entre o sol e a lua. Ainda hoje, a escolha das suas dimensões, mas sobretudo da sua colocação, é de extrema importância, física e psicológica, para nós.

Por outro lado, graças à interdependência entre arte e meio, “da sombra das origens ao paradigma especular” (Pinto, 2015, p. 103), e deste aos “espelhos eletrônicos” (Belting, 2014, p. 45), as artes plásticas (desenho, pintura, escultura) também ocupam um lugar privilegiado na história dos meios. Com efeito, nos primórdios da história da imagem, segundo o mito de Plínio, o Velho [c. 1470-1561], o registo gráfico da sombra da silhueta-retrato (mais tarde transformado em imagem mimética) terá sido o primeiro dispositivo de extensão do olhar, seguindo-se a pintura (mimética e em perspectiva), a fotografia e o cinema.

Estes dispositivos de extensão do olhar – o microscópio, o telescópio, as câmaras e o cinema – não apenas implicaram a extensão do alcance da visão, mas também compensaram as suas imperfeições através de substitutos para os seus poderes limitados, autênticos “órgãos exosomáticos”. Por sua vez, as implicações da expansão da nossa capacidade visual devem ainda ser analisadas à luz da sua vinculação complexa às “práticas de vigilância”, segundo a expressão de Michel Foucault e da “sociedade do espetáculo”, segundo a abordagem de Guy Debord.

## 1. A CRIAÇÃO DE ESPAÇO-LUZ<sup>2</sup>

Como se referiu acima, na arquitetura, a porta terá sido o primeiro portador de luz. Mas a janela é a abertura que torna possível “ver através”, “ver além” [dos muros dos edifícios], e “ver mais e melhor”, graças à iluminação natural proveniente dos diferentes lados. Ao longo do dia, a luz muda constantemente, de direção, de intensidade e de cor. E é possível, no mesmo espaço, produzirem-se impressões espaciais completamente diferentes, mudando simplesmente a dimensão e a localização das suas aberturas. Por esse motivo, a luz é de uma importância decisiva para a arquitetura. Segundo José Tolentino Mendonça (2010), as janelas exteriores são um símbolo de abertura interior; uma sugestão, que pode desencadear o imprevisível nos nossos pontos de vista, deslocando-os e alargando o nosso campo de visão.

A mesma luz que na Grécia é tão penetrante, é fletida de uma forma diferente em função de cada templo grego, cada igreja bizantina, cada

<sup>2</sup> Este tema é desenvolvido, fundamentalmente, no capítulo 2, intitulado “A Igreja como Imagem do Céu” (Pinto, 2015, pp. 37-48).

edifício. Na natureza, a luz acontece, na arquitetura, a luz produz-se. Este é um dos objetivos da arquitetura: modificar e dirigir a luz natural, guiando-a. Os Gregos não tinham uma relação com o espaço. A sua natureza era profundamente plástica. É com a arte romana e a sua materialidade, que o espaço adquire maior amplitude e significado, tornando-se matéria luminosa. Essa é a premissa necessária para que o espaço interno se ilumine e se torne o lugar de um grande efeito de espaço-luz (Sedlmayer, 1985, pp. 47-48).

As mudanças de luminosidade têm sido, desde longa data, um chamamento para o louvor e a adoração. Depois de entrar numa catedral gótica não é difícil compreender o impulso devocional do homem medieval perante a luz. Entrar numa catedral num dia de sol pode provocar uma sensação confusa, como entrar numa “obscuridade sublime”, segundo a expressão de Reutersward (1971, p. 103), após a qual, a luz desejada atravessa as figurações do vidro colorido e a cor projeta-se por toda a igreja, como um banho do céu. Aqui, a luz não é um acidente, mas a própria substância da obra de arte. A maravilha dos fenómenos luminosos produzidos pelo vitral, associados aos mistérios de Deus, assume na catedral gótica a mais profunda transcendência. Não admira que as janelas tivessem crescido a ponto de quase substituir as paredes, sublinha Reutersward (1971, p. 194), como se quisessem absorver o firmamento.

O que é curioso é que o vitral é uma janela que não serve para olhar através dela, para o exterior. Mas é a luz exterior que a atravessa em direção ao interior, que depois de filtrada pela cor das suas figuras, se projeta em tudo o que estiver no seu interior. Aqui, é a própria matéria que surge luminosa, como uma espécie de “fresco translúcido”, segundo a expressão de Focillon (1993, p. 278), ou como se fosse fonte de si mesma. Como concorda Sedlmayer (1985, pp. 49-50), a luz que a catedral difunde não parece vir do exterior mas parece propagar-se das próprias paredes, que brilham.

A principal função da arte sacra era, precisamente, a de levar os homens a ter intimidade com Deus. Estes artifícios transparentes, sem os quais a catedral gótica seria inconcebível, transformam-se numa espécie de “cortina de sombra”, criando, misteriosamente, uma sensação de paz e de intimidade, propícia à oração (Deuchler, 1971, p. 60). Os vitrais assumem o papel do firmamento dentro do espaço sagrado, que divide e ao mesmo tempo une, Deus e os homens.

A igreja românica, e mais tarde, a catedral gótica, assumem o lugar do Templo de Jerusalém construído segundo o modelo do Tabernáculo dado por Deus a Moisés (Êxodo, pp. 25-31); como *imago-mundi*, no sentido atribuído por Eliade (1999, pp. 55-78), por outras palavras, como

obra divina e lugar “santo”, “separado” para comunicar com Deus. Mas constituem-se também como precursoras da *Jerusalém Celeste* reservada aos santos, descrita no Livro do Apocalipse.

O objetivo de Herber Kessler, em *Spiritual Seeing* (2000) é, precisamente, o de analisar algumas das obras pelas quais a arte ocidental e Bizantina se comprometeram a garantir a atribuição de um valor espiritual às imagens. A convicção do autor é que os debates teológicos não só estiveram na base da construção das imagens iconográficas, como a arte desempenhou um papel fundamental na construção da própria autodefinição do cristianismo medieval. Na prática, vários aspetos das obras de arte medieval, desde o tema aos materiais, foram concebidos de forma a garantir que a presença física fosse, simultaneamente, afirmada e subvertida. O objetivo era facultar uma leitura espiritual dos textos bíblicos através do envolvimento do espetador num processo anagógico, de elevação da alma, que transportasse a visão natural até à contemplação das coisas divinas.

Uma das consequências do pecado da humanidade terá sido a perda da capacidade de ver a Deus. Depois da queda do homem, a comunicação que Deus passa a estabelecer com os homens é sugerida através de duas formas nas representações pictóricas: pela sua mão (*a manus Dei*) que emerge do céu, simbolizando a voz desencarnada de Deus; e pela arca da aliança do Tabernáculo, que simboliza o *locus* onde Deus comunicava com o sumo-sacerdote dentro do Santo dos Santos. Ambos os símbolos são *anti-iconae*, de acordo com a proibição de imagens do segundo mandamento e da respetiva crença judaica na invisibilidade e imaterialismo essencial de Deus. O estudo de Kessler (2000, pp. 3-6) em que nos baseamos, mostra como a utilização dos dois símbolos identificam o período anterior à visibilidade de Deus que se realiza em Cristo.

Seguindo a interpretação cristã do tabernáculo presente na Epístola de Hebreus, a barreira existente entre Deus e os homens, criada após a queda do homem, volta a ser penetrável graças à encarnação e à paixão de Cristo. Como se lê em Hebreus 10:19-20: “agora podemos entrar com toda a confiança no santuário [reservado no Velho Testamento apenas aos sacerdotes] porque Jesus morreu como sacrifício por nós. Ele abriu-nos um novo caminho para o santuário, um caminho que nos dá vida ao entrarmos pela cortina, ao entrarmos pelo sacrifício do seu corpo”.

A partir do século VI, depois de um período de intenso debate à volta da legitimidade da imagética cristã, a proibição bíblica associada à criação de imagens tornou-se inoperante. Ícones de Cristo começaram a ser utilizados para mostrar a diferença fundamental entre a revelação de Deus no

Velho Testamento e a comunhão dos cristãos através da encarnação de Cristo. A visão de Deus, negada a Moisés no Monte Sagrado torna-se acessível aos cristãos através de Cristo. São numerosas as passagens que contrastam Cristo com o Templo judaico, onde Deus previamente comunicava com o seu povo, aceitava sacrifícios e concedia expiação pelos pecados. Se Cristo veio substituir a arca da aliança, enquanto *locus* da comunicação entre Deus e os homens, então Deus torna-se visível de novo em Cristo. Assim, aos poucos, os ícones foram deixando de ser vistos como ídolos pagãos, passando a ser aceites como equivalentes do tabernáculo e do templo judaicos, realizados segundo as instruções de Deus. Criar semelhança tornou-se, assim, um imperativo cristão.

A partir do Evangelho de João, “o cristianismo haure “luz” e “vida” das religiões concorrentes” (mas também da alquimia, do hermetismo, da mística oriental e ocidental e das seitas iniciáticas)<sup>3</sup>, “pelo direito do mais forte”, observa Rudolf Otto (2007, p. 130). Depois de João, os elementos “luz” e “vida” permanecerão inseparáveis. “Mas o que significa *luz e vida*?”, é lícito perguntar. Assim nos esclarece o evangelista: a luz primordial do Génesis, que nasce do *Fiat Lux*, é o *Verbo* que estava no princípio para dar forma à terra informe e vazia. Mas o “Verbo” (*logos*, a palavra que encarna/ veste a ideia), é também o *Lumen* que veio para iluminar o coração dos homens, o próprio *Logos* por meio do qual tudo se fez, e sem o qual nada do que foi feito se fez. Nele estava a vida eterna e a vida era a luz da salvação dos homens. Dizer que “o Verbo se fez carne” é o mesmo que dizer que a Palavra de Deus encarnou em Cristo para que a sua luz pudesse habitar no coração dos homens.

“A igreja como imagem do céu” (Reutersward, 1971, p. 103) evolui da abóbada celeste ao corpo de Cristo como Igreja. Para os cristãos, Cristo é a porta de passagem para uma nova existência pela qual, tal como em Betel, “os céus se abrem sobre a terra”. O *locus* da comunicação entre Deus e os homens torna-se o próprio “corpo habitado”, literalmente “tabernaculado”<sup>4</sup> de Jesus Cristo. Deus *habitou* tanto no tabernáculo como

<sup>3</sup> A título de exemplo, na linguagem dos ritos maçónicos, “receber a luz” significa ser admitido à iniciação. Após a participação em certos ritos, de olhos vendados, e a prestação de juramento, o iniciado é ofuscado por uma claridade súbita, e é aí que recebe a Luz. A Luz é dada pelo Venerável com a ajuda da espada flamejante, símbolo do Verbo. Esta Luz, à qual se referem tantos ritos, não é mais do que o conhecimento transfigurador, que neste caso, os maçons, têm por dever adquirir (Chevalier-Gheerbrant, 1982, p. 423).

<sup>4</sup> Na passagem “a Palavra fez-se homem e veio habitar no meio de nós, e nós contemplámos a sua glória, como glória do Filho único do Pai” [em muitas traduções: “e o Verbo se fez carne e *habitou* entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigénito do Pai”] (João, 1:14), a palavra “habitou”, significa, literalmente, “tabernaculou”. A analogia aqui presente entre o Antigo e o Novo Testamento é

no templo do corpo de Cristo<sup>5</sup>. Aqui, a Igreja deixa de se parecer com a abóbada celeste; deixa de se identificar com um edifício ou lugar de culto, para passar a identificar-se com um conjunto de pessoas ligadas por um propósito comum, cujo objetivo é cumprir-se na terra. É aí, no olhar dessas pessoas, que Sophia de Mello Breyner encontra o tão procurado sinal de Deus. Como se lê no poema “Sinal de Ti”: “só o olhar daqueles que escolheste / Nos dá o Teu sinal entre os fantasmas” (Sophia de Mello Breyner Andresen 2014, p. 70).

## 2. DA SOMBRA DAS ORIGENS AO PARADIGMA ESPECULAR<sup>6</sup>

Estamos habituados a pensar a história dos meios de comunicação visual, ou para utilizar a terminologia de Marshall McLuhan, a história das nossas “extensões”, como a história dos dispositivos óticos que, efetivamente têm transformado os nossos modos de ver o mundo. Porém, a *arte*, no sentido antropológico do termo, concretamente, o registo gráfico da sombra (segundo o mito de Plínio, o Velho), graças à sua dependência entre a imagem e o meio, encontra-se entre os primeiros meios de extensão do olhar. Segundo Victor Stoichita (2008), a relação com a sombra (mais tarde incorporada na imagem-espelho) marcará a história da representação ocidental.

Tendo em conta a tradição da imagem como imagem do homem (que se opõe à tese da abstração como imagem primeira), podemos dizer que a função primordial da imagem-arte-religiosa é tornar presente alguém ausente, através da figuração da sua imagem. A origem latina da palavra imagem (*imago*) designa isso mesmo – efígie, estátua (funerária ou não). Segundo a narrativa de Plínio, o Velho (XXXV: 1084-1120), a pintura nasceu

---

feita entre o tabernáculo no deserto – quando Deus ergueu a sua tenda entre as tendas dos hebreus e manifestou a sua glória – e o corpo de Jesus feito carne, de modo que foi possível, literalmente, “ver a sua glória” (Bíblia, 2001, p. 1070).

<sup>5</sup> A palavra “luz” (*or*), “ser ou tornar-se luz” é um complemento direto do verbo *ser*. É nesse sentido que Jesus pode dizer: “Eu sou a luz do mundo” (João 8:12) e, da mesma forma, declarar: “Vocês são a luz do mundo” (Mateus 5:14). A questão levanta-se quando pensamos no processo de transferência dessa luz, de Deus para os homens. Se por um lado, a palavra “luz” (*mechezah*) define o “lugar da aparição”, onde “algo de sagrado se manifesta”, a promessa da salvação, implícita na paixão da morte e ressurreição de Cristo, implica o derramamento do Espírito Santo, que se dá a partir do dia do Pentecostes (Atos 2). É nesse sentido, que Jesus declara em João 14:23: “Quem me tem amor [...] o meu Pai também o há-de amar e iremos ambos viver nele”. Noutras versões: “viremos para ele e nele faremos morada”.

<sup>6</sup> Este tema é desenvolvido no capítulo 5, intitulado “Da sombra das origens ao paradigma especular” (Pinto, 2015, pp. 103-132).

quando foi possível circunscrever, pela primeira vez, com uma linha, a sombra de um ser humano. Esta imagem-sombra dos primórdios mostra-nos o nascimento da representação artística ocidental como um nascimento em negativo, sob o signo de uma ausência-presença – a ausência do corpo e a presença da sua projeção.

A narrativa de Plínio, o Velho, tem como principal objetivo descrever o gesto fundador da cerâmica e do desenho, que a tradição fez com que fosse alargado à pintura e à escultura por modelagem. Mas o mito leva-nos mais longe quando nos insere num quarto iluminado, onde os dois amantes se amam e se despedem, a sua sombra é projetada na parede, e a rapariga, num gesto antecipador da saudade que sentiria na ausência do seu amante, fixa o contorno da silhueta do objeto do seu amor. É Plínio quem nos diz que a pintura nasceu desde que se começou a delimitar o contorno da sombra humana. A fábula da filha do ceramista diz-nos ainda, que a pintura nasceu desde que o Homem amou e conheceu o medo da sua perda.

Como explica Victor Stoichita (2008), na tese que seguimos como referência, a realidade histórica dos primórdios da imagem coloca-nos, assim, perante um facto inequívoco da metafísica da imagem, cuja origem pode procurar-se na relação erótica interrompida, na separação, no ser que parte, donde resulta o carácter substitutivo da imagem. A primeira função da imagem é, graças à sua semelhança com o modelo ausente, a de suporte mnemónico: tornar presente o que é ausente. A segunda função deriva do facto de a sombra pertencer a alguém que esteve envolvido numa relação de contacto. A imagem-sombra tem a função de gravar uma marca de alguém ausente, imortalizando a sua presença sob a forma de uma imagem fixada no tempo, adquirindo, assim, um valor propiciatório<sup>7</sup>.

A história que Plínio evoca, recorrendo a uma fábula com origens no Egipto, veicula, assim, um conjunto de aspetos comuns à cultura grega e à cultura egípcia. Como aprofunda Victor Stoichita (2008), na sua *Breve História da Sombra*, tanto a Grécia como o Egipto antigos estabeleciam uma ligação simbólica entre a sombra, a alma e a ideia de duplo dos seres humanos. No Egipto, existiam duas sombras que se manifestavam em momentos distintos: enquanto o homem vivia, a sombra exteriorizava-se

---

<sup>7</sup> No Velho Testamento, o propiciatório era o símbolo do “trono” de Deus, isto é, simboliza a presença de Deus. No *Dia da Expição*, o sumo-sacerdote aspergia o sangue dos animais sacrificados sobre e diante do propiciatório, para a remissão dos pecados do povo de Israel (Levítico 16:14-15). Parece implícito, neste carácter propiciatório das estátuas-múmias, o mesmo tipo de valor que é atribuído às relíquias cristãs (Do latim *reliquia*, plural neutro de *reliquium*, “coisa deixada”). Quer se trate de um deus ou de um santo, em ambos os casos, trata-se de algo precioso ou raro, como um objeto que lhe tenha pertencido, ou o próprio corpo, nem que seja apenas uma parte dele, o qual as pessoas cultuam.

na sombra negra (*khaibit*); no instante da morte, no momento em que a sombra negra desaparecia, o *Ka* (a sombra clara de um colorido aéreo) assumia a função de duplo, graças à incorporação mágica da alma no *Ka* da estátua-múmia. A estátua-múmia tornava-se, assim, a incorporação da *eidolon* (uma imagem sem substância) no *colossos* (o duplo animado), na prática, o substituto “vivo” do corpo morto, vivificado na alma-sombra do *Ka*.

Tanto os egiptólogos como os helenistas defendem que a estátua nasce por uma de duas razões: ou para ocupar o lugar de um deus, ou para ocupar o lugar de um morto. Como confirma Bazin (1981, p. 9), nas origens da pintura e da escultura encontra-se o complexo da múmia. A religião egípcia, dirigida toda ela contra a morte, fazia depender a sobrevivência dos seres da perenidade material dos corpos, satisfazendo, desse modo, uma necessidade fundamental da psicologia humana: a defesa contra o tempo. Era natural salvar a vida da morte na carne e nos ossos. Assim, a primeira estátua egípcia é a múmia do homem curtido e petrificado no natrão. Mas a preservação do corpo não era suficiente. Era necessário que a sua fiel imagem fosse também preservada, uma vez que a função primordial da estátua egípcia era salvar o ser pela aparência.

Provavelmente, graças a essa motivação – a de salvar o ser pela aparência – o retrato é o gênero que, por excelência, parece ter sido consagrado à semelhança, como a um serviço – um serviço de verdade em que se presta uma homenagem, que não está longe do serviço religioso (Nancy, 2006, p. 38). Assim, enquanto substituto de uma pessoa, a estátua era necessariamente vista como animada. Por essa razão, como refere Levin (1971, p. 27), os egípcios canalizavam a luz do sol através de pequenas fendas abertas no telhado das pirâmides, estudadas para dirigir a luz, em forma de holofote, em direção às estátuas que se encontravam no seu interior, para, literalmente, “animar” as estátuas com a luz do sol, segundo o movimento natural do astro.

Segundo Ernst Gombrich (1985, pp. 106-110), o escultor egípcio era designado como “aquele que mantém vivo”, por eternizar a vida dos mortos. Assim como a “Grande Esfinge” foi concebida tal uma sentinela vigilante, para sempre, da mesma forma, o retrato do dono de um túmulo dado à visão dos camponeses da sua propriedade, não é o simples registo da sua vida passada, mas uma presença que tem o poder de vigiar o trabalho dos seus empregados, através do ciclo interminável dos anos. As cenas da vida diária têm que ser lidas, mas a sua sequência é puramente conceptual, e não narrativa. As imagens representam, simultaneamente, o que foi, o que é e o que há-de ser, como um eterno presente. Fazer e registar estão

aqui fundidos na mesma promessa de deter em lúcidas imagens o caráter evanescente do tempo.

A teoria da *mimese*, que Platão desenvolve entre *A República* (2010) [séc. IV a.c.] e *O Sofista* (2012) [séc. IV a.c.], marca o triunfo do espelho sobre a sombra. A imagem-sombra (*phantasmata*), dado o estatuto ambíguo que lhe é atribuído, passa a desempenhar um papel secundário na arte de copiar, cedendo o lugar de maior importância à imagem-espelho (*eidola*), que submetendo-se às leis da *mimesis*, passará a ser-lhe superior. É em virtude do platonismo que a obra de arte se dobrará às exigências do paradigma especular e a projeção da sombra se limitará a um papel marginal, o que não significa que venha a ser eliminada do arsenal da representação. Porém, passará a ser a parente pobre de qualquer reflexo, e o seu estatuto permanecerá vago e marcado por poderes obscuros<sup>8</sup>.

No curso da história da representação ocidental, foi Platão quem desferiu o primeiro golpe na “sombra”. Mas será a primeira teoria da arte, em pleno Renascimento, a reivindicar explicitamente para si, o paradigma especular. No texto fundador da pintura dos tempos modernos, *De Pictura*, Leon Battista Alberti (1435) apresenta a teoria da nova arte, sob o signo de Narciso. Esta nova ideia de imagem pictórica assume-se como consequência de um ato erótico, tal como no mito pliniano, porém, invertendo os papéis: aqui, a pintura concerne o eu, e não o outro.

Pouco mais de um século depois, Giorgio Vasari (1568), numa sobreposição discutível das duas versões do mito fundador – a de Plínio e a de Alberti – criará uma terceira versão do mesmo. Referindo-se ao texto de Plínio, Vasari transforma o retrato, de sombra do outro num autorretrato de sombra, reafirmando a relação dos primórdios da arte com o paradigma especular, que se depreende do mito de Narciso.

### 3. O IMPACTO DA LUZ ARTIFICIAL COMO EXTENSÃO DO HOMEM<sup>9</sup>

O homem da Idade Média, sujeito à precariedade da candeia e do lampião, mal o dia se punha, via-se imerso num mundo de sombras vacilantes. Como salienta Pedro Miguel Frade (1987, pp. 2-3), para o homem medieval, sujeito ao “escurecer do mundo” e ao “devir-espectro” dos homens e das coisas, a noite não podia deixar de ser uma terrível potência da natureza, comparável à pior das intempéries; a única forma de a superar

<sup>8</sup> Para aprofundamento da “vitória do espelho sobre a sombra”, consultar Victor Stoichita (2008) *Breve Storia dell'ombra*, pp. 29-39.

<sup>9</sup> Este tema é desenvolvido no capítulo 8, intitulado “Fábricas do Olhar” (Pinto, 2015, pp. 103-132).

era refugiando-se no interior de um lugar seguro. A ameaçadora escuridão da noite e o encerramento de cada um em sua casa ao cair da noite, levava à desarticulação da cidade numa estranha precariedade gregária de clausura e medo.

O pavor da noite na Idade Média, para além da própria escuridão em si, também era alimentado pela crença de que a ausência da luz libertava, assim que eram inibidas as aparências visíveis, a monstruosidade escondida no mundo, associando-se às potências devastadoras do reino das trevas. Segundo Lucia Corrain (1996, p. 23), o tema da luz como salvação e das trevas como condenação (no sentido de “condenação ao inferno” ou “castigo eterno”) tem sido tratado por diversos estudiosos, entre os quais Maurizio Calvesi (1990) no seu estudo sobre Caravaggio. Por esse motivo, a demonologia cristã estava ligada à escuridão, tanto quanto a imagem de Deus era resplandecente de brancura e luz. A equivalência entre as trevas e o mal do imaginário medieval torna-se num valor simbólico tão forte para a nossa cultura, que este regressa ciclicamente nas mais diversas fantasmagorias.

Entre 1750 e 1900, os novos métodos de produção de luz e de distribuição de combustível acabaram de vez com o conceito de noite associado ao isolamento, à reclusão obrigatória e ao medo. Da invenção da lâmpada de Argand (c. 1783) à introdução da luz a gás (c. 1800) e à eletricidade (c. 1880) – a noite foi-se transformando, gradualmente, em dia (Blühm & Lippincott, 2000, p. 26). E esta subordinação da noite ao tempo iluminado transformou para sempre a história, alterando, de uma forma irreversível, os nossos ritmos sensoriais e alargando a nossa perceção da existência.

Nos últimos trinta anos do século XIX, Paris exhibe uma iluminação noturna que lhe confere o título de “cidade da luz”. Paris é a cidade dos espelhos, que captam o espaço exterior e o transportam para os espaços interiores. Como as portas e as paredes são cobertas são cobertas de espelhos, não se sabe se se entra ou se sai, de tal forma ambígua é a claridade. A mais comum das tabernas adquire uma imensa extensão artificial, refletindo as mercadorias duplicadas à direita e à esquerda. Os espelhos funcionam aqui como recetores de diversos mitos modernos. Paris é a metrópole dos espetáculos visuais – dos panoramas, aos dioramas, os cosmoramas, pleoramas, até as experiências fantasmagóricas e fantasmaparastáticas, e os georamas; cineoramas, estereoramas, cicloramas... referidos por Benjamin nas *Passagens* (1982/2009, p. 469). A história dos espetáculos visuais do século XIX é inseparável do desenvolvimento das novas tecnologias ao serviço do entretenimento e da história da representação da própria história.

Para Marshall McLuhan (1946/2008, pp. 21-34), a luz elétrica tornou-se no mais revolucionário meio de comunicação, acabando com a sequência e fazendo com que tudo passasse a ocorrer simultaneamente. A luz elétrica não apenas estendeu o dia iluminado, como prolongou as horas de trabalho dos operários, multiplicou os espetáculos de entretenimento, interferiu no ensino, na ciência, no policiamento, na vida privada e na arte, onde a fotografia e o cinema assumem um papel preponderante.

Segundo Paul Virilio (1993, pp. 11-13), tal como a invenção da lâmpada elétrica de Edison suscitou o aparecimento de lugares diurnos durante o tempo natural noturno, também a inovação da lâmpada eletro-ótica determina a emergência de lugares perceptíveis em meios habitualmente imperceptíveis. Assim, a par dos efeitos conhecidos da telescopia e da microscopia, que revolucionaram a percepção do mundo a partir do século XVII, a videoscopia eletro-elétrica ilumina um novo tipo de espaço-tempo – uma localização instantânea que nada tem em comum com a topografia geográfica. A portaria eletro-ótica, como outros dispositivos afins, não só dá a ver o que o intercomunicador dava apenas a ouvir, como apresenta em direto um não-lugar como resultado da *ondização* do real, tornada possível pela física eletromagnética. A disseminação destes monitores parasitam a percepção do aqui e agora, penetrando e transformando os lugares, em função da súbita revelação da transmissão direta de um espaço-velocidade que suplantou o espaço-tempo das nossas atividades habituais (Virilio, 1993, p. 16).

Com o aparecimento da tecnologia elétrica, o homem criou fora de si mesmo um modelo vivo do próprio sistema nervoso central. Os meios de comunicação cibernéticos e portáteis estenderam a tal ponto a distância social do homem, que hoje é possível integrar atividades de indivíduos e grupos de diferentes partes do planeta. Por outro lado, a velocidade elétrica fundiu, em pouco tempo, as culturas de todo o mundo: as culturas pré-históricas com os detritos do comércio industrial, o letrado com o analfabeto. Porém, no nosso meio social alfabetizado, não estamos melhor preparados para enfrentar as mudanças introduzidas pela cibercultura do que o nativo do Gana para lidar com a alfabetização, que o arranca ao seu mundo tribal e coletivo e o mergulha no isolamento individual. Estamos tão entorpecidos pelo nosso mundo novo como o nativo pela nossa cultura letrada e mecânica. Colapsos mentais de vários níveis de intensidade são uma das consequências habituais do desenraizamento e da imersão em novos géneros, infindáveis, de informação.

#### 4. DIALÉTICAS DA VISÃO E DO OLHAR<sup>10</sup>

Embora a teoria dos raios luminosos recebidos e emanados pelo olho tenha sido desacreditada há muito tempo, essa expressava uma verdade simbólica importante: que o olho, entendido em sentido amplo, não é um mero recetor passivo de luz e cor, mas pode assinalar, projetar e emitir emoções com uma nitidez e um poder extraordinários. Entre todos os animais, só o homem e os primatas são capazes de utilizar o olhar para enviar sinais tão amigáveis quanto ameaçadores.

O olhar assegura à nossa consciência uma saída para fora do corpo, mas também a produz [a consciência], involuntariamente (Pinto, 2015, pp. 199-200). Não obstante termos aprendido a utilizar os olhos de uma forma deliberada, quantas vezes desviamos o olhar para não chorar, ou para evitar sermos vistos? A vergonha também nos leva a desviar o olhar, assim como a alegria e o pudor, sempre que se nos estampa nos olhos um “olhar desmedido” (Starobinsky, 1991). É suposto o olhar obedecer à vontade consciente de quem vê. Porém, quantas vezes interfere na manifestação dos afetos como um autêntico juiz de conduta, estimulando ou inibindo os relacionamentos?

A dialética do olhar mútuo estende-se desde o combate em busca de domínio, à adoração complementar dos amantes ou à negação de todo e qualquer contacto visual. O olhar mútuo entra em ação sempre que duas pessoas se amam e se olham nos olhos, ou simplesmente se interessam uma pela outra. Pelo contrário, é evitado em situações de indiferença ou ódio, opressão, manipulação ou fraude. Porém, as mensagens do olhar só produzem efeito na condição de serem recebidas. A dialética do olhar mútuo exige isso mesmo: que o olhar seja efetivamente mútuo. Graças à “inelutável cisão” do ato de ver: “o que vemos não vale – não vive – aos nossos olhos senão pelo que nos olha” (Didi-Huberman, 2011, p. 9).

*Ver* nunca foi uma palavra inequívoca. *Ver* é um verbo transitivo que diz respeito tanto ao sujeito que vê como ao objeto do ato de ver; tanto ao funcionamento do dispositivo ocular, como às formas em que o mundo se apresenta: as imagens (tanto “exógenas” como “endógenas”, segundo a terminologia corrente na neurociência, utilizada por Hans Belting (2014, pp. 13, 32-35). *Ver* significa tanto compreender como conceber (uma imagem ou uma ideia); tanto testemunhar como ocupar-se, ou ir ao encontro de alguém ou algo. Em termos figurativos, pode ver-se com “os olhos da

<sup>10</sup> Este tema é desenvolvido no capítulo 5, intitulado “Da metafísica da visão ao modelo ótico de cognição” (Pinto, 2015, pp. 193-210).

alma”, do pensamento ou da imaginação. Por outro lado, a visão inscreve-se sempre numa “história do ver” ou “[história] do olhar” (Debray, 1994; Gombrich, 1986).

Segundo Costa & Brusatin (1992, p. 242), a ambiguidade do termo visão resulta da polivalência do próprio estatuto metafísico da visão, com origem no pensamento grego. A palavra “metafísica”, nascida com um propósito puramente classificatório – o de designar os livros aristotélicos que eram colocados “depois” (*méta*) dos livros de física – rapidamente passou a significar “aquilo que está para além da natureza”, transformando-se na ciência do ultrassensível, que para os gregos era sinónimo de “entendimento”. O estatuto metafísico da visão e do olhar tanto evidenciou o seu poder ultrassensível, como os seus perigos e limitações físicas, mas sempre se mobilizou no sentido de ampliar as suas potencialidades com anexações e artifícios. O ato de ver é tanto entendido como a faculdade de observar, verificar e discernir, como a visão é tratada como a incógnita da ilusão e do engano, da paixão e do pecado. Porém, não obstante a ambiguidade do estatuto grego da visão, a Grécia clássica privilegiou a vista sobre todos os sentidos (ao contrário do seu competidor hebraico, que privilegiou a orientação verbal).

Segundo Dieter Janik (2001, pp. 115, 124-126), a distinção entre o sentido visual exterior e o sentido visual interior do homem encontra a sua metáfora mais eficaz na expressão “os olhos da alma”, com origem no “olho interno da mente” da *República* de Platão (2010) [Séc. IV]. Para Platão, o órgão cognoscível exterior está preso à terra, e por isso, é cego. Pelo contrário, o órgão cognoscível oculto é lúcido – recebe a luz de cima, no sentido literal e figurado – e por esse motivo, é capaz de captar as coisas na sua dimensão espiritual – as ideias – uma dimensão cheia de luz. Outros autores, que interpretam a origem e o destino da visão, como Filón e Orígenes, relacionam essa capacidade interior do homem com a sua ânsia de *ver*, enquanto sinónimo de “conhecer a Deus”, apesar do seu carácter insondável e invisível. Segundo o autor, a revalorização estética da imaginação, que se dá nos séculos XVIII e XIX, leva a considerar a visão como a capacidade mais extraordinária do homem. A metáfora dos olhos da alma regressa sempre que a imaginação poética se concentra no contraste entre o visível e o invisível, o próximo e o ausente, o que é manifesto e o que permanece oculto.

Mas a metáfora do olho da alma não acaba aqui. “Os olhos [também] são o espelho da alma”. Esta expressão, muito próxima da frase bíblica “a luz do corpo são os olhos”, torna a visão involuntariamente indissociável

dos bons e dos maus assuntos do coração. O versículo continua assim: “se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo terá luz. Por isso, se o teu olhar for bom, todo o teu corpo tem luz. Mas se o teu olhar for mau, todo o teu corpo fica às escuras” (Mateus 6:22-23). Assim, a visão (que não é o único sentido associado a uma metáfora corporal), simboliza o amor quando “o olho é bom” e identifica-se com a tentação e o pecado quando “o olho é mau”.

A primazia simbólica da luz desenvolveu-se no domínio religioso muito antes do seu desenvolvimento ótico e filosófico. A quantidade e diversidade de mitos, ritos e práticas religiosas marcadas pela importância ocular ao longo da história, é impressionante. Desde a importância primitiva do fogo, considerado sagrado, ao culto solar praticado em inúmeras religiões politeístas, até à procura da iluminação divina na mística das mais sofisticadas teologias da luz... alguns cultos, como o gnosticismo macabeu, autodenominaram-se, inclusivamente, “religiões da luz”. A mesma primazia simbólica da luz é atribuída ao poder dos espelhos, dos quais se pensava que podiam ler os sinais da divindade.

Não menos sintomático do poder da ótica na religião é a tradição visionária que postula no vidente uma visão superior, capaz de discernir uma verdade negada à visão normal. Em muitos casos de vidência manifesta, chega-se a conceder um caráter sagrado à cegueira física. Oliveira (1998, p. 4) confirma, no seu artigo sobre esta matéria, que em condições normais, a cegueira, tal como a doença, tende a ser associada ao estigma da punição. Disso mesmo testemunha a literatura antiga sobre Édipo, Tirésias, ou a história de Job e os seus amigos.

Desde o célebre vidente cego, Tirésias – uma personificação da tradição visionária da cegueira – que à visão são atribuídos dois sentidos opostos: um exterior, que permite ver a realidade física, e um interior, que desvenda os segredos da alma e do coração. Esta distinção, que percorre uma longa tradição de textos filosóficos e literários, de Platão a Proust, entre uma ótica fisiológica e uma ótica espiritual; esta separação entre uma interioridade e uma exterioridade visual, traduzida entre “ver com os olhos” e “ver com os olhos da alma”, define a *metafísica da visão e do olhar*.

A visão, enquanto entendimento, é sempre parcial e incompleta, como coberta por um véu. É limitada pela nossa capacidade de ver mais e melhor, ou pelo contrário, de ver menos, de ver pior com os “olhos da alma”. Não obstante parcial e incompleta, a visão pode dominar a nossa vida, alterando o seu foco e a sua direção. A visão pode guiar-nos, desviar-nos ou deixar-nos completamente desorientados. “Olhar em frente” é uma

expressão idiomática que traduz coragem e iniciativa. “Olhar para trás” traduz apego e hesitação, como quando Ló dirige o seu olhar para trás e é transformada numa estátua de sal (Gênesis 19: 26). Por sua vez, focalizar as dificuldades pode, em determinados momentos, provocar medo e incredulidade, como quando Pedro se afunda nas águas (Mateus 14: 29-30). A visão, enquanto metáfora de direção e sentido, não apenas domina a nossa vida como simboliza a própria vida, até que os olhos se fechem.

Os nossos olhos podem refletir o nosso interior, mas o nosso interior nem sempre consegue discernir entre o verdadeiro e o falso. A cegueira física toma o lugar da cegueira espiritual e vice-versa sempre que estão em causa os segredos do coração, como quando Paulo partiu para Damasco e uma luz resplandecente lhe cegou os olhos (Atos 9: 1-22). Não sabemos o que Paulo viu durante a sua cegueira. O que sabemos é que quando recuperou a visão, aquele que até então perseguia inocentes até à morte, era um homem transformado.

## CONCLUSÕES

Habitamo-nos a pensar a história dos meios de comunicação visual como a história dos dispositivos óticos – mecânicos, eletrônicos, técnicos. Porém, a arte e a arquitetura, graças à interdependência entre a arte/arquitetura e os meios, ocupam um lugar privilegiado na história dos meios. Neste sentido, colocamos lado a lado, arte, arquitetura e tecnologia como meios de comunicação, segundo a definição de Marshall McLuhan de meio de comunicação como extensão do homem.

[Arquitetura] Desde os seus primórdios, a arquitetura molda as relações do espaço-luz, criando coisas novas com novos sentidos. Segundo Mircea Eliade (1999), o simbolismo “cosmos-templo-casa-corpo humano” impõe-se desde cedo, uma vez que todas estas imagens apresentam uma abertura que permite uma “passagem” – uma mudança de um mundo existencial para outro. O mundo profano (o Cosmos dessacralizado) é uma experiência recente na história do espírito humano. Le Corbusier terá sido o primeiro a assumir a casa como uma “máquina para habitar”, alinhando a função da habitação entre as inúmeras outras máquinas. No entanto, a experiência do espaço totalmente dessacralizado não existe no estado puro. Existem sempre locais especiais, que constituem os lugares sagrados do nosso universo privado, como se em tais sítios tivéssemos recebido a revelação de uma outra dimensão da realidade ou consciência, diferente da vida quotidiana. A arquitetura sacra não faz mais do que retomar o simbolismo

cosmológico da habitação humana primitiva (precedida por um “lugar santo” provisório), onde se “cosmisa” o caos e se consagra um determinado espaço a um propósito específico.

[Arte] A história de Plínio, o Velho, diz-nos que o desenho e a pintura (e partir deles, a escultura) nasceram desde que se começou a delimitar o contorno da sombra humana. Por outro lado, a fábula da filha do ceramista diz-nos que a pintura nasceu desde que o Homem amou e conheceu o medo da sua perda. Assim, o mito fundador da pintura coloca-nos perante o carácter substitutivo e propiciatório da metafísica da imagem. A origem da representação pictórica pode procurar-se na necessidade de mediação perante uma realidade cegante: a relação interrompida, a separação ou a morte.

[Tecnologia] Hoje, as imagens (artísticas ou não) sustentam disciplinas inteiras. Da imagem científica à imagem-prova, das artes visuais ao marketing, nenhuma esfera escapa hoje à imagiologia, nem tão pouco o universo da vida privada, ou o que dele resta. [Visão] Permanece claro para nós que “a diferentes perceções correspondem distintas semióticas” (Pinto, 2015, p. vii). Como salienta Monique Sicar (2006, p. 299), a gravura, produto da arte do artesão, não instaura os mesmos olhares (não nos estende até aos outros da mesma forma) que a imagem da técnica fotográfica, assim como o dispositivo fotográfico não fabrica o mesmo mundo que os programas digitais, cuja propriedade escapa aos indivíduos. A história dos olhares inscreve-se tanto na história das imagens como na história dos aparelhos de visão.

Desde Platão que o excesso de luz pode ser cegante, tanto física como metaforicamente. Desde as origens que a sombra se coloca como mediadora entre a visão e a luz, Deus e os homens, a verdade e o conhecimento. Como diria José Manuel Bártolo (2001, p. 53), “toda a revelação é [pode ser] desesperante”. Os óculos de sol protegem-nos do sol. A casa, o templo, o vitral gótico... protegem-nos do mundo. Até o próprio Deus se fez mediar pela sombra da sua passagem, e mais tarde, pelo seu próprio Filho. Na representação como na vida, a luz e a sombra são extensões de nós mesmos que medeiam a nossa relação como o mundo. A visão enquanto meio de comunicação depende de ambas. A arte entre em cena, como um filtro da realidade, quantas vezes perturbador, sempre que a nudez da realidade ameaça ser devastadora.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AA. VV. (2009). *A Bíblia para todos: Edição interconfessional*. Lisboa: Sociedade Bíblica de Portugal.
- Andresen, S. de M. B. (2014). Um sinal de ti. In J. T. Mendonça & P. Mexia (seleção e prefácio), *Verbo. Deus como Interrogação na Poesia Portuguesa* (pp. 69-70). Porto: Assírio & Alvim.
- Barr, D. (2003). *Imagens (pictures) para una representación contemporânea*. Madrid: Mimesis.
- Bártolo, J. M. (2011). A imagem luminosa e a imagem sombria. Claridade, mediação e revelação na cultura visual. In M. Martins, J. B. Miranda, M. Oliveira & J. Godinho (Eds.), *Imagem e Pensamento* (pp. 47-56). Coimbra: Grácio Editor.
- Bazin, A. (1945/1981). *Ontologie de l'image photographique. Que'est-ce que le cinema?* Paris: Édition du Cerf.
- Belting, H. (2001/2014). *Antropologia da imagem: para uma ciência da imagem*. Lisboa: Editora KKYM + EAUM.
- Benjamin, W. (1936/1992). *A obra de arte na época da sua reprodutibilidade. Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Benjamin, W. (1982/2009). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Oficial Estado de São Paulo.
- Blühm, A & Lippincott, L. (2000) *Light: the industrial age 1750-1900: Art & Science, Technology & Society*. Londres: Thames & Hudson.
- Chevalier, L. & Gheerbrant, A. (1982). *Dicionário dos símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Costa, A. & Brusatin, M. (1992). Visão. In AAVV, *Enciclopédia Einaudi, Criatividade – Visão*, (25, pp. 242-273). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Corrain, L. (1996). *Semiotica dell'invisibile: il quadro a lume di notte*. Bolonha: Progetto Leonardo Bologna.
- Debray, R. (1994). *Vida e morte da imagem. Uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis: Vozes.
- Didi-Huberman, G. (2011). *O que vemos, o que nos olha*. Porto: Dafne Editora.
- Deuchler, F. (1971). Gothic Glass. In J. Ashbery & T. B. Hiess (Eds.), *Light in Art* (pp. 55-66). Nova Iorque: Collier Books.
- Eliade, M. (1999). *O sagrado e o profano. A essência das religiões*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.

- Focillon, H. (1993). *Arte do ocidente. A idade média românica e gótica*. Lisboa: Editorial Stampa.
- Frade, P. M. (1987). Obscuridades e paixões, paixões do escuro. *Revista de Comunicação e Linguagens: As Paixões*, 5, 73-83.
- Gombrich E. H. (1985). *A história da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gombrich, E. H. (1986). *Arte e ilusão. Um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Janik, D. (2001). El “ojo del alma”: la función gnoseológica, religiosa, moral y estética de una metáfora tópica. Consideraciones inspiradas en Baltasar Gracian. *Revista de Filosofía*, 25, 115-135.
- McLuhan, M. (1946/2008). *Compreender os meios de comunicação. Extensões do homem*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Mendonça, J. T. (2010, 1 de novembro). A Janela. *Diário de Notícias*. Retirado de [http://www.snpcultura.org/paisagens\\_a\\_janela.html](http://www.snpcultura.org/paisagens_a_janela.html)
- Oliveira, J. V. G. (1998). Arte e visualidade: A questão da cegueira. *Revista Benjamin Constant*, 4(10), 7-10.
- Platão (Séc. IV a.C./2010). *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão (Séc. IV a.C./2012). *O sofista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Plínio, o Velho [Caio Plínio Secondo] [c. 1470-1561]. *Historia naturale*. Libro XXXV, pp. 1084-1120. Venezia-Ferrara: Giacomo Vidale.
- Pinto, S. (2015). *Para uma semiótica da luz. Da visão mítica aos regimes escópicos da contemporaneidade*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga Portugal.
- Reutersward, P. (1971). What color is divine light. In J. Ashbery & T. B. Hiess (Eds.), *Light in Art* (pp. 101-124). Nova Iorque: Collier Books.
- Sedlmayer, H. (1985). *La luce nelle sue manifestazioni artistiche*. Palermo: Aesthetica/pre-print. Centro internazionale studid di estética.
- Sicar, M. (2006). *A fábrica do olhar. Imagens de ciência e aparelhos de visão. [Século XV-XX]*. Lisboa: Edições 70.
- Starobinsky, J. (1991). *The living eye*. Cambridge: Harvard University Press.
- Stoichita, V. (2008). *Breve storia dell'Ombra*. Milão: Il Saggiatore.
- Virilio, P. (1993) *A inércia polar*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Citação:

Pinto, S., Martins, M. L. & Oliveira, M. (2017). A luz e a sombra como extensões do homem. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 13-32). Braga: CECS.

**ROSANA LOBO ROSÁRIO**

rosanaloborosario@hotmail.com

**UNIVERSIDADE DE LISBOA, PORTUGAL / ESCOLA DE TEATRO E  
DANÇA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL**

## **ESTUDANTE/BAILARINO: UM SUJEITO DE MÚLTIPLAS IDENTIDADES**

### **RESUMO**

Este texto focaliza a educação em artes, em especial, o ensino da dança clássica, com o argumento que o bailarino/sujeito não possui uma única e estável identidade, mas é composto por diferentes identidades, devido às diversas influências culturais, aos métodos de dança e às técnicas corporais vivenciadas, experimentadas e exigidas por professores em sala de aula e em cada obra coreográfica. Tal conjuntura solicita uma reflexão para o ensino da dança clássica pautada na individualidade e no processo de aprendizagem do movimento do bailarino/sujeito pós-moderno.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Identidade; educação; dança clássica

---

### **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo é resultado das reflexões realizadas acerca da caracterização dos participantes da investigação de Doutoramento em Artes que desenvolvo na Universidade de Lisboa – Portugal, em que se estuda as relações e as contribuições existentes entre a Educação Somática e a Dança Clássica<sup>1</sup>. Os participantes são estudantes/bailarinos do Curso Técnico em Dança Clássica da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará – ETDUFPA (Brasil).

---

<sup>1</sup> Segundo Fazenda (2012, p. 69), dança clássica refere-se a um determinado vocabulário que começa a ser sistematizado e codificado no final do século XVII, o qual não deve ser confundido com o termo *ballet*, o qual representa “um género de espetáculo que se desenvolve sob o patrocínio de monarcas e aristocratas” .

Com o intuito de caracterizar os sujeitos da investigação, foi iniciada uma reflexão a respeito do conceito de identidade, e em seguida surgiram alguns questionamentos, tais como: qual ou quais são as identidades do bailarino? Como se constroem tais identidades? Qual é a caracterização dos estudantes/bailarinos do Curso Técnico em Dança Clássica da ETDUFPA?

Assim, para responder a essas perguntas, foi realizado um estudo bibliográfico e de campo. O primeiro se debruçou sobre quatro campos de conhecimento: (1) Estudos Culturais, com Hall (2014); (2) Dança, com Vianna (2005); (3) Educação Somática, em Fortin (1999) e (4) nas Ciências Cognitivas a partir de Damásio (2012; 2015) e de Maturana e Varela (2001).

A escolha por esses autores deve-se a motivos específicos de cada área de conhecimento. Por exemplo, Hall (1992/2014) desenvolveu estudos sobre identidade, e desta forma, contribuiu para a compreensão do fenômeno de sua constituição, em especial na pós-modernidade; Vianna (2005), por sua vez, compreendeu que as técnicas de dança estão sempre em diálogo com as mudanças sociais. Paralelo a esses estudos, as contribuições da Educação Somática, a partir de Fortin (1999) e das Ciências Cognitivas de Maturana e Varela (2001) favoreceram a compreensão de que bailarinos têm de se adaptar às múltiplas solicitações de professores e coreógrafos (Fortin, 1999), e que as interações do indivíduo com o ambiente são contributos para o conhecimento do mundo e de si mesmo (Maturana & Varela, 2001). Portanto, esses autores forneceram subsídios para a compreensão e a descrição dos estudantes/bailarinos como sujeitos de múltiplas identidades.

No estudo de campo realizado, utilizou-se a metodologia de investigação-ação, com registro em diários de bordo sobre o histórico de formação em dança de cada participante, bem como as impressões durante as dinâmicas. Importante salientar que, para manter o anonimato dos participantes, neste artigo os seus nomes serão substituídos por nomes de alguns *ballets* de repertórios<sup>2</sup>.

Desta forma, este artigo se divide em cinco partes. A primeira apresenta o conceito de identidade formulado por Hall, sociólogo jamaicano

---

<sup>2</sup> *Ballets* de repertório, ou Repertório Clássico – do francês *ballet d'action* – é a forma de *ballet* originado no século XVII com estrutura teatral, objetivando transmitir um enredo, possuindo assim um roteiro, música, coreografia, figurino e cenário específico. Entre alguns *ballets de repertório*, tem *Don Quixote*, *Giselle*, *O Lago dos Cisnes*, *Quebra Nozes* entre outros. Desta forma, os *ballets* de repertório se opõem aos *ballets* abstratos, os quais possuem coreografias sem enredo cujo objetivo é a interpretação de uma música (Faro & Sampaio, 1989). Porém, para Boucier (2001), o que define se um *ballet* é ou não de repertório é o seu caráter universal, sua época de criação e suas remontagens sucessivas.

que estudou as identidades culturais na perspectiva da pós-modernidade. Posteriormente, na segunda parte, é realizada uma articulação das ideias desse autor com a formação da identidade dos bailarinos a partir de Vianna e Fortin, e como essas articulações contribuem para o processo de ensino e aprendizagem em dança. Na terceira parte, disserta-se sobre a Educação Somática com base nos estudos contemporâneos das ciências cognitivas de Damásio (2012, 2015) e de Maturana e Varela (2001). Na quarta, são apresentados os participantes da investigação, bem como a contribuição do Curso Técnico em Dança Clássica da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará – ETDUFPA para a formação de suas identidades.

Por fim, na quinta parte, são apresentadas as conclusões, as quais oferecem fundamentos para a compreensão da constituição das múltiplas identidades dos participantes da investigação.

## 2. SOBRE IDENTIDADE EM HALL

Segundo Hall (1992/2014), o conceito de identidade é demasiadamente complexo e muito pouco compreendido nas ciências sociais. Porém, também é observado que esta questão tem sido discutida sob o argumento de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (p. 9). Assim, o autor distingue três concepções de identidade bastante divergentes: (a) o sujeito do Iluminismo, (b) o sujeito sociológico e (c) o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo se caracteriza por uma concepção centrada e unificada, cuja essência permanecia imutável durante toda a vida. Hall cita René Descartes como um importante representante dessa concepção de identidade. Este filósofo francês postulou duas substâncias distintas: o corpo e a mente. No centro da mente ele colocou o sujeito individual constituído por sua capacidade de pensar. Desde então, “essa concepção do sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, tem sido conhecida como o ‘sujeito cartesiano’” (Hall, 1992/2014, p. 19).

Vieira (1998) observa que quando o corpo é considerado um objeto e separado do sujeito, tal como ocorre no paradigma cartesiano, não é possível acessar a subjetividade; uma vez que o viés cartesiano considera o homem um ser dual, constituído por duas partes independentes: o corpo, uma substância extensa; e a mente, a substância pensante e superior (Pinto, 2012).

Essa visão dualista caracterizou a concepção científica por um determinado período de tempo, mas à medida que as sociedades se tornavam mais complexas, devido às transformações econômicas e políticas, elas foram adquirindo uma forma mais coletiva e social, modificando também o indivíduo, uma vez que este “passou a ser visto como mais localizado e ‘definido’ no interior dessas sociedades” (Hall, 1992/2014, p. 20). Desta forma, emergiu a noção do sujeito sociológico. Stuart Hall observa que o surgimento das novas ciências sociais contribuiu para a concepção de que o sujeito se constitui na interação com a sociedade, ao mesmo tempo em que a sociedade é constituída por este sujeito e por essa interação. O autor ainda salienta que, apesar de a sociologia fornecer uma crítica sobre o individualismo racional do sujeito cartesiano, alguns críticos alegavam que a sociologia convencional manteve o dualismo de Descartes, “especialmente em sua tendência para construir o problema como uma relação entre duas entidades conectadas, mas separadas: o indivíduo e a sociedade” (Hall, 1992/2014, p. 21).

Poletto e Kreutz (2014) afirmam que o descentramento do sujeito sociológico ocorre a partir de cinco avanços na teoria social e nas ciências humanas durante a modernidade tardia, o que ocasionou a “morte” do sujeito da época moderna. Esses cinco avanços, elaborados e fundamentados por Hall, compreendem, primeiramente, as tradições do pensamento marxista, as quais trouxeram “à tona diferentes interpretações do trabalho de Marx e suscitaram contradições e questionamentos sobre a posição do sujeito na sociedade” (Poletto & Kreutz, 2014, p. 201). O segundo avanço salientado por Hall (1992/2014, p. 23) foi a descoberta do inconsciente por Freud, defendendo que “as nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente (...) muito diferente daquela da Razão (...) do sujeito de Descartes” .

O terceiro avanço é o trabalho do linguista Ferdinand de Saussure, o qual argumentava que “não somos os autores das afirmações que fazemos, uma vez que toda afirmação carrega ecos dos nossos significados e de muitos outros, pois o que dizemos tem um ‘antes’ e um ‘depois’” (Poletto & Kreutz, 2014, p. 201). O quarto avanço da teoria social apontado por Hall (1992/2014, p. 26) é o estudo do poder disciplinar realizado por Michel Foucault, que se preocupava, “em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância” do governo na sociedade, policiando e disciplinando as populações. E o quinto e último avanço são os impactos do feminismo, bem como os movimentos que emergiram e marcaram os anos 60. Hall enfatiza especialmente

o feminismo, que, mais do que questionar a posição da mulher na sociedade, proporcionou críticas e reflexões em torno das identidades sexuais e de gênero (Poletto & Kreutz, 2014). Então, a partir desses cinco tópicos analisados por Hall, fica clara a descentralização do sujeito e da sua identidade no período moderno e na modernidade tardia, compreendendo, assim, a terceira concepção de identidade: o sujeito pós-moderno, caracterizado por não possuir uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas inúmeras identidades, muitas vezes contraditórias entre si.

### 3. SOBRE IDENTIDADE E DANÇA

Ao estudar os pressupostos de Stuart Hall, alguns questionamentos foram surgindo: é possível compreender a identidade dos bailarinos a partir das três concepções de identidades apontadas pelo autor? Se sim, quais dessas identidades podem caracterizar os estudantes/bailarinos do Curso Técnico em Dança Clássica da ETDUFPA? Há transitoriedade constante dessa identidade?

Se, para Hall, o sujeito do Iluminismo é compreendido como o ser humano totalmente centrado, racional, unificado e dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, dentro da dança, Siqueira relaciona este sujeito com o bailarino cuja experiência se restringe somente a um único estilo de dança ao longo de sua carreira, “ficando, assim, muito visível suas características e seu modo de dançar, porém deixando de explorar outras possibilidades durante a vida, para explorar apenas uma forma própria e única de ser, sendo um sujeito bem vivido [porém possuidor] de uma identidade unificada e estável” (Siqueira, 2010, p. 39).

Já o sujeito sociológico é percebido como o ser humano envolvido na complexidade do mundo moderno; sua identidade não é formada apenas em seu próprio interior, mas na interação desse “eu” com a sociedade. No âmbito da dança, essa concepção relaciona-se com as mudanças intrínsecas aos indivíduos, acompanhando as mudanças sociais e a evolução natural do homem e da sociedade; apenas uma forma de expressão não supre as necessidades de um meio social, cultural e político (Siqueira, 2010). Daí o surgimento de novas técnicas e linguagens artísticas como, por exemplo, a dança moderna, em oposição à dança clássica. Sobre este aspecto, Foster (2003) designa o corpo da dança enquanto um corpo de ideias, pois ele é cultivado como resultado de um programa de treino diário em uma ou várias técnicas de dança, realizado sob a orientação de um professor. Para

Fazenda (2012, p. 68), essas técnicas “conferem ao corpo em movimento uma determinada forma (...) estética e culturalmente valorizada”.

Fazenda também evidencia que “muitos dos bailarinos atuais preferem adquirir um treino em múltiplas técnicas, (...) pois o domínio de várias práticas permite-lhes, nos ambientes de criação, ser mais flexíveis e expandir a sua capacidade de expressão e de produção de sentidos” (Fazenda, 2012, p. 74). Tal fato remete-nos ao sujeito pós-moderno, definido por Hall como aquele que não possui uma identidade fixa, permanente e essencial, mas uma identidade móvel, definida historicamente e não biologicamente, possibilitando que o sujeito, aqui representado pelo bailarino, assuma diversas identidades – ou técnicas e métodos – em diferentes contextos, e algumas vezes, contraditórias e continuamente deslocadas.

Desta forma, o sujeito pós-moderno de Stuart Hall é caracterizado pela mudança, pela diferença, pela instabilidade. Esta situação de inconsistência, apesar de soar como intrigante e até mesmo perturbadora, devido ao seu caráter de incerteza e imprevisibilidade, para Hall, ela tem características positivas, pois abre a possibilidade de desenvolvimento de novos sujeitos, diversos, contrapondo com a ideia de unificados, completos e coerentes.

Para as composições artísticas, essa diversidade de identidades, influências, modos de vida é inspirador (Siqueira, 2010). A coreógrafa e bailarina Pina Bausch, por exemplo, que assumiu a direção da companhia de dança de Wuppertal na Alemanha, criou obras cuja universalidade vem das relações e dos sentimentos humanos, o que é repleto de influências diversas:

é a vida, o que sucede à nossa volta, que inevitavelmente constitui uma influência. É isso, não diria que sou influenciada por fatores artísticos propriamente ditos. Tento falar da vida. O que me interessa é a humanidade, as relações entre os seres humanos. (Bausch citado em Cypriano, 2005, p. 24)

Dessa forma, a coreógrafa ressalta a importância do contexto no qual o ser humano se localiza, se relaciona e dá valor à vida em comunidade. Mesmo porque os bailarinos com quem Bausch trabalhava eram oriundos de diversos países, cada um trazendo na bagagem histórias de vida distintas (Cypriano, 2005). Pina Bausch desenvolvia um repertório com conteúdo psicológico, no qual versava sobre a condição humana, justapondo o gesto cotidiano ao gesto abstrato, reconstruindo assim, simbolicamente, cenas a partir das experiências de vida dos dançarinos.

Além dos coreógrafos, Siqueira (2010) afirma que as transformações ocorridas neste campo artístico possibilitaram o desenvolvimento do bailarino, uma vez que as concepções discutidas por Hall, ao serem transportadas para a dança, estão relacionadas com as mudanças próprias dos indivíduos. Tal fato ocorre porque a dança nunca esteve desligada do mundo à sua volta, uma vez que:

não podemos aceitar técnicas prontas, porque na verdade as técnicas de dança nunca estão prontas: têm uma forma, mas no seu interior há espaço para o movimento único, para as contribuições individuais, que mudam com o tempo. Essas técnicas continuarão existindo enquanto existir a dança, enquanto existirem bailarinos. Taglioni e Pavlova não reconheceriam o balé clássico que se dança hoje em dia – que, na essência, é o mesmo balé clássico de outros tempos. O balé clássico não é dessa ou daquela forma: ele está em movimento e continuará existindo enquanto fizer parte do mundo em que vivemos. A evolução está em todo lugar e a dança não escapa dessa lei. (Vianna, 2005, p. 82)

Vianna (2005) esclarece que as técnicas de dança estão sempre em diálogo com as mudanças, sejam elas sociais, políticas ou culturais, e sempre haverá possibilidades para as contribuições individuais. De forma mais específica, Vianna aborda a dança clássica como uma linguagem viva, submetida a sucessivas modificações em seu longo percurso de consolidação. Lourenço também corrobora com esse discurso, ao afirmar que a linguagem clássica do bailado “permanece uma linguagem tão intemporal quanto atual, podendo dizer-se dela que é mais relevante hoje, do que foi na Rússia de Petipa<sup>3</sup>” (Lourenço, 2014, p. 17).

O autor explica que os *ballets* de Petipa, em São Petersburgo, eram destinados à corte do Czar, ou seja, a uma minoria elitizada. Ao contrastar tal fato com as diversas escolas e companhias atuais, que todos os anos levam à cena os bailados de Petipa para um número bem maior de pessoas, dá-nos a noção de que o *ballet* é muito mais relevante hoje do que foi no tempo do seu alegado auge.

Lourenço destaca a palavra *auge*. Para ele o apogeu do *ballet* não se deu na Rússia Imperial, mas sim na atualidade, pois além do acesso do público às montagens das grandes obras clássicas nos teatros, deve-se levar em consideração outros fatores, tais como o nível cada vez maior de

<sup>3</sup> Maurius Petipa foi dançarino, coreógrafo e mestre de dança clássica. Foi diretor do Teatro de São Petersburgo e possui uma imensa lista de espetáculos de *ballets* criados, entre eles “A Bela Adormecida” (1890) e “O Lago dos Cisnes” (1895) (Faro & Sampaio, 1989).

flexibilidade dos bailarinos, os cânones atuais e até mesmo, por que não dizer, as sapatilhas de pontas, que “são uma consequência do progresso da técnica balética ao longo do século XX. Como é próprio das línguas vivas, a linguagem do *ballet* está em constante evolução” (Lourenço, 2014, p. 18).

O que Lourenço e Vianna abordam justifica a necessidade de bailarinos e coreógrafos desenvolverem outras habilidades, ou até mesmo encontrar novas, que mais se identificam com suas afinidades (Siqueira, 2010). Nessa busca, alguns autores apontam o campo da Educação Somática, que permite novos pensamentos em relação ao ensino da dança clássica (Fortin, 1999; Renha, 2010).

#### 4. SOBRE A EDUCAÇÃO SOMÁTICA

Fortin observa que a maioria dos bailarinos tem pouca chance de dançar durante toda sua carreira em uma única companhia, o que requer uma grande adaptabilidade por parte deles:

a fim de se dar um leque de possibilidades técnicas que respondam às múltiplas solicitações dos coreógrafos e, uma vez que nenhuma aula técnica pode oferecer um treinamento ideal para todos os tipos de corpos e todos os estilos de dança, os dançarinos tateiam em todas as direções à procura de diversas formas de treinamento. (Fortin, 1999, p. 42)

Essa habilidade de se adaptar às mais diferentes condições é definida como corpo inteligente (Renha, 2010; Vianna, 2005), ou seja, é aquele corpo capaz de “adaptar-se aos mais diversos estímulos e necessidades, alcançando um alto nível de prontidão e disponibilidade para mover-se e responder às situações a sua volta” (Renha, 2010, p. 347), ao mesmo tempo “que não se prende a nenhuma receita ou fórmula pré-estabelecida” (Vianna, 2005, p. 114). Portanto, a Educação Somática parece ser um meio para alcançar esse corpo inteligente, uma vez que ela “nos conduz a inúmeras possibilidades relativas à renovação dos sistemas tradicionais de ensino da dança” (Fortin, 1999, p. 40).

Desta forma, Fortin confronta o entendimento relativo ao corpo advindo de uma cultura tradicional da dança (Foster, 2003) com a perspectiva somática em que o corpo é ativo e se auto organiza (Souza, 2012). A expressão Educação Somática foi definida, pela primeira vez, por Thomas Hanna em 1986, no artigo intitulado “What is Somatics?”, publicado na

revista *Somatics*. Fortin também observa que este campo “engloba uma diversidade de conhecimentos, nos quais os domínios sensorial, cognitivo, motor, afetivo e espiritual se misturam com ênfases diferentes” (1999, p. 40). Bolsanello (2010) complementa tais ideias, afirmando que a Educação Somática é um campo teórico e prático composto por diversas técnicas e métodos corporais, cujo eixo de atuação é o movimento.

Para Souza (2012), a Educação Somática possui alguns princípios comuns, os quais compreendem: a indivisibilidade do indivíduo, ou a unidade corpo-mente; a percepção como instrumento para modificar padrões de movimento automatizados; a autonomia; e a relação corpo e ambiente.

O primeiro princípio traz a perspectiva de “olhar para o indivíduo como um todo, englobando e relacionando seus aspectos físicos aos perceptivos, cognitivos, simbólicos, afetivos” (Souza, 2012, p. 28). Esses aspectos são inseparáveis, além de que, para o autor, cada indivíduo é único e possui um repertório de movimentos distintos, diretamente relacionado com a história de vida da pessoa. Assim, para a Educação Somática, o trabalho desenvolvido não é sobre um corpo, mas sobre uma pessoa (Soter, 2011), confrontando assim com a ideia do sujeito cartesiano, conforme a concepção do sujeito do Iluminismo apontado por Hall.

Damásio (2012, p. 95) admite que “o corpo e o cérebro formam um organismo indissociável”, além de interagir com o ambiente como um conjunto. O autor também observa que a mente humana não é uma estrutura localizável anatomicamente, mas um conjunto de representações e fenômenos que ocorrem no cérebro a partir das experiências vividas pelo indivíduo, daí não reconhecer a separação corpo e mente.

O segundo princípio enfatiza o papel da percepção para modificar os padrões de movimentos de um indivíduo. De modo geral, a Educação Somática propõe o “refinamento da percepção como instrumento para que um indivíduo possa realizar mudanças nos seus comportamentos e gestos” (Souza, 2012, p. 31).

Neste sentido, os métodos de Educação Somática procuram encontrar novas opções de movimentos baseadas nos próprios referenciais sensoriais do corpo (Fortin, 2011). Portanto, o praticante da Educação Somática passa a buscar o conhecimento do próprio corpo através da observação de si, bem como por meio da observação dos outros. Isso acontece porque “a apreensão das significações se faz pelo corpo: aprender a ver as coisas é adquirir um certo estilo de visão, um novo uso do corpo próprio, é enriquecer e reorganizar o esquema corporal” (Merleau-Ponty, 1945/2015, p. 212).

Merleau-Ponty, na obra *Fenomenologia da Percepção*, rompe com as noções corpo e mente, e lança o entendimento da percepção fundada na experiência do sujeito que sente, olha e age a partir de uma experiência:

a percepção sinestésica é regra, e se não percebermos isso, é porque o saber científico desloca a experiência e porque desaprendemos a ver, a ouvir e, em geral, a sentir, para deduzir de nossa organização corporal e do mundo tal como o concebe o físico aquilo que devemos ver, ouvir e sentir. (Merleau-Ponty, 1945/2015, p. 308)

Essa compreensão de percepção em Merleau-Ponty também se refere ao campo da subjetividade e da historicidade do indivíduo. Desta forma, ao observar as histórias de vida dos reformadores do movimento, bem como os princípios fundadores de cada técnica e método somático, é possível compreender que a experiência perceptiva é uma experiência corporal, uma vez que o movimento e o sentir são os elementos-chave da percepção e estão intimamente relacionados à Educação Somática.

A partir da percepção, o indivíduo realiza o que Baldi (2014) chama de descoberta pessoal, em que o praticante de alguma técnica ou método da Educação Somática descobre como o corpo se move, e como pode se mover, tornando-se um “investigador do seu próprio movimento e conquistando uma posição de autonomia” (Domenici, 2010, p. 75), sendo este o terceiro princípio da Educação Somática.

Paralelo, e até mesmo consequentemente a esses conceitos, encontra-se a construção da autonomia a partir do processo denominado *auto-poiesis*, proposto por Maturana & Varela (2001). Os autores explicam esse conceito a partir do metabolismo celular, que ocorre dinamicamente relacionado numa rede contínua de interações, tal qual como o indivíduo que, ao longo da vida, através da interação com o meio e com os outros indivíduos, constrói o conhecimento de si e das coisas. Assim, um organismo vivo, ou seja, autopoietico, é capaz de se autogerar ininterruptamente.

Maturana e Varela (2001) afirmam que o conhecimento é produzido através das interações estabelecidas pelos seres humanos, e que a nossa trajetória de vida nos faz construir nosso conhecimento de mundo e a nosso respeito. Assim, é enfatizado o quarto princípio da Educação Somática, que se refere à relação corpo e ambiente.

A Educação Somática aponta que o conhecimento se dá pelo corpo a partir das experiências vividas, como observado em Merleau-Ponty, Maturana e Varela. Desse modo, o contexto ou o ambiente no qual o homem está inserido, é parte integrante e determinante no processo de aprendizagem.

Nesta perspectiva, Fortin (1999) observa que a Educação Somática pode ajudar os bailarinos na apreensão de diversas habilidades, atendendo as solicitações de diferentes professores e coreógrafos, uma vez que os educadores somáticos têm a noção dos diferentes níveis de leitura do gesto. Assim, o desenvolvimento das técnicas de dança será efetuado através de situações pedagógicas progressivas e variadas, e a qualidade da execução dos gestos tem uma incidência direta sobre a performance motora, uma vez que, “à medida que os sistemas de significações e representação cultural se multiplicam” (Hall, 1992/2014, p. 12), os bailarinos são confrontados por uma multiplicidade de técnicas e práticas corporais (Fortin, 1999). Assim, como se identificam os estudantes/bailarinos do Curso Técnico em Dança Clássica da ETDUFPA?

## 5. OS ESTUDANTES/BAILARINOS DO CURSO TÉCNICO EM DANÇA CLÁSSICA DA ETDUFPA

Com o objetivo de apresentar os estudantes/bailarinos da investigação e mostrar como ocorre o processo de formação de suas identidades, neste tópico será estabelecido um diálogo entre os relatos individuais, as bases teóricas e a contribuição do Curso Técnico em Dança Clássica da ETDUFPA para a formação desses indivíduos.

Para a obtenção dos relatos foi utilizado como recurso metodológico o diário de bordo individual, que inicialmente visou o registro das percepções e descobertas ocorridas na pesquisa de campo, através do uso da metodologia da investigação-ação. Porém, também se revelou um importante instrumento de registro da história de vida desses estudantes/bailarinos na dança e da trajetória de formação de suas identidades.

Foi verificado que os estudantes/bailarinos, antes de ingressarem no Curso Técnico em Dança Clássica da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará – ETDUFPA, já praticavam ou praticam dança clássica em outros estabelecimentos de ensino de dança nas cidades de Belém e Ananindeua, no estado do Pará – Brasil. O tempo de prática varia entre quatro a 21 anos, e as metodologias de ensino de dança clássica vivenciadas compreendem o método Vaganova<sup>4</sup>, o método da Royal Academy of Dance<sup>5</sup>, ou ambos. Além disso, todos já experimentaram outros estilos de

<sup>4</sup> Agrippina Vaganova, bailarina e professora de dança clássica, desenvolveu um método que representa o ensino de dança clássica da escola russa, criada no início do século XX, cujo ensinamento e aperfeiçoamento pedagógico constam no livro *Os fundamentos da dança clássica*, de 1934.

<sup>5</sup> Royal Academy of Dance – RAD, fundada em 1920, representa o ensino da dança clássica inglês. O

dança, tais como o contemporâneo, o *jazz*, a dança de salão, o sapateado e o *hip hop*. Alguns também já tiveram experiências com aulas de outras técnicas corporais, a exemplo do Pilates<sup>6</sup>, ginástica rítmica e artes marciais.

Tais fatos podem ser observados no relato da estudante/bailarina La Bayadère (20 anos – diário de campo 07 de janeiro de 2016), em que revela: “tenho 17 anos e faço aulas de *ballet* clássico desde os 7 anos. (...) em 2013, fiz aulas de Pilates (...) e também faço aula de *jazz* e sapateado, mas meu contato com a dança clássica é muito mais profundo”. Também no relato da Giselle (19 anos – diário de campo 07 de janeiro de 2016), a mesma afirma: “tenho 19 anos e faço *ballet* desde os 7 anos. Recentemente conheci a dança de salão (...) já em relação à dança contemporânea tive alguns contatos”.

A partir desses relatos, é possível perceber que em ambos há o registro do tempo da prática na dança clássica, bem como a diversidade de estilos e técnicas corporais vivenciadas. Esses aspectos se fundamentam na percepção corporal enquanto um caminho para o conhecimento de si, pois, como bem afirma Merleau-Ponty, (1945/2015, p. 312), “não é o sujeito epistemológico que efetua a síntese, é o corpo”, e é este corpo em movimento que redimensiona a compreensão do sujeito no processo de aprendizagem.

Assim, essa diversidade de vivências corporais contribui para a formação da identidade desses estudantes/bailarinos, pois como afirma Hall (1992/2014, p. 12), tal identidade é definida historicamente, ou seja, é construída na trajetória de vida de cada indivíduo, na sua relação com diferentes técnicas corporais e estilos de dança.

Quando se fala desta pluralidade das técnicas utilizadas no processo de formação desses estudantes/bailarinos, estamos também falando da pluralidade dos corpos ali presentes. Desta forma, os estudantes/bailarinos do Curso Técnico em Dança Clássica da ETDUFPA que ingressaram nos anos de 2014 e 2015, possuem perfil diversificado, passível de ser compreendido a partir de Caminada e Aragão (2006). Estes autores afirmam que bailarinos, estudantes e coreógrafos são produtos de uma soma de estilos, conceitos, concepções diversas de aulas, coreografias e termos. Então, não é uma única escola, método ou técnica que forma a identidade de um bailarino. Complementando tal assertiva, Hall (1992/2014) assegura que a identidade é uma celebração móvel, ou seja, ela é continuamente formada e transformada.

---

método combinou alguns princípios e características das escolas já existentes para proporcionar uma qualidade de treinamento na Inglaterra (Minden, 2005).

<sup>6</sup> O método Pilates foi criado por Joseph Pilates (1883-1967) durante a Primeira Guerra Mundial, no ano de 1914, para a recuperação de doentes e mutilados da guerra.

É importante explicar que quando se fala em escola, não estamos nos referindo a um estabelecimento físico, mas a uma forma de ensinar a dança clássica desenvolvida como resultado histórico de um trabalho coletivo realizado por professores, bailarinos e coreógrafos, que em diferentes épocas e países sistematizaram e codificaram o ensino da dança clássica. Essas escolas compreendem: a escola francesa, a escola dinamarquesa, escola italiana, a escola russa, a escola inglesa e a escola americana<sup>7</sup> (Sampaio, 2013, p. 64). Simón (2014) acrescenta a escola cubana, fundada por Alicia e Fernando Alonso, e afirma que, apesar do movimento de *ballet* em Cuba ser relativamente jovem, se comparado aos séculos de tradição em outros países, toda a gama de escolas e estilos coreográficos foram estudados com um sentido crítico e seletivo pelos fundadores da escola cubana, visando criar uma nova escola de dança clássica vinculada às peculiaridades dos bailarinos cubanos.

Em seus estudos, Caminada & Aragão (2006) constataram o quão peculiar é a formação do bailarino brasileiro. Alegam que não há uma única escola a regular as companhias profissionais de dança e de *ballet*, fato também observado nos estudantes/bailarinos aqui investigados, os quais estudaram mais de um método de ensino, além de já terem vivenciado outros estilos de dança.

Isso é justificável porque, atrelada à tradição e às codificações de cada escola de dança clássica, os bailarinos aperfeiçoam a execução da técnica através do treinamento em outras práticas corporais (Fortin, 1999). Algumas dessas práticas abordam as preocupações de fisiologia do exercício, e incluem programas como musculação, treinamento de flexibilidade, atividades aeróbicas e sistemas especializados de condicionamento físico.

Além disso, estudantes e bailarinos também recorrem a cursos técnicos oferecidos pelo sistema de ensino formal, como é o caso do Curso Técnico em Dança Clássica da ETDUFPA. De acordo com o “Projeto Político Pedagógico” deste curso, o mesmo está organizado em “dois anos letivos, seu conteúdo programático é desvelado em dezenove disciplinas que levam ao exercício reflexivo, à produção deste conhecimento artístico e a montagens coreográficas de suas temáticas contextualizadas a este mundo da dança” (Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Dança Clássica, 2013, p. 9).

---

<sup>7</sup> Quanto à escola americana, Simón (2014) não a considera uma escola, pois na América do Norte proliferam diversas companhias que não possuem um estilo único de ensino de dança clássica, a ponto de não se poder afirmar que existe uma escola americana ou norte-americana.

Cada ano letivo é constituído por disciplinas e atividades complementares. As disciplinas são elementos curriculares que visam o desenvolvimento das habilidades e bases tecnológicas. As atividades complementares, por sua vez, escapam ao caráter formal do componente curricular “disciplina”, e objetivam enriquecer as experiências curriculares, encaminhando o estudante em eventos artísticos/científicos – espetáculos, oficinas, cursos, seminários, palestras, encontros, festivais. Tal fato contribui para o hábito da busca de aprimoramento contínuo, estabelecimento de intercâmbios e crescimento profissional.

No Curso Técnico em Dança Clássica, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar 442 horas anuais de estudo nas seguintes disciplinas, ministradas por professores com diferentes formações e especialidades<sup>8</sup>: Técnicas de Dança Clássica I, II, III e IV; Técnicas Teatrais voltadas à Dança Clássica; Anatomia e Fisiologia do Movimento na Dança Clássica; Pesquisa Musical para Bailarino Clássico; Visagismo e Caracterização para a Dança Clássica; Cenografia para a Dança Clássica; Prática Cênica I e II e Atividades Complementares.

A partir da análise das disciplinas, é possível perceber que os estudantes/bailarinos, apesar de terem contato com áreas diversas do conhecimento, e não somente com aulas de técnica de dança clássica, mas também teatrais, anatômicas, cenográficas e musicais, acabam por receber uma formação voltada a um único estilo de dança: a dança clássica. Seria esse um fato que os caracterizaria na concepção do sujeito do Iluminismo sugerido por Hall, aquele de identidade fixa e imutável?

Outro fato observado é que, dentre as disciplinas supracitadas, as Atividades Complementares compreendem dinâmicas com vista a enriquecer as experiências curriculares da ou do estudante/bailarino, ao mesmo tempo em que estimula o aprimoramento profissional. Nessa disciplina, há espaço para o contato com outras vivências corporais que venham atender o que Fortin salienta como de grande adaptabilidade por parte dos dançarinos em responder às múltiplas solicitações dos coreógrafos, uma vez que nenhuma aula técnica oferece um treinamento ideal e completo para todos os tipos de corpos e para todos os estilos de dança.

Assim, as e os estudantes/bailarinos buscam realizar *workshops*, cursos e oficinas, possibilitando a vivência em diferentes técnicas corporais. Em Atividades Complementares, foi oportunizado o contato com o método

---

<sup>8</sup> De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Dança Clássica da ETDUFPA, o quadro de docentes é compreendido por profissionais das áreas da dança clássica, teatro, educação artística, educação física e artes visuais.

Gyrokinesis, desenvolvido pelo romeno Juliu Hovarth nos anos de 1970 e definido por Renha (2010, p. 342) como “um método de descoberta e de (re)educação corporal através do movimento, sendo aplicado tanto para o condicionamento físico como na fisioterapia – prevenção e reabilitação”.

A vivência desse método pelos estudantes/bailarinos possibilitou o conhecimento do próprio corpo, como observado no relato da estudante/bailarina Giselle (19 anos – diário de campo 09 de janeiro de 2016):

percebi que estimular o corpo provoca tantas sensações agradáveis que de certa forma foram até estranhas. Isso devido ao fato de não nos conhecermos, de não explorarmos nossos sentidos e movimentos, mas principalmente porque não buscamos sentir o que fazemos. E o Gyrokinesis me possibilitou isso.

Além do conhecimento do próprio corpo, as aulas do método também mudaram a maneira de dançar, pois as e os estudantes/bailarinos passaram a realizar os movimentos exigidos pela técnica da dança clássica, com menos tensão e esforço físico. Isso pode ser observado no relato de Raymonda (29 anos – diário de campo 28 de janeiro de 2016):

antes das aulas de Gyrokinesis percebi que a maneira como eu me alongava era bastante dolorosa e pouco fluida, pois muitas vezes sentia estalos desconfortáveis que vinham sempre seguidos de uma fisgada bem dolorosa. Depois do Gyrokinesis andei me alongando nas aulas de ballet pensando na respiração e no estreitamento pélvico, o que deixou esse alongamento bem mais prazeroso e menos doloroso.

A vivência desse método proporcionou um aprendizado do movimento que contribuiu para a consciência corporal desses indivíduos, ou seja, as percepções sobre os movimentos, e até mesmo os próprios movimentos, sofreram transformações. Lembremos, a propósito, Hall (2014), quando afirma que as mudanças tomadas em conjunto representam um processo de transformação fundamental e abrangente. Dessa forma, nos leva a pensar que os estudantes/bailarinos, e até mesmo a dança clássica, estão em processo de transformação, como afirmado por Lourenço (2014) e Vianna (2005).

Vianna (2005) acrescenta que nas aulas de técnicas de dança há espaços para as contribuições individuais. Tal fato também é observado em Vaganova, que revela sobre sua forma de sempre atualizar a própria prática em sala de aula:

alunas que não me veem há muito tempo, veem uma mudança, um progresso no meu ensino. E por que isso acontece? Por causa da atenção fixa dedicada aos espetáculos da nova era. Pois há vida por todos os lados, tudo cresce, tudo se movimenta para frente. Por isso recomendo...observar a vida e a arte. (Vaganova citado em Chistyakova, 2013, pp. 32-33)

Assim, é possível perceber que as vivências em outras técnicas e o aprendizado de outros saberes contribuem para a formação desses estudantes/bailarinos, caracterizando-os como indivíduos não detentores de uma única e estável identidade, mas como sujeitos pós-modernos, por possuírem identidades móveis e inconstantes. Tal fato resulta na busca do aprimoramento técnico em dança, que faz o bailarino experimentar outras modalidades e outras técnicas corporais em diferentes culturas.

Nesse sentido, Merleau-Ponty compreende que, “quer se trate do corpo do outro ou de meu próprio corpo, não tenho outro meio de conhecer o corpo humano senão vivê-lo (...). Portanto, sou meu corpo, exatamente na medida em que tenho um saber adquirido” (1945/2015, p. 269).

## 6. CONCLUSÕES

A análise dos aportes teóricos nos leva a concluir que a forma como Stuart Hall estuda as identidades culturais oferece fundamentos para a compreensão da constituição da identidade dos bailarinos, visto considerar essa constituição como dinâmica e em constante movimento, em que o sujeito se confronta com as mudanças e busca novas formas de identificação.

Talvez isso se deva ao fato de que, como afirmam os autores Lourenço (2014), Caminada & Aragão (2006), Vianna (2005), a dança clássica é uma linguagem viva e está submetida a modificações, e que os códigos da dança clássica não aprisionam; pelo contrário, “quem os domina liberta-se para alçar voos cada vez mais altos, habilita-se a vivenciar a magia de pisar num palco com propriedade e consciência, utilizando-se desta técnica formadora – se essa for sua vontade” (Caminada & Aragão, 2006, p. 14).

A partir do material analisado, pode ser apreendido que as experiências com a Educação Somática nas aulas de dança clássica são múltiplas e se constituem de diversas formas, não havendo a maneira mais adequada de fazer. Cada experiência é resultado das histórias vivenciadas, trazidas por professores e pelos estudantes/bailarinos, naquele determinado momento, fatos que influenciam nas identidades dos indivíduos.

Hall também sinaliza que as identidades culturais são híbridas, ou seja, movidas por mudanças, encontros e desencontros. Assim, reforça o entendimento em torno da identidade, alegando não ser possível afirmar que temos uma única e estável identidade, mas que somos compostos por identidades em constante transformação. Desta forma, a e o estudante/bailarino pode ser compreendido como um sujeito com diversas identidades, composto por técnicas, métodos e saberes de variadas culturas, passíveis de mudanças, uma vez que “a evolução está em todo lugar e a dança não escapa dessa lei” (Vianna, 2005, p. 82).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baldi, N. (2014). *O que há do lado de lá: cartas de um dueto da educação somática com o balé clássico*. Dissertação de mestrado em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Caminada, E. & Aragão, V. (2006). *Programa de ensino de ballet: uma proposição*. Rio de Janeiro: UniverCidade.
- Chistyakova, V. A. I. (2013). Vaganova e o seu livro Fundamentos da Dança Clássica. In A. Vaganova, *Fundamentos da Dança Clássica* (pp.21-35). Curitiba, Brasil: Appris.
- Cypriano, F. (2005). *Pina Bausch*. São Paulo: Cosac Naify.
- Damásio, A. (2012). *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Damásio, A. (2015). *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Domenici, E. (2010). O encontro entre dança e educação somática como uma interface de questionamento epistemológico sobre as teorias do corpo. *Pro-Posições*, Campinas, 21( 2), 69-85.
- Fazenda, M.J. (2012). *Dança teatral: ideias, experiências, ações*. Lisboa: Colibri.
- Faro, A. & Sampaio, L. (1989). *Dicionário de balé e dança*. Rio de Janeiro. Brasil: Jorge Zahar Editor.
- Fortin, S. (1999). Educação Somática: novo ingrediente da formação prática em dança. Cadernos do GIPE-CIT. Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Extensão em Contemporaneidade. *Imaginação e Teatralidade*, 2, 40-55.

- Foster, S. (2003). Dancing bodies. In J. Desmond, *Meaning in Motion: New Cultural Studies of Dance*. Estados Unidos da América: Duke University Press.
- Hall, S. (Ed.) (1992/2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Lourenço, F. (2014). *Estética da dança clássica*. Lisboa: Edições Cotovia, Ltda.
- Maturana, H. & Varela, F. (2001). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena.
- Merleau-Ponty, M. (1945/2015) *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Minden, E. G. (2005). *The ballet companion: a dancer's guide to the technique, traditions, and joys of ballet*. Nova Iorque: Fireside.
- Pinto, M.C. (2012). *Gyrotonic®: uma proposta de educação do corpo pela educação somática*. Monografia de Graduação, Licenciatura em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Poletto, J. & Kreutz, L. (2014). Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. *Conjectura*, 19(2), 199-203.
- Renha, R. (2010). O método Gyrotonic®: the art of exercising and beyond® a arte de se exercitar e ir além. In D. Bolsanello (Ed.), *Em Pleno Corpo* (pp. 342-350). Curitiba: Juruá Editora.
- Simón, Pedro. (2014). *El ballet: una devoción*. Cuba: Colección Museo Nacional de la Danza.
- Siqueira, C. (2010). A construção de uma identidade por meio da versatilidade nos corpos do Balé Teatro Guaíra. In *Anais / III Simpósio e VI Mostra de Dança da FAP* (pp. 35-47) Curitiba: Faculdade de Artes do Paraná.
- Souza, B. de. (2012). *Corpo em dança: o papel dos métodos somáticos na formação de dançarinos e professores*. Tese de Mestrado acadêmico em dança. Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.
- Vianna, K. (2005). *A dança*. São Paulo: Siciliano.
- Vieira, A. (1998). O método das cadeias musculares e articulares de GDS: uma abordagem somática. *Movimento*, IV(8), 41-49.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico de Dança Clássica (2013).  
Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Arte. Escola de Teatro e Dança da UFPA – Brasil.

## DEPOIMENTOS ESCRITOS

Giselle (2016). Diário de Bordo. [Depoimento registrado em 07 de janeiro, 2016 e concedido à Rosana Rosário].

La Bayadère (2016). Diário de Bordo. [Depoimento registrado em 07 de janeiro, 2016 e concedido à Rosana Rosário].

Raymonda (2016). Diário de Bordo. [Depoimento registrado em 28 de janeiro, 2016 e concedido à Rosana Rosário].

### Financiamento e agradecimentos

À CAPES, pela concessão de bolsa de doutoramento nos anos de 2015 a 2017, viabilizando o desenvolvimento desta investigação.

Às professoras doutoras Maria José Fazenda e Vanda Nascimento, e ao professor doutor Jorge Ramos do Ó, pela orientação e apoio na investigação em desenvolvimento.

Aos participantes deste estudo, os alunos do Curso Técnico de Dança Clássica da Universidade Federal do Pará, os quais se disponibilizaram em fazer parte da pesquisa de campo.

### Citação:

Rosário, R. L. (2017). Estudante/bailarino: um sujeito de múltiplas identidades. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 33-51). Braga: CECS.

WALTER CHILE R. LIMA, MARIA MANUEL  
BAPTISTA & WLADILENE SOUSA LIMA

wchile@ufpa.br; mbaptista@ua.pt; gordawlad@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE DE AVEIRO E UNIVERSIDADE DO MINHO,  
PORTUGAL / UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL

## À PESCA COM A CABRITA, UM CORPO FENOMENOLÓGICO

### RESUMO

Este texto tem como objetivo dissertar sobre o corpo na pesca e as influências culturais e sociais desse corpo a partir da visão fenomenológica de Merleau-Ponty acerca da percepção e das sensações. O estudo se concentrará na pesca que utiliza o instrumento denominado *cabrita*, rotineiramente realizada na Ria de Aveiro, em Portugal, na captura de bivalves.

Apresenta-se a pesca com a cabrita enquanto corpo fenomenológico, histórico, cultural, social e como forma de resistência aos valores contemporâneos de desenvolvimento. Conclui-se que o pescador e a pescadora artesanal e de subsistência profere o discurso oculto (Scott, 2013) com o movimento do seu corpo, construindo artes de pesca e pescando.

### PALAVRAS-CHAVE

*Cabrita*; percepção; organicidade; performatividade; resistência

---

### 1. INTRODUÇÃO

Na obra *Fenomenologia da Percepção* (1945/2015), Merleau-Ponty reflete sobre a percepção compreendida por meio das sensações experienciadas pelo indivíduo em movimento e no mundo em que está inserido, pois a forma como se percebe o mundo e seus fenômenos está diretamente relacionada à cultura e à sociedade. Dito de outra forma, a percepção é apreendida no dinamismo do sujeito no tempo, espaço e contexto aos quais pertence. Assim, a percepção sofre influências culturais e sociais, e cada gesto é repleto de sentidos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Apresentado na 1<sup>er</sup> Semeine Internationale du Corps, Université Paris Descartes, Paris-Fr., com a versão em língua francesa submetida na revista do evento. Comunicado nas V Jornadas Doutorais da

Esta compreensão fenomenológica tem influenciado vários estudos sobre a percepção e a valorização de experiências cotidianas dos sujeitos envolvidos. Além disso, complementa estes estudos o corpo relacionado à ideia de consciência, a qual é dimensionada pelo corpo, através da percepção, compreendida como motricidade. Dessa forma, este artigo tem como objetivo dissertar sobre o corpo na pesca e as influências culturais e sociais desse corpo a partir da visão fenomenológica de Merleau-Ponty acerca da percepção e das sensações.

O estudo se concentrará na pesca, que utiliza o instrumento denominado *cabrita*, rotineiramente realizada na Ria de Aveiro, em Portugal, na captura de bivalves. Considerada uma prática pesqueira de subsistência e artesanal, a pesca com a *cabrita* consiste em uma atividade performativa, orgânica e intencional, que requer um corpo performático do pescador e/ou da pescadora, conectados à arte de pesca, que provoca movimentos ritmados em seus corpos. Estes movimentos geram sentidos perceptivos, uma vez que a percepção Merleau-Pontyana situa-se na dimensão corpórea, tendo o sentimento como substrato. Dessa forma, apresenta-se a pesca com a *cabrita* enquanto corpo fenomenológico, histórico, cultural, social e como forma de resistência.

O presente trabalho é parte integrante da tese em andamento no Programa Doutoral em Estudos Culturais das Universidades de Aveiro e Minho, Portugal. Investiga 10 práticas pesqueiras artesanais e de subsistência, sendo cinco procedentes da Amazônia Clássica<sup>2</sup>, no norte do Brasil, e cinco de Portugal, e visa transferir a performatividade executada na pesca para o campo da cenografia e cenotécnica. Os Estudos Culturais são um campo de conhecimento que procuram “revelar os discursos marginais, não-oficiais, ou daqueles que propriamente não têm voz” (Baptista, 2014, p. 455).

No presente trabalho, procuramos fazer uma imersão em uma das práticas pesqueiras investigadas na tese, a pesca com a *cabrita*<sup>3</sup>, e aprofundar uma reflexão fundada a partir das concepções sobre a sensação e a percepção de Merleau-Ponty, articulando-as com a organicidade na pesca (Grotowski, 2014); a pesca enquanto performance de fazeres cotidianos (Schechner, 2012) e a performatividade na pesca (Féral, 2013).

---

Universidade do Minho, Braga, ambos no ano de 2016.

<sup>2</sup> No entendimento da sociedade civil sem fins lucrativos SOPREN, a Amazônia Clássica corresponde ao norte do Brasil e é formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, em oposição ao que apresenta o questionável conceito de Amazônia Legal.

<sup>3</sup> A *cabrita* consiste em uma arte de pesca empregada em Portugal na pesca artesanal e de subsistência para a captura de bivalves. Uma explicação mais detalhada pode ser encontrada no item 5 deste artigo.

Os recursos metodológicos usados foram a entrevista e a observação participante. Em seguida, os dados de campo foram confrontados com a literatura pertinente e então elaborados novos conceitos operativos para compreender os movimentos e as posturas de pescadores e pescadoras no uso que fazem das artes de pesca.

Conclui-se que as sensações e percepções de pescadores e pescadoras artesanais, desde os primeiros anos de vida, se traduzem em aprendizados que oportunizam a ligação destes com o universo da pesca e dão suporte à elaboração das performatividades no ato de pescar. E todo o movimento dos seus corpos com as artes de pescas artesanais é uma forma de resistência silenciosa diante do dominante.

## 2. A PESCA E O DISCURSO OCULTO

O termo discurso oculto é utilizado por Scott para se referir às estratégias discretas de luta e resistência utilizadas pelos grupos ou sujeitos que se encontram em desvantagem quando postos numa relação de poder diante de seus dominantes. Corresponde, particularmente, ao discurso que se contrapõe ao discurso oficial ou público; é o que tem lugar “nos rumores, no falatório, nas histórias tradicionais, nas canções, nos gestos, nas anedotas e no teatro dos oprimidos” (Scott, 2013, p. 19), entre outras formas de manifestação.

Reconhecemos, a partir da experiência teórica e de campo vivenciada no norte do Brasil e em pontos distintos de Portugal, que a prática da pesca artesanal e de subsistência pode ser compreendida como uma forma de discurso oculto proferido pelos pescadores e pescadoras diante do avanço de outras propostas de vida e morte desencadeadas pelos poderes tecnológicos e políticos, uma vez que estas modalidades de pesca encontram-se cada dia mais pressionadas pelas legislações ambientais e pesqueiras vigentes na União Europeia e no Brasil. Aspectos da pesca são colocados na ilegalidade e a importância da atividade desconsiderada para a reprodução das populações tradicionais de base haliêutica.

Compreendemos que neste cenário de resistência aos valores dominantes motivados pela necessidade de sobrevivência, o discurso oculto se manifesta de duas maneiras muito específicas: uma delas é através do movimento corporal elaborado e reelaborado na e para a pesca, ou seja, no uso de uma linguagem gestual, performativa como atitude de resistência; a outra forma se dá na utilização das artes de pesca de princípio artesanal como meio para a captura da fauna aquática. A confecção e utilização de

instrumentos com arranjos tecnológicos locais, geralmente manufaturas, asseguram a sobrevivência/resistência da pesca artesanal e de subsistência, em contramão com os avanços tecnológicos do setor da pesca, aos quais só têm acesso os pescadores e companhias de posses ou beneficiados com financiamentos.

No que diz respeito ao gesto, o dicionário eletrônico Houaiss (2009) assegura que a palavra indica o movimento do corpo, particularmente das mãos, braços e cabeça, sejam movimentos voluntários ou não, que podem revelar estado psicológico ou intenção de exprimir ou realizar algo tão simples como um aceno ou uma mímica.

Autores como Weil e Tompakow (2011), Guglielmi (2009) e Orlic (1977), e muitos outros, asseguram que o corpo pode falar. Se ele fala, então fala também por seus movimentos intencionais ou não, executados no tempo e no espaço, visto que “a fala é integralmente motricidade e inteligência”, como afirma Merleau-Ponty (1945/2015, p. 264). Ou seja, a fala é a articulação dos movimentos corporais com a capacidade de compreensão da natureza das coisas e do significado dos fatos.

No que diz respeito à pesca, compreendemo-la como uma atividade cultural produtora de sentidos e meio de sobrevivência que requer o aprendizado e o domínio de um conjunto de gestos ou performatividades elaborados e reelaborados desde a confecção até a utilização das artes de pesca.

Complementa o raciocínio a afirmação de Merleau-Ponty (1945/2015, p. 269), ao afirmar que “sou meu corpo, exatamente na medida em que tenho um saber adquirido”. Assim, os gestos ou performatividades adquiridos por pescadores e pescadoras durante toda a vida na pesca artesanal e de subsistência, fazem de seus corpos a principal ferramenta de diálogo com o mundo. É o domínio da gramática gestual da pesca e os saberes a ela entrelaçados que lhes permite sobreviver e resistir aos valores antípodas decorrentes das novas formas de relacionamento humano/mundo.

Soma a ideia da fala do corpo pelos gestos o ponto de vista de Merleau-Ponty (1945/2015, p. 262) ao assegurar que “o sentido do gesto não está contido no gesto enquanto fenômeno físico ou fisiológico (...). Mas é a definição do corpo humano apropriar-se, em uma série indefinida de atos descontínuos, de núcleos significativos que ultrapassam e transfiguram seus poderes naturais”. Neste sentido, o corpo da pesca – especialmente, na pesca artesanal e de subsistência – fala quando pescadores e pescadoras se movimentam, tornando os seus gestos e performatividades verdadeiros atos de resistência aos valores hegemônicos proferidos no interior desta cultura.

E que valores hegemônicos são esses que territorializam o interior da cultura da pesca? Então existe tensão no interior da cultura pesqueira?

Na obra *A pesca sob o capital: A tecnologia a serviço da dominação*, Mello (1985) se debruçou sobre as relações de poder entre capital e trabalho no universo da produção pesqueira, a partir da realidade encontrada durante os anos 80 do século XX no município de Vigia de Nazaré, estado do Pará-Brasil, onde a tecnologia e o processo produtivo se transformaram em mecanismo de dominação.

No interior da cultura da pesca, revela Mello, a tensão entre dominadores e dominados se dá nas relações de trabalho, quando pescadores artesanais são absorvidos pelos patrões da pesca industrial por serem considerados pescadores completos, e também pelo domínio tecnológico, através do qual as inovações no setor produtivo evidenciam que quem pode mais financeiramente adquire mecanismos mais eficazes de deslocamento nas águas, de localização dos cardumes, captura do pescado e de “adequação à legislação pesqueira”.

O autor entende que o domínio tecnológico no interior da cultura pesqueira deveria ser um fator neutro de progresso e transformação social, mas concepções de mundo e de modos de produção díspares terminam por torná-la uma arma preciosa de dominação nas mãos do capital e, com isso, “tem reservado para o homem nativo apenas o destino de força de trabalho barata” (Mello, 1985, p. 4).

No que diz respeito às técnicas nativas de pesca e, por conseguinte, às artes de pesca artesanais, o autor revela que o olhar dispensado pelo capital é desqualificante. O discurso oficial ou público dá conta que “estas são vistas como processo produtivo *irracional e atrasado*”, que possui um “*primarismo tecnológico*”, com modo de produção que compõe um sistema “*anti-econômico e desprovido de condições para progredir*” (Mello, 1985, p. 4).

O autor aponta que os pareceres oficiais apresentados à comunidade amazônica são fundamentados em pesquisas científicas e procuram justificar a implementação de meios tecnológicos mais eficazes e que visem garantir uma maior produção pesqueira. A nosso ver, estes pareceres se caracterizam como o discurso oficial ou público destacado por Scott (2013), agora proferido pelo setor da larga produção pesqueira amazônica.

A leitura desse estado de coisas nos leva a perceber que o pescador e a pescadora artesanal resistem à dominação provocada pelos valores contemporâneos de desenvolvimento, quando movimentam o corpo na pesca e elaboram artes de pesca artesanais, pois ao pescar e ensinar o ofício aos filhos, proferem e perpetuam o seu discurso oculto.

### 3. PERCEPÇÃO

Merleau-Ponty questiona a compreensão a respeito do procedimento perceptivo até o momento em que escreve o livro *Fenomenologia da Percepção*, publicado pela primeira vez pela Éditions Gallimard em 1945. Para o autor, a percepção não se dá como aponta/apontou a ciência positivista, com a compreensão dos fenômenos perceptivos seguindo a lógica da causa/efeito, através do estímulo/resposta dos sentidos, da reprodução dos movimentos mecânicos do corpo e da ideia que separa o corpo da mente, como se estes não formassem um sistema único. O autor entende que neste pensamento bifurcado reside um grande equívoco de compreensão do fenômeno perceptivo. Sua atitude é de romper com o dualismo de outrora quando considera que o ser humano é uno, autônomo e indivisível.

Merleau-Ponty reitera que, ao explicar a percepção, a ciência parece ignorar por completo as sensações. E quando as aborda, se restringe às sensações capturadas pelos órgãos dos sentidos como o tato, a visão, a audição, o paladar e o olfato. O autor não exclui tais órgãos como meios de percepção do corpo, mas complementa que a percepção também se dá através das sensações que são fruto das experiências vivenciadas pelos sujeitos ao longo da vida, na relação destes com o meio ambiente. Nesta relação, ambos influenciam e são influenciados da mesma forma que nas relações interpessoais, nas quais o contato com outros indivíduos, seja na relação mestre/aprendiz, seja na observação do fazer ou resistência, geram aprendizados, influenciam comportamentos e alteram posturas.

O autor defende a tese de que a percepção é apreendida pelo corpo quando este sai da inércia e interage com o meio que o rodeia, relação por meio da qual sujeito e objeto alteram e são alterados mutuamente. O corpo em movimento tem sensações e percepções que se traduzem em gestos, performatividades, portanto, aprendizados, uma vez que “só posso compreender a função do corpo vivo realizando-a eu mesmo e na medida em que sou um corpo que se levanta em direção ao mundo” (Merleau-Ponty, 2015, p. 114).

Portanto, a percepção para Merleau-Ponty se dá pelas sensações dos sujeitos através dos órgãos dos sentidos, somadas às sensações advindas das experiências vivenciadas no dia a dia, na relação do corpo com o objeto, com o meio físico e social.

#### 4. ORGANICIDADE NA PESCA

O termo organicidade, segundo o Dicionário Houaiss (2009), significa “caráter ou qualidade do que é orgânico”; orgânico, por sua vez, é algo “pertencente ao organismo de um ser vivo”. Nessa perspectiva, é possível compreender a organicidade como um conjunto de organismos que, ligados entre si formam um todo, um corpo conectado e articulado na execução de uma ação.

O termo orgânico, e seu derivado organicidade, foram absorvidos pelas artes cênicas e hoje fazem parte da formação do atuante. Segundo Barba (2012), o termo orgânico foi incorporado a este universo pelo diretor de teatro russo Stanislavski, para tratar das qualidades essenciais nas ações do ator. Na língua do trabalho teatral, esse termo tem o sentido de vivo ou crível, indicando a capacidade do atuante de ser o mais convincente possível em cena, de fazer acreditar no que interpreta. Segundo Richards, a noção de organicidade implementada por Stanislavski no universo cênico é redefinida pelo diretor de teatro, o polaco Grotowski, e “indica algo como a potencialidade de uma corrente de impulsos, uma corrente quase biológica que vem de ‘dentro’ e que vai terminar numa ação precisa” (2014, p. 73).

Ao olharmos para o universo da pesca é possível perceber desenvoltura, naturalidade e habilidade nos movimentos do pescador e uma forte ligação entre este e a arte de pesca. Essa ligação revela a existência daquilo que Grotowski chama de corrente de impulsos, o que torna a pesca uma ação orgânica. A arte de pesca é parte integrante do corpo do pescador, como um órgão vivo e pulsante, capaz de tornar um corpo único e executar uma ação precisa ao atuar na captura do pescado.

A organicidade, descrita e trabalhada por Stanislavski e Grotowski, como qualidade importante na formação do ator, ao ser transportada para o universo da pesca, possibilita analisar a ligação do pescador com a arte de pesca. Tal ligação tem as suas raízes ainda na infância do pescador, no ambiente familiar e/ou comunitário e pode ser identificado a seguir no relato do mestre dos busca vidas<sup>4</sup>: “aprendi a pescar na proa do casco, na poupa do casco, pilotando para meu pai que eu fui aprendendo, pegando prática já com ele no Maracapucu<sup>5</sup> (...) desde os seis anos, sete anos de

---

<sup>4</sup> O busca vida é uma ferramenta confeccionada nos dias de hoje em ferro sob a forma de três ganchos com uma única e longa alça. Ele é utilizado para o resgate de instrumentos de pesca que escapam das mãos de pescadores e podem ser perdidos na água.

<sup>5</sup> O furo Maracapucu está localizado na região das ilhas do município de Abaetetuba, Pará – Brasil (furo é, grosso modo, um rio ou curso d’água que não tem nascente nem foz, mas que possui extensão e margens e liga um lugar ao outro).

idade já pilotava para meu pai taliar<sup>6</sup> na pesca do mapará<sup>7</sup>, pesca de bloqueio” (mestre dos busca vidas, entrevista, 10 de abril de 2015).

O trabalho de campo desenvolvido com pescadores do norte do Brasil e de diversos pontos de pesca de Portugal revela que a organicidade entre pescador e arte de pesca pode ser compreendida de duas formas: a organicidade familiar e a organicidade na natureza.

A organicidade familiar é dinamizada por procedimentos educacionais tradicionais. É um tipo de ligação/aprendizado fruto de experiências perceptivas construídas no dia a dia da pesca, quando filhos de pescadores acompanham os pais e aprendem o ofício, passando a desempenhar a mesma profissão, como se pode identificar no relato do mestre dos puçás de arrasto<sup>8</sup>: “meu pai trabalhava na pesca do camarão também. Ele começou na pesca e depois virou marreteiro<sup>9</sup>, assim mesmo eu fui no caminho dele, mesmo jeito (...) eu nasci já na praia e meu trabalho já foi esse desde criança. Quando moleque, já ia treinando aí na beirada, ia pegar o camarão” (mestre dos puçás de arrasto, entrevista, 17 de abril de 2015).

Soares e Scherer (2013), ao analisarem a realidade da comunidade Cristo Rei no município do Careiro da Várzea, Amazonas-Brasil, perceberam que a mãe pescadora é quem oportuniza as primeiras experiências perceptivas para as crianças no universo da pesca. Como esta mãe acumula o trabalho doméstico, a criação dos filhos e o trabalho na pesca, as crianças ainda com pouca idade a acompanham na pescaria e somente por volta dos oito ou dez anos de idade os meninos passam a acompanhar o pai, e as meninas a mãe. Dessa forma, a organicidade familiar e as primeiras sensações na pesca possuem embriões, em alguns casos, no início de vida dos pescadores e pescadoras.

Já a organicidade na natureza apresenta-se de duas formas: a relação do pescador com o meio físico e a relação deste com o meio social. Foi possível perceber que essas duas formas de organicidade podem acontecer simultaneamente durante toda a vida do pescador.

A organicidade na natureza, enquanto meio físico, é construída no trabalho diário do pescador no meio natural. A prática rotineira gera

<sup>6</sup> Ato de operar a tala, uma vara de aproximadamente quatro metros de comprimento que tem a função de sonda na pesca de bloqueio, realizada na Amazônia Tocantina – Brasil, e que é utilizada na localização e identificação dos cardumes, especialmente do mapará.

<sup>7</sup> *Hypophthalmus edentatus*, peixe da espécie *Teleostei*, presente nos rios da Amazônia.

<sup>8</sup> O puçá de arrasto é uma arte de pesca utilizada na região do salgado paraense (Amazônia - Brasil) para a captura do camarão. Consiste em uma rede em forma de saco triangular que possui duas varas de madeira fixadas na sua abertura, por onde os pescadores seguram para arrastar na beira da praia.

<sup>9</sup> Pequeno comerciante que compra o pescado nos pontos de pesca e revende na comunidade.

percepção, aprendizado e enriquece a experiência, por sua vez acumulada e aperfeiçoada durante a toda a vida. A esse respeito o relato do mestre das *cabritas* é elucidativo:

eu fiz uma série de anos o bacalhau, na pesca longínqua no Canadá, na Noruega, na Rússia e por aí (...) já fiz muitos tipos de pesca, antigamente o chinchorro<sup>10</sup>, tirando os anos que andei nos bacalhaus, fiz aqui uns três anos na arte xávega<sup>11</sup> aqui no mar. Aqui fiz umas três artes de pesca, tem as redes no momento, que o senhor está a ver e antigamente o chinchorro, com que pegávamos as enguias, que é arte e hoje os berbigões e as ameijoas (...) aprendi a pescar com a cabrita com meu pai, o chinchorro foi com ele, as outras artes foi com o tempo. A pessoa vai, faz o primeiro dia, faz o segundo dia, vai se aperfeiçoando e até que a pessoa chega ao auge. (mestre das *cabritas*, entrevista, 8 de setembro de 2014)

A organicidade na natureza, enquanto meio de aprendizagem, é possibilitada pela relação de troca de saberes entre os pescadores ou pescadoras. Consiste no aprendizado que ocorre através do contato com os pares na pesca, seja na relação de mestre/aprendiz, seja na relação entre componentes de turmas ou companhias de pesca (*companhas*). Esta troca de saberes acontece tanto pelo relato de experiências vivenciadas entre os sujeitos, quanto pela vivência com o parceiro durante o desenvolvimento das atividades pesqueiras. O depoimento do mestre das redes de bacalhau<sup>12</sup> demonstra com clareza este aspecto:

eu aprendi na vida do bacalhau, aprendi a trabalhar nas redes a bem dizer, com pessoas mais velhas do que eu, que andavam lá. Me ensinaram como puxar lá sempre. E eu como filho de pescador ganhei gosto e aprendi a trabalhar na rede, pronto e a partir daí foi de caminho e comecei a subir, subir e tinha vinte e poucos anos, pronto, quando fui encarregado mestre das redes. (mestre das redes de bacalhau, entrevista, 8 de setembro de 2014)

<sup>10</sup> O chinchorro corresponde a uma modalidade de pesca que utiliza a chincha ou rede chinchorro. Esta é colocada na água em posição paralela a margem com o auxílio de um pequeno barco. Da praia ela é puxada pelas extremidades por duas equipes e arrasta toda a fauna aquática que encontra no caminho. Esta prática pesqueira já entrou em desuso em Portugal.

<sup>11</sup> A arte xávega é uma arte de pesca de beira de mar. Ela corresponde a uma grande rede que é lançada na água por barcos motorizados e puxada para beira com o auxílio de tratores. No passado, a arte xávega era puxada por bois e equipes de pescadores.

<sup>12</sup> Rede em forma de um grande saco cônico que é arrastada em alto mar por um navio, empregada na captura do bacalhau.

Pescar implica envolvimento e movimento do corpo, gera sensações e percepções que desembocam em uma dramaturgia de gestos físicos, posturas, deslocamentos, assimilação de códigos e condutas que exprimem modos de ser no mundo. Ainda assim, na pesca há saberes que esperam por outras transmissões além daquelas trazidas até aqui, no tempo presente, saberes culturais locais orgânicos relevantes para a reprodução da vida na pesca.

## 5. PERFORMATIVIDADE DA PESCA

Segundo Schechner, as “performances – nas artes, nos rituais ou na vida cotidiana – são ‘comportamentos restaurados’, ‘comportamentos duas vezes agidos’, ações praticadas que as pessoas treinam e buscam” (2002, p. 22). Embora admitindo que esta lista não é definitiva, o autor identifica ao menos oito campos de ação da performance: as situações cotidianas “ordinárias”; a criação ou as performances artísticas; as atividades esportivas e recreativas; as situações de trabalho; os contextos tecnológicos; as relações sexuais; os rituais sagrados e profanos; e, finalmente o jogo (p. 25).

Seguindo esse ponto de vista, é possível admitir que a ação de pescar, enquanto atividade cultural, produtiva e de subsistência é uma performance do cotidiano e, como tal, é uma ação possuidora de performatividade, visto que a “performatividade está ligada a execução de um ato ou performance” (Mostaço, 2009, p. 35). Partindo-se do princípio de que a participação ativa dos mestres da pesca, isto é, seus gestos, posturas e deslocamentos no ato de operar as artes de pesca consistem numa prática performativa, compreende-se que a performatividade de uma atividade cotidiana como a pesca, está presente no movimento desempenhado pelo pescador ou pescadora e pela arte de pesca.

Se a pesca é considerada uma performance cotidiana, a performatividade da ação está no ato de pescar, isto é, na forma como esta ação é desenvolvida, na maneira como pescador e arte de pesca se comportam no tempo e no espaço, como desempenham seu papel, ou seja, como corpo e arte de pesca se movimentam e são articulados na captura do pescado, uma vez que “não há limites teóricos para a performatividade (...), mesmo as não-performances – sentar numa cadeira, atravessar a rua, dormir – podem ser realizadas como performance através da impostação de tais ações ordinárias” (Schechner, 2002, p. 142).

A afirmação do autor vem ao encontro do entendimento sobre as ações cotidianas, como a prática da pesca, que é uma atividade produtora

de sentidos e performatividades. Cada arte de pesca, pela sua natureza formal e princípio estratégico de captura do pescado, requer uma performatividade própria. Em consequência, o ato de se lançar sobre o mar exige do corpo do pescador e das artes de pesca um desempenho muito particular na operação de *cabritas*, chinchorros, puçás de arrasto, redes de arrasto de reponta<sup>13</sup> etc.

Na sua crítica sobre a performatividade shechneriana, Josette Féral observa que:

a performatividade, para Schechner, é ao mesmo tempo ferramenta teórica e orientação analítica. Se toda a realidade, objeto, acontecimento ou ação podem ser vistos do ponto de vista da performance, isso significa que como performance (*as performance*), há em todas as coisas performatividade. (...) visto assim, a performatividade não é nunca um fim em si mesma, uma realidade concreta e acabada, mas o processo que caracteriza uma ação. Ela é construção (uma realidade x como performance) e reconstrução (reconhecimento intelectual das etapas dessa construção). (Féral, 2013, p. 208)

A autora argumenta ainda que para tornar mais útil o conceito de performatividade no âmbito artístico ele deve aperfeiçoá-lo, torná-lo menos geral, retomando sobre os três verbos que Schechner coloca na base da performance: fazer, ser, demonstrar. Nesse contexto, Féral mostra que a performatividade é marcada pelo princípio da ação (2013, p. 209).

É no princípio da ação também que a concepção processual da performatividade nos permite afirmar que a performatividade de uma atividade cotidiana como a pesca está presente no momento de sua realização, ou seja, performatividade é processo, é o acontecimento da ação em si, é a forma como o ato performativo é desempenhado. O pescador, este “*performer* do cotidiano” interage com o meio natural, percebe-o e lança mão dos fatores ambientais (a correnteza da maré ou a água parada) e dos saberes tradicionais (o conhecimento dos hábitos das espécies: se são peixes que nadam pelo fundo ou pela superfície, se nadam pela beira ou mais afastados da costa), para elaborar artes de pesca distintas e adequadas aos ecossistemas aquáticos e às fragilidades das espécies. Com isso, produz e reproduz performatividades muito específicas, a fim de realizar com êxito a captura da fauna aquática desejada nas mais diversas condições ambientais.

<sup>13</sup> A *cabrita* e o chinchorro são artes de pesca utilizadas em Portugal, o puçá de arrasto e a rede de arrasto de reponta, no norte do Brasil.

O trabalho de campo realizado no norte do Brasil e em diversos pontos de pesca de Portugal revelou a existência de três diferentes tipos de performatividade, que variam de acordo com o tipo de arte de pesca utilizada: a performatividade corporal, a performatividade técnica e a performatividade mista.

A performatividade corporal corresponde aos movimentos executados pelo corpo do pescador durante a pescaria; trata-se particularmente do conjunto de gestualidades desempenhadas por este corpo na operação da arte de pesca. Uma passagem reveladora deste tipo de performatividade pode ser identificada no depoimento do mestre dos chinchorros: “éramos três homens na proa: um chamava-se homem da caneta e os dois proeiros, o rapaz da vara e o rapaz da ré. Naquela altura era aquilo, sem parar o homem da vara colocava a vara, o homem da corda puxava a corda e o homem da caneta vinha para o operador escolher o peixe” (mestre dos chinchorros, entrevista, 8 de setembro de 2014).

A performatividade técnica diz respeito aos movimentos executados pelo instrumento na captura do pescado e se subdivide em performatividade técnica impulsionada pelo pescador e performatividade técnica influenciada pelos fatores ambientais. Em ambos os casos, os movimentos podem ser dinamizados respectivamente pelo pescador ao manipular diretamente a arte de pesca ou a arte de pesca é impulsionada pelas correntes de maré. Os depoimentos a seguir revelam as duas fontes propulsoras da performatividade técnica.

A performatividade técnica é impulsionada pelo pescador: “o navio vai sempre ali a navegar e a arrastar e as portas<sup>14</sup> vão no fundo e a rede vai no fundo e a corrente d’água leva o peixe para o saco, depois disso é puxado pelo guincho e vira o peixe para dentro, a bordo” (mestre das redes de bacalhau, entrevista, 8 de setembro de 2014). Neste caso, o aparato pesqueiro operado pelo pescador movimenta a arte de pesca na captura do pescado e termina por proporcionar a performatividade técnica impulsionada pelo pescador.

A performatividade técnica é influenciada pelos fatores ambientais:

[O galricho]<sup>15</sup> ele trabalha sempre aberto, a força da água o mantém sempre aberto. Ele é amarrado pelo rabicho na

<sup>14</sup> Ferragem componente da arte de pesca de captura do bacalhau e que tem a função de manter a boca da rede sempre aberta durante o arrasto.

<sup>15</sup> Arte de pesca de estrutura flexível que corresponde a uma pequena rede em forma de cone com anéis de madeira ou plástico fixados na boca e extensão, em tamanho decrescente. É empregada na Ria de Aveiro e no rio Tejo – Portugal, na captura de enguia e camarão grande.

corda mestra e colocado na água, se a força da água muda, ele muda também e permanece aberto. Fazemos eles todos redondos, quando é para colocar sobre as pedras, pois ele pode girar que permanece aberto para o peixe entrar. Quando eles estão a se mexer em cima das pedras, chamam mais a atenção das enguias que estão em cima das pedras. (mestre dos galrichos, entrevista, 2 de dezembro de 2014)

Este tipo de performatividade, dinamizada pela força das correntes de maré, revela a inteligência naturalista e ambiental dos pescadores e pescadoras, fruto de suas percepções sobre o ambiente natural, onde combinam o fluxo das águas com os hábitos e fragilidades das espécies de fauna aquática, para a realização de uma pescaria exitosa.

A performatividade mista corresponde aquela desempenhada por pescador e arte de pesca concomitantemente. Apesar de ser o pescador o operador da arte de pesca, a atividade sugere trabalho em parceria, pois ambos têm sua parcela de contribuição ao formarem uma unidade orgânica na execução da atividade, na qual desempenham as performatividades necessárias a fim de obter resultado satisfatório. Todo o movimento corpóreo do pescador e o executado pela arte de pesca resultam da percepção do pescador, que cria seus próprios movimentos e elabora a arte de pesca para se movimentar conforme as forças naturais.

O relato do mestre dos busca vidas é revelador da performatividade mista:

a gente amarra uma corda aqui na argola e quando tu joga tem vários tipos de terra no fundo: tem a terra, tem a pedra, tem o pedregulho, tem a tabatinga e tem a lama solta. Quando joga na água, que ele cai na lama solta, ele vai rasgando a lama solta...e tem o cabo da rede, ele vai e pega o cabo da rede, puxou e já levantou porque a rede é entalhada<sup>16</sup> em cima e em baixo e a corda permite o busca vida entrar. Quando não, que tem uma terra mais dura, uma tabatinga, um pedregulho, ele corre apoiado por dois ganchos e é a mesma coisa, pega no cabo e vem trazendo e, nesse caso não precisa ter peso, pois o busca vida já é pesado. (mestre dos busca vidas, entrevista, 10 de abril de 2015)

As artes de pesca se diferenciam umas das outras, tanto no aspecto material quanto formal; trata-se de uma tecnologia construída artesanalmente ou não, empregada na captura de diversas espécies de fauna

<sup>16</sup> O entalho corresponde a fixação de corda ou cabo nos lados maiores da rede com a finalidade de lhe dar maior resistência.

aquática. Como cada uma delas possui performatividades muito específicas, encontrando-se aí uma riqueza de movimentos, ou seja, de performatividades corporais, técnicas e mistas realizadas no cotidiano de comunidades haliêuticas.

A performatividade da pesca e, especialmente das artes de pesca, está na realização da coisa em si, atada à execução da ação que pode ser observada no dia a dia da atividade em qualquer ambiente aquático do planeta. Este universo cultural caracteriza-se como uma fonte produtora de saber e de resistência, construído cotidianamente, a partir da percepção de pescadores e pescadoras sobre seu ambiente natural.

## 6. A CABRITA

A *cabrita* consiste em uma arte de pesca utilizada por profissionais da pesca artesanal e de subsistência de Portugal na apanha de bivalves. As artes de pesca consistem em armadilhas construídas e utilizadas por pescadores para a captura de peixes, crustáceos e moluscos. Constituem um conjunto muito diversificado quanto à forma, à materialidade, às estratégias de utilização, à maneira como capturam o pescado e, particularmente, à performatividade desempenhada no decorrer da pescaria. O termo “arte de pesca” é utilizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO para referir-se a todo o arsenal de artefatos elaborados pelas comunidades haliêuticas do globo e utilizados na captura da fauna aquática.

Quanto à forma, a *cabrita* assemelha-se a um ancinho, acrescido de um semicírculo que envolve um dos lados do pente dentado localizado na sua base. Assim como o ancinho, ela possui dentes pontiagudos, que por sua vez fecham o arco e penetram no solo da Ria para arrancar os bivalves do fundo. A forma de sua base, grosso modo, pode sugerir ao contemplador uma semelhança com a boca de um tubarão, com a ponta dos dentes voltados para fora. Quanto à materialidade, é “feita em ferro ou aço inox, depois leva a rede, leva um pau com 2m, dependendo do tamanho da pessoa. Que é para tentar puxar” (mestre das *cabritas*, entrevista, 8 de setembro de 2014).

Martins (2014), estudioso do campo da antropologia pesqueira portuguesa, define a *cabrita* como “um tipo de draga manual pertencente à categoria de artes de pesca de tração com arrasto”, cuja característica é ser utilizada arrastando no fundo e, com esse movimento – cunhado por nós de performatividade técnica – ela extrai do solo submerso da Ria as

amêijoas e os berbigões. Na Figura 1 é possível visualizar a *cabrita* em exposição no Museu de Etnologia de Lisboa.



Figura 1: *Cabritas* em exposição no Museu de Etnologia de Lisboa. Recolhida na Ria de Aveiro por Luiz Martins em 2006. Componente do acervo da Exposição Artes de Pesca: pescadores, normas, objetos instáveis. Foto da pesquisa de campo, 2014

Elaborar um instrumento dessa natureza, com tais características, incorporá-lo à cultura material local, e com ele criar e realizar com precisão os movimentos necessários para a apanha dos bivalves, revela o rol de saberes produzidos pelos pescadores e pescadoras sobre o meio e com o meio em que vivem. Todo este aprendizado é entendido como o resultado do acúmulo diário de experiências perceptivas do corpo pescante, uma vez que “todo saber se instala nos horizontes abertos pela percepção” (Merleau-Ponty, 1945/2015, p. 280).

## 7. CABRITA FENOMENOLÓGICA

A pesca com a *cabrita* é realizada na Ria<sup>17</sup> de Aveiro em Portugal, praticamente durante todo o ano, exceto nos períodos de interdição. Nela são apanhados a amêijoas e o berbigão, tipos de moluscos da classe bivalvia destinados à alimentação humana. A operação da *cabrita* é individual, ela é conectada ao corpo do pescador ou da pescadora como uma extensão tecnológica de seu corpo, que vai até o fundo e esgravata os bivalves depositados no sedimento: “uma extensão é uma ampliação de um órgão, de um sentido ou de uma função” (McLuhan, 2008, p. 181).

<sup>17</sup> Ecossistema estuarino que recebe influência de água doce e salgada.

A arte de pesca, enquanto extensão tecnológica do corpo, permite ao pescador estender-se para executar uma ação até então impossível ao corpo humano; permite a este ir mais longe e, com isso, torna-o mais eficiente, mais produtivo e mais capaz de prover os meios materiais para a reprodução de comunidades humanas haliêuticas. Dessa forma, pescador e arte de pesca estabelecem uma relação orgânica, pois a *cabrita* é integrada ao corpo como um novo órgão, vivo e pulsante, que realiza uma ação com precisão.

A pesca com a *cabrita* é uma atividade silenciosa em sua plenitude, regada pelo som da maré e, algumas vezes, do diálogo com o parceiro que trabalha nas proximidades. Vista como uma cena, uma performance cotidiana, corpo e arte de pesca formam um par harmônico. Na superfície, o pescador abraça a *cabrita* como um bailarino segura seu par, em uma dança pulsante e sensual, enquanto que, embaixo d'água, os dentes da *cabrita* são arrastados; e, com o andar para trás executado pelo pescador, os bivalves descolam do fundo, passam por sua boca e são acolhidos em seu estômago, representado por uma rede tecida em forma de cone alongado. Com o deslocamento desse conjunto harmônico na água, ou seja, com o emprego da performatividade necessária, os bivalves depositados no interior da *cabrita* acabam recebendo uma primeira lavagem, para a retirada do sedimento que impregna suas carapaças.

O movimento executado pelo conjunto harmônico que cunhamos como corpo pescante é entendido como performatividade corporal, e consiste no resultado da gestualidade exercida para operar a *cabrita*. Abraçado com a vara e laçado pelo tirante<sup>18</sup>, partes da *cabrita* que ficam posicionados sobre a água, enquanto a boca dentada arranha o fundo da Ria, o corpo pescante e arte de pesca realizam um movimento conjunto, entendido como performatividade mista.

A pesca com a *cabrita* executa uma ação que pode ser compreendida como performance da vida diária, categoria que, segundo Schechner, “consiste de comportamentos duplamente exercidos, codificados e transmissíveis” (2012, p. 49). Nela, o corpo que pesca, ao protagonizar a dança lenta e sensual, executando passos sempre pequenos e para trás, revela um balançar intermitente que reproduz um movimento ritmado e uma pulsação, só interrompida quando a boca dentada da *cabrita* é trazida à superfície para a retirada de ameijoas e berbigões. E a partir daí um novo ciclo se reinicia até que a quantidade de bivalves apanhados seja satisfatória para um dia de faina. A Figura 2 representa a captura deste momento.

<sup>18</sup> O tirante é um tipo de cinta que reforça a ligação do pescador com a arte de pesca. Ele fica atacadado na sua cintura, de onde sai uma corda que é amarrada ao cabo da cabrita.



Figura 2: Registro da pesca com a *cabrita* na Ria da Torreira, Aveiro-Portugal. Foto da pesquisa de campo, 2014

Na pesca da *cabrita*, o pescador e/ou a pescadora realizam seu trabalho com as percepções construídas no dia a dia da pesca. A cada vivência no ambiente de pesca, inscrições são feitas nos corpos dos sujeitos, os movimentos corpóreos fazem sentido para pescadores e pescadoras, e são elaborados e reelaborados no ato da pesca a partir das percepções do contexto em que acontecem.

Os movimentos ora são mais intensos, ora mais compassados. São executados de acordo com a oferta de fauna aquática pelo ambiente natural, assim como por suas potencialidades e resistências e, da mesma forma, com as potencialidades e limites da *cabrita* e do corpo que pesca, sem perder de vista que “o corpo e sua estrutura perceptiva estão o tempo todo se reorganizando” (Mendes & Nóbrega, 2004, p. 133).

## 8. CONCLUSÃO

As sensações de pescadores e pescadoras ainda na infância, e que por vezes se estendem por toda a vida, em alguns casos são oportunizadas primeiramente pela mãe pescadora que, mesmo trabalhando fora, não está isenta do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos. Como não tem com quem deixar as crianças, os leva para a pesca, geralmente realizada no chamado mar de dentro, próximo da beira e nas proximidades da residência, tal situação termina por revelar um aspecto da assimetria existente na relação entre gêneros na pesca.

As sensações se transformam em percepções que, por sua vez, dão origem a gestos, performatividades e performances cotidianas, como parte das aprendizagens sobre pesca. Isso tudo termina por revelar a organicidade familiar, aquela que liga o pescador e a pescadora ao universo da pesca ainda no seio da família, e a organicidade na natureza que os liga à pesca por toda a vida.

Percepções e organicidades subsidiam a criação de performances na vida diária da pesca, ou seja, o conhecimento sobre os materiais, o meio e as espécies de fauna aquática e a ligação com a pesca permitem a criação de práticas pesqueiras e a elaboração e reelaboração de performatividades do corpo pescante, formado por pescador e arte de pesca, e isso tudo se caracteriza como o discurso oculto de pescadores e pescadoras em função da sobrevivência.

É sabido que o corpo pode falar e ele fala também por seus movimentos, executados no tempo e no espaço, como uma forma de resistência silenciosa não intencional. Sentir, perceber, ligar-se, criar maneiras artesanais de pescar, como na pesca com a *cabrita*, e executar os movimentos corporais precisos para apanhar a fauna aquática, garantindo a reprodução cultural e familiar, é a forma que o corpo pescante tem de resistir à dominação demandada pelos modos de produção excludentes. Desse modo, pescadores e pescadoras artesanais e de subsistência resistem e falam pela produção da artesanaria e pelo movimento de seus corpos no mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, M. M. (2009). Estudos Culturais: O quê e o como da investigação. *Carnets, Cultures littéraires: Nouvelles Performances et Développement* [vol. especial], 451-461.
- Barba, E. (2012). Organicidade: Organicidade, presença, bios cênico. In E. Barba & N. Savarese (Eds.), *A Arte Secreta do Ator: Um Dicionário de Antropologia Teatral* (pp. 206-207). São Paulo: É Realizações.
- Féral, J. (2013). De la performance à la performativité. *Communications*, 92(1), 205-218. doi: <http://doi.org/10.3917/commu.092.0205>
- McLuhan, M. (2008). *Compreender os meios de comunicação: Extensões do homem*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Mello, A. F. de (1985). *A pesca sob o capital: A tecnologia a serviço da dominação*. Belém: Universidade Federal do Pará.

- Mendes M. I. B. S. & Nóbrega T. P. (2004). Corpo, natureza e cultura: Contribuições para a educação. *Revista Brasileira de Educação*, 27, 125-137. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a08>
- Merleau-Ponty, M. (1945/2015). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mostaço, E. (2009). Fazendo cena, a performatividade. In E. Mostaço, I. Orofino & S. Baum (Eds.), *Sobre Performatividade* (pp. 15-47). Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Richards, T. (2014). *Trabalhar com Grotowski sobre as ações físicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Schechner, R. (2002). *Performance studies: An introduction*. Londres-Nova Iorque: Routledge.
- Schechner, R. (2012). Ritual. In Z. Ligiéro (Ed.), *Performance e antropologia de Richard Schechner* (pp. 49-89). Rio de Janeiro: Mauad.
- Scott, L. C. (2013). *A dominação e a arte da resistência: Discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre.
- Soares, S. M. & Scherer, E. F. (2013). Mujeres pescadora entre la captura y trabajo doméstico. In ALAS- *Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología* (pp. 1-7). Santiago: Universidad ARCIS. Retirado de [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8\\_MoreiraSoares\\_FariaScherer.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_MoreiraSoares_FariaScherer.pdf)

## OUTRAS REFERÊNCIAS

- Dicionário Eletrônico Houaiss (versão 3.0) (2009). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Martins, L. (2014). Exposição temporária artes de pesca: Pescadores, normas, objetos instáveis. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.

## DEPOIMENTOS ORAIS

- Entrevista com o Sr. Jacinto Brandão, 56 anos, realizada na Ria da Torreira, Aveiro – Portugal, no dia 08/09/2014.
- Entrevista com o Sr. José da Silva Caravela Vieira, 58 anos, realizada na Ria da Torreira, Aveiro – Portugal, no dia 08/09/2014.

Entrevista com o Sr. Antônio Manoel da Silva Acabom, 65 anos, realizada na praia da Torreira, Aveiro – Portugal, no dia 08/09/2014.

Entrevista com o Sr. Isidro Tomás Mira, 51 anos, realizada em Alhandra, Vila Franca de Xira – Portugal, no dia 02/12/2014.

Entrevista com o Sr. José Costa Cardoso, 58 anos, realizada em Abaetetuba, Pará – Brasil, no dia 10/04/2015.

Entrevista com o Sr. Heloedson Ferreira Norato, 40 anos, realizada no porto da Penha, Maracanã, Pará – Brasil, no dia 17/04/2015.

#### **Financiamento**

Este trabalho é parte integrante de pesquisa de doutorado intitulada “Dispositivo cacuri: Estudo das artes de pesca para a criação das traquitanas cênicas de um teatro da floresta”, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, processo BEX 0955140.

#### **Citação:**

Lima, W. C. R., Baptista, M. M. & Lima, W. S. (2017). A pesca com a *cabrita*, um corpo fenomenológico. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 52-71). Braga: CECS.

## II – JORNALISMO E POLÍTICA

**ESSER SILVA & MOISÉS DE LEMOS MARTINS**

esser.jorge@gmail.com; moisesm@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – CECS  
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL**

# **A CULTURA DA ENTRONIZAÇÃO E DA ETERNIZAÇÃO DA ELITE POLÍTICA**

## **RESUMO**

Para além de outras contingências, as consequências práticas da entrada em vigor da lei da limitação dos mandatos<sup>1</sup> revelaram uma tendência da elite política para o cultivo de estratégias de residência permanente nos lugares de representação. As atitudes sequentes dos políticos, colhidos pela legislação, em procurar, imediatamente, outros cargos com visibilidade e poder na administração pública ou em passar dos órgãos executivos para os órgãos deliberativos, denunciam, genericamente, uma cultura política estabelecida e uma predisposição propensa ao torneamento de regulamentos, verificando-se, desse modo, uma fórmula similar de funcionamento das diversas organizações partidárias e um espírito pariforme na interpretação do fenómeno político pelos seus agentes.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Elite política; cultura política; organizações partidárias; administração pública

---

## **1. INTRODUÇÃO**

Até que o agente se dê conta das possibilidades de construção de uma narrativa durável, apenas conta com a experiência de outros profissionais da política cujo passado, já constituído como uma linearidade, demonstra, como se de uma regra geral se tratasse, a existência da possibilidade da transformação da atividade política em atividade profissional (Steyvers & Verhelst, 2012). A construção social da longevidade nos cargos

---

<sup>1</sup> Conhecida como a lei da delimitação dos mandatos, a lei nº. 46/2005 de 29 de Agosto entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2006 mas os seus efeitos práticos só se deram nas antevésperas das eleições autárquicas de 2013.

políticos decorre, antes de mais, da construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1967) que atribui ao político capacidades extraordinárias de se tornar num ser indispensável (Ansell & Fish, 1999; Bourdieu, 1984), alguém cujo desaparecimento é genericamente creditado como ‘uma perda irremediável’. Qualquer que seja o lugar por si ocupado, o agente político investe ativamente na sua permanência (Bourdieu, 1984) alimentando, ou fazendo alimentar, o imaginário da desgraça (Pondé, 2004) como cenário certo na sua ausência, assim alimentando-se e fazendo alimentar, em público, a sua figura como possuída pelo dom da graça (Weber, 2005).

O cunho insubstituível envolve o profissional da política quando este se revela útil num qualquer aspeto considerado premente e urgente pela comunidade que o elege. Quantas mais angústias coletivas forem solucionadas pela intervenção do político executor, mais os seus recursos enquanto agente fator engrossam e, em simultâneo, mais o seu crédito aumenta junto da assembleia eletiva (Bourdieu, 1984; Vasquez, 1998). Com o crédito acumulado, um encantamento carismático expresso no reconhecimento por todas as obras feitas passa a acompanhar o agente (Weber, 2004), inscrevendo-se, na sua biografia, uma espécie de currículo profissional não só conhecido mas também celebrado como uma bênção da sociedade que o acolhe. Nessa altura, o político profissional passa a gozar de um crédito ilimitado (Bourdieu, 1981) impossível de contradizer que lhe permite, praticamente, declarar as suas intenções para que a maior parte da assembleia anua segundo um pragmatismo acrítico (Martins, 2011), ao mesmo tempo que o desagrado dos críticos reforça mais a perspetiva de ingratidão dos mal-agradevidos e menos qualquer premissa alternativa aos constrangimentos decorrentes da relação desigual traduzidos na “impossibilidade de eficazmente (...) responder” (Almeida, 1984, p. 609), assim exortando a censura ativa, na maior parte das vezes silenciosa, dos acríticos.

A comunidade de eleitores constitui-se na causa produtora das estratégias e das práticas identificadas como necessárias e úteis ao esperado e ansiado, enquanto o resultado positivo ou negativo produzido junto dessa sociedade votante ganha foro de consequência da ação (Weber, 2001) do agente político sem que, contudo, se esgotem nesta circularidade de interesses individuais e reconhecimento coletivo, a totalidade dos mecanismos produtores da *inter-relação* e de construção recíproca entre o indivíduo e a totalidade (Giddens, 1984), que é o mesmo que dizer, o político e a sociedade (Weber, 2010).

## 2. DISPOSITIVOS E ESTRATÉGIAS

Nos sistemas políticos os mecanismos de controlo funcionam como dispositivos de resguarda do funcionamento das instituições (Foucault, 1975). É missão desses dispositivos sustentar a arquitetura ideológica de um sistema organizacional com o objetivo de funcionar autonomamente mas em solidariedade e interdependência funcional das partes dissemelhantes que formam essa comunidade política (Herepath, 2014). Estes dispositivos são um “olhar panóptico sobre a sociedade” (Martins, 1990, p. 35) e constituem-se em entidades produtoras de “crenças que organizam práticas” nas quais a política se torna constituída por “técnicas polimórficas de *fazer crer*” (Martins, 1990, p. 59). Assim como a proibição de se falar na política na década de 1930 não inibiu a formação de “discursos complexos, entrecruzados, subtilmente hierarquizados e articulados à volta de um feixe de poder” (Martins, 1990, p. 64), a abertura às possibilidades de contraditar, manifestar e afirmar a diferença (Berger, 2002), não rompe com o *habitus* instituído nem promove a mudança das práticas, exatamente porque estas se suportam em alicerces muito profundos, inscrevendo a extensão dos dispositivos passados em novas figurações de controlo na malha mental do presente.

Os sistemas eleitorais e de governo democráticos incorporam a diversidade consubstanciada na existência de contrapontos distintos igualmente interessados na disputa do espaço eleitoral e na luta pelos lugares de representação (Botelho, 2014; Bourdieu, 1981). Segundo as perspetivas estruturo-funcionalistas das ciências sociais, essa diversidade está submetida a um poder coercivo colocado nas mãos da totalidade (Durkheim, 2001) que é transformado em faculdade sancionatória sobre aqueles a quem é entregue um mandato eletivo (Parsons, 1991, 1963) e que pode ser assim enunciado: quem detenha o poder de um mandato e, logo, o poder de decidir por outros, está perante a possibilidade da sujeição coletiva de práticas consideradas indesejadas, colocando-se, desta forma, defronte de epítetos tendentes a manchar a imagem e o currículo, ferindo desta forma as asas do desejo do futuro percurso político (Gallagher & Mitchell, 2006).

Enquanto mecanismos de controlo – e propulsores de autocontrolo – os dispositivos funcionam como tecnologias exteriores aos profissionais da política e são localizados, para além do conjunto de indivíduos que compõem a comunidade eletiva, na totalidade societal, incluindo aquela parte que se manifesta pela ausência e pelo silêncio aparente (Martins, 1990). Apesar desta exterioridade, da afirmada diversidade e as cantorias épicas ao poder coercivo – portanto poder do povo –, os mecanismos de controlo

tendem a intrometer-se e a inverter o sentido de “quem controla quem” (Foucault, 1975) surgindo estratégias de submissão da totalidade através de um conjunto de “táticas disciplinares” resultante do uso de “tecnologia tradicional da obediência” (Martins, 1990, p. 69).

O poder da totalidade revela-se assim um poder aparente porque limitado por um dispositivo da moral inscrita nos corpos segundo uma “racionalidade do ‘simples bom senso’ ou do equilíbrio de todas as coisas” (Martins, 1990, p. 69) que, ao estabelecer o enfraquecimento do entusiasmo pela política, encontra o caminho para a entronização e eternização de agentes constituídos em profissionais da política. Neste agir sobre a totalidade, construído sob a intervenção ativa na remoção da efervescência e na promoção da baixa excitação pública sobre os assuntos do campo, localiza-se a fórmula que possibilita aos profissionais da política o seu sucesso em estratégias de longevidade profissional.

### 3. LONGEVIDADE NA POLÍTICA – ANALOGIAS E SIMILITUDES PARTIDÁRIAS

Em termos de construção mental, o campo político apresenta-se diverso nas suas forças, dinamicamente conflituoso nos seus processos, múltiplo nas suas estratégias e amplamente talentoso nas artes dos seus atores (Weber, 2004). A heterogeneidade partidária é a expressão expectável e, em geral, sempre presente, para vincar as diferenças que subjaz o campo político em regime democrático (Caillaud & Tirole, 2002; Hopkin, 2004).

A duração dos indivíduos nos cargos políticos pode, por um lado, revelar a experiência necessária à manutenção da estabilidade das instituições políticas com vista à concretização de projetos, por vezes complexos (Allen, 2013). Mas, a reivindicação dessa experiência, como fator de necessidade primordial, contém também a afirmação tácita da imutabilidade, ou mudança forçadamente lenta, na ocupação de cargos e, em consequência, a prossecução de formas normalizadas de existir e agir, limitando as dinâmicas de mudança tanto dos meios políticos, como da sociedade enquanto território (re)produtor de si própria (Best & Cotta, 2000). É com o objetivo de se conhecer esta realidade sociopolítica que se recorre a um estudo de caso da conservação nos cargos, realizado a partir da lista dos presidentes de câmaras municipais em Portugal.

Este trabalho baseia-se na estatística colhida anteriormente ao dia 29 de setembro de 2013<sup>2</sup>, vésperas da realização, em Portugal, da primeira

<sup>2</sup> Agradece-se a Miguel Laranjeiro, Secretário Nacional do Partido Socialista para a Organização (2011-2014), a cedência da base de dados, sem a qual este trabalho não seria possível.

eleição na qual alguns cidadãos foram legalmente impedidos de se candidatar a determinados lugares de representação política<sup>3</sup>. O crescente aumento de presidentes de autarquias – instituições mais próximas dos cidadãos – entronizados no poder levou à constituição do seu impedimento legal. São também analisadas as transferências do poder dos autarcas impedidos para indivíduos colocados, estrategicamente, numa linha de sucessão antecipada, assim como o caso dos políticos que, ao verem-se impedidos, se transferem para os órgãos legislativos dos municípios.

Imediatamente antes da aplicação da lei da limitação de mandatos, constatava-se que mais de metade das autarquias (51,3%) eram presididas, pelo menos, há mais de três mandatos, enquanto o número de indivíduos estreadantes – ou a concluir o seu primeiro mandato – se cifrava nos 29,5%.

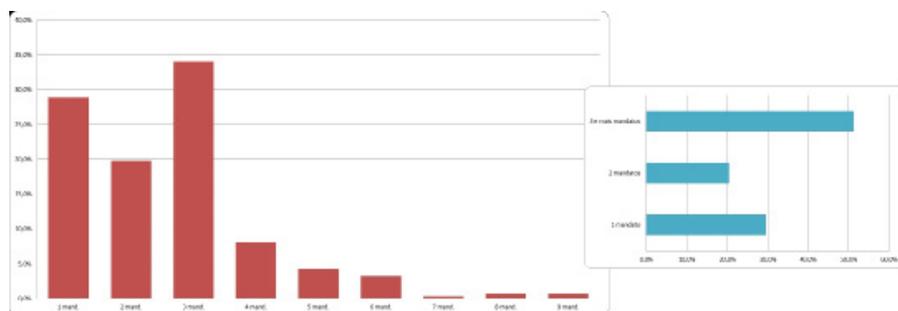


Gráfico 1: Percentagem de concelhos existentes (n=308) em função do número de mandatos em Portugal, em setembro de 2013 (detalhe e resumo)

Por outro lado, os autarcas a finalizarem o seu terceiro mandato constituíam mais de um terço (34,9%) dos líderes municipais em atividade, número bastante distante da possibilidade legada aos candidatos já com dois mandatos (19,8%) e por isso algo demonstrador da diminuição de indivíduos posicionados para a realização do terceiro mandato.

Os mandatos autárquicos instituídos em democracia através da Constituição da República Portuguesa em 1976 sucediam, até 1982, por um período de três anos, tendo sido aumentados para um espaço de quatro anos a partir dessa data. No período compreendido entre 1976-2013 decorreram nove atos eleitorais autárquicos a que correspondeu o mesmo

<sup>3</sup> Conhecida como a lei da delimitação dos mandatos, a lei n.º 46/2005 de 29 de agosto entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2006. Na prática estabelecia que, a partir das eleições autárquicas de 2013 estava vedada a eleição, para “o quadriénio seguinte”, de qualquer indivíduo que tivesse realizado, pelo menos, três mandatos consecutivos.

número de mandatos políticos. Uma análise exclusiva tendo em vista a uma estratificação cronológica chama desde logo a atenção para a existência de situações nas quais determinados indivíduos ocuparam a função de presidente de câmara durante exatamente os nove mandatos. Esta longevidade é acompanhada pela existência de município liderados durante sete e oito mandatos pela mesma pessoa.

O somatório do número de presidentes com quatro, cinco e seis mandatos consecutivamente cumpridos atingiu os 50 casos, correspondendo a 15,6%, facto que enuncia uma propensão dos políticos para o apego ao lugar de eleição, assim como também exprime uma certa predisposição para o mercado dos eleitores responder afirmativamente aos apelos de certos candidatos apresentados como indivíduos na posse de particularidades engenhosas e incomuns na relação da oferta e procura eleitoral.

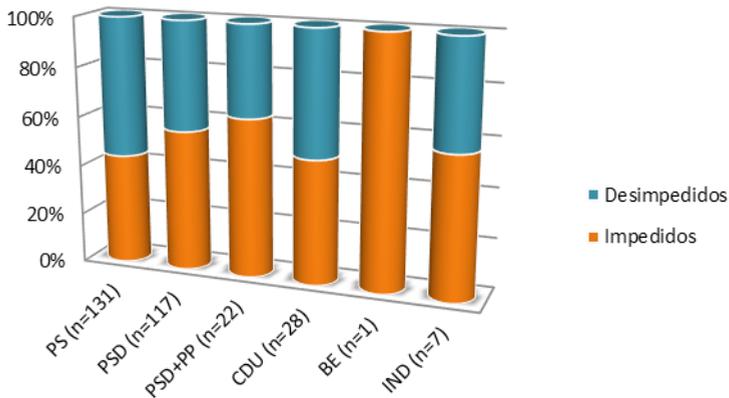


Gráfico 2: Relação entre autarcas impedidos e desimpedidos – setembro de 2013

Excluindo o caso excecional do Bloco de Esquerda (BE) – que presidia apenas a uma autarquia há mais de três –, dos 157 presidentes de câmara municipais obrigados a saírem do sistema político autárquico, o Partido Social Democrata (PSD) em coligação com o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) apresentava, em termos relativos, o maior número de indivíduos com antiguidade superior a doze anos no poder (63,6%), não muito distante do PSD em estado solitário (56,4%). Todavia, mesmo considerando os casos da Coligação Democrática Unitária (CDU) com 50% e do Partido Socialista (PS) com 44,3% de indivíduos candidatos com mais

de doze anos de *curriculum* presidindo câmaras municipais, os números não se afiguram muito distanciados uns dos outros no que toca à generalidade dos partidos políticos.

A circunstância dos políticos concorrentes às eleições na condição de “independentes”, logo com práticas diferenciadas e distintas, não introduz, neste caso, nenhuma mudança, verificando-se, pelo contrário uma tendência para a repetição dos números (57,1%) de indivíduos com mais de três mandatos autárquicos, constatando-se assim, pelo menos nesta dimensão de análise, uma similitude reprodutiva entre as práticas políticas provindas de organizações partidárias e as provindas de grupos de cidadãos autonomizados.

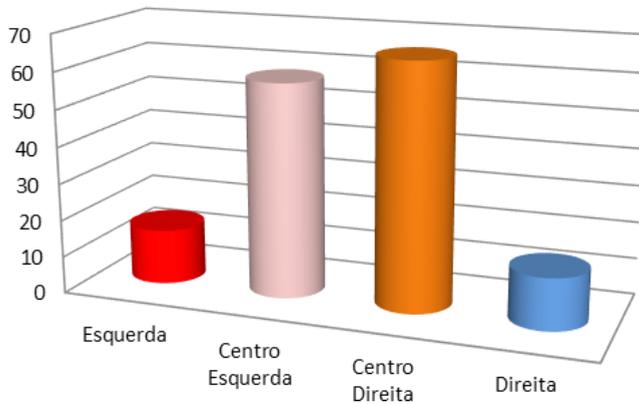


Gráfico 3: Distribuição dos impedidos na divisão esquerda-direita

Na hodierna forma de categorização política, a divisão esquerda-direita idealiza uma simplificação dicotômica e antitética (Bóbbio, 1994) e, apesar das dúvidas muitas vezes levantadas sobre a sua validade (Correia, 2012), é ainda globalmente usada para promover a separação de campos e constituir propriedades explicativas da realização de práticas políticas (Nöel & Thérien, 2008). Trata-se de uma representação social (Cabecinhas, 2004) da política construída como “orientação dos eleitores na interpretação dos fenómenos políticos e na tomada de decisões”, funcionando como um “instrumento para reduzir a complexidade do universo político” que se traduz numa espécie de “código de comunicação” (Freire, 2005, p. 11) adequado a ajudar os indivíduos a reconciliarem-se com um lugar político.

Num exercício em que se atribui a esquerda à CDU (coligação entre o Partido Comunista Português (PCP) e ao Partido “Os Verdes”); a direita ao CDS (neste caso, em coligação com o PSD); o centro-esquerda ao PS e o centro-direita ao PSD, verifica-se, na separação dual que, apesar de se manifestar uma ligeira tendência para a existência de mais indivíduos à direita com narrativas de longevidade, esta não autoriza a declaração de superioridade na produção de autarcas com tendências de resistência. Globalmente, dos 157 indivíduos com *curriculum* excessivo para continuar a presidir autarquias, 73 encontravam-se alojados do lado esquerdo e 80 encostados à direita. Mesmo considerando as divisões no interior de cada uma das díades, o valor observado no limite da esquerda – apenas a CDU – cifra-se em 15 casos, enquanto o centro-esquerda – PS – agrega 58 indivíduos. Do outro lado, o limite da direita – CDS – conta com 14 casos, enquanto o centro-direita apresenta 66 – o PSD.

Isto é, nos interstícios da análise política mais simples e declarada como a mais fácil de integrar o fenómeno político no conhecimento popular, não se vislumbra uma significativa diferença entre os campos colocados em oposição – aparentemente distintos em todas as dimensões –construídos para promover o fervor e a adesão dos indivíduos à participação eleitoral. Tanto na esquerda como na direita, a predisposição dos indivíduos para arquitetar estratégias de resistência nos lugares de representação política revela-se similar e demonstrador da existência de uma questão ampla e a tocar em fundamentos sociais sustentados em disposições com propriedades particulares estabilizadas e manifestadas na relação entre o poder e as suas formas de exercício.

#### 4. AFINIDADE E SOBREVIVÊNCIA ICONOGRÁFICA DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA

Com a interrupção do percurso profissional introduzida pela determinação legal baseada no excesso de anos de mandatos no currículo, delinearam-se estratégias de controlo das consequências pessoais e partidárias no abandonar dos atores políticos detentores do poder nas Câmaras Municipais. Perante este quadro, as narrativas pessoais destes profissionais da política direcionaram-nos para estratégias distintas, umas mais localizadas nas necessidades individuais assentes em razões de ordem económica e outras localizadas na vaidade pessoal e manutenção de estatuto perante a comunidade, ambas atravessadas pelas noções de conservação e projeção da figura do indivíduo com poder.

Dos 157 políticos impedidos de alongar a sua narrativa profissional, 16 desistiram em certo momento do mandato iniciado em 2009-2013 (Tabela 1). Aquando da disputa eleitoral de 2009, a maior parte sabia que esse seria o seu último mandato, pelo que se torna impossível atribuir o abandono antecipado a um facto desligado da atitude consciente e planeada. Portanto, a desistência aqui observada não pode ser levada à conta de uma demissão de quem pretende ir-se embora por mudar de vida, mas sim o delinear de uma estratégia com vista à colocação em prática de um programa com vista a objetivos precisos e concretamente delineados.

O abandono precoce do lugar de presidente de câmara no decorrer do mandato autárquico 2009-2013 (ver Tabela 1) obedeceu a estratégias de cedência segundo planos estabelecidos de acordo com a realidade das configurações particulares de cada geografia partidária. Em geografias dominadas por elites constituídas em clãs e socialmente reconhecidas como poderosas, o poder tratou de ser entregue a uma figura representativa das tramas familiares dominadoras do cenário político local. Nestes casos, a tramitação deu-se segundo um plano estabelecido com alguns anos de existência e que passava por, durante esses anos, se promover um ente, usualmente um “filho-família” com apelido reconhecido, em vista ao seu transporte na hierarquia do reconhecimento da competência sociopolítica<sup>4</sup>.

Em circunstâncias nas quais o capital do político se havia autonomizado e exteriorizado para além da sua geografia eleitoral, o profissional da política, impedido de continuar o seu projeto pessoal, pôde recorrer à rede de relações entretanto construída ao longo da sua vivência na política, antecipando, por um lado, a sua solução particular na forma económica e, em simultâneo, dando perfil a uma solução do partido que, fruto da mudança, passou a dispor de tempo para promover uma nova silhueta política enquanto fazia esquecer a antiga figura.

---

<sup>4</sup> O caso de Coimbra no qual Carlos Encarnação, o presidente da Câmara, cedeu antecipadamente o seu lugar a João Barbosa de Melo é coincidente com o facto deste último ser filho de António Barbosa de Melo, fundador do Partido Popular Democrático, Presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995, anos coincidentes com o período em que Carlos Encarnação exerceu, por três vezes, as funções governamentais de Secretário de Estado: Administração Interna (1981), Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (1990) Adjunto do Ministro da Administração Interna (1991). Retirado de <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=19> e <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=280>

CONCELHO	PARTIDO	NOME	OBSERVAÇÕES
Fundão	PSD	Manuel Frexes	Saída para administrador Águas de Portugal, empresa a quem a Câmara do Fundão devia, à data, 7,5 milhões de Euros <sup>5</sup> .
Idanha-a-Nova	PS	Álvaro Rocha	Lugar cedido a Armindo Jacinto – Vice-presidente da Câmara. Vereador durante três mandatos <sup>6</sup>
Coimbra	PSD/CDS	Carlos Encarnação	Lugar cedido a João P. Barbosa Melo (Vice-Presidente da Câmara), filho de Barbosa de Melo, fundador do Partido Popular Democrático e ex-Presidente da Assembleia da República.
Lousã	PS	Fernando Carvalho	Lugar cedido a Luís Antunes – Vice-presidente da Câmara e filho ex-deputado e ex-presidente Câmara Horácio Antunes (retirado de <a href="http://www.asbeiras.pt/2011/11/fernando-carvalho-renuncia-a-presidencia-da-camara-da-lousa/">http://www.asbeiras.pt/2011/11/fernando-carvalho-renuncia-a-presidencia-da-camara-da-lousa/</a> )
Tábua	PS	Francisco Ivo Portela	Lugar cedido a Mário Loureiro – Era Vereador (retirado de <a href="http://www.faroldanossaterra.net/2012/05/27/mario-almeida-loureiro-e-o-novo-presidente-da-camara-municipal-de-tabua/">http://www.faroldanossaterra.net/2012/05/27/mario-almeida-loureiro-e-o-novo-presidente-da-camara-municipal-de-tabua/</a> )
Évora	PS	José Ernesto Oliveira	Lugar cedido a Manuel Melgão – Vice-presidente da Câmara (retirado de <a href="http://www.radio-campanario.com/r/index.php/regional/1556-evora-jose-ernesto-oliveira-cessa-funcoes-de-presidencia-5-meses-antes-do-final-do-mandato">http://www.radio-campanario.com/r/index.php/regional/1556-evora-jose-ernesto-oliveira-cessa-funcoes-de-presidencia-5-meses-antes-do-final-do-mandato</a> )
Montemor-o-Novo	CDU	Carlos Pinto Sá	Lugar cedido a Hortência Menino – Carlos Pinto Sá passou a candidato em Évora (Retirado de <a href="http://alvitando.blogs.sapo.pt/2387500.html">http://alvitando.blogs.sapo.pt/2387500.html</a> )
Albufeira	PSD	Desidério Silva	Lugar cedido a José Carlos Rolo – Vice PC. Desidério Silva foi ocupar o lugar de Presidente da Junta Turismo Algarve (Retirado de <a href="http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=131304">http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=131304</a> )
Cascais	PSD/CDS	António Capucho	Lugar cedido a Carlos Carreiras – Vice-presidente da Câmara (Retirado de <a href="http://expresso.sapo.pt/actualidade/antonio-capucho-renuncia-a-cargo-de-presidente-da-camara-de-cascais=f700960">http://expresso.sapo.pt/actualidade/antonio-capucho-renuncia-a-cargo-de-presidente-da-camara-de-cascais=f700960</a> )
Portalegre	PSD	José Mata Cárceres	Lugar cedido a Maria Adelaide Teixeira – Vice-presidente da Câmara (retirado de <a href="http://www.cincotons.com/2011/06/mata-caceres-deixa-presidencia-da.html">http://www.cincotons.com/2011/06/mata-caceres-deixa-presidencia-da.html</a> )
Valongo	PSD/CDS	Fernando Melo	Lugar cedido a João Paulo Baltazar <sup>7</sup>
Cartaxo	PS	Paulo Caldas	Lugar cedido a Paulo Varanda – Vice Vice-presidente da Câmara <sup>8</sup>
Tomar	PSD	António Paiva	Lugar Cedido a Carlos Carrão – António Paiva demitiu-se e foi para gestor do QREN <sup>9</sup>
Grândola	PS	Carlos Beato	Lugar Cedido a Graça Nunes – Carlos Beato foi ocupar um lugar no Conselho de administração da Caixa Económica Montepio Geral (retirado de <a href="http://da.ambaal.pt/noticias/?id=2582">m http://da.ambaal.pt/noticias/?id=2582</a> )

CONCELHO	PARTIDO	NOME	OBSERVAÇÕES
Madalena (Açores)	PSD	José Rodrigues	José António Soares – era vereador e vice-presidente de Câmara (retirado de <a href="http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011-05-02-aco-res-presidente-da-camara-da-madalena-do-pico-renunciou-ao-mandato">http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011-05-02-aco-res-presidente-da-camara-da-madalena-do-pico-renunciou-ao-mandato</a> )
Ponta Delgada (Açores)	PSD	Berta Cabral	José Manuel Bolieiro – Era vereador e vice-presidente de Câmara (retirado de <a href="http://expresso.sapo.pt/actualidade/berta-cabral-deixa-camara-de-ponta-delgada=f743734">http://expresso.sapo.pt/actualidade/berta-cabral-deixa-camara-de-ponta-delgada=f743734</a> )

Tabela 1: Abandonos e cedências do cargo de Presidente de Câmara no decurso do mandato 2009-201356789

A cedência da posição do lugar de dirigente máximo autárquico num momento que possibilitasse um período de (re)conhecimento a uma novel personalidade constituiu o plano mais usual. Na maior parte das vezes a cedência não implicou a saída institucional do presidente da câmara eleito mas, quando tal ocorreu, este promoveu o auto esvaziamento deliberado das suas competências principais, entregando-as ao putativo sucessor e passando, entretanto, a ser uma individualidade exclusivamente institucional (Tabela 1). Na prática, deu-se a saída do palco do até aí ator principal para se revelar um novo rosto no lugar da representação o poder. Em geral, nestes casos, estabeleceu-se um acordo delineado nas formas de um negócio entre o experiente de saída e o novel de entrada, formulado debaixo do apoio deste último à candidatura do futuro ex-presidente da câmara ao lugar de Presidente da Assembleia Municipal.

<sup>5</sup> Manuel Frexes foi indigitado para a Águas de Portugal (AdP), entidade com quem a autarquia de onde saiu mantinha uma dívida de 7,5 milhões de euros. Retirado de <http://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/conflicto-de-dividas-de-manuel-frexes>

<sup>6</sup> Seguindo um preceito habitual Álvaro Rocha, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova centrou, exclusivamente nas suas capacidades pessoais de construção do seu destino: “entrei como quis, saio por vontade própria”, disse. Ver notícia da Agência Lusa de 02.05.2013.

<sup>7</sup> Após ter declarado que levaria o mandato até ao fim, Fernando Melo acabou por ceder o lugar ao número dois da Câmara Municipal de Valongo no decurso do mandato. “Já não gosto de ser presidente. Estou cansado disto”, declarou como argumento para o seu abandono. Retirado de <http://www.jn.pt/local/noticias/porto/valongo/interior/fernando-melo-deixa-camara-de-valongo-2512623.html#ixzz4NGMr3dHo>

<sup>8</sup> Na hora do abandono antecipado, “questionado sobre se não defraudou as expectativas dos que votaram em si para um mandato de quatro anos, o autarca afirmou que ‘há hoje a consciência de que os líderes trabalham com equipas’, pelo que parte ‘de consciência tranquila’”. Retirado de <http://www.dn.pt/portugal/interior/paulo-caldas-renuncia-a-presidencia-da-autarquia-2082017.html>

<sup>9</sup> “Aceitei este lugar porque entendi que tinha aqui uma oportunidade não só de representar o município de Tomar e a Comunidade Urbana do Médio Tejo mas também todos os municípios da Região Centro”, explicou António Paiva na hora do abandono da Câmara de Tomar. Retirado de <http://omirante.pt/semanario/2007-12-27/politica/2007-12-27-antonio-paiva-sai-da-camara-de-tomar-para-girar-programa-operacional-da-regiao-centro>

Vejam: dos 157 indivíduos limitados ao concurso político enquanto presidentes de Câmara, 43% apresentaram-se às eleições autárquicas de setembro de 2013 no lugar de candidatos a presidente da Assembleia Municipal. Mais uma vez a estatística decorrida do facto social em análise demonstra uma tendência regular no acontecimento que abraça a totalidade dos componentes do campo partidário. A distribuição relativa entre os partidos (Gráfico 4) revela a presença do mesmo tipo de solução transversal nas estratégias da generalidade dos partidos políticos a que não escapa o que deveria ser um caso particular, e logo diferenciado, como é o esperado dos independentes que apresentaram 50% de candidaturas de ex-executivos ao órgão deliberativo. Este número é acompanhado pelos partidos conhecidos como “os partidos de esquerda” (PS, 50%; CDU, 50%) cujos ex-presidentes do órgão executivo, dispostos a presidir o órgão deliberativo municipal, mostraram ser em maior número relativo aos dos partidos tidos como “situados à direita” (PSD, 38%; PSD-CDS, 29%), ainda assim demonstrando que no campo decisional partidário a solução preconizada de querer fazer presidentes de assembleias municipais, indivíduos impedidos de ser presidentes de câmara, revela uma linha de conduta similar em toda a esfera partidária.

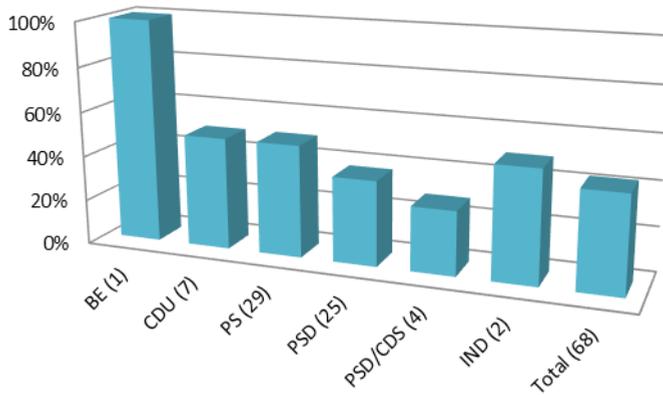


Gráfico 4: Distribuição, por partido, de edis “impedidos” (%), candidatos à presidência da Assembleia Municipal (n=68)

Para além da transversalidade partidária, esta escolha de mais de 43% dos impedidos revela até que ponto pode ir a noção de sobrevivência

política uma vez que, no caso, é notada a necessidade destes se manterem ativos tanto no partido como num lugar que, pouco ou muito, também é um lugar de representação na medida em que depende dos votos dos eleitores. A visão eleitoral mostra-se aqui presente dado que, na maior parte das vezes, os indivíduos com currículo político longo são apresentados como exemplos de dedicação “à causa pública” – forma objetiva de esconder a causa partidária – e, em seguimento, aproveitados pela sua capacidade de manipulação eleitoral e mobilização de recursos de vária ordem (Ansell & Fish, 1999).

Na ordem autárquica portuguesa, o cargo de Presidente da Assembleia Municipal revela-se um lugar de representação simbólica mas nem por isso de poder simbólico (Bourdieu, 1989). Simbólico aqui refere-se à transformação do indivíduo num ícone reconhecido mas sem capacidade ativa nem forma de converter a sua carga simbólica em autoridade.

O investimento político colocado na disputa do lugar de candidato a presidente da assembleia municipal é praticamente nulo, o que faz com que o rosto surgido seja, regra geral, um cidadão com propriedades veneráveis adquiridas profissionalmente, reveladas na dimensão económica e reconhecidas socialmente como distintas (Bourdieu, 1979). É alguém com elevado capital social mas nem por isso possuidor de idêntica medida de capital político, aliás, desnecessário pelos motivos relacionados com o objetivo aludido, no caso, a ocupação de um cargo onde a figura do poder máximo se compõe segundo a capacidade de seguir determinada ritualização habitual sem que os seus créditos pessoais tenham, na prática, qualquer utilidade. O facto do líder do órgão deliberativo constituir um dos menos visíveis cargos políticos coloca a figura do seu presidente num plano político praticamente inferior ao de presidente de junta de freguesia, na medida em que este, pelo menos, ao gerir um orçamento, sustenta-se em algum poder económico (Bourdieu, 2006). Do ponto de vista das práticas, o presidente da assembleia municipal é um homem posto num momento que exige pouco dos homens e marca mais o momento (Winkin, 1999).

O aparecimento de ex-executivos autárquicos dotados de alto capital político ocupando lugares de valor destituído de qualquer poder simbólico diminui o círculo de recrutamento e introduz um elo de fechamento partidário. O partido toma para si a responsabilidade de acolher profissionais que, na sua carreira política, também lhes dedicaram toda a vida, reconhecendo-lhes não só o direito mas também a obrigação de continuarem a ser acolhidos e de se manterem no centro das decisões. Dessa forma, o partido como que armazena o capital de experiência legado por esses

profissionais, compondo as expectativas de quem não tem outras perspectivas profissionais para além da política.

As estratégias engendradas para a manutenção do poder como modo de existência pessoal ultrapassam, em certas circunstâncias, a simples ideia de persistência do indivíduo para realização ideológica individual denotando outras motivações, na maior parte das vezes, inconfessadas. Quando abordadas em público pelos média, mesmo em circunstâncias visíveis e facilmente constatadas como soluções dominadas por razões económicas, os motivos invocados são invertidos, colocando-se o ónus da necessidade não no indivíduo, mas no cargo. É o cargo que precisa da pessoa e não o indivíduo quem necessita do cargo. A experiência, o capital de conhecimento e a posse das qualidades para o lugar, constituem os elementos curriculares colocados em evidência pública com vista a promover a desertificação de outras pretensões ao cargo.

## 5. PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS

Se a grande cidade gera seres marcados pela diferença a partir de consciências atravessadas pela diversidade da vida social e económica onde a realização profissional se confunde com a realização pessoal, é manifesta a “oposição profunda frente à pequena cidade e à vida no campo, com ritmo mais lento, mais rotineiro e de fluxo mais uniforme da sua imagem sensível-espiritual da vida” (Simmel, 2009, p. 4). Os sentidos relacionais desenrolam-se segundo as configurações psicossociais decorrentes da natureza dominante nas sociografias, “sobretudo o carácter intelectualista da vida anímica peculiar à grande cidade, em face do psiquismo consentâneo com a pequena cidade, que se apoia antes no ânimo e nas relações pautadas pelo sentimento” (Simmel, 2009, p. 4) dando-se o recorte fronteiro das diferenças quando é produzida qualquer análise comparativa entre os domínios “grande cidade”, “cidade” e “campo”.

Na aplicação dos pressupostos de Simmel, o campo da política portuguesa e, especificamente o caso das autarquias locais, configuram o organismo onde se dá uma maior proximidade entre os eleitores e os eleitos. Proximidade deve aqui ser entendida sob significações diferenciadas, distinguidas entre as características dominantes na separação ainda possível entre comunidade e sociedade (Tönnies, 1979), categorização que apresenta duas formas básicas e distintas de sociação: enquanto a “comunidade” sustenta-se no afeto e na emoção, a “sociedade” assenta na instrumentalidade e na razão. A comunidade produz e reforça a sua existência segundo

uma cultura de solidariedade fundada em códigos partilhados pela generalidade dos seus constituintes; a sociedade constrói-se segundo a premissa do progresso, logo inscrevendo na sua génese o princípio da mudança permanente (Tönnies, 1979).

Na significação societária cuja consciência ganha contornos na produção de sentidos gerados na grande cidade (Simmel, 2009), compete para tal desiderato não a distância física entre os agentes mas mais a distância entre agentes e a instituição executiva de representação política mais próxima. A noção de sentidos é aqui colhida segundo fundamentos de individualidade resultante da “intensificação da vida nervosa, que brota da mudança acelerada e ininterrupta das impressões interiores e exteriores” (Simmel, 2009), num processo vivencial no qual é cultivada a “desatenção civil” no entrecruzamento entre indivíduos – que ao olharem-se fazem de conta que se não vêem – (Goffman, 1993), e cuja existência relativiza a importância da instituição autárquica na medida em que esta compete económica e socialmente com instituições de variados domínios pela atenção do indivíduo.

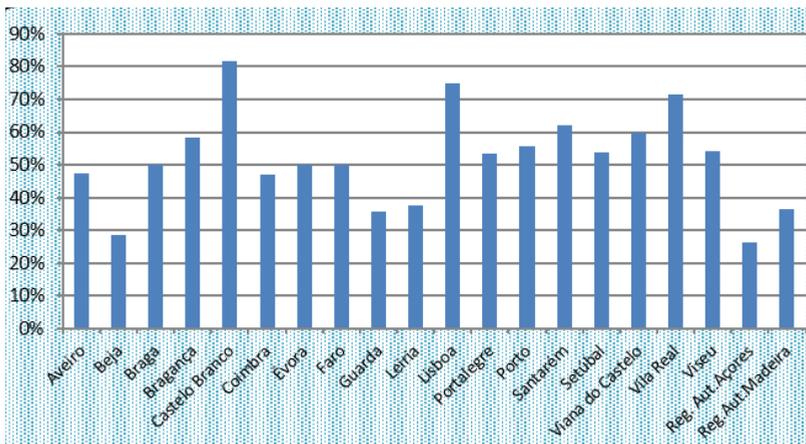


Gráfico 5: Comparação, por distrito, de concelhos com mais de três mandatos em setembro de 2013

Na conotação comunitária, proximidade refere-se à dependência funcional entre atores e às relações de poder que se tornam evidentes quando o espaço se organiza segundo configurações de vizinhança nas quais o conhecimento é produzido em conexões face-a-face entre os detentores do poder e os submetidos ao poder (Colfax, Elias & Scotson, 1966). Por

oposição, proximidade no caso da vivência na grande cidade revela-se na intelectualidade e na forma aparentemente desatenta e desligada uns dos outros como se processa a vivência entre atores (Goffman, 1993). Em certos casos, nomeadamente regiões com dinâmicas económicas menos competitivas, a autarquia e os apêndices organizacionais paramunicipais constituem-se, globalmente, na maior entidade empregadora da região, funcionando como uma entidade que a partir de uma dupla condição – política e económica – forma uma terceira linha conjuntural entre dominantes e dominados com propriedades causais nas dinâmicas sociais produzidas (Bourdieu, 1981).

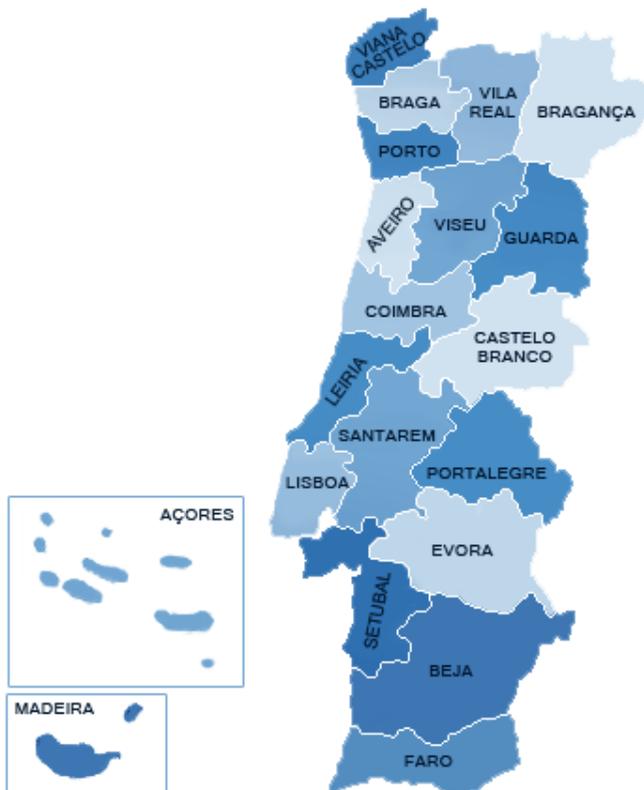


Figura 1: Mapa de Portugal com divisão por distritos

A Figura 1 apresenta 18 distritos que compõem a organização administrativo-política portuguesa. Apesar dessa condição superior no que diz respeito à ordem política, a divisão geográfica distrital de pouco ou

nada serve ao dia-a-dia do cidadão, resistindo<sup>10</sup> apenas porque o seu desaparecimento importaria alterações constitucionais assim como reordenações geográficas na orgânica dos partidos políticos. Paulatinamente esvaziados de funções é, todavia, através dos distritos que se formam os círculos eleitorais legislativos onde são eleitos os 230 deputados da nação, assim como é também através dos distritos que a política organiza a compreensão das suas lógicas e estabelece as suas lutas pela obtenção do poder.

Castelo Branco (82%), Lisboa (75%), Santarém (62%) e Vila Real (71%) são os distritos onde se verificou uma maior apetência para a produção de autarcas com mais do que três mandatos. Na situação inversa, Beja (29%), Guarda (36%), Leiria (38%), Açores<sup>11</sup> (26%) e Madeira (36%) apresentam-se como os distritos onde esta circunstância ocorreu com menos frequência.

Este olhar sociogeográfico torna-se ainda melhor compreendido na sua conceptualização se se tiver em consideração um conjunto de distritos cuja presença de presidentes de câmaras com três ou mais mandatos se situaram no intervalo mediano. É o caso de Braga (50%), Coimbra (47%), Portalegre (53%), Setúbal (55%).

Entre o grupo dos distritos com mais histórias de vida longas no poder municipal, os com fórmula contrária e os distritos dominados pela mediana, não se vislumbra nenhum fator diferenciador explicativo de lógicas que autorizem uma classificação simplificadora do fenómeno. A hipótese segundo a qual os distritos do interior, geralmente constituídos por concelhos mais pobres e economicamente mais dependentes e logo, à partida, tendencialmente julgados como possuindo instituições mais facilmente domináveis e dominadas, não se mostra verdadeira. A análise comparativa da situação dos distritos do interior confirma a existência de contrastes entre si: Guarda, Beja, Évora ou Portalegre revelam uma apetência muito inferior aos distritos de Castelo Branco, Bragança ou Vila Real pela eternização em lugares políticos autárquicos.

Esta realidade também se verifica quando se analisam os distritos situados no litoral, agora segundo a pressuposição de que, estando-se perante regiões tendencialmente mais dinâmicas e, logo, mais ricas, se constituía a tendência pela formação de instituições menos dadas ao predomínio

<sup>10</sup> Através do decreto-lei 114/2011 de 30 de novembro, o governo português extinguiu todos os Governos Cívicos transferindo as competências para diversos órgãos administrativos.

<sup>11</sup> Apesar de, juntamente com a Madeira se tratar de uma Região Autónoma com estatuto político-administrativo próprio, abordaremos nesta estatística os casos particulares destas duas regiões insulares conjuntamente com os Distritos da região continental.

histórico de um só indivíduo. A realidade dos caos dos distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal e Porto, apresentando altas taxas de concelhos dominados pela lógica da longa ocupação do lugar de presidente do Município, apenas confirma a inexistência de qualquer fundamento que componha o litoral político com uma categorização diferenciadora.

Uma análise geográfico-extensiva baseada na verificação entre os distritos do Norte e do Sul, revela também um atravessamento irregular e descontínuo da estatística. Os distritos de Bragança no norte (58%), Coimbra no centro (47%) ou Faro a sul (50%) apresentam presenças significativas de concelhos dominados por políticos consolidados no lugar.

A proposta de análise dicotômica entre litoral e interior, ou entre norte centro e sul, enquanto geografias produtoras de configurações-tipo na formação de traços distintos e semelhantes pressupostamente verificáveis no campo das práticas da política, revela, na realidade, o seu contrário. Isto é: o mapa de Portugal estatístico manifesta a existência de uma transversalidade que não permite afirmar a existência de diferenças introduzidas por fenómenos sociais diferenciadores.

A interpretação dos números permite a observação da inexistência de um só distrito em que se manifestasse a ausência de casos de narrativas de vida de liderança política de câmaras municipais. Mesmo que no limite se aceitasse uma presença residual como fator de intromissão significativa, tal ocorrência não estaria presente na medida em que o distrito que apresenta a menor frequência de casos é o caso dos Açores (26%), logo seguido de Beja (29%). Impõe-se por isso a confirmação através da dedução, sob forma *popperiana*, de que todos os distritos portugueses apresentam casos significativos de políticos com três ou mais mandatos no seu historial (Popper, 2002), observação constituinte da conjectura, confirmada e estatisticamente não refutada, pelos dados coligidos e comparativamente demonstrados na análise dos 18 distritos e das duas regiões autónomas que compõem a divisão intermédia do espaço político português (Figura 1).

A tendência pela formação de narrativas longínquas na política não ocorre numa região específica nem em circunstâncias de produção social segundo formas dissemelhantes, mas sim de acordo com concepções manifestas como aceitáveis pela totalidade dos indivíduos agindo na comunidade eleitoral. Concebe-se assim um fenómeno social total manifesto nos traços de unidade e aceitação geral através de práticas duráveis, amplamente reconhecidas, aprovadas e instituídas como válidas no *habitus* sedimentado na malha mental da generalidade dos agentes da política. Como explicar todavia a totalidade do fenómeno se aqui foi operada uma divisão

entre comunidade e sociedade? Para se compreender esta mudança impõe-se a consciência da mudança acelerada ocorrida na arquitetura social em Portugal. Se na década de 1970 “o quadro *comunitário* era uma referência central para a cultura camponesa – o suporte das relações sociais no *interhabitus*, no interconhecimento, na entreaajuda, e a sua idealização simbólica na lógica da reciprocidade entre iguais” (Silva, 1993, p. 300) marcava os ritmos e a organização das vivências assentava em texturas urdidas sob estratégias coletivas, “as mudanças socioeconómicas das últimas décadas introduzem-lhe elementos de desestruturação” (Silva, 1993) incorporando transfigurações e novas configurações traçadas por riscos hodiernos.

Com as transformações de sentido introduzidas pela industrialização do espaço agrícola e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a conceção diferenciada na produção da vontade, apartada entre a vontade geral e vontade arbitrária enunciada por Tönnies, afirma-se mais como uma fórmula próxima da tipologia pura (Weber, 2010) na abordagem de um fenómeno social do que uma classificação possuída pela noção de probabilidades mutáveis, decorrentes de alterações de consciência e incorporação de novos valores de adesão coletiva. A vontade essencial, pensada como uma forma de ser e agir sobressaída da relação do indivíduo com a natureza, manifesta em ações básicas e instintivas de cariz espontâneo e irrefletidas, e a expressão civilizacional imaginada na perspetiva de uma vontade arbitrária concebida segundo preceitos de controlo da reflexividade das ações humanas tendentes a fins precisos (Tönnies, 1979), deu lugar a uma formulação de combinação de sentidos nos quais prevalece a propensão para vivências concebidas segundo escolhas individuais e a formação estratégias empreendidas num espeço de possibilidades diferenciadas.

A interpenetração do rural e urbano nas estruturas das relações não se manifestam exclusivamente no campo das organizações políticas ou mesmo das práticas dos agentes constituídos como profissionais da política mas, antes, trata-se de uma realidade revelada em vários estudos que vieram demonstrar a existência de atravessamentos identitários diversificados na formação de novas identidades que já não podem ser apenas acoetidas e inscritas nas figurações originais e nos modos de classificação assentes exclusivamente na geografia de determinado espaço. A passagem dos tempos entrecruzou várias realidades constituídas sob vivências em sociabilidades dominadas por uma espécie de “encruzilhada de tempos sociais” (Silva, 1993, p. 414) dando lugar à formação a um hibridismo transversal a todos os domínios da sociedade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é visível, esta construção do profissional durável conta com o beneplácito ativo e reconhecido da maior parte da assembleia de voto e tem como aliado o tipo de aspirações coletivas instituídas no seio da sociedade em apreço. A escolha da comunidade eleitoral está muito ligada à identificação coletiva dos agentes mais dotados no domínio do jogo em disputa.

A simbiose que se estabelece entre o corpo societal e o agente político decorre de especificidades localizadas em cada campo de análise, sendo as explicações e justificações associadas geralmente localizadas no domínio do campo económico (Weber, 2004). A longevidade de políticos em lugares de eleição encontra na constituição de soluções económicas locais o argumento mais usual para explicar a sua condição fenomenal. É no campo económico que se forma a crença, modo substantivo de existir, segundo a qual os melhores jogadores do jogo estão na posse de propriedades específicas (Bourdieu, 1981, 1989) que faz deles a aposta certa.

Qualquer aposta acomoda-se na expectativa do andamento do mundo pessoal ao ritmo do mundo de todos. Trata-se de um processo que funciona “não a partir do próprio crente mas a partir de um plural indefinido (...) que se supõe ser o credor e a garantia da relação crente” (Certeau citado em Martins, 1990, p. 188), e que convoca a esperança sob a forma de convicção dominada pelo acionar em direção ao desconhecido: “acreditar é antes de mais aquilo que faz andar” (Martins, 1990, p. 188), logo, um mover constituído pelas propriedades impulsivas de um fluxo propulsor em que o destino é sempre um lugar na ilha da utopia.

Para que haja crença, “é necessário que haja algures um crer (...) que seja regular e não induza em erro” (Martins, 1990, p. 189). Aceitar-se como figura acreditada é saber que toda a crença parte do próprio político assim constituído. São dele “as propostas”, “as promessas”, “os projetos” e é dele a capacidade de se mostrar capaz de “levar em frente”, portanto, só nele pode residir a faculdade de “remeter a crença para outros que nela acreditam” e, em consequência, exibir-se como “uma garantia contra o ceticismo e a dúvida, obra dos inimigos que assim criam o vazio e impedem o andar” e, antagonicamente, promoveria a impossibilidade de se conhecer o segredo, dessa forma impedindo a revelação das capacidades do político constituído como única certeza da crença. Essa certeza, “‘coisa’ pressuposta que não nos aldraba” inscrita na promessa e no programa, decorre da convicção generalizada que a natureza humana e a imagem da aptidão profissional do político são de tal modo não traiçoeiras ao ponto de, ainda

que perante a afeção individual do engano, subsistir o princípio do contágio circunscrito no princípio de que “mesmo que nós nos enganemos, pelo menos elas não nos enganam nunca” (Martins, 1990, p. 189), premissa que serve de refúgio para todos os crentes em geral e cada um em particular.

A formação de uma crença inelutável aloja uma convicção na malha mental coletiva conjecturada a partir dos sinais entretanto projetados e que são determinantes nas escolhas. Como numa religião, esses sinais concebem-se de acordo com um certo porvir, imaginado segundo uma razão materializada, cujo objetivo esperado deve manifestar-se em forma tangível (Bourdieu & Boltanski, 1976). É na transformação entre o valor esperado do político pela comunidade na sua totalidade e o valor desejado pela mesma comunidade para si, mas já separada na divisão em partes, que se escondem as verdadeiras razões da adoção – ou rejeição –, de um agente político (Foucault, 1990).

Quando se dá a associação entre a comunidade eleitoral e o agente político, funda-se um contrato entre as duas partes cujas obrigações se alicerçam tacitamente em razões económicas (Foucault, 1990). Nessa altura, o agente político constitui-se numa promessa apelando às suas qualidades particulares para se transformar numa crença com propriedades amplas e destacadas, de acordo com a aceção da apreensão coletiva (Foucault, 1975). Na contenda eleitoral, o seu crédito reconhecido como promessa passa a crédito efetivamente concedido (Caillaud & Tirole, 2002; Parsons, 1963). Na qualidade de político instituído e, por isso, capacitado para jogar o jogo da política, o agente deixa imediatamente de lidar com a totalidade para se dedicar à especificidade, aos *problemas em concreto*, o que não é mais do que promover a divisão da totalidade em partes.

No jogo da separação e da divisão, o agente político colocado no lugar do poder explora com parcimónia e mestria a distribuição do seu poder, não pela totalidade, mas no que ele dita ser o mais importante: o premente, o estrutural, o sustentável, o rendível, escondendo com palavras o que só por si já lhe legaria razão mas, mais do que a razão momentânea, palavras que são postas a circular entre os que estão a favor e os que estão contra, os que não se interessam e os que esperam um melhor momento para expressarem a sua opinião (Bourdieu, 1982), desta forma enfraquecendo a força contida na totalidade, dando lugar à fraqueza das discussões marginais das partes (Bourdieu, 1979).

Enquanto totalidade, a comunidade eleitoral apenas se constitui com as suas propriedades coercivas num curto período que abarca a escolha dos políticos candidatos, a disputa eleitoral e a celebração da sua existência

que é também a celebração da sua suspensão. Findo esse espaço, a comunidade eleitoral subsume-se nas malhas invisíveis da sociedade civil, desligando-se de quaisquer responsabilidades fiscalizadoras (Jalali et al., 2012). Entra em estado suspensivo para que a ordem se conceba independentemente dos indivíduos (Himmelboim, 2011). A não ser a obrigação de *acordar* por se dar, repentinamente, um alvoroço na ordem sob a forma de acontecimento escandaloso, a comunidade eleitoral reproduz-se numa cultura (Berman, 1997) provinda de diversidades e tornada numa amálgama híbrida que só dá mostra de existência próxima das datas eleitorais.

Estas circunstâncias ocorrem quando o agente político transforma o crédito acumulado ao longo dos tempos em capital político, o que constitui um tipo de capital não só amplamente reconhecido como também fortalecido através da sustentação de laços estreitados entre a comunidade eletiva.

Para além do capital homologado pelas relações costumeiras da política – que podem ser positivas ou negativas de acordo com a receção eleitoral –, este tipo de capital forma-se através do reconhecimento excepcional das partes que se separam da globalidade da assembleia eleitoral – os partidos políticos – para se dedicarem, a tempo inteiro, em atividades distintamente particulares, agindo dentro da órbita íntima do agente político com um triplo objetivo: i) o fragilizar a assembleia eleitoral, ii) o de promover positivamente o agente junto da assembleia eleitoral entretanto enfraquecido e iii) o de tornar as ações do político imprescindíveis, assim reforçando a sua posição na totalidade. Desta associação de interesses resulta o robustecimento económico das partes separadas e a garantia de longevidade no lugar político por parte do profissional da política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, P. (2013). Linking pre-parliamentary political experience and the career trajectories of the 1997 general election cohort. *Parliamentary Affairs*, 66(4), 685–707. <http://doi.org/10.1093/pa/gss030>
- Almeida, J. F. (1984). Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês. *Análise Social*, XX, 583-620.
- Ansell, C. & Fish, S. (1999). The art of being indispensable – Non charismatic personalism in contemporary political parties. *Comparative Political Studies*, 32(3), 283-312.

- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality. Contemporary sociological theory* (Vol. 51). Nova Iorque: An Anchor Book. <http://doi.org/10.2307/323448>
- Berger, S. (2002). Democracy and social democracy. *European History Quarterly*, 32(1), 13-37. <http://doi.org/10.1177/0269142002032001560>
- Berman, S. (1997). Civil society and political institutionalization. *American Behavioral Scientist*, 40(5), 562-574.
- Best, H. & Cotta, M. (2000). *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000*. Oxford: Oxford University Press.
- Bóbbio, N. (1994). *Esquerda e direita – Razões e significações de uma distinção política*. Lisboa: Presença.
- Botelho, A. (2014). Political sociology: State-society relations. *Current Sociology Review*, 62(6), 868-885. <http://doi.org/10.1177/0011392114533213>
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1981). La représentation politique - Éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 36-37, 3-24.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- Bourdieu, P. (1984). La délégation et le fétichisme politique. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 52, 49-55.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2006). *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras.
- Bourdieu, P. & Boltanski, L. (1976). La production de l'idéologie dominante. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 2(2), 3-73. Retirado de <http://doi.org/10.3406/arss.1976.3443>
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 125-137. <http://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>
- Caillaud, B. & Tirole, J. (2002). Parties as political intermediaries. *Quarterly Journal of Economics*, 117(4), 1453-1489. <http://doi.org/10.1162/003355302320935070>
- Colfax, J. D., Elias, N. & Scotson, J. L. (1966). The established and the outsiders: A sociological enquiry into community problems. *American Sociological Review*, 31(5), 727. <http://doi.org/10.2307/2091874>

- Correia, V. (2012). *A dicotomia política esquerda-direita : a problemática da sua validade e atualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Durkheim, É. (2001). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Presença.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1990). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freire, A. (2005). Identidades ideológicas e partidárias na europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa. *Sociologia, Problemas e Práticas* 47, 11-33.
- Gallagher, M. & Mitchell, P. (Ed) (2006). *The politics of electoral systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society – Outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Goffman, E. (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Herepath, A. (2014). In the loop: A realist approach to structure and agency in the practice of strategy. *Organization Studies*, 35(6), 857-879. <http://doi.org/10.1177/0170840613509918>
- Himmelboim, I. (2011). Civil society and online political discourse The network structure of unrestricted discussions. *Communication Research*, 38(5), 634-659.
- Jalali, C., Silva, P. & Silva, S. (2012). Givers and takers: Parties, state resources and civil society in Portugal. *Party Politics*, 18(1), 61-80.
- Martins, M. L. (1990). *O olho de deus no discurso salazarista*. Porto: Afrontamento.
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Nöel, A. & Thérien, J.-P. (2008). *Left and right in global politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parsons, T. (1963). On the concept of political power. *American Philosophical Society*, 107(3), 232-262.
- Parsons, T. (1991). *The social system*. Londres: Routledge.
- Pondé, L. F. (2004). *Conhecimento na desgraça - Ensaio de epistemologia pascaliana*. São Paulo: Edusp.

- Popper, K. R. (2002). *Conjectures and refutations: The growth of scientific knowledge*. Londres: Routledge Classics.
- Santos Silva, A. (1993). *Tempos cruzados - Estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Afrontamento.
- Simmel, G. (2009). *A grande cidade e a vida do espírito*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Steyvers, K. & Verhelst, T. (2012). Between layman and professional? Political recruitment and career development of local councillors in a comparative perspective. *Lex Vocalis – Journal of Self-Government*, 10(1), 1–17.
- Tönnies, F. (1979). *Comunidad y asociación*. Barcelona: Ediciones Península.
- Vasquez, J. (1998). *The power of power politics*. Londres: Cambridge.
- Weber, M. (2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Weber, M. (2004). *Economia e sociedade - Vol. II*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (2005). *Três tipos puros de poder legítimo: Um estudo sociológico*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Weber, M. (2010). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Winkin, Y. (1999). *Os momentos e os seus homens – Erving Goffman*. Lisboa: Relógio D'Água.

Citação:

Silva, E. & Martins, M. L. (2017). A cultura da entronização e da eternização da elite política. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 73-97). Braga: CECS.

**MÓNICA CARVALHO**

monica.marino@gmail.com

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - CECS,  
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA**

# **GOVERNANÇA DO RISCO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PERSPETIVA DA “SOCIEDADE DE RISCO GLOBAL”**

## **RESUMO**

Esta proposta se inscreve como parte de um projeto de pós-doutoramento, vinculado ao CECS. No contexto da atual fase desta investigação, pretende-se partilhar com a comunidade académica algumas reflexões teóricas em torno da governança dos riscos, da participação pública e da comunicação a partir da teoria de Ulrich Beck sobre a sociedade do risco global. Destaca-se a importância da dimensão normativa da teoria de Beck na discussão de um certo modelo de governança do risco, ressaltando-se uma noção de participação que não se restringe a instrumento ou método auxiliar à governança para que se chegue a um fim, no caso, a “tomada de decisão”. Salienta-se, ainda a pertinência da força desestabilizadora e geradora de conflitos do risco global que, para além de nos empurrar a todos para o centro de uma crise, parece ser justamente aquilo que pode compelir à participação e ao diálogo ou, visto de outra perspetiva, à própria ação política.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Governança; risco; participação; comunicação

---

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo faz parte do projeto de pós-doutoramento CIRIS – Comunicação do risco industrial em Portugal – desenvolvido no CECS – Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Com perspetiva de duração de cinco anos, o projeto teve início em 2015 e é financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Tem como proposta investigar o atual estado da comunicação do risco industrial em Portugal, tendo como referência a Diretiva Seveso, da União Europeia, que visa controlar o risco de acidentes industriais graves. No trabalho de investigação

serão consideradas as indústrias atualmente reguladas por essa legislação no país, além das autoridades, os média e o público, em especial os que vivem próximos às instalações.

No contexto da atual fase da investigação CIRIS, este artigo pretende destacar algumas reflexões teóricas em torno da governança dos riscos, da participação pública e da comunicação a partir da Teoria da Sociedade de Risco Global, de Ulrich Beck. Em especial, observa-se a dimensão normativa desta teoria na discussão de um modelo de governança do risco. Assim, ressalta-se uma certa noção de participação, que vai além de mero instrumento ou método auxiliar aos processos de governança do risco, ou seja, como algo que não se restringe a um procedimento para que se chegue a um fim – que, no âmbito da governança em geral, assim como da governança do risco, seria uma “tomada de decisão” –, mas enquanto condição daquilo que Beck (2009) define ser uma *cultura civil da responsabilidade*.

Segundo Beck, a cultura civil da responsabilidade seria uma das consequências do atual “momento cosmopolita”, quando se amplia cada vez mais a consciência de uma dinâmica social em torno dos riscos globais, em que todos passamos a ser vizinhos uns dos outros e partilhamos uma condição e um mundo – enquanto espaço, mas também enquanto contexto em que se constitui um certo sentido de humanidade –, onde ninguém parece poder escapar às ameaças, queira-se ou não reconhecer isto como possibilidade e/ou fato. “O ‘momento cosmopolita’ da sociedade de risco mundial significa, antes de mais, a *conditio humana* da irrevogável impossibilidade de exclusão do culturalmente outro. Todos se encontram num espaço de perigo global comum – sem saída” (Beck, 2015, pp. 113-114).

É no âmbito dessa *conditio humana* que podemos pensar a comunicação do risco, compreendida desde uma perspetiva informacional sobre o risco até às trocas que podem realizar-se entre os diversos atores no contexto dos debates que teriam por fim as tomadas de decisão sobre os riscos, onde a comunicação é percebida como elemento central presente em cada etapa do processo de governança do risco.

A partir de outro conceito de Beck, *lógica comunicativa*, o risco global é visto como “meio de comunicação obrigatório involuntário e não intencional num mundo de contradições inconciliáveis no qual todos giram em torno de si mesmos” (Beck, 2015, p. 119). Destaca-se, assim, a pertinência da força desestabilizadora e geradora de conflitos em torno do risco global que, para além de nos empurrar a todos para o centro de uma crise, parece ser justamente aquilo que pode nos compelir à participação e ao diálogo ou, visto de outra perspetiva, à própria ação política.

## 2. DOIS ACONTECIMENTOS: UMA TEORIA

A Teoria da Sociedade de Risco Global começou a ganhar os seus primeiros e definitivos contornos com a publicação do livro de Ulrich Beck *Risikogesellschaft* (Sociedade do Risco) no segundo semestre de 1986. Embora o livro tenha sido o resultado de cerca de dois anos de trabalho, pode-se dizer que também foi uma espécie de “clarividência” acerca de um novo mundo que parece ter-se materializado a 26 de abril deste mesmo ano, quando houve a explosão de um reator na central nuclear de Chernobyl, a qual, sem exageros, contaminou meio-mundo.

Quando dois ou mais acontecimentos, que não apresentam relações de causalidade, se conectam pela sua simultaneidade e significado, podemos arriscar dizer que se trata de um fenómeno de *sincronicidade*. O conceito foi desenvolvido pelo psiquiatra Carl Jung na primeira metade do século XX e parece ser o caso de Chernobyl e da publicação de *Risikogesellschaft*, ambos, como já se disse, ocorridos em 1986. De fato, a explosão na central ucraniana foi o pior desastre nuclear já ocorrido na história e o livro de Beck é um marco teórico para o entendimento desse acontecimento radical que acabava de acontecer na então União Soviética. Por este motivo, enquanto fenómeno, é compreensível que a sincronicidade nos provoque um certo espanto. Isto foi o que o próprio Beck parece ter relatado em dois textos escritos ainda em maio de 1986, logo após Chernobyl, quando tinha o seu livro pronto e, muito provavelmente, já no prelo. Com o título “Dadas as circunstâncias”, o primeiro texto, inclusive, ainda foi possível incluir no livro como “pré-prólogo”. Neste, o autor expressa um misto de assombro pelo trágico acontecimento e uma certa “deceção” por ter acertado em cheio na sua descrição de uma realidade que até lhe parecia apenas imaginada. Assim, o sociólogo afirma que o desastre de Chernobyl teria dado um “gosto amargo de verdade” a sua noção de “sociedade do risco (industrial)” e conclui:

muito do que eu obtive de forma argumentativa ao escrever (a impercetibilidade dos perigos, a sua dependência m relação ao saber, a sua supranacionalidade, a “expropriação ecológica”, a passagem da normalidade ao absurdo etc.) lê-se depois de Chernobyl como um trivial descrição do presente. Oxalá tivesse sido apenas o prognóstico de um futuro que devia ter sido evitado! (Beck, 1998)<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O pré-prólogo foi publicado na edição alemã e também na espanhola, da qual aqui se reproduz um trecho. Na edição inglesa, que consagrou mundialmente este trabalho do sociólogo, não encontramos este texto pós-desastre.

No segundo texto, um artigo publicado em 1987 na *Berkeley Journal of Sociology*, mas também escrito em maio do ano anterior, Beck descreve Chernobyl como um *choque antropológico*. Este choque constituir-se-ia por três aspetos. O primeiro é a expropriação dos sentidos, que significa a perda da soberania sobre os nossos sentidos e, conseqüentemente, da nossa capacidade de obter juízos a partir da nossa percepção das coisas.

De um dia para o outro, Chernobyl tornou consciente o que já era verdade há muito tempo: não apenas na era nuclear, mas com a universalização industrial dos venenos químicos no ar, na água e também nos alimentos, nossa relação com a realidade foi sendo fundamentalmente transformada. Para usar uma famosa analogia, o controle privado sobre os meios de percepção foram derrubados. Os sentidos foram expropriados – em todo o esplendor das suas imagens da realidade. Para nós, as coisas não são diferentes de como o são para os pés de alface. (Beck, 1987, p. 155)

No contexto desta expropriação dos sentidos, destaca-se a narrativa de Svetlana Alexievich no seu *Vozes de Chernobyl*, em que nos dá a conhecer uma versão coletiva da brutal realidade de um desastre, corroborando o que Beck afirma no campo teórico:

a morte escondia-se em todo o lado, mas era uma morte diferente. Sob novas máscaras. Com um disfarce desconhecido. O homem foi apanhado de surpresa, ainda não estava preparado. Não estava preparado enquanto espécie biológica, uma vez que não funcionava todo o seu instrumento natural definido para ver, ouvir, tocar. Tudo isso se tornou impossível, os olhos, os ouvidos, os dedos já não serviam, não podiam servir, porque a radiação não é visível e não tem cheiro nem som. É incorpórea. Durante toda a nossa vida, ou estávamos em guerra ou nos preparávamos para a guerra, sabemos tanto sobre ela – e de repente! A imagem do inimigo mudou. (Alexievich, 2016, pp. 49-50)

O segundo elemento do choque antropológico se refere à tomada de consciência em relação à enorme limitação dos meios humanos disponíveis de modo a antecipar os desastres. Após Chernobyl, ele afirma, “os bastiões da racionalidade sobre os quais as ciências técnicas costumavam operar colapsaram” (Beck, 1987, p. 158).

O terceiro e último aspeto significa o colapso das fronteiras entre o “eu” e os “outros”. Chernobyl nos teria revelado que não há de fato fronteiras, limites, áreas protegidas e possibilidades de retirada em relação ao perigo atômico:

é não-seletivo, global, não conhece nenhuma das distinções que o nosso mundo tem até agora construído: comunistas e capitalistas, mulheres e homens, pobres e ricos, oposições entre culturas, nações e blocos militares. Seu universalismo e utiliza de uma mistura peculiar de natureza e sociedade – a contaminação – e seu regime prossegue de modo que todos os nossos conceitos de poder - ação, direção, decisão – colapsam. (Beck, 1987, p. 158)

O colapso das fronteiras eu-outro descrito acima nada mais é do que a base do conceito de *momento cosmopolita*, ou seja, “o horizonte normativo da sociedade de risco mundial ou o quadro de referência normativo da sociedade de risco mundial” (Beck, 2009, p. 47), que, anos mais tarde, Beck veio a desenvolver e a dar cada vez mais protagonismo na sua Teoria da Sociedade de Risco Global. Como o sociólogo logo no início do pré-prólogo de *Sociedade do risco* vaticinava:

chegou o *final do outro*, o fim de todas as nossas possibilidades de distanciamento, tão sofisticadas; um fim que se tornou palpável com a contaminação atômica. *Pode-se deixar de fora a miséria, mas não os perigos da era atômica*. É aí que reside a nova força cultural e política desta época. Seu poder é o poder do perigo que suprime todas as áreas protegidas e todas as diferenciações da modernidade. (Beck, 1998, p. 11)

### 3. TRANSVERSALIDADE DA ÉTICA

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o que diz respeito à ética está relacionado com aquilo que é aceitável ou inaceitável, admirável ou desprezível; com o que nos parece estar bem ou não em relação ao modo como as coisas se apresentam; sobre a nossa parte enquanto “credores” ou “devedores”. Refere-se ao que consideramos valor e que vai, de alguma forma, afetar a maneira como nos relacionamos com as pessoas, ideias, situações, ambientes, etc. e vamos revelar através das nossas ações. Assim, embora nos debates acerca do risco a ética muitas vezes não surja realmente como questão – porque houve mais ênfase na dimensão do seu cálculo, por exemplo –, esta não deixa de ser uma opção que se funda num certo valor prévio atribuído ao que se constitui como prioridade na avaliação que se faz sobre os riscos. Ou seja, a ética revela-se não apenas pela sua presença ou evidenciamento nos discursos sobre o risco, mas também pela sua ausência ou invisibilidade.

Enquanto horizonte normativo que adquiriu notável materialidade com Chernobyl, o momento cosmopolita, segundo a definição de Beck, evidencia a transversalidade da ética não apenas na Teoria da Sociedade de Risco Global, mas também nos saberes que de algum modo vão se constituir em torno da questão do risco nas sociedades contemporâneas. Contudo, o sociólogo ressalta que essa “normatividade não deve ser definida em termos ético-filosóficos, mas sim desenvolvida a partir da dinâmica real do surgimento da sociedade de risco mundial e das suas ambivalências” (Beck, 2015, p. 97). Assim, na sua proposta teórica, ele destaca uma ética aplicada ao campo da ação humana no mundo, que seja capaz de apontar caminhos possíveis para a resolução de problemas concretos. Com isso, Beck parece demarcar a sua posição no âmbito dos atuais estudos sociológicos em torno dos riscos. Embora o sociólogo considere a questão do risco enquanto fenómeno sociológico, para ele, o risco, e em especial o risco global, não é apenas uma construção social: o risco existe enquanto “facto brutal da insegurança ontológica” (Beck, 2015, p. 354), cuja existência se deve aos

conflitos em torno dos riscos nos quais os mundos se dividem entre os decisores que, em última análise, poderiam evitar os riscos, e os consumidores forçados dos perigos – não envolvidos nessas decisões – que são transferidos para estes como “efeitos secundários não desejados, não vistos”. (Beck, 2015, p. 355)

Porém, enquanto perspetiva sociológica de análise do risco, na Teoria da Sociedade de Risco Global, a ética acabou por assumir cada vez mais uma posição de destaque. Na base do trabalho de Beck em pensar o presente – a partir do que se impõe como continuidade, descontinuidade e reflexividade em relação ao projeto moderno – e de um certo esforço seu de projeção, subjazem as “velhas” questões em torno de “como queremos viver” e acerca do “que é o humano” ou de “como temos de tratar a natureza”, ou seja, de uma ética implícita, como ele mesmo já afirmava nas suas primeiras reflexões (Beck, 1998). Contudo, na medida em que a sua noção de “sociedade de risco (industrial)” transforma-se em “sociedade de risco mundial”, aquilo que era implícito, passa a ser indispensável, já que entra em cena a sua visão cosmopolita como conceito fundamental (Beck, 1996, 2006, 2015).

Segundo Beck, vivemos um momento cosmopolita que nos obriga a uma tomada de consciência (*awareness*) crescente em relação a uma dinâmica social em torno dos riscos globais, que nos vincula a um espaço

global de ameaças, partilhado por todos, e do qual não temos saída. “O ‘momento cosmopolita’ da sociedade de risco mundial significa, antes de mais, a *conditio humana* da irrevogável impossibilidade de exclusão do culturalmente outro. Todos se encontram num espaço de perigo global comum – sem saída” (Beck, 2015, pp. 113-114). Ou seja, o momento cosmopolita é uma condição no âmbito de um processo que ele define como cosmopolitização:

cosmopolitização é um processo não linear, dialético em que o universal e o particular, o similar e o diferente, o global e o local devem ser compreendidos não como polaridades culturais, mas como princípios interconectados que se interpenetram mutuamente. A experiência da interdependência global e dos riscos globais altera as características sociais e políticas das sociedades dentro dos estados-nação. (Beck, 2006, pp. 72-73)

Beck concebe a questão cosmopolita no âmbito da sociedade de risco mundial a partir de três aspetos. O primeiro é a definição da cosmopolitização enquanto realidade propriamente dita, em que se observa “a emergência de uma crescente ‘interdependência cosmopolita’, ou seja, um nível de civilização autodestrutiva de segunda-ordem que transcende os estados-nação e se infiltra nos nossos mais íntimos pensamentos e sentimentos, experiências e expectativas” (Beck, 2006, p. 73). O segundo aspeto refere-se à cosmopolitização enquanto processo de longo prazo e, num certo sentido, irreversível. Neste caso, pode-se identificar a noção de globalização tal como costuma ser tratada por grande parte dos autores, em particular para compreender a economia e a comunicação como hoje se constituem, mas também o atual problema das ameaças globais, que colocam em cheque a própria sobrevivência da humanidade:

a percepção de que as tragédias do nosso tempo são todas globais na origem e no escopo cria um horizonte global de experiência e expectativa. (...) Há uma crescente consciência de que estamos a viver dentro de uma rede global de responsabilidade da qual nenhum de nós pode escapar. Nesse sentido, o 11 de setembro de 2001, finalmente tornou publicamente visível (pela primeira vez nos últimos 50 anos) que a paz e a segurança do Ocidente não é mais compatível com a existência de regiões atormentadas por crises noutras partes do mundo. (Beck, 2006, p. 73)

Por fim, há o terceiro aspeto, que torna a cosmopolitização um processo inexorável, relacionado com a ambivalência do atual momento, e que

pode ser sintetizado com a afirmação: “as boas e as más notícias são as mesmas: a distância foi anulada” (Beck, 2006, p. 111). Esta ambivalência se estabelece a partir de uma relação dialética entre a cosmopolitização enquanto processo e a anti-cosmopolitização como reação e disputa em torno dos mecanismos criados para a contrariar. Apesar de a anti-cosmopolitização constituir-se como reação e negação a um processo que, a princípio, não é possível travar, ela também favorece cada vez mais uma tomada de consciência tanto em relação à cosmopolitização (processo), como a um apelo ao cosmopolitismo – enquanto sistema de pensamento capaz de fundamentar, ética e organizacionalmente, uma política global. Como afirma Beck, “os profetas do anti-cosmopolitismo são forçados a operar no terreno da cosmopolitização (e) isto é o que os torna tão perigosos” (2006, p. 112), uma alusão clara ao risco imposto pelas ações das organizações terroristas, que empreendem hoje um dos mais agressivos movimentos anti-cosmopolitas. Contudo, como provocação política a uma ordem de funcionamento do mundo em torno do paradigma dos estados-nação e como geradora de intensos conflitos acerca das legitimidades tradicionais que lhe estão correlacionadas, a cosmopolitização também apresenta um enorme potencial de politizar, particularmente nos espaços onde antes parecia haver um certo “desânimo” no âmbito de uma participação política:

por exemplo, a antecipação de efeitos secundários catastróficos leva a que grandes empresas sejam cada vez mais confrontadas com uma resistência antecipada às suas decisões: nenhuma central elétrica pode ser construída sem que os habitantes da região em causa protestem contra a sua construção, nenhum campo petrolífero pode ser aberto sem uma análise crítica de ONG internacionais, nenhum medicamento novo pode ser celebrado sem a enumeração dos riscos conhecidos e desconhecidos que lhe estão associados. Por outras palavras: os riscos globais provocam uma democratização involuntária. (Beck, 2015, pp. 119-120)

### 3.1 GOVERNANÇA DO RISCO

É nesse espaço de inclusão que se potencializa – por ser lacuna, mas também porque se impõe a todos – e é provocado pelos conflitos gerados em torno da questão dos riscos, que a governança do risco surge no final dos anos 1990, princípio do anos 2000. Inicialmente, esta noção se coloca como um contraponto às noções de gestão do risco (*risk management*) e

de avaliação do risco (*risk assessment*), embora também possa ser referida como um grande guarda-chuva capaz de abrigar essas e outras noções e práticas para lidar com os riscos, tais como a regulação e a comunicação de risco (Ravetz, 1999; Renn & Walker, 2008; van Asselt & Renn, 2011).

No entanto, o que parece estar primeiramente em causa a propósito da governança – não apenas em relação aos riscos, mas também à governança de maneira ampla – é a tomada de decisão e a participação. Isto porque a noção de governança é apresentada como resposta para, de um lado, uma série de questões envolvendo o espaço público ao nível local, mas também ao nível planetário, e que exigiam a tomada de decisões; e, de outro, o ter de lidar com uma incontornável falta de confiança dos cidadãos nas instituições e na política, em especial nos países democráticos. Daí que, para além da regulação e da abertura das instituições, convocava-se a participação de todos nas diversas fases dos processos decisórios, desde os políticos e empresários até às organizações não-governamentais e aos cidadãos, o que supostamente poderia restabelecer a confiança dos cidadãos nas decisões tomadas e o comprometimento de todos com os resultados daí advindos.

Embora a Comissão Europeia (2001), ao discutir essa temática no seu White Paper sobre a Governança Europeia, não tivesse como foco a questão do risco em particular, os seus cinco princípios da boa governança – abertura, participação, responsabilidade, eficácia e coerência – passaram a servir de norte para as discussões que se seguiram sobre a governança dos riscos. Num primeiro momento, o termo governança do risco pode ser visto como uma tradução dos princípios fundamentais da governança para o contexto das questões e da tomada de decisões acerca do risco. Assim, esse termo passa a referir-se aos atores, às regras, às convenções, aos processos e mecanismos que se preocupam com o modo como a informação considerada relevante sobre o risco é reunida, analisada e comunicada e como as decisões de gestão são tomadas (Renn & Walker, 2008). Num momento posterior, contudo, destaca-se a importância da inclusão e do reconhecimento da governança do risco como um processo que deve envolver uma multiplicidade de atores; onde a comunicação passa a ser um elemento central em todo este processo e o risco que deve ser objeto dessa governança é caracterizado como sendo complexo, incerto e ambíguo. Isto torna a governança do risco um conceito que, em última instância, apela a uma certa mudança de paradigma (van Asselt & Renn, 2011) na maneira de lidar com o problema dos riscos.

É no campo dessa demanda em torno de uma mudança de paradigmas que Rosa, Renn e McCright (2014, pp. 92-101) afirmam que a governança do risco exige uma “radical democratização da democracia”. Esta afirmação segue na linha de Anthony Giddens (2002), que afirma que já que não podemos escapar do mundo que o industrialismo produziu, devemos tentar humanizar a tecnologia que o mantém. Ao mesmo tempo, também se orienta de acordo com Beck, quando este defende que a democracia é uma questão de sobrevivência, em especial considerando-se as características próprias de um momento que parece exigir a sua reinvenção. De fato, Giddens converge com Beck em relação ao modo como creem que as sociedades contemporâneas devem lidar com o risco. Ambos identificam que é preciso desenvolver novos mecanismos institucionais que ampliem a arena da tomada de decisão, em especial a um nível transnacional.

Pode-se alegar, contudo, que a governança do risco não necessariamente envolve propostas para o encaminhamento de fenómenos potencialmente tão radicais quanto a ameaça de terror mundial ou de Chernobyl, aos quais nem todos os fenómenos podem ser reduzidos ou explicados. O argumento é interessante, contudo um acontecimento com a dimensão de Chernobyl também pode ser visto como uma amostra do pior cenário acerca do qual deveríamos extrair algum saber. Em particular, o saber sobre a dimensão desconhecida de não-saber, que a ação humana é capaz de mobilizar através de uma ilusão de saber e controle que paradoxalmente são negados no afã de uma racionalidade tecnocientífica. Isto deveria bastar para que se considerasse como de crucial importância nos processos de governança do risco a co-presença e co-adjuvância – para dizer no mínimo – da incerteza no julgamento a ser realizado e na tomada de decisão em torno dos riscos. A dimensão não-científica – em especial, os aspectos políticos e económicos – e a perspetiva da incerteza na tomada de decisão em torno dos riscos enfatizam a participação pública como atributo e, portanto, necessário aos processos de governança. Como já se destacou anteriormente:

a percepção de que as tragédias do nosso tempo são todas globais na origem e no escopo cria um horizonte global de experiência e expectativa. (...) Há uma crescente consciência de que estamos a viver dentro de uma rede global de responsabilidade da qual nenhum de nós pode escapar. Nesse sentido, o 11 de setembro de 2001, finalmente tornou publicamente visível (pela primeira vez nos últimos 50 anos) que a paz e a segurança do Ocidente não é mais compatível com a existência de regiões atormentadas por crises noutras partes do mundo. (Beck, 2006, p. 73)

### 3.2 PARTICIPAÇÃO

Ao destacar a democracia como questão de sobrevivência no atual momento cosmopolita em que vivemos, Beck parece entender a importância da participação como instrumento ou etapa nos processos de governança do risco ou mesmo de um “discurso participativo”, neste último caso, visto como plataforma em que argumentos, crenças e valores em disputa podem ser abertamente discutidos e negociados (Rosa, Renn & McCright, 2014, p. 146). Contudo, num horizonte global de experiência e expectativa, em que a responsabilidade deveria assumir uma dimensão global correspondente, o sociólogo destaca, mais uma vez, uma noção de participação que é fundamentalmente ética: “é racional superar o conflito nós-versus-eles e reconhecer o nós-com-eles enquanto parceiros cooperantes. (...) A sociedade de risco mundial abre um espaço moral que permite o surgimento de uma cultura civil da responsabilidade para além das fronteiras e antagonismos” (Beck, 2014, p. xxii).

Essa cultura cívica da responsabilidade<sup>2</sup> pode ser vista como consequência de uma inclusão forçada, a qual é produzida pela abrangência – quiçá inescapabilidade – das atuais ameaças globais. Esta inclusão levaria a identificar a lógica do risco global com uma lógica da partilha, onde o interesse na sobrevivência de todos torna-se o auto-interesse de cada indivíduo na própria sobrevivência. O reconhecimento dessa responsabilidade, contudo – reconhecimento este que, embora seja até individualizado, só faz sentido ao nível relacional na vida em sociedade –, não necessariamente se reflete nas práticas empreendidas institucionalmente no âmbito global e local:

uma coisa é o reconhecimento ao nível dos princípios de que o tema do ambiente goza (desde a Conferência do Rio, em 1992); outra coisa é o reconhecimento generalizado do diagnóstico segundo o qual existe simultaneamente (ou talvez, também, por causa do reconhecimento) um *défice de responsabilidade e de imputabilidade*, porque, apesar dos múltiplos acordos e tratados ambientais, continuam a faltar instâncias que tenham a capacidade para forçar a transformação das palavras em atos. (Beck, 2015, pp. 327-328)

A percepção de uma responsabilidade associada a uma lógica da partilha impõe outra perspetiva sobre a questão, em especial se comparada às estratégias de individuação que têm sido privilegiadas de modo a

<sup>2</sup> Beck já utilizou em inglês tanto o *civic* como o *civil*.

lidar com os riscos. Na saúde pública, por exemplo, é comum que se promovam estratégias de controle dos riscos, que visam à responsabilização do indivíduo pelas escolhas que realiza. Desse modo, os maus resultados passam a ser associados às más escolhas e à culpabilização – algo típico das campanhas de promoção da saúde, como acontece em relação ao consumo do tabaco e às doenças sexualmente transmissíveis (Carvalho, 2012). De fato, tais mecanismos de responsabilização/culpabilização funcionam numa direção oposta à cultura civil da responsabilidade, na medida em que vincula o controle dos riscos a formas de individuação, que se amparam numa idealização da autonomia, reflexo da modernidade, a qual, por sua vez, é reforçada pela noção de *empowerment*. Essa perspetiva da responsabilidade pode ser vista como um efeito residual de muitas das atuais políticas de controle dos riscos, que levam a uma reinterpretação do social através, sobretudo, de práticas de gestão pessoais<sup>3</sup>. A perspetiva de Beck, no entanto, se opõe tanto à individuação da gestão dos riscos como à essa noção de autonomia, uma vez que vai ao encontro de uma ética da responsabilidade. “Coloca-se a questão de uma nova ética e de uma nova ordem de responsabilidade, de uma democratização das relações de poder de definição na sociedade de risco mundial, por outras palavras, a questão de uma *Modernidade responsável*” (Beck, 2015, p. 354).

Desse modo, Beck cria um *link* entre o que ele define como ética da responsabilidade, enquanto expressão de uma “nova ordem de responsabilidade”, por princípio, transnacional – “planetária, orientada para o futuro” (Beck, 2015, p. 55) –, e a participação, com vistas à ampliação do poder de definição e da tomada de decisão em relação ao risco. Afinal,

quanto mais a lógica comunicativa do risco penetra a sociedade em todas as suas instituições e mundos de vida e quanto mais uma nova experiência de catástrofe acorda a memória de uma catástrofe anterior, tanto mais estas relações de poder de definição se tornam visíveis e políticas.  
(Beck, 2015, p. 354)

Essa noção de responsabilidade está longe de ser uma fonte de consensos, pois também se relaciona com o que Keith Faulks (2000) chama de *ética da participação*. Segundo este autor, a ética da participação seria uma

<sup>3</sup> Esta ideia já foi muito bem analisada pelos teóricos construtivistas que discutem o risco como atual modelo de uma ordem “pós-disciplinar” – a partir do conceito de *governmentality*, de Michel Foucault –, conciliada através de uma racionalidade neoliberal, e que teria institucionalizado um “novo prudencialismo” (O’Malley, 1996) onde “(T) a pessoa que supostamente deve ser prudente não é mais mutualizada, mas sim autonomizada” (Miller & Rose, 2008, p. 100).

condição do que ele propõe como “cidadania pós-moderna”, uma concepção de cidadania inspirada nos movimentos atualmente empreendidos por certos grupos minoritários, em particular os feministas:

assim como o risco de um desastre global ecológica se intensifica, a cidadania deve ser sensível às necessidades do ambiente, inclusive deveriam ser inseparáveis das necessidades dos cidadãos. O feminismo partilha com o socialismo um desejo pela emancipação humana que reconhece e remove as barreiras discriminatórias de todo o tipo do exercício de cidadania. A ética do cuidado promovida por algumas feministas tem um papel a desempenhar numa teoria reformulada da cidadania. O cuidado implica no reconhecimento da natureza social e interdependência de todos os cidadãos e ajuda a desafiar a noção liberal abstrata de cidadãos independentes. (Faulks, 2000, p. 13)

Faulks defende uma cidadania enquanto *status* ativo, não passivo, o que, no seu entender, só é possível com o aumento da responsabilidade. Desse modo, o autor questiona um modelo de cidadania pautado no desenvolvimento da proposta liberal moderna, que tende a privilegiar os direitos e, por sua vez, a autonomia, em detrimento – até mesmo oposição – dos deveres ou obrigações. Segundo Faulks, um dos problemas do liberalismo é a imposição de uma perspectiva dualista a partir de uma concepção abstrata de individualismo, que entende o indivíduo enquanto sujeito de uma existência autônoma em relação à sua comunidade. Essa perspectiva, no entanto, criou relações de ambivalência, que estabeleceram uma oposição entre essas duas instâncias, indivíduo e comunidade, assim como entre outras instâncias, relacionadas, em particular, com a natureza das atividades socioeconômicas desenvolvidas no contexto dos estados liberais, tais como: público/privado; ciência/natureza; direito dos mercados/direitos sociais; cidadãos ativos/cidadãos passivos; soberania/direitos humanos; direitos/responsabilidades, etc.

Com a globalização, porém, impôs-se uma nova “lente”, que coloca em perspectiva não apenas os sistemas que se estabeleceram em torno do estado-nação, como toda a organização e ameaças que se criaram a partir dessa estrutura nacional fundamental das sociedades liberais modernas. Nesse sentido, Faulks propõe uma quebra desse modelo liberal de produção de ambivalências – que é, no fundo, o modelo da exclusão como norma –, de modo a tornar possível uma outra noção de cidadania. “De modo a libertar o potencial inclusivo da cidadania, o conceito deve ser desassociado em relação ao estado-nação” (Faulks, 2000, p. 8). De fato, há um outro

senso de comunidade que se interpõe com a globalização, que, se de um lado, pode ter gerado deslumbre pela velocidade e abrangência de um universo de coisas e sentidos, por outro, há imenso sofrimento e iniquidades que são geradas noutra escala, devido a um claro processo desigual de forças e interdependência:

trata-se de uma questão tanto de justiça como de autointeresse. No contexto da globalização, nenhuma comunidade de cidadãos pode ser assegurada se se continuam a permitir grandes desigualdades. Migração, crime internacional, conflitos regionais e danos ambientais são todos abastecidos pelas desigualdades, e os efeitos desses novos riscos de segurança vão ser cada vez mais sentidos no mundo em desenvolvimento. (Faulks, 2000, p. 170)

A ética da participação, tal como Faulks a propõe, se opõe ao alheamento político que se promoveu em par com o desenvolvimento das sociedades liberais democráticas até ao neoliberalismo praticado hoje, alheamento que pode ser representado desde à fuga às urnas, crescente e disseminada entre os países democráticos, e ao enorme distanciamento do cidadão comum das instâncias decisórias. A participação, portanto, não é apenas um direito constituído em contextos democráticos. Enquanto ética, a participação se impõe como dever, como obrigação e, podemos acrescentar, também como questão de justiça e de autointeresse, já que pode ser concebida como expressão de uma autonomia que tem por base uma ética do cuidado.

### 3.3 COMUNICAÇÃO

Para Beck, os riscos globais impelem à comunicação para além das trincheiras. A percepção pública dos riscos leva os sujeitos a se comunicarem com quem, em situações normais, eles preferiam não de ter nada a ver. Uma situação de risco em larga escala impõe que se coloque de lado a autossuficiência de culturas, línguas, religiões e sistemas, assim como agendas políticas nacionais e internacionais, alterando prioridades e criando contextos no sentido da ação entre campos, partidos ou nações em disputa. É nesse sentido que o sociólogo refere-se ao risco como motor de uma certa *lógica comunicativa*, na medida em que o risco global seria “o meio de comunicação obrigatório involuntário e não intencional num mundo de contradições inconciliáveis no qual todos giram em torno de si mesmos” (Beck, 2015, p. 119).

Quando Beck se refere ao risco global como “meio de comunicação”, pode-se entender esta sua noção como uma continuidade da sua visão cosmopolita, que identifica uma condição de partilha na possibilidade de uma ameaça coletiva, capaz de ir além das fronteiras nacionais, das diferenças étnicas, sociais etc. Esta interpretação deriva da origem etimológica da palavra comunicação, que vem do latim *communicatio*, “ato de repartir, de distribuir”, literalmente “tornar comum”, de *communis*, “público, geral, partilhado por vários”. Destaca-se, assim, na pertinência dos riscos coletivos, particularmente dos riscos globais, uma força desestabilizadora e geradora de conflitos que, para além de nos empurrar a todos para o centro de uma crise, nos mostra uma condição de partilha que parece ser justamente o que pode compelir à participação e ao diálogo ou, visto de outra perspetiva, à própria ação política.

Contudo, na prática, não é assim que as coisas parecem necessariamente acontecer. Na vida do cidadão comum, em particular dos considerados não-peritos ou leigos, o risco ainda é muitas vezes percebido e lidado de um modo mais enraizado ou localizado. As noções de risco comumente ressaltadas individualmente pelos sujeitos nos contextos de investigação costumam relacionar-se com ideias e valores culturalmente partilhados, identificações de ordem nacional e conhecimentos baseados nos usos e experiências quotidianas desses sujeitos (Tulloch & Lupton, 2003).

Observa-se, porém, que há uma camada importante que constitui as atuais noções em torno dos riscos, sejam estes individualizados ou locais ou globais, e que tende a ficar ao cargo dos média. Os média fazem a mediação do risco ou, dizendo de outro modo, a mediação dos saberes, percepções e representações acerca dos riscos, em especial dos saberes, percepções e representações que mais se afirmam em meio às trocas discursivas e que se estabelecem entre os diversos atores no campo dos acontecimentos e das formas criadas para lidar com a questão do risco. De fato, no contexto do choque antropológico provocado pela materialização do risco global, já descrito anteriormente, pode-se dizer que, no processo de expropriação dos sentidos, os média assumiram uma parte significativa desse lugar que ficou “vago” no processo de expropriação. Na disputa de versões, saberes e noções acerca do risco, o papel dos média não é pequeno, pois faz parte dos processos de mediação da nossa própria experiência quotidiana:

a vida cotidiana é o reino da experiência. (...) O cotidiano é onde se encontra a normalidade, o ordinário, o garantido; é ainda um tipo de normal e ordinário que está sempre em

risco, sempre vulnerável a crises, catástrofes, deceções ou desilusões. A vida cotidiana é sensível e contenciosa. (...) A vida cotidiana é limitada pelos interesses e pelo poder dos outros, por estruturas resistentes, tanto físicas como sociais. A vida cotidiana é onde os indivíduos podem ser livres, criativos, mas também onde podem ser explorados, excluídos e reprimidos. (...) A vida cotidiana é um espaço moral. É insustentável sem confiança e veracidade: sem reciprocidade e responsabilidade pelos outros. (...) E agora o cotidiano inclui os média. (Silverstone, 2007, pp. 108-109)

Os média definem um espaço que é cada vez mais mutuamente referencial e reforçador, além de ser integrado ao processo de fabricação da vida quotidiana. Isto é feito através da mediação, que se constitui por processos transformativos em que os meios de comunicação institucionalizados estão envolvidos na ampla circulação de símbolos na vida social e onde os significados e valores das coisas são construídos (Silverstone, 2002, 2007). Para Roger Silverstone, porém, se a vida quotidiana é um espaço moral, que é insustentável sem confiança e veracidade, sem reciprocidade e responsabilidade pelos outros, sua mediação vai necessariamente implicar em questões morais e éticas profundas, que, por sua vez, giram em torno das questões da ação e da responsabilidade.

Tome-se como exemplo o furacão Katrina e os pontos de vista de Beck e Silverstone acerca da sua mediatização. Beck relata que, embora tenha sido um fenómeno natural terrível e trágico, enquanto fenómeno mediático global, o Katrina desempenhou uma “função esclarecedora”, embora de modo involuntário:

aconteceu em poucos dias aquilo que nenhum movimento social, nenhum partido político e, certamente, nenhuma análise sociológica – por mais fundamentada e brilhante que fosse – teriam alguma vez conseguido: a América e o mundo foram confrontados com a voz e as imagens da outra América, a América oprimida, o rosto racista da pobreza da única potência mundial. (Beck, 2015, p. 115)

Sua função esclarecedora coloca em perspetiva parte da imprevisibilidade dos danos causados, uma vez que uma parcela das consequências trágicas do furacão envolveu decisões humanas anteriores em contextos de discriminação social, que tornou milhares de pessoas mais vulneráveis ao risco do que outras. Ao mesmo tempo, a mediatização da catástrofe no atual momento cosmopolita, segundo Beck, interfere “na hierarquia social

tanto ascendente como descendente”, incluindo não apenas os que não costumam ter voz, “como também os poderosos que se negam a dar a voz, exigindo-se uma justificação” (Beck, 2015, p. 117).

Silverstone afirma que as notícias sobre o rescaldo do furacão Katrina, tal como veiculadas por quase todos os meios de comunicação, forneceram não apenas uma narrativa da inépcia política, mas um despojamento quase involuntário das ilusões de um país a seu respeito. Os danos implícitos em torno das questões raciais e da pobreza – sistêmica, embora também explorada e negada – apareceram em toda sua profundidade e horror à medida que as águas das inundações subiam e que as reportagens nacionais e por todo o globo ganharam ritmo. De maneira mais lenta que no Reino Unido, os Estados Unidos pouco a pouco foram reconhecendo essas questões por detrás do acontecimento, o espaço que passou a ser aberto para o outro no seu habitat, no âmbito do seu sofrimento:

a distância entre a imagem e a realidade nos EUA tinha sido violada como os diques de Nova Orleães. Os meios de comunicação, tanto locais como nacionais, encontraram-se pela primeira vez em anos (certamente desde o 11 de setembro), tendo que relatar e analisar os profundos problemas que estavam no âmago da sociedade americana. Pelo menos naquele momento, não deveria haver mais distanciamento. (Silverstone, 2007, p. 123)

A proximidade do sofrimento do outro, segundo Silverstone, é necessária. Contudo, há uma distância apropriada (*proper distance*) entre sujeito e mediador, mediador e audiência, considerada importante para dar voz ao outro e para que ele seja ouvido, ao mesmo tempo mantendo um certo equilíbrio entre dignidade e compaixão, de tal modo que isto possibilite o envolvimento da audiência com o mundo distante do outro de acordo com os seus problemas e, talvez mais raramente, as suas alegrias. Sem essa distância apropriada, o que podia ser compaixão, senso de obrigação e cuidado, pode transformar-se em indiferença:

distância apropriada refere-se à importância do entendimento acerca de uma maior ou menor proximidade necessária às nossas inter-relações mediadas, na medida em que temos que criar e sustentar um sentido do outro suficiente não só para uma reciprocidade, mas também para um dever de cuidado, obrigação e responsabilidade, assim como de entendimento. (Silverstone, 2007, p. 47)

Contudo, se algumas catástrofes, pelos processos de mediação que as tornam publicamente cognoscíveis, provocam a proximidade necessária não apenas à consciência sobre a dimensão global dos riscos, assim como a um senso de partilha e de responsabilidade pelo sofrimento do outro, há outras, porém, que ficam destinadas à invisibilidade. Isto se dá porque os meios de comunicação são produto do pensamento, do julgamento e da ação humanas e, como tal, são complexos e contraditórios. Desse modo, são os principais meios de conexão, mas também de desconexão; de inclusão e de exclusão simbólicas; de comunicação e de falta de comunicação. E é no âmbito dessas ambivalências que se pode observar o papel dos média na formação do espaço social, cívico e moral das audiências.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a sua Teoria da Sociedade de Risco Global, Beck aponta para uma crise que ultrapassa as atuais fronteiras com as quais ainda pautamos a maior parte do nosso quotidiano. Sua teoria destaca a transversalidade da ética em vários campos: desde a forma como se propõe lidar com o problema do risco, até à tomada de decisão e de um estar no mundo que passa a ser radicalmente colocado em causa.

A omnipresença do risco global, que se inscreve como ameaça perene de desastres cujas proporções não conseguimos dimensionar com precisão, paradoxalmente ainda se mantém num universo de decisões que está além das possibilidades de ação da maioria das pessoas. Para muitos, em particular aqueles que se encontram nos grandes centros protegidos pelo pragmatismo das suas vidas diárias, com suas existências asseguradas por direitos, deveres, trabalho, história e tradição, o universo trágico dos que estão à margem talvez só lhes chegue à consciência, infelizmente, na medida em que esse mesmo universo, antes restrito ao “outro”, passa a ser vivido como sendo também seu. Não é isso que nos alertam as ações terroristas levadas a cabo por todo o planeta e que atingem particularmente os espaços outrora mais protegidos e livres dos estados democráticos? A aleatoriedade e imprevisibilidade dos ataques terroristas, em especial na Europa e nos EUA, embora refram-se ao risco deliberadamente provocado, transformam o que antes podia ser visto à distância – ou (tele)visionado – como constitutivo de uma vulnerabilidade do “outro”, que sofre toda sorte de desapropriações nos campos de batalha, em algo que passa a ser comum, partilhado. Não é isso a que também tivemos de nos confrontar com Chernobyl ou Fukushima e, mais recentemente, com o desastre de

Mariana, no Brasil? Não é o mesmo que, afinal, temos de lidar quando o tema é o aquecimento global?

Contudo, essa condição de partilha não se traduz necessariamente como consciência individual ou mesmo em termos de política internacional. Judith Butler (2004) destaca esse problema a partir da análise da reação anti-cosmopolita dos EUA após os atentados de 11 de setembro de 2001. Para a autora, houve uma recusa do país em redefinir-se como parte de uma comunidade global, o que o levou a acentuar o discurso nacionalista, ampliar os mecanismos de vigilância, suspender direitos constitucionais e desenvolver maneiras explícitas e implícitas de censura. Mais recentemente, em 2015, a COP 21 foi o palco onde se fez um acordo histórico no qual todas as nações, de maneira unânime, se comprometeram a reduzir as emissões de gases de modo a desacelerar o aquecimento global – um acordo que, embora questionável, não deixa de representar um certo avanço nas discussões para lidar com a questão –, contudo muitas das atuais tendências e decisões no campo político parecem conduzir a movimentos contrários a esse acordo, colocando em cheque as decisões realizadas recentemente nesse campo. Um desses movimentos – que acaba por dar continuidade à reação americana desde o 11 de setembro – foi a recente eleição de Donald Trump como presidente dos EUA, que se autodeclara cético acerca do aquecimento planetário.

A crise deflagrada pelo risco global parece colocar em questão as possibilidades de governança tanto ao nível local como global. A ascensão de movimentos de caráter nacional em todo o planeta, as decisões que tendem a priorizar a segurança com prejuízo das liberdades, a negação das inter-relações entre decisões, riscos e vulnerabilidades além-fronteiras são algumas das diversas reações anti-cosmopolitas a processos inexoráveis que ocorrem numa escala mundial. No entanto, embora a emergência dos riscos globais se faça acompanhar por estas reações que, no lugar de incluir, tendem a excluir o outro e a fechar cada vez mais o espectro do debate, há um reconhecimento paralelo e também crescente do papel das novas instâncias de participação política e inclusão para além do âmbito dos governos nacionais, especialmente no contexto dos atuais activismos, que buscam pensar novos modelos e novas formas de envolvimento “(n) um mundo familiar... que deixou de ser familiar”, como afirma Svetlana Alexievich (2016, p. 50). Ainda inspirados por esta autora, podemos rever-nos na sua dúvida: será que a nossa condição de partilha, que hoje se impõe pela dimensão das atuais ameaças globais, vai conseguir nos fazer ver o mundo silencioso e misterioso dos “outros”?<sup>4</sup>

<sup>4</sup> “O que nos deu a experiência de Chernobyl? Será que nos fez ver este mundo silencioso e misterioso dos ‘outros’?” (Alexievich, 2016, p. 53)

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Alexievich, S. (2016). *Voices of Chernobyl: História de um desastre nuclear*. Amadora, Portugal: Elsinore.
- Barnes, M. (1988). Construction project management. *Project Management*, 6(2), 69-79.
- Beck, U. (1987). The anthropological shock: Chernobyl and the contours of the risk society. *Berkeley Journal of Sociology*, 32, 153-165.
- Beck, U. (1996). World risk society as cosmopolitan society? Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties. *Theory, Culture and Society*, 13(4), 1-32.
- Beck, U. (1998). *La sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidade*. Barcelona: Paidós.
- Beck, U. (2006). *Cosmopolitan vision*. Cambridge: Polity
- Beck, U. (2009). *World at risk*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (2014). Foreword: Risk society as political category. In E. Rosa, O. Renn & A. McCright, *The Risk Society Revisited: Social Theory and Governance* (pp. xiii-xxiii). Philadelphia, Pennsylvania: Temple University Press.
- Beck, U. (2015). *Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa: Edições 70.
- Butler, J. (2006). *Precarious life: The powers of mourning and violence*. Londres, Nova Iorque: Verso.
- Carvalho, T. (2012). *O trabalho interacional de provimento de justificativas no disque saúde (AIDS)*. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.
- Comissão Europeia (2001). *European governance: A white paper*. Bruxelas: European Commission.
- Faulks, K. (2000). *Citizenship*. Londres: Routledge.
- Giddens, A. (2002). *Mundo em descontrolo: O que a globalização está fazendo de nós*. São Paulo: Record.
- Miller, P. & Rose, N. (2008). *Governing the present: administering economic, social and personal life*. Cambridge: Polity Press.
- O'Malley, P. (1996). Risk and Responsibility. In A. Barry, T. Osborne, N. Rose, *Foucault and Political Reason. Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government* (pp. 189-209). Chicago: University of Chicago Press.

- Renn, O. & Walker, K. D. (Eds.) (2008): *Global risk governance. Concept and practice using the IRGC framework*. Holanda: Springer.
- Rosa, E., Renn, O. & McCright, A. (2014). *The risk society revisited: social theory and governance*. Philadelphia, Pennsylvania: Temple University Press.
- Silverstone, R. (2002). Complicity and collusion in the mediation of everyday life. *New literary history*, 33(4), 761-780.
- Silverstone, R. (2007). *Media and morality: on the rise of the Mediapolis*. Cambridge: John Wiley & Sons.
- Tulloch, J. & Lupton, D. (2003). *Risk and everyday life*. Londres: Sage.
- van Asselt, M. B.A. & Renn, O. (2011). Risk governance. *Journal of Risk Research*, 14(4), 431-449.

#### **Financiamento e agradecimentos**

Este artigo faz parte do projeto de pós-doutoramento CIRIS – Comunicação do risco industrial em Portugal, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Agradecimentos à coordenadora do projeto de pós-doutoramento do qual este artigo faz parte, a Prof. Anabela Carvalho.

#### **Citação:**

Carvalho, M. (2017). Governança do risco, participação e comunicação na perspetiva da “sociedade de risco global”. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 98-118). Braga: CECS.

JOSÉ CRISTIAN GÓES

cristiangoes\_brasil@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL /  
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

# JORNALISMO, A TORÇÃO DOS SILÊNCIOS E DAS PALAVRAS: O CASO DA CPLP NO BRASIL

## RESUMO

Em julho de 2016, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) completou 20 anos que foi institucionalizada. Em uma investigação sobre esse período em dois dos principais jornais brasileiros, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* percebemos que essa comunidade lusófona, da qual o Brasil é parte importante, praticamente não existiu naqueles periódicos. Foram raras as notícias sobre a CPLP. Sugerimos que essa constatação exige um pensar mais aprofundado sobre a ideia de lusofonia e de comunidade, e que nos impõem considerar em nossas pesquisas sobre elas um caminho teórico-metodológico que se apresenta incontornável: a análise crítica da história.

## PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; CPLP; lusofonia, história

---

## 1. INTRODUÇÃO: OUTRAS CAMADAS NO JORNALISMO<sup>1</sup>

Este trabalho é parte de um esforço que busca perceber a existência de outras camadas que, aparentemente, estariam em invisibilização em meio às teias construídas pelo jornalismo. De saída, sugerimos pensar em um conceito de jornalismo entendido como uma das experiências narrativas que se realizam nas relações sociais, sempre marcadas por tensões políticas. Em outras palavras, não concebemos o jornalismo como um objeto emissor de informações que estaria abrigado em empresas, aprisionado em suportes ou como resultante de práticas profissionais. Propomos

---

<sup>1</sup> Este artigo integra uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Doutorado em Comunicação na UFMG, e que conta com bolsa CAPES para realizar estágio doutoral sanduíche na Universidade do Minho, em Portugal.

pensar o jornalismo como uma experiência social que faz emergir um ambiente de visibilidades inteligíveis.

Ao realizar a seleção de um número pequeno de acontecimentos e indicar uma leitura interessada do mundo, apresentando-o de forma sucinta e completa, o jornalismo ilumina uma diminuta fração do que há. Isso implica afirmar que essa ação produz mais sombras do que luzes, mais silenciamentos do que dizeres, mais invisibilizações do que a parte da superfície clareada. Como a seleção do visível é parte de uma opção política na construção de sentidos e significações, as sombras, os silenciamentos, os invisíveis também são elementos constitutivos dessa mesma construção. Ou seja, estamos tratando do visível e do invisível, do falar e do calar, de uma mesma estratégia, de uma mesma prática corrente no jornalismo que, em nosso entender, carece de maiores análises, principalmente quanto ao silenciar e pôr em invisibilização.

Para discutir essas questões propomos observar um exemplo concreto: a cobertura realizada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, periódicos de maior circulação diária no Brasil<sup>2</sup>, sobre a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – e os temas que lhe circundam. Em 17 de julho de 2016, essa comunidade completou 20 anos que foi oficializada. O Brasil é um dos seus membros destacados, tem a maior população do mundo a falar Português e realizou esforços para a institucionalização dessa entidade. Além do Brasil, os países que têm a língua portuguesa como idioma oficial e são membros efetivos da CPLP são: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, na África; Timor Leste, na Ásia; e Portugal, na Europa.

A questão inicial que nos mobilizou foi saber como o Brasil, por meio dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, noticiou nas últimas duas décadas essa comunidade da qual é parte. O objetivo foi tentar perceber os processos de visibilizações, de silenciamentos e de invisibilizações. A investigação foi realizada a partir dos acervos digitalizados das edições impressas desses dois periódicos. O período observado foi de 1º de julho de 1996 a 31 de julho de 2016, e utilizámos as seguintes expressões chaves: (1) CPLP, (2) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, (3) lusofonia, (4) países lusófonos e (5) nações lusófonas. Como o objetivo era saber a ação direta do jornal sobre a CPLP, definimos uma única categoria intitulada de *registros* para abrigar as notícias, as entrevistas e os editoriais. Excluimos, portanto, artigos de opinião, notinhas de articulistas, cartas do leitor e publicidades.

<sup>2</sup> Em 2015, a *Folha de S. Paulo* obteve circulação diária, em média, de 335,9 mil exemplares, ocupando a primeira colocação entre os jornais brasileiros. Na segunda posição ficou *O Globo*, com 311,2 mil jornais postos em circulação em média diária (Mídia Dados Brasil, 2015).

Antes de avançarmos para apresentar esse levantamento, consideramos como ação fundamental refletir sobre as relações entre jornalismo e silêncio e a construção do silenciamento. Não propomos uma tese sobre o silêncio e nem sugerimos uma teorização sobre o visível e o invisível. Nosso objetivo é refletir sobre jornalismo e a sua relação com o silêncio e com as palavras, principalmente fazendo um esforço para perceber as várias camadas que trançam um mesmo objeto, mas que algumas delas podem ser alvos de silenciamentos e de invisibilizações. Ou seja, buscamos indagar como o jornalismo maneja os silêncios e as palavras construindo um quadro de dizeres e de silenciamentos, de visibilizações e de invisibilizações, conformando, assim, uma inteligibilidade – que imaginamos apenas existir no visível – sobre uma pequena parte dos acontecimentos.

## 2. SILÊNCIO E SILENCIAMENTO

O jornalismo é, sem perder a dimensão material encarnada nele mesmo, um dos modos sociais das experiências narrativas do mundo e que nos envolve enquanto sujeitos, como agentes e como pacientes em um mesmo processo. Contudo, o jornalismo não age sozinho, não define a realidade por si só. Ele mescla-se a outros operadores sócio-simbólicos, de acordo com Maurice Mouillaud (1997). Nessas condições, o jornalismo realiza-se nas relações e interações sociais, sem estar acorrentado aos produtos e as empresas. A *notícia*, nesse caso, é uma indicação verbovisual que poderá ser negociada em meio a uma proposta de diálogos e que fará parte de uma complexa teia conjuntural de forças e interesses políticos, culturais, econômicos a apontar, inclusive, para fora dela, e para além da órbita do próprio jornalismo.

Como as mediações sociais são assimétricas e instáveis, e abrigam outros operadores, é preciso considerar um jogo de forças atuando com intensidade na experiência do jornalismo. Essas disputas passam, necessariamente, por um regime de seleções em que o poder se exerce na escolha do que será dito e visto e, também, na triagem de tudo o que deve ser excluído, posto às sombras, silenciado, não visto. É nessa outra face, aparentemente oculta no mesmo rosto de um objeto, que localizamos a importância de discutir o jornalismo como um dos operadores dos silêncios e das palavras, isto é, como um dos construtores de silenciamentos.

Não há abundantes referências bibliográficas sobre o silêncio e, de modo especial, quando se busca discutir o silêncio no jornalismo. Alguns

autores (Merleau-Ponty, 1991; Novaes, 2014; Orlandi, 2007; Wolff, 2014, entre outros) apresentam instigantes reflexões sobre o silêncio, notadamente nos campos da filosofia, da linguagem, da história e, nesse trabalho, vamos utilizar algumas delas. Uma questão que parece incontornável é que, aparentemente no jornalismo – um dos lugares da narrativa, da expressão, do visível – parece não existir espaço para o silêncio. Entretanto, nossa proposta é pensar o contrário: para o jornalismo e para todas as expressões, o silêncio é um objeto central porque é constituinte das próprias linguagens, até mesmo antes delas, como uma espécie de *estágio zero*, uma respiração que antecede à expressão, um *algo* que precede a ideia de ruído. Contudo, o silêncio não é apenas um antes, ele continua a atravessar obrigatória e permanentemente as expressões, as linguagens em suas manifestações e, até depois delas, o silêncio se mantém. Maurice Merleau-Ponty (1991) afirma que o silêncio deve ser considerado antes das palavras e, mesmo depois delas, porque ele continua a rodeá-las.

O que estamos dizendo é que o silêncio é requisito dos sentidos e das significações de um *todo dizer*. Ele é medular para a inteligibilidade que, no caso do jornalismo, é fundamental. Ou seja, as expressões exigem o silêncio, nada se poderia dizer e ver sem ele. Adauto Novaes afirma que o silêncio é “parte do homem, dos fenômenos e do próprio fenômeno da fala” (Novaes, 2014, p. 20). O silêncio compõe, atravessa, recorta as experiências expressivas, dando ritmo, contornando e entornando as palavras, as imagens. Argumenta Eni Orlandi que o silêncio é como “o fôlego da significação; um lugar de recuo necessário para que possa significar” (Orlandi, 2007, p. 13). Exemplificamos esse silêncio como o quase imperceptível espaço entre as letras de uma palavra, ou as notas musicais de uma partitura, mas um espaço essencial para fazer com que a palavra seja palavra, e a música seja música.

Curiosamente, para falar do silêncio usamos a palavra, a linguagem, a expressão, isto é, recorremos a um lugar onde estaria ilusoriamente o dizer dos sentidos, aliás, de todo o sentido. Por isso, as palavras, as expressões verbais parecem ter uma força superior ao silêncio, predominando-a sobre ele, relegando ao silêncio uma falsa sensação de subordinação e de uma mudez, de um grande vazio. De forma pertinente, lembra-nos Francis Wolff, que o silêncio “é sempre signo, mas nele mesmo nada significa (...) ele é ausência de som e presença de sentido” (Wolff, 2014, p. 50).

Quando recorremos à História, percebemos que o homem tomou a palavra como uma forma de libertar-se do silêncio da matéria, o que nos

transformou em seres de linguagem. Ocorre que agora, na contemporaneidade, o excesso de fala “nos convida a pensar o contrário – o silêncio – como uma forma de sobrevivência da experiência” (Novaes, 2014, p. 17). Nesse quesito, propomos um esforço para realizar um exercício inverso: não imaginar o silêncio como uma *falta*, um vazio, uma negatividade, mas pensar nas linguagens como excessos (Orlandi, 2007).

Lembra Giacoia Júnior que vivemos em uma “sociedade tagarela”, em que a maioria de nós exerce “a compulsão pela tagarelice”, em que não podemos ficar em calados. Nesse caso, a ausência da expressão pode implicar solidão, medo do esquecimento e do desaparecimento, por isso agarramo-nos “ao ininterrupto ruído circundante e tranquilizador, entregando-nos sem pudor a toda distração e anestésico, à voraz tagarelice universal” (Giacoia Júnior, 2014, p. 84).

Por agora, o que nos interessa é observar a fina linha não separativa entre silêncio e silenciamento, compreendendo este último como um calar que muitas vezes se faz passar por silêncio, mas ele é a ação-efeito da manipulação do silêncio, o agir e ao mesmo tempo o seu resultado que ocorre, na maioria das vezes, de forma sutil. Em algumas pesquisas no jornalismo, por exemplo, existe alguma confusão entre silêncio e silenciamento, que são tomados como sinônimos. Contudo, o que chama atenção é que a grande maioria das investigações nesse campo emprega grande valor no que está dito, no visível, nas respostas das entrevistas, nos números encontrados, nas imagens, nos sons, nas performances. Há uma espécie de lógica que mantém a força do dito sobre o silenciamento que, nesse caso, pode-se até imaginar que o objeto não dito sequer tenha existido.

Isso ocorre porque o jornalismo tem vocação tagarela, não como excesso a devorar silêncios, porque os silêncios continuam sustentando as marcas verbovisuais, mas como um espaço que se apresenta completamente preenchido por uma única possibilidade expressiva, como o lugar do *todo*. Contudo, além do silêncio, o jornalismo guarda inúmeros silenciamentos que estão nos enquadramentos, agendamentos, nas notícias propostas, mas também circulam fora de suas indicações de mundo. Assim, sugerimos que o jornalismo é uma experiência a torcer, a manusear, a manipular os silêncios e as palavras, e que resulta em silenciamentos e invisibilizações. Utilizamos a ideia de uma torção vinda da física, em que um objeto recebe uma força de rotação e esse movimento acaba deformando o próprio objeto, geralmente em sentido inverso ao que existia antes da torção, ou seja, teremos por meio da torção, inevitavelmente, outras percepções sobre o objeto.

Quando recorremos ao silêncio e às palavras, estamos dizendo que o silenciamento não se realiza somente por meio das ausências, do apagar, do impedimento, de *fazer não existir*, mas também se configura por um único falar, por uma intensificação tagarela de um mesmo dizer, impedindo que se diga e veja de outras formas, por uma produção expressiva que dificulta avançar para além das superfícies, criando, assim, uma espécie de simulacro de visibilização social. Outra questão pertinente e que na sequência deixaremos mais clara é o equívoco em fazer uma imediata associação entre silenciamento e censura. A torção dos silêncios pode ocorrer de forma mais sutil que uma ordem direta e autoritária, implicando várias estratégias, e não apenas negativas.

### 3. POR AUSÊNCIA E POR PRESENÇA

Metodologicamente não existe possibilidade de materializar o silêncio, o que seria o seu fim, uma ação fatal. No entanto, sugerimos que é possível perceber narrativamente os silenciamentos, seja em ordem direta, por exemplo, em razão de uma determinação autoritária de uma *cale-se*, e nesse caso, observar-se os efeitos dessa imposição; seja por ordem indireta, quando se responde a esse *se cale* com outras expressões, com respostas de desafio a essa determinação, até as formas mais sutis de resistência, inclusive de fuga.

O que é importante ressaltar é que não buscamos estabelecer juízos de valor ao tratar da torção dos silêncios e das palavras. O silenciamento gerado por ordem direta ou indireta pode ter um viés perverso e negativo, especialmente como um ato de censura ou através de outras formas de opressão, mas também pode ter uma perspectiva em que o *calar* é uma forma de resistência, de sobrevivência, de fuga. Por exemplo, em determinadas ameaças à vida, talvez seja estratégico para o momento silenciar e se manter vivo e lutar contra o jugo. Assim sendo, o silenciamento pode ser objeto de uma retórica concreta de dominação e guardar nela mesmo a sua força em sentido contrário, isto é, transformando-se em um dos modos de lutar contra essas mesmas opressões. Em todo o caso, sublinhamos que o silenciar é ação de poder, de um *poder* em Michael Foucault (1979), isto é, como aquela ação que proíbe, exercendo uma força de impedimento, que faz calar, sufocar, suprimir, mas também e, ao mesmo tempo, é aquele que faz resistir, reagir, incitar a romper determinada ordem. Se existe um silenciamento que apaga e que perversamente impede, há nele mesmo as condições e as forças de explosão dos seus limites.

Chamamos a atenção para o silenciamento além dessa condição autoritária, de censura direta e/ou indireta, e também como forma de resistência. O silenciar, em questão pelo jornalismo pode se construir “pelo vazio enorme, pela tagarelice ensurdecidora de todos que se lançam numa corrida desenfreada e feroz para dizer e repetir a mesma coisa”, segundo análise de Frédéric Gros (2014, p. 329). Parte da ação do jornalismo pode ser caracterizada como tagarela, que não constrói silenciamentos somente quando exclui, mas também a partir da intensa e única repetição de um falar e de um ver para, justamente, não dar a ver e não dar a falar. O jornalismo é, assim, um mecanismo da chamada “política do silêncio” (Orlandi, 2007, p. 24), em que “para dizer é preciso não-dizer”, em que a escolha e utilização de algumas palavras são o mesmo que excluir, apagar, esquecer, silenciar muitas outras palavras.

Essas reflexões levam-nos a sugerir dois modos de silenciamento a partir da ação política de torcer silêncios e palavras no jornalismo: o silenciar *por ausência* e o silenciar *por presença*. O primeiro realiza-se no *não dizer*, em um processo de mudez, de ausência, da não possibilidade de estabelecer alguma memória, de não construir uma lembrança. De fato, parece impossível lembrar-se e/ou relembrar-se de algo que não foi visto, que não foi dito. Esse é um silenciamento que age na torção de silêncios e de palavras no sentido de sufocá-las, de impedi-las e não permitir a emergência das expressões. Essa torção resulta em um texto que não existiu, em uma imagem que não se viu. É um silenciar que chamamos de *ausência*, que pode ser ou não deliberado, isto é, com *intenção de* ou não. Se a ação de manipular for nitidamente ostensiva, julgamos que ela pode ser equivalente à própria censura.

Além da ausência, reforçamos que existe um silenciar *por presença*, uma torção dos silêncios e das palavras a partir da imposição repetitiva de únicos dizeres, de únicas imagens. Esse silenciamento presente realiza-se por meio de uma mesma tagarelice desviante a produzir a impossibilidade de *não dizer* outros dizeres, de não permitir outras visões sobre o mesmo objeto, de não possibilitar enxergar outras camadas além da superfície. O silenciar por presença garante que outras alternativas ao plano retilíneo onde parece estar o *todo* possível estejam mudas e invisíveis no próprio objeto, um mecanismo de silenciamento sutil porque não é percebido como um silenciamento, muito pelo contrário.

Investigar esse fenômeno no jornalismo ajuda a perceber os limites da linguagem, a ultrapassar suas fronteiras, apontando outros sentidos

para fora das indicações mais languageiras e tagarelas, desconstruindo uma visão única, limitada, parcial, reduzida dos objetos. É aqui que sugerimos que a ação do silenciar ou a ação do torcer silêncios e palavras deixa *rastros* (Ginzburg, 2007), a exemplo de expressões indutivas, omissões, supressões que podem ser objeto de narrativas para desvelar essas torções.

O silenciamento move-se sob tensão permanente, entre propostas narrativas que buscam organizar, controlar, determinar sentidos e significações; e, ao mesmo tempo, sob forças propulsoras que podem romper esses limites, apresentando outras interpretações ainda não ditas e não vistas. O jornalismo participa desse jogo, como uma experiência narrativa, operando silêncios e palavras, construindo socialmente silenciamentos, seja por *ausência* e/ou por *presença*. Como proposta de algum tipo de mediação social, essa experiência narrativa que é o jornalismo é parte de uma *cultura do silenciamento*.

Esse percurso encaminha-nos a perceber o processo da construção, por meio do jornalismo, da *invisibilização* que acontece com a intensificação dos modos repetitivos do silenciar, seja por ausência, seja por presença. Em outras palavras, o silenciamento é uma ação corriqueira, de caráter pontual, e seus pontos necessariamente não estão atrelados uns aos outros. Além disso, o silenciar sobre determinado objeto é uma ação claramente transitória porque as forças para rompê-lo estão ali presentes, e parecem estar sempre na iminência de violar as regras do calar, essa é uma linha extremamente tênue. No entanto, se esse silenciamento se arrastar por um longo período, se as forças de resistência não conseguirem enfrentá-lo e denunciá-lo, e se os vários pontos dos silenciamentos não forem ligados proporcionando uma inteligibilidade narrativa sobre o calar, esse *não dizer* pode sugerir uma ideia de completa ausência, uma não existência instalada, fazendo o não dito parecer algo *natural*, um *efeito verdade* que busca dar a forma ao *todo* visível, pelo invisível.

Diante desse último quadro temos uma invisibilização, ou seja, um fenômeno mais amplo que o silenciamento. Contudo, é preciso deixar nítido que a invisibilização também jamais estará consolidada. Ela não terá estabilidade porque esse processo – de experiência narrativa - ocorre nas relações sociais, um ambiente de constantes tensões e jogos de poder. Por isso, e não por coincidência e nem mera retórica, utilizamos sempre a expressão *invisibilização* em lugar de *invisibilidade*, em razão de essa última indicar uma situação dada e estável, o que, de fato, não acontece.

#### 4. A INVISIBILIZAÇÃO DA CPLP

Sobre o silenciamento e a invisibilização passemos a perceber um caso concreto. Em 2016 a CPLP completou 20 anos de oficialmente criada. Buscamos saber como os jornais brasileiros *Folha de S. Paulo* e *O Globo* noticiaram essa comunidade em suas duas décadas. Vejamos sinteticamente alguns argumentos para que os temas envolvendo a CPLP merecessem algum tipo de agendamento nesses dois periódicos: (1) a língua comum ou assemelhada entre nações e regiões dessa comunidade e que ajuda a dar sentido à ideia de lusofonia; (2) as histórias profundas e entrelaçadas entre os países da CPLP; (3) os povos lusófonos são parte constitutiva deles mesmo, isto é, todos têm amarrações diferentes a um mesmo tronco identitário; (4) os 20 anos da institucionalidade da CPLP, que certamente registrou ações de chefes de Estados e de Governos, o que geraria, por si só, várias coberturas jornalísticas; (5) o Brasil é o maior país de língua portuguesa do mundo e teve uma participação efetiva na criação da CPLP. Apesar dessas e de muitas outras relações históricas e identitárias, nossa investigação apontou um amplo silenciamento nos jornais brasileiros e, em razão da reincidência em duas décadas, também sugerimos existir um processo de invisibilização da CPLP nas páginas dos dois maiores periódicos do Brasil.

O fato é que nos 20 anos de notícias diárias na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa praticamente não existiu. O levantamento revelou apenas 95 pequenos registros na *Folha* (Gráfico 1) e somente 93 em *O Globo* (Gráfico 2).

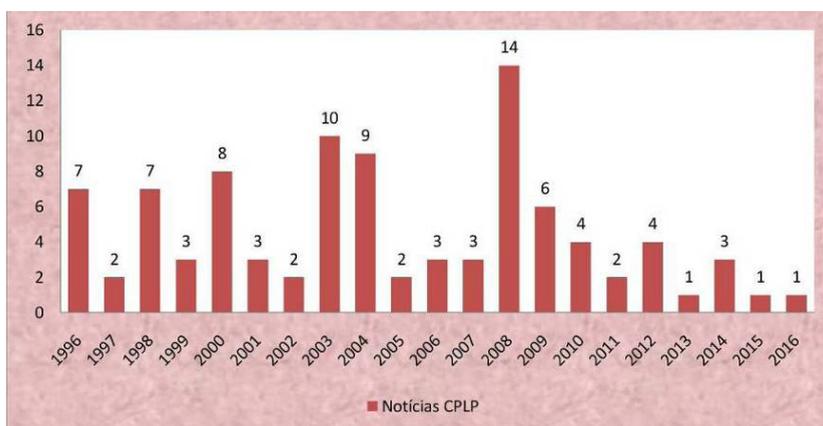


Gráfico 1: Registros na *Folha de S. Paulo* em 20 anos da CPLP

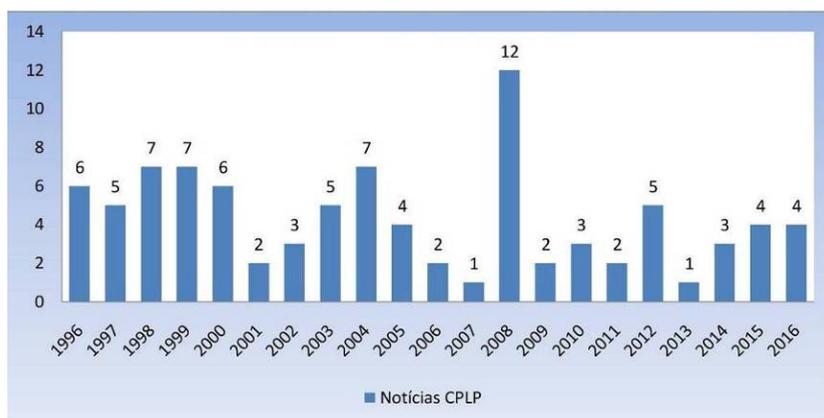


Gráfico 2: Registros em O Globo em 20 anos da CPLP

Esses números revelam um silenciamento reiterado, um esquecimento insistente, uma ausência que se renova ano a ano e que vai configurar um quadro maior: a invisibilização dessa comunidade no Brasil. Nesse caso, podemos falar de uma invisibilização por ausência que constitui um ambiente inteligível, dando forma ao que *não existe*, partilhando essa ausência com seus leitores. Esses poucos registros na *Folha* e em *O Globo*, em um período tão longo, não possibilitam construir referências no que existe, não permitem emergir elementos para uma memória, não autorizam falar em conhecimento de uma comunidade. As notícias sobre a CPLP foram diluídas por entre dias, meses e anos entre as centenas de milhares de páginas desses jornais. Foram mais de 6.935 edições em cada um deles nessas duas décadas. Em *O Globo*, em média, foram somente 4,8 pequenas notícias por ano. Na *Folha de S. Paulo*, essa média ficou em 4,9. Ou seja, a lusofonia vista por meio dos dois maiores jornais do Brasil não atendeu a critérios de noticiabilidade, ao contrário, transitaram em um ambiente de *não-noticiabilidade* (Góes & Antunes, 2015).

Nos dois jornais chamou atenção o ano de 2008 porque houve uma alta fora da curva. Naquele ano, o Parlamento português aprovou uma nova versão de Acordo Ortográfico a ser utilizado na comunidade. Essa ação repercutiu no Brasil. Além disso, o presidente brasileiro Lula da Silva sancionou esse acordo, mas que até hoje não vigora de forma plena. Além dessas notícias, também ocorreu à intensificação de conflitos em Timor Leste. Entretanto, no geral, as notícias sobre essa comunidade foram raras e *perderam-se* em meio às milhares de páginas da *Folha*, periódico com o slogan “Um jornal a serviço do Brasil”, e *O Globo*, que é parte de um dos

maiores grupos de comunicação do mundo, as Organizações Globo. Em resumo, há uma significativa ausência de notícias, de reportagens e de entrevistas sobre essa comunidade.

Não cabe justificar que a CPLP não pautou os jornais. Essa alegação não se justifica plenamente porque é o jornal quem pauta, agenda, seleciona; e porque essa entidade realizou várias atividades, inclusive no Brasil, que poderiam ter recebido a cobertura dos dois jornais brasileiros, o que não aconteceu. Através do documento oficial *18 anos CPLP: os desafios do futuro* (Ilharco & Murargy, 2014), pode-se verificar que nos primeiros dez anos dessa entidade foram realizadas mais de 150 ações, a exemplo de encontros, missões diplomáticas, assinatura de acordos, mas as notícias nesses jornais foram raras no mesmo período. Nem mesmo quando o Brasil comandou a CPLP (2000 e 2001) houve agendamento dessa comunidade.

Diante da constatação dos poucos *registros* em 20 anos da CPLP, que estudos sobre o jornalismo podemos utilizar para compreender esses silenciamentos e a invisibilização dessa comunidade? *Agenda-setting*? *Espiral do silêncio*? *Framing*? *Gatekeeping*? Critérios de noticiabilidade? Todos eles apresentam contribuições para pensar o jornalismo, mas no caso da torção dos silêncios e das palavras existem, em nosso entender, algumas lacunas que ainda exigem maiores reflexões. Vejamos, resumidamente, algumas considerações.

Mauro Wolf diz que os *critérios de noticiabilidade* formam um “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias” (Wolf, 2009, p. 195). Apesar de discordâncias sobre as nomenclaturas, tem-se acordado que os critérios para que um evento tenha *status* de notícia são “relevância, atualidade, proximidade, conflito, desvio”, entre outros. É possível identificar o *não relevante*? Por que o *não relevante* foi silenciado? Por que eventos *atuais* são silenciados? Como acontecimentos tão próximos não são notícias e não se dão a ver, melhor, nem a existir?

Já o *agenda-setting* é um estudo que afirma que os sujeitos vão escolher os temas de suas conversas e tomar decisões a partir do que estão vendo, lendo e ouvindo nos média. O jornalismo, pela seleção, disposição e incidência dos assuntos, determinaria quais temáticas seriam públicas e publicadas, e como elas deveriam ser discutidas (McCombs & Shaw, 2000). Nessa perspectiva, ficam nítidas as *intenções* determinantes do agendar, de criar o visível, aquilo considerado importante e que será *consumido* pelas audiências. Todavia, o que podemos dizer das tantas ocorrências cotidianas que ficaram de fora da agenda? Considerando que o

volume de informações não aproveitadas é muito grande, poderíamos ter *outra agenda* reunindo o que não foi dito, não foi visto, ou melhor, o que foi silenciado? Como lidar com o *não agendado*? É possível pensar em uma agenda muda como resultado de uma ação política?

Próximo do *agenda-setting* surgiram formulações sobre a espiral do silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann e os estudos sobre opinião pública. Nesse artigo, a ideia da espiral do silêncio até poderia contribuir, mas há fundamentos nela que impedem nosso aproveitamento. Antônio Hohlfeldt diz que Noelle-Neumann “destacava a *onipresença* da mídia como eficiente modificadora e formadora de opinião a respeito da realidade” (Hohlfeldt, 1998, p. 37). Essa teoria buscava provar que a influência da mídia sobre a opinião é vital, o que põe o jornalismo como centro determinante do pensar e do comportamento do público, questões em que não temos pleno acordo. Em geral, a tese é de que o sujeito que tem uma opinião sobre um determinado tema e que imagina que ela seja socialmente minoritária, procura ficar em silêncio, conformando-se com a opinião majoritária, ou seja, ele se cala com medo das reações negativas e do isolamento social.

Em nosso entender, a espiral trata de *silenciamentos* e, não, de silêncios. Depois, essa é uma perspectiva de forte viés psicológico, o que não é um problema em si, no entanto, seu foco está no público e no seu constrangimento, no medo, no comportamento, perspectivas que não analisamos na torção dos silêncios e das palavras. Reforçamos ainda que a teoria da espiral trata de um jornalismo transmissivo, dividido entre emissores que vão influenciar às opiniões dos receptores. Na espiral, além de o silenciamento ser objeto somente do receptor, parece não se avançar para perceber os mecanismos do silenciar construídos pelo jornalismo e que emergem nas relações.

Ainda há o *gatekeeping* que trata da seleção e dos fluxos de informações. Para esse estudo, as notícias, depois de selecionadas, apenas uma quantidade limitada chega ao público. As ocorrências que conseguem atravessar os *portões* dos média serão, assim, consideradas mais *relevantes*. O selecionador (emissor – organização e/ou o jornalista) não determina apenas as notícias, mas seus formatos e espaços que terão (Shoemaker & Vos, 2011). Entretanto, como lidar com as informações que não atravessaram os *gates*? Por que elas não tinham a condição de notícia? Por que os portões foram fechados? E o que ficou de fora, silenciado, perdeu-se?

Outro estudo importante sobre o jornalismo é o dos *frames*. Erving Goffman diz que enquadramentos são “princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais” (Goffman, 2012,

p. 34). Segundo esse autor, tendemos a perceber os eventos de acordo com enquadramentos que nos permitem responder: “o que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, os *frames* consistem em marcos interpretativos gerais que asseguram às pessoas dar sentido às situações sociais. Os *framing* organizariam a realidade cotidiana. E o que dizer dos silenciamentos? Existe como enquadrar o que não foi dito? Ou tudo foi dito e foi visto? Há possibilidade do *frame* a partir do que foi sistematicamente silenciado ao longo do tempo? O que *não foi dito* pode ganhar algum tipo de moldura? Talvez a questão que temos que enfrentar diante do *frame* é: o que *não* ocorreu aqui? Ou, para nós, o que foi silenciado aqui?

## 5. PARA ALÉM DA AUSÊNCIA

Vimos que os silenciamentos e a invisibilização não se dão apenas pela torção dos silêncios, produzindo ausências. Os números das poucas notícias sobre a CPLP relevaram algum falar. Nesse caso, há também a torção das palavras que ocorre junto à manipulação do silêncio, porém ela se dará a partir da presença das expressões verbovisuais, do visível. É nesse sentido que o silenciar é uma ação que deixa *rastros* e, em nosso caso, as raras notícias sobre a comunidade nos dois jornais são um lugar dessas pistas. Acreditamos que o pouco publicado ajuda-nos a perceber as torções de silêncios e de palavras. Vejamos alguns exemplos, a começar pelo início da oficialização da CPLP porque ele revela como o país apresenta-se, quais suas intenções e como essa comunidade será tratada.

A 14 de julho de 1996, três dias antes da criação da CPLP, a *Folha de S. Paulo* traz: “FHC formaliza em Lisboa novo bloco” (Figura 1). O título mostra o protagonismo da gênese dessa entidade pelo presidente brasileiro, ou seja, é ele quem vai formalizar o “novo bloco”, e não o Brasil será inserido em uma comunidade como um dos seus membros. No texto da notícia, assinado por Clóvis Rossi, do conselho editorial do jornal, informa-se que o Brasil fará parte de mais um bloco internacional, a CPLP, mas que “não chega a ser um bloco potente nem tem as ambições comerciais do Mercosul”, escreve. Em seguida, revela-se que a intenção no bloco é “buscar apoios para a candidatura do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas”, ou seja, “contar com o voto de cinco países africanos de língua portuguesa é sempre um ativo importante para a diplomacia brasileira, por pobres e fracos que sejam”.

Há nessa notícia uma série de silenciamentos. Não existe no texto nenhuma informação que convoque a história e as raízes identitárias entre

as nações lusófonas. Não se fala em lusofonia. A CLPL é apresentada como mais um bloco econômico, porém pobre, e que só interessa ao Brasil ali os votos dos países para que ele tenha uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.



Figura 1: Recorte de notícia na *Folha de S. Paulo*  
 Fonte: *Folha de São Paulo*, 14 de julho de 1996, p. 6

Em 15 de julho de 1996, o presidente Fernando Henrique concedeu uma entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa. No dia seguinte, véspera da criação da CPLP, *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* a reproduziram. Nela, FHC afirma que a “mentalidade caipira e provinciana” do brasileiro “rejeita a globalização” (Figura 2). O presidente-sociólogo explica que a “rejeição” dos brasileiros ao mundo globalizado é parte do “atraso civilizacional” do próprio povo, e isso é decorrente da “mentalidade caipira e provinciana”. Fernando Henrique, ocupando o cargo máximo de representação do Brasil e que está em Lisboa para a criação da CPLP, argumenta na entrevista que esse atraso e primitivismo estão explicados pela história, ou seja, que essa mentalidade caipira dos brasileiros é, “sem dúvida nenhuma, a variante da mentalidade crioula”, afirma ele. Também essa notícia apresenta silêncios construídos pela torção das palavras.

A entrevista do presidente Fernando Henrique faz emergir parte do processo de formação da nação brasileira em que se busca apagar índios e negros, seja pelos massacres, pela escravidão, seja pela mestiçagem no sentido de “embranquecer” o país, segundo as teorias racistas do século XIX. Índios, negros, mulatos, crioulos resistiram e tornaram-se presenças incômodas às elites nacionais. Como a CPLP é composta por maioria de países africanos ela é um problema a ser evitado, excluído, não apenas porque são pobres, mas porque os africanos nos fazem lembrar identidades em comum e as dívidas não quitadas em razão do todo período escravagista. Essa lógica apresentada pelo presidente alinha-se a uma espécie de síntese da identidade nacional como um *devoir*, isto é, associada ao *moderno*, que busca silenciar e apagar os traços de *atraso* (pobreza, escravidão, índio, negro, africano, caipira, crioulo), ao mesmo tempo em que busca acertar os passos com uma retórica civilizatória que se deslocou, com o avanço da globalização, da Europa para os Estados Unidos (Canclini, 1997).



Figura 2: Recorte de parte da notícia em *O Globo*  
 Fonte: *O Globo*, 16 de julho de 1996, p. 3

Em grande parte das poucas notícias sobre a comunidade em seus 20 anos há tônicas únicas e recorrentes: a pobreza e a corrupção nos países africanos, o perigo das drogas e da imigração vindas da África, a ação neoimperialista brasileira e portuguesa junto as nações africanas, a parceria

ou o “compadrio” entre Brasil e Portugal. Essa é uma retórica pequena em volume, mas intensa e que parece obrigatória em quase todos os registros, o que silencia outros tipos de visões, de opiniões, de relações, por exemplo, identitárias que existem entre o Brasil e os demais países dessa comunidade, principalmente os africanos. Vejamos o caso da edição de 15 de julho de 1997 da *Folha de S. Paulo* quando a CPLP estava prestes a completar um ano de criada. O jornal lembrou esse fato – o aniversário de um ano – com uma pequena notícia sobre o “problema” dessa comunidade. O jornal traz um registro com um título enfático: “Africanos querem ter direitos iguais a portugueses no Brasil” (Figura 3). Informa-se no texto que os africanos querem que o Brasil estenda a eles o mesmo direito de livre circulação concedido a portugueses, isto é, sem necessidade de obter visto. A justificativa da *negação* desse direito aos africanos pelo Governo brasileiro, isto é, de igualar-se aos portugueses, era o tráfico de drogas que circula por meio da África. Vale ressaltar que a publicação dessa notícia na *Folha*, em lembrança ao primeiro ano da CPLP, foi feita na página de assuntos policiais.



Figura 3: Recorte de parte da notícia na *Folha*  
 Fonte: *Folha de São Paulo*, 15 de julho de 1997, p. 4

Também em *O Globo* há uma notícia sobre a CPLP no exato dia em que ela completou um ano, e esse registro igualmente enfatiza a comunidade como problema. A notícia teve o título: “Países de língua portuguesa contra drogas” e também foi publicado na página dedicada a assuntos de crimes. Sobre a CPLP, a notícia conta que o Governo brasileiro quer formalizar um acordo na comunidade para combater o tráfico de drogas da África e que afetaria o mundo.

Os silenciamentos sobre as relações históricas e identitárias são gerais. Em 13 de abril de 1999, a *Folha de S. Paulo* trata da ida do presidente Fernando Henrique a Lisboa. Na notícia, o repórter diz que a visita “seria mais de compadrio, dado o relacionamento histórico entre os dois países, *não fosse o Timor Leste*” [grifo nosso]. O Timor Leste estava em luta pela independência contra a Indonésia e seus representantes cobravam o apoio. O Brasil foi o último país a se manifestar em favor de Timor. Nesse registro, a *Folha*, além de externar a relação de “compadrio” entre Brasil e Portugal, buscar fixar e apagar posições históricas e identitárias na CPLP, “que reúne além de Brasil e Portugal, as antigas colônias africanas de Portugal”. Ou seja, é como se o Brasil não figurasse como ex-colônia, condição que será ressaltada para Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que não tem seus nomes registrados, apenas surgem como “ex-colônias africanas de Portugal”.

Em 20 anos, nos dois jornais, apenas encontramos um único editorial, que é a *fala* oficial do jornal, e que fez referências a CPLP. Em 06 de julho de 2010, *O Globo* publicou “A política externa das más companhias” (Figura 4). Nele, há uma dura crítica ao presidente Lula da Silva por ter aproximado o seu Governo com países africanos. O título do editorial já é um forte indicativo de juízo de valor e da lógica rejeição que serve ao silenciamento dessa comunidade.

## A política externa das más companhias

Há poucos dias, ao receber em Brasília o presidente da Síria, Bashar Assad, o presidente Lula elogiou a contribuição de Damasco para a paz no Oriente Médio. Obviamente, essa contribuição só existe na cabeça dos ideólogos do Itamaraty do B, que seguem dando as cartas na diplomacia brasileira. Para eles, a crítica está em segundo plano e os fins justificam os meios. E assim o Brasil se afasta de sua tradição de equilíbrio na política externa.

Chocou o mundo, por exemplo, a reação do presidente Lula à morte do dissidente cubano Orlando Zapata, depois de longa greve de fome, que coincidiu com sua visita a Havana em fevereiro. Lula se deixou fotografar ao lado dos irmãos Castro, com cuja ditadura se mostrou solidário, e desmereceu a luta de Zapata e dos dissidentes cubanos por liberdade e democracia na ilha. Foi uma decepção para os que viam nele um defensor dos opri-

mentos, como parecia ser desde sua campanha para erradicar a fome no mundo. Agora mesmo, o governo brasileiro segue em silêncio diante da morte iminente de Guillermo Farfán, outro prisioneiro de consciência cubano em greve de fome há cem dias. Lula está empunhando um giro de dez dias por países africanos, no qual exige a desvalorização de sempre para tratar com ditadores. Como Okiang Nguema Mbasogo, há 31 anos no poder na Guiné Equatorial, país muito pobre mas que descobriu importantes reservas de petróleo nos últimos 15 anos. Em nome do pragmatismo e dos negócios, o governo brasileiro assinou um documento com o guineense, afirmando que ambos estão comprometidos com os direitos humanos e a democracia. Ora, só

mesmo como piada, pois Mbasogo é acusado de fraudar eleições e de reprimir com extrema violência a oposição.

Alcance mais grave foi Lula ter apoiado a reivindicação do ditador de ter sua nação acolhida na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O português é apenas a terceira língua falada na Guiné Equatorial (as primeiras são espanhol e francês) e a CPLP não deveria abrir suas portas para um ditador reeleito em 2009 com 95,8% dos votos válidos, e em cujo Parlamento 99% dos deputados são do partido do governo. Segundo os ideólogos do Itamaraty do B, a opção do Brasil é “por integrar, não isolar”. Belo discurso, mas há que ter limites, ditados pela ética e pelo bom senso. Foi o que faltou,

por exemplo, na aventura iraniana de Brasília — a decisão de, junto com a Turquia, levar adiante uma negociação com o Irã sobre seu programa nuclear, com o objetivo de impedir a adoção de sanções contra o país pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O tiro saiu pela culatra, as sanções foram adotadas no dia seguinte e o Brasil ficou isolado. A Turquia tinha razões estratégicas próprias para seu voto. O Brasil, só ideologia terceiro-mundista da década de 60. Desta forma, Lula tem maltratado o prestígio conquistado nos últimos anos como líder de um dos países emergentes mais bem-sucedidos. Como tudo o que ele faz no plano interno tende a dar resultado — até porque ele se dissociou do que não dá —, o presidente passou a usar a mesma lógica na política externa. Mas, nesta, não há garantia de sucesso sem que princípios éticos e objetivos delineáveis sejam observados. Do contrário, o descrédito é certo.

Lula exhibe, na África, a habitual desenvoltura no trato com ditadores

Figura 4: Recorte de parte do editorial em *O Globo*  
Fonte: *O Globo*, 6 de julho de 2010, p. 6

Esse quadro de ausência de notícias e de uma presença expressiva de uma única matriz, ambos configurando o silenciamento, apresenta uma notícia exemplar. A *Folha de S. Paulo*, que noticiou a criação da CPLP em

1996, sete anos depois, na edição do dia 12 de julho de 2003 traz um pequeno registro com o título: “Presidente propõe criação de bloco de países de língua portuguesa” (Figura 5). No texto dessa notícia, diz-se que Lula foi a Lisboa e sugeriu a criação de um bloco que teria o nome de CPLP, um bloco econômico e cultural que, para o jornal, não passaria de um “sonho” e que envolveria as nações que falam a língua portuguesa. Contudo, esse registro revela que a visita do presidente brasileiro a Portugal, “sonho a parte”, serviu apenas para que Lula consolidasse um relacionamento, que o primeiro ministro anfitrião, José Manuel Durão Barroso, definiu de “cumplicidade estratégica”. Além de noticiar o que já existia, a CPLP, o jornal acaba confirmando o silenciamento e a invisibilização dessa comunidade e dos países africanos e de Timor Leste na medida em que foca apenas Brasil e Portugal.

## Presidente propõe criação de bloco de países de língua portuguesa

DO ENVIADO ESPECIAL A LISBOA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou ontem mais um bloco no jogo diplomático brasileiro, destinado a construir relações com outros países do Sul para poder, em tese, melhor negociar com as nações ricas do Norte.

O novo bloco tem a sigla CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e é composto por oito países: Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

ciação Industrial Portuguesa.

O presidente sonhou alto com um entrelaçamento entre Mercosul, União Europeia e CPLP e disse que o Mercosul tem um PIB (Produto Interno Bruto, medida da renda de um país ou bloco) de US\$ 1 trilhão e representa “a quarta maior economia do mundo”.

O número, porém, precisa ser posto em perspectiva. O Mercosul é a quarta maior economia do mundo se a União Europeia for contada como um só país, em vez dos 15 que a compõem, alguns com economia maior que a do

prio, para consolidar um relacionamento que o primeiro-ministro anfitrião, José Manuel Durão Barroso, definiu como de “cumplicidade estratégica”.

Feliz com os resultados, Lula não deu importância à cobrança feita anteontem pelo presidente da Assembleia da República (Parlamento português), João Bosco Mota Amaral, que dissera estar chegando a “hora da verdade” para o governante brasileiro.

“Continuo na fase Lulinha paz e amor. Estava mais preocupado com o que tinha a dizer para os

Figura 5: Recorte de parte de notícia na *Folha*  
 Fonte: *Folha de São Paulo*, 12 de julho de 2003, p. 10

## 6. CONCLUSÃO: SILENCIAMENTO E DA INVISIBILIZAÇÃO

Considerar que o jornalismo maneja, torce, manipula silêncios e palavras a indicar um mundo inteligível não implica afirmar que ele define o mundo, que constrói o que seria a realidade. Recusamos essa visão midiacentrista, relembando que o jornalismo é apenas um entre os vários “operadores sócio-simbólicos” (Mouillaud, 1997). O que tentamos enfatizar é que refletir sobre o jornalismo é considerá-lo como experiência narrativa que se realiza nas relações sociais, atravessado por tensões, o que exige percebê-lo para além da planície. O convite não é para imaginar um mundo

fantástico, ilusório, paralelo, mas perceber no próprio objeto visível do jornalismo outras camadas que podem estar silenciadas e invisíveis. Essas faixas sobrepostas não estão enclausuradas no escuro, ao contrário, estão abertas a espera de interpretações e que podem comprometer um jornalismo visível como obra de encenação.

Enquanto algumas investigações a pergunta é *o que vemos aqui?* e as respostas revelam uma visibilidade material, a questão que nos mobilizou foi *o que não vemos aqui?* Nesse caso, as respostas também dão a ver uma materialidade positiva, ou seja, no movimento do silenciar e de invisibilização emergem *rastros* nas análises das expressões narrativas tornadas públicas. A proposta que surge é problematizar as presenças ausentes e/ou as ausências presentes no jornalismo.

Não se pode perder a atenção de que o jornalismo estabelece e participa de uma rede de seleções que faz falar e faz calar, que faz ver e faz não ver. Os mecanismos que fazem não aparecer temas, pessoas, imagens no jornalismo não são vistos apenas pela supressão, por uma *ausência* constante, mas também pela tagarelice, por um mostrar e um falar em um único tom a apresentar o mundo com um dizer totalizante, único, tentando evitar que se fale de outras formas, um processo de manipulação de palavras e de silêncios por *presença*.

Essas torções puderam ser observadas nas análises da cobertura, ou na falta dela, que os jornais brasileiros *Folha de S. Paulo* e *O Globo* dedicaram à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em seus 20 anos. A questão que se apresentou não foi do silêncio sobre a CPLP, ideia que algumas vezes utiliza-se de forma equivocada. O que temos em relação a essa comunidade é de um silenciamento construído dia a dia, e uma invisibilização que vai se confirmando mês a mês, ano a ano, década a década. Os leitores da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* não conseguem fazer memória do que não existe.

Para além da invisibilização da CPLP, podemos perceber através dos *rastros* nas poucas notícias sobre essa comunidade, a construção de seu apagamento a partir do uso corrente de expressões que não permitem o seu conhecimento sobre ela, muito menos, o re-conhecimento. Nas raras notícias não há margem para que os leitores estabeleçam qualquer referência a possíveis relações históricas e identitárias entre o Brasil e as demais nações e povos da CPLP. Há uma presença de uma retórica escrita de ampla rejeição desse contato. Há uma aversão, nas poucas notícias, a uma comunidade majoritariamente africana, pobre, envolvida com guerras civis, ditaduras, corrupção e com drogas. Os únicos visíveis apontam para uma

lógica que apaga, silencia e recusa qualquer possibilidade de aproximação com o Brasil que, por sua vez, deve acertar seus passos com o moderno, com os centros do mundo globalizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A política externa das más companhias (2010, 6 de julho). *O Globo*, p. 6.
- Canclini, N. (1997). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Giacóia Junior, O. (2014). Por horas mais silenciosas. In A. Novaes (Ed.), *Mutações: O Silêncio e a Prosa do Mundo* (pp. 79-96). São Paulo: Edições Sesc.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Góes, J. C. & Antunes, E. (2015). A (não) noticiabilidade da CPLP no Brasil: Jornalismo, memórias e identidades. *Revista Estudos de Jornalismo*, 5(1), 120-135. Retirado de [http://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20160202-ej5\\_d3\\_v1\\_2015a.pdf](http://www.revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20160202-ej5_d3_v1_2015a.pdf).
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social*. Petrópolis: Vozes.
- Gondim, A. (1997, 15 de julho). Africanos querem ter direitos iguais a portugueses no Brasil. *Folha de S. Paulo*, p. 4.
- Gros, F. (2014). Fazer calar e fazer falar o sexo. In A. Novaes (Ed.), *Mutações: O Silêncio e a Prosa do Mundo* (pp. 325-338). São Paulo: Edições Sesc.
- Hohlfeldt, A. (1998). Espiral do silêncio. *Revista FAMECOS*, 8, 36-47. Retirado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/5466>.
- Ilharco, A. & Murargy, M. (2014). *18 anos CPLP: os desafios do futuro*. Lisboa: CPLP. Retirado de <http://www.cplp.org/id-4431.aspx>.
- Marques, H. (1996, 16 de julho). FH: brasileiro pensa como caipira. *O Globo*, p. 3.
- McCombs, M. & Shaw, D. (2000). A função de agendamento dos media. In N. Traquina (Ed.), *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento* (pp. 47-62). Coimbra: Minerva.
- Merleau-Ponty, M. (1991). *Signos*. São Paulo: Martins Fontes.

- Mouillaud, M. (1997). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB.
- Novaes, A. (2014). Treze notas sobre o silêncio e a prosa do mundo. In A. Novaes (Ed.), *Mutações: O Silêncio e a Prosa do Mundo* (pp. 11-30). São Paulo: Edições Sesc.
- Orlandi, E. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Presidente propõe criação de bloco de países de língua portuguesa. (2003, 12 de julho). *Folha de S. Paulo*, p. 10.
- Rossi, C. (1996, 14 de julho). FHC formaliza em Lisboa novo bloco. *Folha de S. Paulo*, p. 6.
- Shoemaker, P. & Vos, T. (2011). *Teoria do gatekeeping: construção e seleção da notícia*. Porto Alegre: Penso.
- Wolf, M. (2009). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Wolff, F. (2014). O silêncio é ausência de quê? In A. Novaes (Ed.), *Mutações: O Silêncio e a Prosa do mundo* (pp. 31-52). São Paulo: Edições Sesc.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

- Mídia Dados Brasil (2015). Jornal – circulação de títulos filiados ao IVC. Grupo de Mídia: São Paulo. Retirado de <https://dados.media/#/dashboards/JOURNAL>.

### Citação:

- Góes, J. C. (2017). Jornalismo, a torção dos silêncios e das palavras: o caso da CPLP no Brasil. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 119-139). Braga: CECS.

JOAQUÍN ANTONIO VALLEJO MORENO

xaquing9@gmail.com

UNIVERSIDAD DE VIGO, ESPAÑA

## EL LENGUAJE VISUAL DE LA FOTOGRAFÍA PERIODÍSTICA EN LA ÉPOCA DEL TERRORISMO EN EL PERÚ

### RESUMEN

La época del terrorismo en el Perú (1980-2000) fue, sin lugar a dudas, la etapa más oscura de la historia de este país. Este trabajo se centrará en el valor y manejo que el lenguaje visual digital aporta a la fotografía periodística en un caso concreto (Uchuraccay) manejado por dos medios de comunicación como son el *diario de Marka* y el semanario de investigación *Caretas*. Para esto, se utilizará la metodología comparativa, con el fin de analizar las diferentes perspectivas que estos dos medios tienen, por intermedio de las fotografías, sobre un mismo hecho.

### PALABRAS CLAVE

Fotografía periodística; historia de medios; digitalización fotográfica

---

...las fotografías han sentado las bases  
sobre las que se juzgan y recuerdan  
los conflictos importantes.

El museo de la memoria es ya sobre todo visual.  
Las fotografías ejercen un poder incomparable  
en determinar lo que recordamos de los acontecimientos. (Sontag, 2004, s.p.)

### 1. INTRODUCCIÓN<sup>1</sup>

La época del terrorismo en el Perú (1980-2000) fue, con diferencia, la etapa más oscura de horror y miedo de este país; fueron 20 años de un conflicto armado interno, cruel que dejó como saldo 69.000 víctimas

---

<sup>1</sup> Una versión anterior de este trabajo fue publicado aquí: <http://idehpucp.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/2016/08/Articulo-Uchuraccay.pdf>

aproximadamente entre muertos y desaparecidos según los datos que la CVR<sup>2</sup> (Comisión de la Verdad y Reconciliación) proporciona en su informe final. Según esta institución, “la causa inmediata y fundamental del desencadenamiento del conflicto armado interno fue la decisión del Partido Comunista Sendero Luminoso (PCP-SL) de iniciar una guerra popular contra el Estado peruano” (CVR, 2003, p. 56).

Paralelo al trabajo que estaba realizando la CVR con respecto a la investigación de la guerra interna, se reunió a un grupo de profesionales de la imagen (fotoperiodistas, comunicadores y colaboradores) para la recopilación, selección, edición y creación de un archivo de memoria visual que recogiera estos 20 años de violencia en el Perú. El resultado de este trabajo fue la recopilación de unas 1700 imágenes provenientes de 80 archivos fotográficos a nivel nacional, entre archivos privados, de medios de comunicación, de agencias de noticias, Fuerzas Armadas y Policiales, instituciones de Derechos Humanos, vicariatos y álbumes familiares.

Uno de los puntos de vista que se tomó en consideración a la hora de reflexionar sobre violencia política vivida en el Perú era la necesidad de conformar una memoria visual social de esta etapa; un legado de imágenes que reflejaran los diferentes hechos ocurridos de violencia, entre ellos, el de Uchuraccay que dieran pie a una reflexión social sobre el porqué del desarrollo de estos sucesos que tiñeron de sangre el país. Es de esa necesidad que nace “Yuyanapaq para recordar”<sup>3</sup> exposición que actualmente se encuentra en el museo de Lima, como el libro del mismo nombre. Estos dos documentos son los anexos visuales del informe final de la CVR y están catalogados como el relato gráfico de la guerra interna en el Perú.

Los miembros de Sendero Luminoso se autodefinían como marxistas-leninistas-maoístas y actuaron en el Perú bajo el liderazgo de Abimael Guzmán. Esta organización desencadenó la peor guerra en la que se ha

---

<sup>2</sup> La Comisión de la Verdad fue creada el 4 de junio de 2001, durante el gobierno transitorio de Valentín Paniagua, quien asumiera luego que el Presidente Alberto Fujimori fugara hacia el Japón, en medio de graves denuncias de corrupción. El Presidente Alejandro Toledo, tres meses después, la ratifica y complementa, conformándola finalmente como la Comisión de la Verdad y Reconciliación. Tal como se indica oficialmente, la CVR es la instancia encargada de esclarecer el proceso, los hechos ocurridos y las responsabilidades correspondientes a la época de violencia. Su deber es investigar, no sólo a quienes la ejecutaron sino también a quienes la ordenaron o toleraron, y proponer iniciativas que a rmen la paz y la reconciliación entre todos los peruanos.

<sup>3</sup> Yuyanapaq es una palabra quechua que significa Para Recordar, tal como indica el título en español. El título en quechua responde a la intención de los editores de vincular las imágenes a las víctimas y a un país que desconocía estos hechos traumáticos. A pesar del título en quechua, la publicación fue editada totalmente en castellano. Las cifras de víctimas estipuladas por la CVR dan cuenta de un 75% de personas pertenecientes a las comunidades quechuahablantes que fallecieron o desaparecieron en esa etapa.

visto envuelta el Perú por la cantidad de víctimas que tuvo este conflicto. Estas víctimas se centraron principalmente en la población más humilde y pobre del país, la población campesina y quechuahablante en donde sus comunidades fueron duramente atacadas tanto por sendero como por las fuerzas armadas del estado. Uno de estos poblados donde tuvieron lugar hechos de violencia fue Uchuraccay.

El 26 de enero de 1983, ocho periodistas, un guía y un comunero fueron asesinados en el poblado de Uchuraccay, ubicado en la sierra del Perú, mientras investigaban las matanzas cometidas por el Partido Comunista del Perú Sendero Luminoso. Las fotografías de los medios de comunicación sobre este caso resultaron interesantes para el análisis, utilizando a la fotografía como testimonio y como material de memoria. Para algunos sectores Uchuraccay significa, aún en el Perú, un tema pendiente y sin resolver.

Este trabajo se centrará en el valor y manejo que el lenguaje visual digital aporta a la fotografía periodística en un caso concreto (Uchuraccay) manejado por dos medios de comunicación como son el *diario Marka* y el semanario de investigación *Caretas*. Para esto, se utilizará la metodología comparativa, con el fin de analizar las diferentes perspectivas que estos dos medios tienen, por intermedio de las fotografías, sobre un mismo hecho.

Siguiendo con la metodología propuesta, se plantean diferentes interrogantes como son: ¿Qué transmiten las fotografías?, ¿cuál es la importancia del mensaje fotográfico?, ¿qué relación hay entre la producción de la imagen y su incorporación temática dentro del discurso de la prensa? y ¿cómo operan los niveles discursivo-textuales con la propia imagen?. Todas estas interrogantes buscan acercarse a las conclusiones y objetivos trazados en este trabajo, sin dejar de lado la importancia que tiene la digitalización de estas fotografías para el estudio tanto de ellas (las imágenes) como de esta oscura etapa del Perú.

## 2. MARCO TEÓRICO

Sin lugar a dudas la fotografía periodística fue y es una herramienta de comunicación importante para denunciar, en un principio, los crímenes de lesa humanidad, y luego como documento gráfico para la construcción de la memoria histórica de la sociedad. Este trabajo se centrará en el valor y manejo que el lenguaje visual aporta a la fotografía periodística de un caso concreto en la época del terror, el caso Uchuraccay, manejado por dos medios de comunicación escritos como son el *diario Marka* y el semanario de investigación *Caretas*.

En *Yuyanapaq* prevalece la fotografía en blanco y negro con fuerte impacto visual, no así, las fotografías de los medios escritos que tuvieron un alto grado de violencia para cubrir dichos acontecimientos; en este sentido *Yuyanapaq* se plantea como objetivo utilizar las imágenes como herramienta de reflexión ante esta gran tragedia.

La fotografía junta dos conceptos concretos, la primera es la existencia del hecho fotografiado, lo que comunmente se denomina el referente fotográfico y la segunda es la imagen fotográfica en sí como documento visual de que el hecho fotografiado existió señalando con lo dicho dos aspectos importantes de la imagen el testimonial y el temporal (Saona, 2014, p. 3).

Estos aspectos mencionados, líneas arriba, proporcionan a la imagen la facultad de construir memoria tanto individual como social ya que “las imágenes fotográficas nos refieren al mismo tiempo al pasado y a la constatación de la existencia de algo que no está más (los desaparecidos, el acto que se niega o que la historia oficial pretende borrar)” (Saona, 2014, p. 3).

Las fotografías periodísticas en general significan<sup>4</sup>, esto es, construyen memoria ya que relata el día a día de una sociedad utilizando la imagen como referente visual del acontecer diario, siendo éste un complemento básico en la estructura del mensaje en un medio de comunicación escrito. Roland Barthes señala lo siguiente: “llamo referente fotográfico no a la cosa facultativamente real a que remite una imagen o un signo, sino a la cosa necesariamente real que ha sido colocada ante el objetivo y sin la cual no habría fotografía” (Barthes, 1989, p. 120). Con esta mención Barthes nos remite que la imagen es un indicio de que lo fotografiado es real y que a la vez es pasado pero que gracias a la fotografía trasciende en el tiempo.

Se puede catalogar esta etapa de violencia política como un trauma social en la cual la fotografía periodística sirve como testimonio visual y que la interpretación que se pueda hacer de esta imagen va vinculada según el medio en el que se publica. La línea editorial de cada medio marca la dirección de interpretación de un hecho noticioso, en este caso en particular, se analiza el asesinato de 8 periodistas en el poblado de Uchuraccay.

Por un lado, este trabajo está enmarcado teóricamente en los estudios que proponen a la fotografía periodística como una herramienta de construcción de la memoria social, sobre todo si esta documenta un

---

<sup>4</sup> Al mencionar que la fotografía significa nos estamos refiriendo al valor icónico que tiene la imagen, es decir, a la representación que hace la fotografía de la realidad ya que la imagen no es la realidad en sí como lo define Eva Martín Nieto. En su artículo científico “El valor de la fotografía. Antropología e imagen”. Recuperado de [http://www.ugr.es/~pwlac/G21\\_04Eva\\_Martin\\_Nieto.html](http://www.ugr.es/~pwlac/G21_04Eva_Martin_Nieto.html)

trauma colectivo como lo fue la época del terrorismo en el Perú. Por otro lado, parte del marco teórico se centra en el manejo de los contenidos que hacen dos medios de comunicación escritos sobre el mismo hecho bajo la perspectiva de la línea editorial de cada medio. Toda la estructura del marco teórico está reflejado en las referencias bibliográficas de este trabajo.

### 3. METODOLOGÍA

Para desarrollo de este trabajo se toman diferentes perspectivas como punto de partida en la utilización de una metodología adecuada que explique el propósito de este ensayo. En primer lugar se considera el papel del periodista fotográfico en medio de una lucha cruel, teniendo en cuenta la falta de información y entendimiento de este fenómeno y las dificultades de estos fotógrafos para cumplir su deber como periodistas.

Otro aspecto en el desarrollo de la metodología es el valor que aporta la fotografía periodística como herramienta en la construcción de memoria colectiva en este caso se tomará como referencia la bibliografía consultada (expuesta en el epígrafe 9) para entender la posición de estos hombres de prensa y el peso documental que tienen las imágenes para desarrollar un caso tan triste y polémico como el tema a tratar.

Sin embargo muchos de estas fotografías que salieron en prensa no fueron incluidas en el archivo *Yuyanapaq* por su alto grado de violencia explícita ya que se quería evitar la sobreexposición de la víctimas en una muestra visual en la que su objetivo principal era reconciliar. Sobre este punto Margarita Saona comenta: “el debate acerca de la responsabilidad o irresponsabilidad del fotoperiodismo formó parte importante de la construcción de la muestra para evitar una nueva explotación de las víctimas y un efecto exclusivamente de shock en los espectadores” (Saona, 2014, p. 3).

Para analizar el lenguaje visual del caso Uchuraccay de estos dos medios escritos, tendremos en cuenta la construcción de los metarrelatos informativos creados por los propios medios en base a una línea editorial en la cual la fotografía desempeña un papel preponderante en la información dada (Karam, 2003, p. 7).

La fotografía, muestra la mirada de un fotógrafo sobre el hecho fotografiado, con lo cual, hablamos de un primer filtro a la hora de registrar el hecho; otro filtro que interviene directamente en la construcción de una estructura comunicacional en la fotografía periodística es el texto que acompaña a la imagen tendiendo ambos el mismo peso en la configuración del mensaje comunicacional. La imagen fotoperiodística transita entre la

representación material del hecho fotografiado y la característica testimonial que tiene, gracias a estas propiedades innatas de la imagen se le puede considerar como un documento fiable capaz de evocar hechos del pasado y traerlos al presente.

La metodología de análisis de las fotografías impresas en los medios de comunicación mencionados en este trabajo busca comparar los diferentes lenguajes visuales del periódico *Marka* y la revista *Caretas* teniendo en cuenta que la objetividad de las fotografías son relativas ya que cada medio informaba según la línea editorial del medio periodístico (Nieto, 2005, p. 1).

Todos estos parámetros se juntan para optar por una buena metodología que explique el papel de los periodistas de esa época y así entender el lenguaje visual de estos dos medios con la consiguiente ayuda de la digitalización de las fotografías.

#### 4. CONCEPTUALIZACIÓN DE LA FOTOGRAFÍA PERIODÍSTICA

Tanus Karam nos define la estructura de un periódico de la siguiente manera:

se define un periódico como una plataforma que distribuye información de actualidad o periodística. El discurso informativo se define tradicional por ser un relato de hechos de actualidad y de interés público. Lo noticioso vive de alguna manera presa de impedimentos: tiempos, recursos, espacios. Lo periodístico se convierte en el vencimiento de los propios obstáculos como forma para “alcanzar” o “aprehender” lo que se conoce como la realidad. (Karam, 2003, p. 4)

Podemos añadir a la premisa de Karam, que la fotografía periodística es un proceso de información visual, involucra medios, elementos y la interrelación de dichos elementos con la configuración del mensaje, es decir, la fotografía periodística involucra un soporte visual (imagen) y un soporte físico (el papel donde se imprime el fragmento de realidad documentada) todo esto complementado con el texto de la noticia para que el receptor interprete el mensaje. Según Karam la fotografía periodística para que cumpla su función informativa tiene que cumplir diferentes cualidades, como son, de actualidad, novedad, interés público y “objetividad” en el sentido referencial de la imagen (Karam, 2003, p. 4). Con lo cual se afirma que desde esa premisa la fotografía periodística captura diferentes elementos de la realidad creando un documento visual, de un hecho noticioso, que ya es

pasado y que por su naturaleza testimonial pueda ser evocada en un futuro para la construcción de memoria social.

Se tiene que recalcar que el receptor en este esquema de comunicación no es un actor pasivo, muy por el contrario, el receptor del mensaje noticioso (lector de un diario) interpreta el mensaje de acuerdo a los ideales de cada persona (creencias políticas, religiosas, modos de vida, etc.) y de acuerdo a estos ideales, creencias, modos de vida etc. decodifica la imagen de acuerdo a los elementos mencionados.

Todo lo anterior se puede resumir en un esquema de comunicación compuesto por tres elementos que describe Michael Freeman en su libro "La narración fotográfica".

Emisor ----- Mensaje ----- Receptor (Freeman, 2013, p. 25).

El fotógrafo, lo fotográfico (la técnica de la fotografía y sus efectos sobre la imagen) y el objeto o lo que es fotografiado es el emisor, el mensaje es la fotografía, en otras palabras la imagen ya captada por la cámara en un soporte físico y por último, "el receptor que somos los espectadores y que interpretamos el mensaje" (Freeman, 2013, p. 11).

Todo este esquema comunicacional de la fotografía periodística se complementa con el texto que lo acompaña (pie de foto, título, texto informativo), ya que sin esto la estructura del mensaje no estaría bien constituida. La fotografía periodística no es una comparsa del texto, es más que eso, es una herramienta comunicacional de gran poder icónico que documenta de manera gráfica un hecho. Miguel Berrocal define la fotografía periodística como noticia en sí, y que la fotografía periodística puede ser "tan contundente como un editorial"<sup>5</sup>

Berrocal, en esta definición, tiene parte de razón, pero no toda, ya que una fotografía periodística por más potente que ésta sea, sin un texto que la acompañe, no estructura un mensaje comunicacional acorde con la cobertura de un hecho noticioso.

La fotografía es un concepto amplio que agrupa en su conjunto dos referencias básicas: lo icónico (significación, mensaje visual, códigos, signos, lenguajes) y lo material (significante, soporte, técnica). La fotografía es un acercamiento a lo real mediante un recorte de algunos aspectos de ésta; no es (como reza la etimología del término imagen, imago) solo imitación, sino sobre todo reproducción por medio de la vinculación a algunos elementos antes análogos y ahora digitales (Freund, 2002, p. 57). El papel

---

<sup>5</sup> Fotógrafo de ABC participó en las X Jornadas de Fotoperiodismo de la Universidad CEU San Pablo el jueves 22 de marzo del 2007. Recuperado de <http://maquetadores.blogspot.com.es/2007/03/x-jornadas-de-fotoperiodismo-edicin-y.html>

de la fotografía en un medio escrito es indispensable, ya que por sí misma es un vehículo de representación e interpretación de la información. La imagen al reproducir parte de la realidad documentada ejerce el efecto de acercamiento al hecho noticioso en el lector del diario (Karam, 2001, p. 16).

En resumen, una de las características de la fotografía periodística y de la fotografía en general y que siempre se tiene que tomar en cuenta, es que la imagen reproduce la realidad mediante diferentes filtros tanto de los medios en donde se publicaron como en las diferentes miradas de los fotógrafos que documentaron el hecho, con lo cual, la objetividad de las imágenes es relativa a las diferentes decodificaciones del mensaje o interpretaciones que pueda tener la fotografía periodística en el receptor de estas imágenes, es decir, los lectores de estos medios interpretan el mensaje de acuerdo a sus convicciones.

#### **4.1. EL PERIÓDICO Y EL PODER DE LA IMAGEN FOTOGRAFICA EN EL PERÚ EN LA ÉPOCA DEL TERROR**

Por tradición se define un periódico como una plataforma que distribuye información periodística y de actualidad. El discurso informativo se define tradicionalmente por ser un relato de hechos de actualidad y de interés público. Lo noticioso vive de alguna manera preso de impedimentos: tiempos, recursos, espacios (Fountcuberta, 1993, p. 27). De hecho el diario como tal, más que un texto, es una matriz con distintas informaciones en las cuales el texto y la imagen son otros componentes, pero no los únicos; junto a ellos hay otra serie de elementos (la fuente, el diseño de página...) que permiten su recorrido y consumo, su apropiación y diálogo, mediante los cuales se hace partícipe al lector con el medio.

Al enfocarnos, en este caso en particular, vemos que las imágenes publicadas en los medios analizados en este trabajo representan violencia y muerte, estas imágenes no fueron tomadas en cuenta en el archivo *Yuyanapaq* por ser demasiado explícitas debido a su alto grado visual de ensañamiento con las víctimas. Uno de los objetivos que busca *Yuyanapaq* a la hora de crear memoria social es la de reflexionar por medio de las imágenes, por ello las fotografías con alto contenido de violencia no servían para dicho objetivo.

Nancy Chapell, una de las curadoras o comisarias de la muestra fotográfica *Yuyanapaq* en una entrevista realizada por Elena Goday en la tesis de grado comentaba lo siguiente:

en el Banco de Imágenes hay más fotografías, pero hay muchas que no hemos puesto ni siquiera ahí. Por ejemplo,

a mi me toco ir a Puno, a ver los álbumes de los vicariatos de las Iglesias, y era terrible, terrible. He visto como 40 álbumes de fotos en tres días, a parte que Puno es tan frío, recuerdo ese viaje como algo terrible. Nos dieron rumas de álbumes que son delgaditos; ellos lo que habían hecho había sido fotografiar para denunciar. Las fotos que ves en Yuyanapaq. Para recordar son de fotógrafos que han tenido cierto cuidado o un manejo de la estética que mengua la crudeza de una imagen. Pero en este caso era el muerto, así tal cual, era como un parte policial. (Goday, 2011, anexo nº 7, p. 106)

En esta premisa se puede deducir que una gran parte de las imágenes de este conflicto no podían ser seleccionadas en *Yuyanapaq* por su alto contenido violento dejando en evidencia el grado de irresponsabilidad que tuvieron los medios a la hora de publicar estas imágenes.

#### 4.1.1. EL PODER DE LA IMAGEN FOTOGRÁFICA EN EL PERÚ EN LA ÉPOCA DEL TERROR

Después de definir el diario, la imagen y la importancia de ambos en la creación y difusión de la noticia, nos centraremos en el poder de la imagen en la época del terror en el Perú.

El archivo fotográfico Yuyanapaq crea un instrumento de construcción de memoria, ya que mediante las imágenes del terrorismo muestra la brutalidad de lo que fue la violencia política, busca el objetivo e invoca a no olvidar los terribles sucesos de estas dos décadas en el Perú. Centremos el tema en un espacio dado, el Perú entre los años 1980 al 2000, el papel del fotoperiodista era ir y fotografiar el hecho noticioso que se cubría en ese momento. Oscar Medrano, director fotográfico de la revista *Caretas* y partícipe del archivo fotográfico Yuyanapaq comentaba lo siguiente:

nosotros íbamos a cubrir las comisiones realizando nuestro trabajo lo mejor que se podía, no se pensaba en que en un futuro, estas fotografías iban a terminar en una exposición fotográfica...Pero es bueno que se haga este tipo de trabajos, eso demuestra la importancia de la fotografía periodística en la construcción de la memoria histórica de nuestro país. (Vallejo, 2014, anexo nº 3, p. 120)

Las fotografías periodísticas (y cualquier fotografía) son de naturaleza polisémica, se prestan a muchas interpretaciones, de ahí la importancia del texto para una buena interpretación y estudio; por otro lado, son de naturaleza icónica, es decir, reflejan la realidad pero no toda, ya que una

fotografía es la mirada del fotógrafo del hecho que está fotografiando (Del Valle Gastaminza, 2002, p. 4).

¿En qué se basa el poder de la fotografía periodística en la época del terrorismo en el Perú? Como se dijo anteriormente, si nos centramos en esta época, la fuerza de la fotografía periodística radica en el hecho que se fotografió, es decir, el poder de la fotografía de esa época está en el referente o el hecho fotografiado. Iris Jave, ex directora de comunicaciones de la CVR, comenta lo siguiente:

es evidente que la fotografía periodística es una herramienta poderosa para contar lo que pasó. No se pueden negar las imágenes que se plasman en Yuyanapaq. La masacre de Soccus, la tragedia de los periodistas en Uchuraccay, la matanza de los penales, son hechos dados que se han dado y que están estudiados y plasmados en las fotos y en el informe final de la CVR. (Vallejo, 2014, anexo n° 3, p. 125)

## 5. EL LENGUAJE VISUAL DEL CASO UCHURACCAY

Mirar imágenes sobre un tema que previamente nos ha impactado sobre hechos que de alguna manera convulsionaron a la opinión pública nacional e internacional nos presenta la dificultad en primer término de aceptar y reconocer su materialidad, su pesadez y la cierta imposibilidad de ser indiferentes (Karam, 2003, p. 6). Orientando este trabajo hacia el tema propuesto analizaremos el caso de la masacre de Uchuraccay vista desde dos diferentes medios de comunicación escrita, *El diario de Marka* y el semanario de análisis político *Caretas*.

El 26 de enero de 1983 ocho periodistas de diferentes diarios del Perú fueron asesinados por los comuneros del poblado de Uchuraccay ubicado en el distrito de Huanta en el interior del departamento de Ayacucho a 4000 metros sobre el nivel del mar. Toda la provincia de Ayacucho era considerada “Zona de emergencia” por el gobierno de turno desde 1981 a raíz de los atentados ocurridos por sendero luminoso desde que este movimiento terrorista le declarase la guerra al país en 1980; bajo ese contexto llegaron los 8 periodistas y su guía al poblado de Uchuraccay para investigar sobre la oposición que le estaban haciendo las comunidades andinas a sendero luminoso.

La CVR en su informe final relata de la siguiente manera:

la matanza fue cruel y no duró más que treinta minutos. Esa misma noche mataron al guía Juan Argumedo y a

Severino Huáscar Morales. A este último, por su vínculo con el PCP Sendero Luminoso, lo responsabilizaron por defender a los periodistas y al guía, acusándolo de haberlos traído en abierto desacato a las decisiones adoptadas por la comunidad” (CVR, 2003, p. 97). Así murieron los periodistas Eduardo de la Piniella, Pedro Sánchez y Félix Gavilán de El Diario de Marka, Jorge Luis Mendívil y Willy Re o de El Observador, Jorge Sedano de La República, Amador García de la revista Oiga y Octavio Infante del diario Noticias de Ayacucho, el guía Juan Argumedo y el comunero uchuraccayo Severino Huáscar Morales. (CVR, 2003, p. 135)

Ante tales hechos graves se formó una comisión para investigar lo acontecido en Uchuraccay formándose una primera comisión para investigar este hecho, la Comisión Vargas Llosa; la CVR también investigó este caso y recogió sus impresiones en su informe final. La exposición fotográfica *Yuyanapaq*, para registrar este hecho violento que marcó al periodismo peruano, eligió las fotos del periodista Willy Retto fallecido en esta masacre y que fueron publicadas de manera inédita en la exposición de este archivo fotografico y que también se pueden ver reflejadas en el libro del mismo nombre.

Para entender un discurso y lenguaje visual como tal se debe definir que la noticia en su conjunto es un metarrelato informativo. ¿Por qué esta definición? Porque el metarrelato es un discurso multiabarcador con lo cual la noticia impresa en un periódico congrega diferentes elementos para analizarlos (enunciadores, actantes) tópicos, textos, acciones, etc) (Karam, 2003, p. 7).

## 6. RESULTADOS

A partir de este epígrafe se analizarán las fotos del caso Uchuraccay con respecto a la metodología y el marco teórico elegidos.

### 6.1. EL LENGUAJE VISUAL DEL CASO UCHURACCAY DESDE LA PERSPECTIVA DEL *EL DIARIO DE MARKA*

*El Diario de Marka* fue un diario peruano de ideología izquierdista con dos etapas muy marcadas, salió a circulación los primeros días de 1980 y hasta el año 1984 tuvo una marcada defensa hacia las ideologías de izquierda que intentaban interpretar el fenómeno terrorista en el Perú. Luego Sendero

Luminoso logra la directiva e impone la línea ideológica convirtiéndose en el vocero oficial de este movimiento terrorista. Es clausurado en 1987 cuando se detiene y acusa de terrorismo a muchos trabajadores de este medio.

*El diario de Marka* hizo la cobertura de este hecho durante dos meses, en este caso, vamos analizar las primeras dos portadas. La primera de ellas se publicó el domingo 30 de enero de 1983.



Figura 1: Portada del diario de Marka 30 de enero de 1983

Vemos que en el metarrelato (el conjunto en sí de toda la portada) se puede apreciar la mención del hecho (título y antetítulo), los actantes en este caso son estáticos, muestran las fotografías carnet de los 3 fotógrafos desaparecidos de ese diario y el subtítulo desarrolla un poco más el hecho. *Marka* construye el metarrelato de este hecho con base en el suceso. Comenta el asesinato de los 8 periodistas completándolo con la fotografía de los 3 trabajadores de ese medio que fueron víctimas en esa masacre.

Las imágenes hacen referencia a los actores y participantes del hecho (los periodistas) y el texto en su conjunto (título, antetítulo, leyenda de fotos) es un referente direccional del mensaje, ya que orienta el sentido de la información dada al consumidor del diario. Siendo un tema doloroso, complicado y fuerte, *El Diario*, como llamaban los trabajadores al medio de comunicación, diseña una portada sobria y estática. En este caso, la imagen generadora son las tres fotografías de los periodistas, estas imágenes señalan a los actantes que en este caso son los periodistas asesinados convocándolos a una escena semántica (entre imagen y texto), cognitiva (conocimiento de los hechos) y referencial (describe los hechos).

Las fotografías que muestra *El Diario* en esta portada tienen un alto grado cognitivo, ya que enfocan y centran a los personajes, dando rostro a

un hecho tan siniestro como la matanza de estos periodistas. Las fotografías son algo más que una inserción en la portada, ubican y dan rostro a los personajes de una masacre con lo cual centran y configuran visualmente y cognitivamente los hechos. Su valor, ciertamente, es informativo, pero sobre todo referencial y discursivo con respecto a lo que el lector puede esperar.

La portada del lunes 31 de enero de 1983 difiere bastante de la que en un principio Marka informa sobre este hecho a la sociedad y sobre todo a sus lectores, en ella, la carga referencial e informativa recae en la imagen que aparece en portada.



Figura 2: Portada del *El diario Marka* 31 de enero de 1983

La imagen central es muy impactante, muestra el desentierro de los periodistas asesinados en plena llanura de Uchuraccay por los pobladores responsables de este hecho. Imagen totalmente gráfica que relata el brutal asesinato de estos periodistas. Por otro lado, la fotografía que antecede al titular de la portada también lleva una carga cognitiva bastante fuerte, muestra el rostro de una de las víctimas masacrada con un pie de leyenda y antetítulo descriptivo del hecho noticioso.

La construcción del metarrelato en este caso está direccionada hacia la denuncia, acusando a un cuerpo especial de la policía peruana “Los sinchis” sobre este hecho. Este cuerpo tuvo muchas denuncias por abuso de autoridad, torturas y atentados contra los derechos humanos<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> “Los Sinchis” son un cuerpo especial de la policía del Perú utilizado como primera fuerza contrasubversiva para combatir el terror en las alturas de Ayacucho. En el informe final de la CVR “Los Sinchis” son acusados de perpetrar crímenes de lesa humanidad contra la población campesina de Ayacucho.

Tanto la imagen central como la que se antepone al título centran el discurso visual en la crudeza del acto, se muestra el horror como tema central de la portada y utilizando al texto de la portada (título, antetítulo y leyenda de la fotos) como complemento de la estructura del metarrelato que se quiere ofrecer.

Las dos imágenes que muestra la portada son netamente informativas, ya que monopolizan a los actantes de la imagen con el tema central que es la denuncia contra “Los Sinchis” y se complementan con el texto el cual encauza y orienta el mensaje informativo poniendo nombre al victimario del hecho. La imagen principal muestra un actante dinámico, ya que en la imagen los personajes son captados en movimiento denotando dinamismo, el desentierro de los periodistas. Por un lado, en la misma imagen se puede apreciar el lugar donde ocurrió la masacre Uchuraccay enmarcando el sitio y los personajes que participaron en el hecho. Por otro lado, la fotografía que antepone al título es un actante fijo, con una carga cognitiva bastante fuerte, la muerte como resultado de un linchamiento de varios periodistas y simbolizando el hecho macabro en la foto de este periodista.

Es una portada fuerte, incendiaria, con un marcado tinte de denuncia al cuerpo especial de la policía (Sinchis) siguiendo la línea editorial de *Marka*. Tanto el texto en global propuesto, como las fotografías insertadas editorializan el suceso, ya que la construcción del metarrelato dirige el punto de vista que tiene *Marka* sobre este hecho. Este tipo de portadas marcaron el derrotero de cómo informaban los medios escritos sobre el fenómeno terrorista en el Perú, no sólo *Marka* optó por fotografías y titulares fuertes e incendiarios, en su mayoría los diarios estuvieron implicados en esa manera de informar a la sociedad.

## 6.2. EL LENGUAJE VISUAL DEL CASO UCHURACCAY DESDE LA PERSPECTIVA DE LA REVISTA *CARETAS*

La revista *Caretas* es uno de los más importantes medios de comunicación peruanos, reconocida por el periodismo de investigación que practica desde 1950. *Caretas* ha registrado golpes de estado, escándalos de corrupción, elecciones, debates presidenciales y hechos coyunturales de trascendencia como lo fue el terrorismo y sus consecuencias en la sociedad. *Caretas* se define como una revista de centro derecha que lucha por sus ideales difundiendo la idea de que toda actividad periodística debe estar al servicio de la población y no del poder.

Para seguir con la mecánica de análisis se estudiarán las dos primeras portadas de la revista sobre la masacre de Uchuraccay centrándonos en el lenguaje visual de las fotografías que salen en la portada.

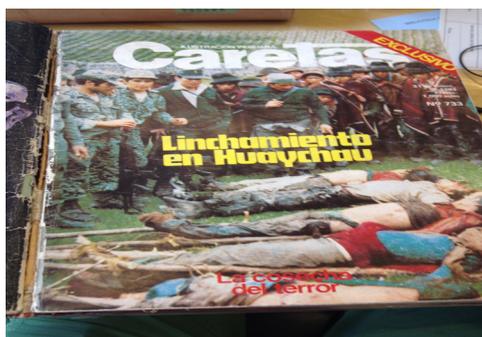


Figura 3: Portada de *Caretas* del 31 de Enero de 1983

La primera portada de *Caretas* sobre la masacre de Uchuraccay sale a circulación el 31 de enero del año 1983. La construcción del metarrelato deja toda la carga cognitiva e icónica a la fotografía, en este caso, la fotografía es el centro neurálgico de todo el mensaje informativo en su conjunto. La fotografía centra la atención del hecho noticioso en el acto fotografiado: los periodistas siendo desenterrados, observados por pobladores de Uchuraccay y por miembros de la policía.

La imagen subyuga al título y subtítulo teniendo éstos un papel complementario donde señalan el hecho y las consecuencias de la barbarie cometida por los pobladores. *Caretas*, al ser un semanario de investigación, no lleva el mensaje buscando culpables a diferencia de Marka en la portada del mismo día, sino que señala el hecho y las consecuencias.

Hay un elemento que se debe tener en consideración, *Caretas* confunde el lugar de la matanza. Esto se debe a que en esa época no se podía tener acceso tan rápido a información fidedigna y que en un principio estos periodistas se iban a trasladar a la localidad de Huaychau. La imagen como tal es cruda y fuerte, otra vez se evoca a la muerte como consecuencia del linchamiento ocurrido y sólo la imagen plantea la incógnita de por qué se llegaron a estas consecuencias tan terribles para las víctimas y victimarios, la imagen desoladora muestra el resultado de la barbarie ocurrida en ese sitio e inserta la pregunta del ¿Por qué? mostrando las consecuencias del hecho en sí.

La fotografía de la portada es impactante por la fuerza que tiene y habla por sí sola del terrible suceso. En este sentido Roland Barthes propone el término de *punctum* para describir la capacidad que puede tener una fotografía con la suficiente fuerza para impresionar. Este término se mueve más en el área personal, es decir, en el inconsciente del espectador y depende de la persona que lo ve (Barthes, 1989, p. 79).



Figura 4: Portada de *Caretas* del 31 de Enero de 1983

La segunda portada que se analiza es del 7 de febrero de 1983. Se especuló que los comuneros habían confundido a los periodistas con terroristas por un trajo rojo que llevaban, luego por medio de investigaciones se supo que los periodistas quisieron sacar un trajo blanco que simbolizaba la paz para intentar calmar los ánimos de los pobladores y detener el trágico desenlace que tuvo este episodio.

La fotografía de la portada centra toda la acción cognitiva y el mensaje informativo que se quiere dar. Es un conjunto de elementos que la policía recuperó al desenterrar a los periodistas, entre ellos, llama la atención la bandera roja con la hoz y el martillo símbolo clásico del comunismo. La imagen es una composición de los elementos encontrados en el levantamiento de cadáveres como ya se dijo, y muestra una intencionalidad de denuncia complementada con el título y antetítulo que propone *Caretas* para esta oportunidad. La imagen es el inicio de un reportaje que se encuentra en el interior de la revista sobre la especulación que se hizo sobre este tema.

Studium, significado universal de una fotografía íntimamente ligado al aspecto cultural y social de la persona que la percibe (Barthes, 1989, p. 56). Este término se adapta muy bien a la fotografía que muestra la portada, ya que esa imagen resalta la bandera comunista como una acusación a los reporteros asesinados. Pero en este caso, es el texto (el título y los antetítulos) el que dirige el mensaje que se quiere dar, es decir, la denuncia de las diferentes especulaciones que se hacen del asesinato de los reporteros.

## 7. IMPORTANCIA DEL CONTENIDO Y LENGUAJE VISUAL DIGITAL DE ESTAS FOTOGRAFÍAS PARA EL RESPECTIVO ESTUDIO Y ANÁLISIS DE LAS MISMAS

La importancia de la digitalización de estas fotografías se basa en la preservación que se hace de estos documentos gráficos cuando se pasan a formato digital y el acceso y la facilidad que da ese formato para el estudio y análisis de un tema complejo como lo es el caso estudiado y presentado en este trabajo, teniendo en cuenta que estas imágenes fueron hechas en 1983, época alejada de la digitalización de la fotografía periodística.

El lenguaje visual digital que se le puede atribuir a estas fotografías es el que se ha mencionado líneas arriba, con el añadido de que la digitalización favorece y facilita el acceso de información para la investigación de este caso y la potencialización de proyectos de estudio no sólo de este caso en particular sino en cualquier proyecto de estudio sobre fotografía periodística.

La digitalización de las fotografías presentadas en este trabajo obtenidas de la revista *Caretas* y el periódico *El diario de Marka* mediante la utilización de la cámara de un móvil<sup>7</sup> no merma ningún elemento que se pueda utilizar en el estudio y análisis de las fotografías periodísticas; un claro ejemplo son los puntos desarrollados anteriormente. Esto implica y demuestra claramente los beneficios de la digitalización teniendo en cuenta que no se modifica el contenido gráfico en ningún momento.

La digitalización no cambia el contenido de las imágenes con lo cual no existe la manipulación de ellas, ya que estas son imágenes que fueron capturadas en su momento para relatar un hecho, en este caso en concreto, la masacre de Uchuraccay. La digitalización no cambia el nivel perceptual que se pueda tener de la imagen formada como lo menciona Trabaleda (2005, p. 8) salvo, claro está, en los diferentes puntos de vista que puedan tener los investigadores a la hora de analizar imágenes de un caso como este o de cualquier otro.

El objeto fotográfico no deja de ser el mismo, las fotografías mostradas en la revista y el periódico aquí analizadas tienen los mismos contenidos tanto en el formato original como en su formato digital como lo señala Del Valle Gastaminza (2002, p. 3) lo único que cambia en este caso es la plataforma, que pasa de impresa (revista y periódico) a convertirse en una imagen digitalizada mediante la cámara del móvil utilizado para obtener esta información.

<sup>7</sup> Todas las imágenes de este trabajo se recopilaron durante la estadía realizada en la Pontificia Universidad Católica del Perú para el desarrollo de la tesis doctoral que se está cursando actualmente.

Un claro ejemplo del beneficio de la digitalización de la fotografía es, aparte de la conservación de ellas y la facilidad de acceso, la construcción de archivos gráficos que ayudan a construir memoria social como la muestra fotográfica Yuyanapaq en la cual la CVR ha creado un banco de imágenes accesible a todo el público<sup>8</sup> donde se cambia de formato pero el contenido es el mismo para poder ser visto o estudiado.

## 8. DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

El caso Uchuraccay marcó un precedente a la hora de cubrir información sobre el terrorismo, primero por la brutalidad del hecho en sí y segundo porque en ese momento se empezaba a tomar conciencia del fenómeno terrorista y su repercusión en los diferentes estratos sociales de la sociedad peruana.

*Caretas* y *Marka*, dos medios escritos (*Marka* cerró en 1987) opuestos por sus diferencias político-ideológicas, cubrieron las noticias de la época del terrorismo desde puntos diametralmente opuestos. Esto se ve reflejado en la manera de cubrir un hecho tan trascendente como fue la matanza de Uchuraccay y el lenguaje visual que estos medios utilizaron para publicar la noticia.

La muerte fue un tema sustancial en el quehacer de los medios de comunicación en esa época, sobre todo, porque fue un conflicto sanguinario lleno de terror y miedo donde los más perjudicados fueron los periodistas que cubrieron este hecho, así como los pobladores que sufrieron los avatares de la violencia tanto de las Fuerzas Armadas como de los movimientos sediciosos en especial de Sendero Luminoso, entre otros.

La línea editorial e ideología política de cada medio marca claramente la forma de publicar una noticia, así como la estructura del mensaje noticioso que se quiera dar. Este trabajo muestra cuatro ejemplos gráficos en los cuales la ideología del medio predomina sobre el trato de la noticia para su respectiva publicación.

*Marka*, izquierdista y confrontacional, ya en la segunda portada denuncia a los policías como perpetradores del crimen y de esa misma manera cubre todo lo acontecido con este hecho, es decir, sigue denunciando tanto a las Fuerzas Armadas como al gobierno de ser cómplices o perpetradores de este crimen. *Caretas*, por otro lado, es más conservador a la hora

<sup>8</sup> El banco de imágenes de la CVR. Recuperado de <http://www.cverdad.org.pe/apublicas/p-fotografico/t-fotosicono.php>

de cubrir todo lo referido a este hecho. Al ser un semanario tiene mayor margen de análisis sobre el tema y estudia con mayor margen los sucesos que luego publica sin perder el sentido de denuncia sobre los sucesos ocurridos.

Para la construcción de los metarrelatos de estas portadas es indudable el peso igualitario que tienen tanto las imágenes como el texto que los acompaña (títulos, antetítulos, subtítulos) y en algunos casos el peso cognitivo lo lleva el texto y en otros casos la imagen en la argumentación del mensaje informativo que se quiere dar.

Está claro que estas fotografías periodísticas eran un complemento de la denuncia que realizaban tanto *Caretas* como *Marka* sobre la situación que estaba ocurriendo (no olvidemos que estos hechos se remontan a 1983 y que la época del terrorismo duró hasta el 2000) siempre predominando, eso sí, la ideología y línea editorial de cada uno a la hora de publicar los hechos.

Ambos medios escritos, a su manera, no dejaron de denunciar los terribles hechos que estaban sucediendo en esa época. La fotografía, en este sentido, sirvió como herramienta de denuncia en su momento y como mecanismo de recuerdo y construcción de memoria en la actualidad. Esas fotografías periodísticas (del caso Uchuraccay entre otros) son importantes documentos gráficos que nos muestran los pormenores de esa época y que sirven como referencia para el estudio académico del terrorismo en el Perú. Para la construcción de los metarrelatos de estas portadas es indudable el peso igualitario que tienen tanto las imágenes como el texto que los acompaña (títulos, antetítulos, subtítulos). En algunos casos el peso cognitivo lo lleva el texto y en otros la imagen es la argumentación del mensaje informativo que se quiere dar.

Todo el estudio y análisis realizado a las fotografías presentadas en este trabajo es un claro ejemplo de la facilidad y acceso que nos da la digitalización de las fotografías al estudio de éstas, teniendo en cuenta que estas imágenes fueron captadas en 1983 y digitalizadas posteriormente, pero dicha digitalización no merma las características del lenguaje visual de estas imágenes.

Las imágenes presentadas en este trabajo tienen los mismos elementos de significación y percepción de la realidad, bajo la mirada del fotógrafo y del medio escrito en el cual será publicado, que las originales. La digitalización de las fotografías conserva los componentes del análisis iconográfico, iconológico y semiótico, es decir, el contenido es el mismo no se manipula ni cambia. La digitalización de la fotografía periodística así como

las nuevas tecnologías, a parte de facilitar y masificar el acceso a la información, conserva las imágenes con el fin de instaurar archivos fotográficos que ayuden a la creación de memoria colectiva social. Un claro ejemplo de ello es el caso presentado en este trabajo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arenas, L. (2012). Memoria visual en el Perú: las fotografías del caso Uchuraccay. *Revista Corpus*, 2(2). Recuperado de <https://corpusarchivos.revues.org/804>
- Barthes, R. (1989). *La cámara lucida Nota sobre la fotografía*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.
- Fountcuberta, J. (2000). *El beso de judas fotografía y verdad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A.
- Fountcuberta, M. (1993). *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.
- Freeman, M. (2013). *La narración fotográfica. Ensayo y reportaje visual*. Barcelona: Ediciones Blume.
- Freund, G. (2002). *La fotografía como documento social*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Goday, E. (2011). *Reconocimiento y dignificación de las víctimas del conflicto armado interno vivido en el Perú entre 1980-2000, a través de su representación visual en el libro fotográfico Yuyanapaq. Para recordar. Relato visual del conflicto armado interno 1980 – 2000: Análisis semiótico de dos fotografías*. Tesis para optar al Grado de Licenciado, Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), Lima, Perú. Recuperado de <http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/handle/123456789/1183>
- Karam, T. (2003). Fotografía periodística, discurso visual y derechos humanos en la prensa de la ciudad de México. *Revista Razón y Palabra*, 36. Recuperado de <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n36/tkaram.html>
- Nieto, E. (2005). El valor de la fotografía. Antropología e imagen. *A Gazeta de Antropología*, 21. Recuperado de [http://www.ugr.es/~pwlac/G21\\_04Eva\\_Martin\\_Nieto.html](http://www.ugr.es/~pwlac/G21_04Eva_Martin_Nieto.html)
- Poole, D. (2010). Memorias de la reconciliación: fotografía y memoria en el Perú de la posguerra. *Revista E-misferica* 7.2. Recuperado de <http://hemisphericinstitute.org/hemi/es/e-misferica-72/poolerojas>
- Saona, M. (2014). Imágenes de la ausencia. *Revista Cronopio*, 71. Recuperado de <http://www.revistacronopio.com/?tag=imagenes-de-la-ausencia>

Trabadela, J. (2005). Cambios en la práctica fotográfica como consecuencia de la digitalización en los procesos de creación en la imagen fotográfica. *Revista Razón y palabra*, 45. Recuperado de <http://www.razonypalabra.org.mx/antecedentes/n45/jtrabadela.html>

Valle Gastaminza, F. de (2002). Dimension documental de la fotografia. Recuperado de <http://eprints.rclis.org/7277/>

## OTRAS REFERENCIAS

Bruce, J. (2002). La aprehensión visual del horror. Exposición realizada en el congreso Testigos de la Verdad, Lima, Perú.

Comisión de la Verdad y Reconciliación (2003). Informe Final. Recuperado de <http://cverdad.org.pe/ifinal/>

Degregori, C. (2004). El poder de la imagen y la imagen del poder. Exposición realizada en el I Congreso Internacional de Fotoperiodismo, Lima, Perú.

Gastaminza del Valle, F. (2001). El análisis documental de la fotografía. Universidad Complutense de Madrid. Recuperado de <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/prof/fvalle/artfot.html>

Gastaminza del Valle, F. (2002, Octubre). “Dimensión documental de la fotografía”. Conferencia Magistral en el Congreso Internacional sobre Imágenes e Investigación Social, México D.F.

Vallejo Moreno, J. A. (2014). Entrevista a Iris Jave, ex directora de comunicaciones de la CVR y actual coordinadora de Relaciones Institucionales y Proyectos del Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú (IDEHPUCP).

Yuyanapaq. Para recordar (2014). Fondo editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima, Perú.

### Citação:

Vallejo Moreno, J. A. (2017). El lenguaje visual de la fotografía periodística en la época del terrorismo en el Perú. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutras Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 140-160). Braga: CECS.

SARA VIDAL MAIA, MARIA MANUEL BAPTISTA  
& MOISÉS DE LEMOS MARTINS

saravmaia@ua.pt; mbaptista@ua.pt; moisesm@ics.uminho.pt

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – CECS /  
UNIVERSIDADE DO MINHO / UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL

## QUANDO A ANÁLISE DE CONTEÚDO “VAI MAIS ALÉM”: ANÁLISE DE TEXTOS ESCRITOS POR MULHERES N' *O ILHAVENSE*

### RESUMO

Este texto resulta de uma investigação alargada – realizada no âmbito do doutoramento em Estudos Culturais, sob o título “Relações de poder e identidade(s) de género: a sociedade “matriarcal” de Ílhavo na década de 1950” – que visa responder à questão de investigação: era ou não Ílhavo (na década de 1950) uma sociedade matriarcal? – análise de discursos de um jornal local. Com a proposta que aqui se submete procura-se apresentar o processo metodológico aplicado no estudo, sobretudo as implicações envolvidas numa investigação qualitativa que usa a técnica da análise de conteúdo de uma forma profunda e meticulosa. Assim sendo, será apresentado o processo de análise de dados, em particular no que diz respeito à escolha metodológica, ao uso da amostra teórica, ao preenchimento de grelhas de análise, e ao método de análise e discussão dos dados, especificamente no caso dos textos escritos por mulheres.

### PALAVRAS-CHAVE

Análise de conteúdo; mulheres; jornal *O Ilhavense*

---

### 1. QUE INVESTIGAÇÃO?

Este artigo reúne parte de uma investigação alargada – realizada no âmbito do Programa Doutoral em Estudos Culturais, sob o título “Relações de poder e identidade(s) de género: a sociedade ‘matriarcal’ de Ílhavo na década de 1950” – que visa responder à seguinte questão de investigação: era ou não Ílhavo (na década de 1950) uma sociedade matriarcal? – análise de discursos de um jornal local.

A questão referida impôs-se em resultado de um conjunto de circunstâncias históricas e teóricas que afirmavam a excecionalidade social de

Ílhavo, apresentando-o como uma sociedade patriarcal, visto que a maior parte da população masculina se encontrava ausente, por longos períodos de tempo, por causa da pesca longínqua (particularmente a pesca do bacalhau, na década de 1950).

Para responder à questão proposta, a investigação divide-se em duas partes, sendo que a primeira é composta pelo enquadramento teórico e epistemológico, e a segunda pelo estudo empírico propriamente dito (embora ambas as partes frequentemente comuniquem). Na primeira parte, discutem-se os conceitos de poder, discurso e identidade (particularmente identidade(s) de género) no âmbito dos Estudos Culturais, para depois se abordar os média como veículo fundamental na construção, disseminação e interpretação das diferenças de género. A segunda parte, que começa por introduzir a metodologia de investigação, apresenta um estudo empírico que procura, através da análise dos discursos (textuais e icónicos) de um jornal local – *O Ilhavense* –, para perceber se Ílhavo era ou não, naquela época, uma sociedade verdadeiramente patriarcal.

A proposta aqui submetida procura apresentar o processo metodológico aplicado no estudo, sobretudo as implicações envolvidas numa investigação qualitativa que usa a técnica da análise de conteúdo de uma forma profunda e meticulosa. Assim sendo, será apresentado o processo de análise de dados, em particular no que diz respeito à escolha metodológica, ao uso da amostra teórica, ao preenchimento de grelhas de análise, e ao método de análise e discussão dos dados, especificamente no caso dos textos escritos por mulheres.

## 2. ESCOLHA METODOLÓGICA

Esta investigação caracteriza-se por procurar estabelecer uma proximidade com as normas de uma metodologia “mista”, pois só esta permite, com as premissas formuladas (com base na articulação entre teoria e estudo empírico), encontrar quadros conceptuais de interpretação do material estudado. Quanto aos métodos utilizados, caracterizam-se por tentar estabelecer um equilíbrio entre os processos indutivo e dedutivo, por incentivar a racionalização de conceitos teóricos fundamentais, e por procurar, com o auxílio do estudo empírico, encontrar respostas para os objetivos da investigação.

Olhando para o objeto em estudo e para as leituras feitas no processo de contextualização teórica, foi possível criar um modelo de análise que traz legitimidade empírica a esta investigação. Portanto, a investigação

realizada valoriza o estudo empírico, que se encontra alicerçado num modelo pós-estruturalista que reconhece a importância fundamental da contextualização histórica e temporal dos acontecimentos, e que é particularmente inspirado nas obras de Butler (por exemplo, Butler, 1990) e Foucault (por exemplo, Foucault, 1972).

Particularmente nos estudos dos média têm sido utilizadas várias metodologias que procuram técnicas para medir os fenómenos sociais. Contudo, atualmente, os investigadores sociais e das humanidades reconhecem o valor interpretativo dos métodos, pelo que dão preferência às metodologias qualitativas, que “são projetadas para explorar e avaliar coisas que não podem ser facilmente resumidas numericamente” (Priest, 1996, p. 5), sobretudo quando se trata de uma investigação empírica. Deste modo, segundo a publicação *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso* (2010) de Isabel Guerra, apesar de existir uma clara rutura epistemológica, teórica e metodológica entre as metodologias indutiva e lógico-dedutiva, estas duas vertentes não devem ser consideradas, hoje, como opostas, na medida em que se influenciam e podem ser utilizadas em conjunto, fortalecendo os estudos qualitativos.

Quando se trabalha com uma metodologia que privilegia a análise das experiências e o significado da atividade social, é possível a utilização de formas de recolha, de tratamento e de análise de material muito diversas. Todavia, tal como qualquer outra ciência, que se socorre da lógica, do rigor e da coerência, a metodologia qualitativa atinge estas três características através da legitimação (interna e externa) e da fiabilidade das suas abordagens.

A legitimação interna prevê a exatidão dos resultados que são alcançados através da discussão teórica e da inclusão do sentido crítico e da empatia do investigador. A legitimação externa da investigação qualitativa é atingida quando é exequível perceber se é possível ou não “generalizar” resultados, ou seja, se existe, por exemplo, algum tipo de representatividade sócio-simbólica ou se esta se encontra limitada de alguma forma. No que diz respeito à fiabilidade, os investigadores qualitativos admitem apenas uma noção restrita do conceito, ou seja, substitui-se a preferência pela estabilidade dos resultados, por uma preferência à aplicabilidade extensiva (espácio-temporal) das ferramentas conceptuais utilizadas numa dada investigação. Só seguindo este modelo é que foi possível, nesta investigação, recolher uma amostra teórica.

### 3. AMOSTRA TEÓRICA

Um dos aspetos fundamentais a discutir na construção de um modelo qualitativo é o conceito de amostragem, visto que não se procura uma representatividade estatística. Assim, Guerra (2010) salienta que no lugar da amostragem devem ser considerados dois conceitos que vão garantir a representatividade e a generalização da análise: os conceitos de diversidade e de saturação.

Segundo a autora supracitada, a diversidade (que pode ser externa ou interna) implica a garantia de que a utilização do material para análise se faz tendo em consideração a heterogeneidade dos fenómenos que estão a ser estudados. A diversidade externa atinge-se com a multiplicidade de sujeitos ou de situações no contexto social ou, no caso deste estudo, com a escolha de jornais variados para que a amostra seja constituída a partir de uma diversificação de elementos. A diversidade interna tem um intuito teórico diferente e aplica-se quando o investigador procura “explorar a diversidade de um conjunto homogéneo de sujeitos ou situações” (Guerra, 2010, p. 41), pelo que é necessário garantir a variedade interna de um determinado grupo ou situação.

Em relação ao conceito de saturação, percebe-se que quanto maior é a diversidade de elementos presentes num estudo, mais complicado se torna atingir o ponto de saturação do mesmo, o que significa que os conceitos de diversidade e de saturação são contrastantes. A função da saturação é a de indicar ao investigador quando deve parar a recolha de dados, ao mesmo tempo que permite generalizar os resultados da pesquisa ao universo analisado. Deste modo, os conceitos de diversidade e de saturação auxiliam na definição da amostra que fará parte do estudo; amostra esta que, nesta investigação específica, foi denominada de amostra teórica<sup>1</sup>.

Importa ainda salientar que a amostra teórica desta investigação se baseou não só nos conceitos de diversidade e de saturação de Guerra (2010), como também nas quatro normas que Bardin (1991) acredita serem a base da amostragem qualitativa: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Quer isto dizer que os dados d’O *Ilhavense* utilizados nesta investigação resultaram de um extenso levantamento e de uma meticulosa seleção, que garantiram uma leitura/análise pertinente e representativa de uma realidade específica, num contexto particular.

---

<sup>1</sup> O conceito de amostra teórica contrasta com o de amostra aleatória, regularmente adotada pelos estudos quantitativos.

#### 4. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Este estudo visa recolher e analisar discursos (de género) contidos no jornal *O Ilhavense*, de forma a compreender como estes são constitutivos e representativos da realidade social. Nesta afirmação encontra-se a premissa de que as práticas discursivas são práticas socioculturais, (re) produzidas através de relações de poder, num determinado contexto espaço-temporal. Portanto, esta investigação procura identificar que tipo de ações estão relacionadas com as relações discursivas presentes neste jornal, quais os objetivos que estão na base destes textos e imagens, que tipo de relações de poder circulam entre os géneros e quais as formas de resistência que se verificam. Para colocar em prática estas premissas, tomou-se como opção o uso da técnica qualitativa da análise de conteúdo, que se releva a forma mais indicada para o estudo deste tipo de discursos.

Segundo Bardin (1991), apesar de a análise de conteúdo ter surgido no seio da hermenêutica, da retórica e da lógica, o seu grande salto metodológico deve muito ao estudo das comunicações e à semiótica. A análise de conteúdo revela-se um instrumento bastante eficaz para a análise dos discursos, pois permite alcançar, através de várias formas e métodos, os sentidos latentes das mensagens, em diversos domínios (escrito, oral e icónico). É esta posição que leva Bardin (1991, p. 9) a afirmar que a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (...) extremamente diversificados”.

Efetivamente, a análise de conteúdo não deve significar contar”ou medir, mas sim interpretar e compreender práticas e experiências, através da construção de significados. A análise de conteúdo auxiliou na descodificação das mensagens e das condições de produção de discursos presentes n’*O Ilhavense*, alcançando uma leitura simbólica que resultou da conjugação de duas dimensões: uma descritiva e uma interpretativa.

A interpretação do que representa a análise de conteúdo e a sua estruturação metodológica encontram-se bem esquematizadas nos trabalhos de Bardin (1991) e de Guerra (2010), pelo que estes servem de inspiração para esta investigação. Segundo as autoras, existem várias fases e diferentes tipos de análise de conteúdo que auxiliam na aplicação desta técnica e que são igualmente consideradas neste estudo. Nesta investigação particular, o uso da análise de conteúdo respeitou quatro etapas essenciais: 1) análise prévia; 2) exploração dos dados; 3) tratamento e interpretação dos dados; e 4) discussão e divulgação dos dados.

Na fase da análise prévia, foram organizados os primeiros esquemas teórico-práticos de incursão pelo estudo empírico e sistematizadas as primeiras ideias com base na questão e nos objetivos de investigação. Nesta fase, deu-se o primeiro contacto com o material, tendo sido fotografados todos os exemplares impressos que se pretendia incluir no estudo. Esta primeira abordagem permitiu selecionar os textos e as imagens a serem submetidos à análise, bem como as categorias que seriam consideradas.

Numa segunda fase, o material recolhido foi explorado de forma minuciosa, o que se revelou essencial para delimitar a estrutura de análise, que surgiu exatamente antes do processo de interpretação e inferência dos dados. Este foi o momento em que ficaram delimitadas estratégias e foram reajustados objetivos.

Na terceira fase da análise de conteúdo realizada neste estudo, os dados foram tratados e legitimados. Este foi o momento em que a investigadora começou a interrogar-se sobre os fenómenos culturais, inferindo e interpretando o sentido social latente do material. Nesta fase do processo é preciso ter sempre em consideração que o material empírico e a teoria interrelacionam-se e comunicam constantemente. Procurou-se, portanto, obedecer a alguns pressupostos que permitissem refletir sobre a legitimidade e a fiabilidade do estudo: procurou-se executar uma pesquisa exaustiva, pertinente e homogênea que atingisse uma consistência argumentativa interna. Cumprido todo o processo de análise, este estudo garantiu a diversidade (externa e interna) e saturou a informação, pelo que os riscos de generalização são semelhantes aos de qualquer outra investigação.

## **5. CONSTRUÇÃO DO CORPO DA ANÁLISE: APRESENTAÇÃO GERAL DOS DADOS**

Esta investigação procura pensar ao nível do discurso (mediático) e dos efeitos, causas e ações que são reproduzidos e que isso reproduz, pois, mais do que reconhecer a existência de normas abstratas que norteiam os sujeitos e a sociedade, é importante entender que a sua verdadeira natureza reside na prática, onde elas têm o verdadeiro valor. Desta forma, este estudo começa por procurar responder a uma questão central: era ou não Ílhavo (na década de 1950) uma sociedade patriarcal? – análise de discursos de um jornal local. O período escolhido representa o expoente da pesca do bacalhau, que obrigava a longos períodos de ausência masculina (que podiam ascender aos 12 meses), naturalmente substituídos pela assinalada presença feminina.

De forma a perceber como esta atividade específica altera uma determinada sociedade (num período de tempo particular) e influencia as representações de género e as dinâmicas de poder, procedeu-se à recolha de informação através da pesquisa da imprensa local, particularmente do jornal *O Ilhavense*. Os dados foram recolhidos de acordo com critérios previamente estabelecidos, identificados através da revisão bibliográfica, e que respeitam as necessidades do estudo. Posteriormente, os dados foram meticulosamente distribuídos em grelhas e analisados através da técnica da análise de conteúdo, para poderem ser discutidos os resultados. Neste sentido, pretende-se perceber se a sociedade ilhavense da década de 1950 é representada ou não como patriarcal, sendo para isso avaliados os discursos (textuais e icónicos) de género presentes no jornal, bem como as dinâmicas de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

Para este estudo, foram especificamente analisados os números do jornal *O Ilhavense* correspondentes à década de 1950, sem recurso a programas informáticos de análise de dados. Os números dos jornais foram selecionados alternadamente – 1950, 1951, 1954, 1955, 1958 e 1959 – de forma a garantir a representatividade, a diversidade e a saturação da informação. Este levantamento reuniu e analisou um total de 10.104 peças escritas. As peças recolhidas são representativas de quatro assuntos maiores do estudo: “textos escritos por mulheres”<sup>2</sup>, “textos escritos para mulheres”, “textos sobre mulheres”<sup>3</sup> e “textos que fazem referência a mulheres”<sup>4</sup>. Há ainda um quinto assunto, o qual se apelidou de “outros” e para o qual são remetidas todas as referências que não se incluam nos assuntos anteriormente referidos<sup>5</sup>.

Para cada um dos assuntos anteriormente referidos, foi criada uma grelha de análise que identifica, em primeiro lugar, o número do jornal, seguindo-se a identificação e descrição do texto em análise. Esta grelha foi depois completada com as categorias e correspondentes problemáticas, fazendo-se estas últimas acompanhar, sempre que se revelou necessário e esclarecedor, de excertos exemplificantes. Este material foi organizado em quadros iniciais que foram sendo afunilados de acordo com as necessidades do estudo e o desenrolar da análise.

<sup>2</sup> Destaca-se que, quando um texto é escrito por uma mulher, esta dimensão terá prioridade sobre as outras, identificando-a como primordial.

<sup>3</sup> São excluídos textos referentes a santas, visto que não são relevantes para este estudo.

<sup>4</sup> Importa aqui distinguir as duas dimensões “textos sobre mulheres” e “textos que fazem referência a mulheres”. Por exemplo, se numa peça existir referência a várias pessoas – homens e mulheres – opta-se por “texto com referência a mulheres”; se numa peça existir apenas referência a mulheres, opta-se por “texto sobre mulheres”.

<sup>5</sup> Aqui se inserem todos os textos que não se referem, de qualquer forma, a mulheres.

Neste processo de análise foram consideradas diferentes categorias e níveis de categoria, adaptadas ao estudo, e que ajudaram a descrever, distribuir, esquematizar e interpretar o material e, conseqüentemente, os sentidos dos discursos. São estas categorias que auxiliam na construção mental daquilo que Guerra (2010, p. 85) apelidou de “ideais-tipo” ou construções discursivas da realidade. Estas categorias, criadas com base nos textos em análise, são também (re)validadas na teoria pela revisão de literatura. Assim, os textos do jornal *O Ilhavense* foram analisados segundo as categorias: “página”, “dimensão”, “relevância”, “tipo de texto”, “autoria”, “recurso a referências”, “tipo de tema”, “sentido do discurso”, “hierarquia”, “tipo de linguagem” e “mulher de Ílhavo”.

Importa neste momento ressaltar que, embora tenham sido levantados dados representativos dos “textos escritos por mulheres”, dos “textos sobre mulheres”, dos “textos escritos para mulheres”, dos “textos que fazem referência a mulheres” e ainda de outros textos, nesta tese de doutoramento foram analisados e discutidos profundamente apenas dois assuntos: “textos escritos por mulheres” e “textos sobre mulheres”<sup>6</sup>. De facto, estes dois assuntos, por representarem as mulheres-autoras e também aquilo que era escrito sobre o feminino, apresentavam-se como fundamentais para dar resposta à questão de investigação. Para além disso, a limitação de tempo não permitiria a análise de todos os assuntos levantados.

Houve ainda a preocupação em levantar e identificar todas as imagens presentes n’*O Ilhavense*, na medida em que é valorizada a importância dos discursos visuais na descodificação da(s) identidade(s) de género e na análise compreensiva das relações de poder. Neste sentido, foram levantadas 712 imagens, das quais 131 são de mulheres, 110 são de homens, 29 são mistas<sup>7</sup> e 442 não se incluem em nenhum destes assuntos<sup>8</sup>. Em cada imagem é identificada a página em que esta se insere, a dimensão da mesma, a relevância (local da página em que a imagem se insere), o tema<sup>9</sup> que representa, a legenda e uma breve descrição da imagem (com a preocupação de identificar se se encontram representações icónicas de mulheres).

<sup>6</sup> Embora, neste artigo, sejam apenas analisados e discutidos os dados relativos aos “textos escritos por mulheres”.

<sup>7</sup> Imagens que contêm figuras femininas e figuras masculinas.

<sup>8</sup> Para “outras” são remetidas as imagens com paisagens, animais e elementos construtivos, que não incluam figuras humanas.

<sup>9</sup> Os temas das imagens são os mesmos já indicados para os temas dos textos. Contudo, por necessidade de cumprir as exigências de algumas imagens, foi acrescentado um outro tema: “animação”. Já os temas “saúde” e “beleza” foram, no caso das imagens, reunidos numa só temática “saúde/beleza”. Destaca-se ainda que os temas das imagens estão diretamente relacionados com os temas dos textos. Por exemplo, se surgir a fotografia de uma mulher num anúncio da venda de uma bicicleta, o tema da imagem será “negócios/comércio”.

As análises permitiram, em primeiro lugar, uma abordagem quantitativa, pois foram contabilizados textos e discutidos dados tendo em consideração os anos em estudo (havendo lugar para a disponibilização dos dados em termos de percentagem). Numa segunda fase, os dados foram analisados através de uma abordagem qualitativa, que permitiu reagrupar categorias<sup>10</sup> e apresentar discussões (de poder, identidade e género) sobre os resultados obtidos. Especificamente no caso dos textos escritos por mulheres (que se apresentará neste artigo como exemplo do processo de análise), a discussão centrou-se na produção textual no feminino e nos perfis de mulheres identificados através da análise dos dados.

## 6. TEXTOS ESCRITOS POR MULHERES, N'O ILHAVENSE, NA DÉCADA DE 1950

### 6.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Do conjunto de peças recolhidas observa-se que existem percentagens demasiado baixas de autoria feminina, visto que das 10104 peças que constituem o universo da investigação, apenas 182 foram escritas por mulheres, o que corresponde a 1,8% do total (ver Tabela 1). Em todos os anos analisados, as percentagens de peças escritas por mulheres mantêm-se abaixo dos 2,3%, o que revela uma presença reduzida da produção escrita feminina n'O *Ilhavense*.

ANO	Nº DE PEÇAS ESCRITAS	Nº DE PEÇAS ESCRITAS POR MULHERES	PERCENTAGEM DE PEÇAS ESCRITAS POR MULHERES
1950 (ano 39)	1491	29	1,9%
1951 (ano 40)	1511	29	1,9%
1954 (ano43)	1892	44	2,3%
1955 (ano 44)	1711	24	1,4%
1958 (ano 48)	1699	28	1,6%
1959 (ano 49)	1800	28	1,6%
Total	10104	182	1,8%

Tabela 1: Peças escritas por mulheres na década de 1950

<sup>10</sup> A análise dos dados revelou a necessidade das categorias serem reorganizadas e reunidas em outras novas categorias, permitindo leituras alternativas.

Numa fase posterior, foi possível analisar o material, fazendo emergir as categorias identificadas como fundamentais para esta investigação. Assim, para cada peça escrita por uma mulher, em cada número de jornal, foram levantados e analisados dados referentes a seis dimensões fundamentais desses textos: “tipo de tema”, “tipo de texto”, “sentido do discurso”, “tipo de linguagem”, “hierarquia” e “mulher de Ílhavo”.

Como se pode observar na Tabela 2, os temas mais abordados pelas autoras das peças são a “criação literária” e a “morte/luto”, com 78 ocorrências (39% do total) e 38 ocorrências (19% do total), respetivamente. Seguem-se, ainda com alguma expressão, os temas “emigração” (10,5%) e “casamento/família” (9,5%), enquanto os restantes temas não possuem destaque significativo.

CATEGORIA	NÍVEIS DA CATEGORIA	1950	1951	1954	1955	1958	1959	TOTAL	%
Tipo de tema	Criação literária	10	15	27	11	9	6	78	39%
	Morte/ luto	4	5	5	3	6	15	38	19%
	Emigração	2	3	2	5	6	3	21	10,5%
	Casamento/família	3	2	2	2	7	3	19	9,5%
	Religião	2	0	1	2	1	2	8	4%
	Saúde	1	2	0	1	0	1	5	2,5%
	Mar/ vida marítima	1	0	0	1	2	1	5	2,5%
	Estudos/ educação	1	0	2	0	1	0	4	2%
	Assistência aos outros	2	0	0	0	0	1	3	1,5%
	Artes e espetáculos	0	0	0	0	2	0	2	1%
	Trabalho/ profissional	1	0	1	0	0	0	2	1%
	Lazer/ tempos livres	2	0	0	0	0	0	2	1%
	Justiça/ tribunais	1	0	0	0	0	0	1	0,5%
	Vida doméstica	1	0	0	0	0	0	1	0,5%
	Política/ economia	0	0	1	0	0	0	1	0,5%
	Infância	0	0	0	1	0	0	1	0,5%
	Negócios/ comércio	0	0	0	0	0	1	1	0,5%
	Beleza	0	0	0	0	0	1	1	0,5%
	Terceira idade	0	0	0	0	0	1	1	0,5%
	Outros	1	2	3	0	0	0	6	3%

Total	32	29	44	26	34	35	200	100%
-------	----	----	----	----	----	----	-----	------

Tabela 2: Ocorrências da categoria “tipo de tema”, nos textos escritos por mulheres, na década de 1950

Uma análise mais atenta dos níveis de categoria que constituem o “tipo de tema” permitiu um reagrupamento do material, que resulta numa nova forma de organizar e apresentar os dados, agora com novas categorias, como se pode observar na Tabela 3. A primeira categoria a emergir é “família”, o resultado da junção dos níveis de categoria que se reúnem numa área de intimidade: “morte/luto”, “emigração”, “casamento/família”, “saúde”, “mar/vida marítima”, “assistência aos outros”, “vida doméstica”, “infância” e “terceira idade”. Estes níveis apelam para um sentido íntimo nas temáticas abordadas pelos textos escritos por mulheres, reunindo 94 ocorrências, que equivalem a 47% do total.

ÁREA	CATEGORIA	NÍVEIS DA CATEGORIA	TOTAL	TOTAL %
ÁREA ÍNTIMA	FAMÍLIA	Morte/luto	38	47%
		Emigração	21	
		Casamento/família	19	
		Saúde	5	
		Mar/vida marítima	5	
		Assistência aos outros	3	
		Vida doméstica	1	
		Infância	1	
		Terceira idade	1	
		Total	94	
ÁREA MISTA	ARTE E CURIOSIDADE	Criação literária	78	41,5%
		Artes e espetáculos	2	
		Lazer/tempos livres	2	
		Beleza	1	
		Total	83	
ÁREA SOCIAL	INTERVENÇÃO PÚBLICA	Religião	8	8,5%
		Estudos/educação	4	
		Trabalho/profissional	2	
		Justiça/tribunais	1	
		Política/economia	1	
		Negócios/comércio	1	
Total	17			
OUTROS	TOTAL		6	3%
TOTAL			200	100%

Tabela 3: Ocorrências da “área íntima”, da “área mista” e da “área social”, nos textos escritos por mulheres, na década de 1950

De seguida, com 83 ocorrências (ou 41,5% do total), surge a categoria “arte e curiosidade”, uma categoria que abarca os tipos de tema relacionados com assuntos que invocavam um sentido artístico: “criação literária”, “artes e espetáculos”, “lazer/tempos livres” e “beleza”. Esta nova categoria insere-se numa “área mista”, que transita entre as esferas da intimidade e da exposição social.

Os restantes níveis – “religião”, “estudos/educação”, “trabalho/profissional”, “justiça/tribunais”, “política/economia” e “negócios/comércio” – foram reunidos numa nova categoria denominada “intervenção pública” ou “área social”. Esta área é a que se mostra menos discutida nos textos escritos por mulheres, pois o seu impacto de 8,5% do total contrasta com os 41,5% correspondentes à “área mista” e com os 47% correspondentes à “área íntima”. Na Tabela 3 é possível ainda identificar a ocorrência de outras temáticas, identificadas como “outros”, e que correspondem a 3% do total, com apenas 6 ocorrências. Neste ponto, salienta-se o facto de os dois níveis de categoria mais discutidos pelas autoras – “criação literária” e “morte/luto” – fazerem parte de dois grupos distintos de temáticas que deram origem a duas novas categorias: “arte e curiosidade” e “família”.

No que diz respeito à análise da categoria “tipo de texto”, foram considerados onze níveis diferentes que se encontram presentes na Tabela 4.

CATEGORIA	NÍVEIS DA CATEGORIA	1950	1951	1954	1955	1958	1959	TOTAL	%
TIPO DE TEXTO	Nota breve	7	5	9	10	11	4	46	25,3%
	Poema	4	13	21	5	1	1	45	24,7%
	Agradecimento	3	6	5	4	4	17	39	21,4%
	Conto	5	2	0	3	4	4	18	9,9%
	Crónica poética	0	0	5	2	3	1	11	6,1%
	Informação pública/ aviso	6	1	0	0	1	0	8	4,4%
	Carta	1	1	1	0	1	0	4	2,2%
	Reportagem	3	0	1	0	0	0	4	2,2%
	Anúncio	0	0	0	0	1	1	2	1,1%
	Entrevista	0	0	0	0	1	0	1	0,5%
	Notícia	0	0	0	0	1	0	1	0,5%
Outros	0	1	2	0	0	0	3	1,6%	
<b>TOTAL</b>		29	29	44	24	28	28	182	100%

Tabela 4: Ocorrências da categoria “tipo de texto”, nos textos escritos por mulheres, na década de 1950

Na Tabela 4 verifica-se que as mulheres escrevem sobretudo textos que se inserem nos níveis de categoria “nota breve” (46 ocorrências ou 25,3% do total), “poema” (45 ocorrências ou 24,7% do total) e “agradecimento” (39 ocorrências ou 21,4% do total). Os restantes temas encontram-se entre os 0,5% e os 9,9% do total de ocorrências.

A análise dos textos revela ainda que as “notas breves” são pequenas notas que correspondem sobretudo a informações publicadas por mulheres sobre a temática “emigração”. Já os níveis de categoria “poema” e “agradecimento” (bastante utilizados) estão relacionados com os níveis de categoria “criação literária” e “morte/luto”, respetivamente.

Já em relação ao “sentido do discurso”, a maioria das autoras das peças apresenta um discurso neutro (77 ocorrências ou 42,3% do total). O discurso no feminino é, sobretudo, curto e informativo, especialmente quando se trata de agradecimentos e de notas breves. A mesma neutralidade se verifica na “criação literária”, que apesar de ter um cunho imaginativo e emotivo, não revela, por exemplo, a intenção de intervenção social crítica nem mesmo uma dimensão autoral própria.

No estudo também foi apurado o “tipo de linguagem”, que pode ser “conotativo” ou “denotativo”. Aqui, apesar de haver uma pequena diferença precedente dos dois tipos de linguagem, apura-se que é mais utilizada a linguagem conotativa pelas mulheres que escrevem neste jornal (103 ocorrências ou 56,6% do total), o que está de acordo com o facto de estas desenvolverem sobretudo “criação literária”. Trata-se de autoras com tendência para utilizar, na descrição dos factos, uma linguagem sensível, emotiva e com conteúdos pouco latentes, o que as leva, em vários casos, a utilizar uma linguagem conotativa, mesmo em notas meramente informativas. Apesar dos seus discursos serem maioritariamente neutros, a sua linguagem remete para diferentes sentidos, articulados com valores afetivos e sociais.

No que diz respeito à identificação de hierarquias de género e/ou social, verifica-se que, na esmagadora maioria dos casos, não é identificada qualquer tipo de hierarquia (89,6 % do total). As autoras não deixam transparecer facilmente relações de hierarquia social ou de género, e raramente tomam posições críticas.

A última categoria de análise é a que pretende identificar a origem das autoras das peças. A maior parte das mulheres que escreve no jornal é de Ílhavo, embora exista uma percentagem significativa de autoras que não é (31,9%). As autoras ilhavenses estão particularmente associadas à temática da “morte/luto”, pois são as que escrevem os agradecimentos lutosos.

## 6.2 DISCUSSÃO SOBRE A PRODUÇÃO TEXTUAL NO FEMININO

Com base nos dados apresentados relativamente à categoria “hierarquia”, os discursos destas mulheres não refletem diretamente relações hierárquicas. Todavia, uma leitura atenta dos dados indica que essas relações de poder existem, mas não se encontram à superfície dos textos. Ora, o objetivo desta análise vai ao encontro de um dos papéis fundamentais dos Estudos Culturais, que é procurar desvendar e explicitar as relações que existem entre as práticas socioculturais e o poder (Foucault, 2006). No caso dos textos que foram escritos por mulheres no jornal *O Ilhavense*, estas relações de poder sobressaem através da análise do conteúdo discursivo e na tentativa de analisar se estes textos são excluídos (ou se excluem) da representação mediática.

Começando pela quantidade de textos produzidos por mulheres, percebe-se que a sua intervenção social é quase nula quando comparada com a produção masculina. De facto, em 10104 peças escritas n’O *Ilhavense*, apenas 182 foram escritas por mulheres, o que corresponde a 1,8% da produção escrita (ver Tabela 1). Estes dados são fundamentais para perceber a representação mediática da dinâmica de género, na década de 1950, que tendencialmente maximiza o masculino, enquanto menoriza o feminino. E, para além da produção reduzida (espelho de uma representação feminina limitadíssima), importa identificar e analisar em que circunstâncias as mulheres escrevem e quais as áreas em que se encontram efetivamente envolvidas.

Em relação às circunstâncias em que estas mulheres publicam, ressalva-se que a maioria dos textos escritos por mulheres n’O *Ilhavense* é duplamente condicionada, pois as peças são selecionadas e publicadas em páginas dirigidas e orientadas por homens<sup>11</sup>, e posteriormente passam ainda pelas mãos da censura (procedimento comum na época), que era composta igualmente por homens. De facto, os textos destas autoras, sobretudo os de “criação literária”, não são publicados livremente nas páginas do jornal, estando submetidos ao espaço físico e simbólico deixado para rubricas específicas. Assim sendo, estas autoras têm que responder aos requisitos de cada rubrica, cumprindo com as exigências dos seus diretores. Estas restrições colocadas na seleção dos textos e das temáticas são uma das formas socialmente institucionalizadas para regular comportamentos e atitudes socialmente espectáveis, sobretudo para o género. Os homens, como maioria, como Ser Absoluto – nas palavras de Beauvoir

<sup>11</sup> Com a exceção da rubrica “Miscelânea”, que surge em 1959, e que é orientada por Maria José Sacramento.

(1977a) – criam mecanismos diluídos de normatização para a minoria, o Outro, ou seja, o género feminino.

Em relação às áreas em que as mulheres estão envolvidas, o espaço real, racional e político, considerado de verdadeira intervenção social, está afastado da produção discursiva feminina nestes jornais (como se pode ver pelas Tabelas 2 e 3). Repare-se que, embora as áreas “religião” e “estudos/educação” (em que as mulheres entram, mas numa dinâmica secundária) tenham algumas ocorrências, as restantes áreas de forte intervenção social como, por exemplo, “justiça/tribunais”, “trabalho/profissional”, “negócios/comércio” e “política/economia” são quase nulas. De facto, a área social encontra-se afastada da produção feminina no jornal *O Ilhavense*, o que demonstra que as autoras parecerem encontrar obstáculos na abordagem de determinados temas e/ou também elas próprias se distanciam desses assuntos.

Este panorama não implica que as mulheres tenham mais ou menos poder que os homens nestas áreas sociais específicas (até porque o poder não é aqui admitido como algo que se possui), mas apresenta uma realidade onde as mulheres são excluídas do exercício do poder, por regulação da sociedade e por adoção de um mecanismo pelo qual as mulheres ajustam os seus próprios discursos àquela mesma realidade. Estas tecnologias normativas (Foucault, 2010), que se encontram infiltradas na sociedade, podem, consciente ou inconscientemente, seccionar as áreas de intervenção dos sujeitos de acordo com o seu género, algo que acontece neste jornal.

Uma visão global permite, portanto, detetar que as áreas do mundo privado são as mais representadas pelas mulheres (cerca de 47% das ocorrências, como se pode verificar com a Tabela 3), mais especificamente as temáticas relacionadas com a família. Esta conclusão vai ao encontro da revisão de literatura da especialidade, que afirma que, na maior parte dos casos, as mulheres publicam (ou são publicadas) numa envolvência privada ou sexualizada. Mais especificamente, a revisão bibliográfica destaca como tradicionalmente femininos os tópicos da família, das crianças, da assistência aos outros, da educação e da vitimização sexual. A esta limitação de “temáticas femininas” junta-se, no período pós-guerra, o apelo da sociedade para que as mulheres voltem à esfera privada e à vida doméstica, incentivando a diminuição da sua participação social, sobretudo em atividades decisivas e com forte impacto civil.

Neste estudo, o destaque vai para uma área que não é habitualmente referida na literatura da especialidade, nem nos estudos de caso, embora alguns dos tópicos que a compõem sejam frequentemente referenciados.

Trata-se da área artística e de curiosidade, considerada aqui uma “área mista” (por envolver o mundo privado e o íntimo) e que tem também bastante projeção na produção feminina, com 41,5% das ocorrências (ver Tabela 3). Esta área, que engloba as temáticas da “criação literária”, das “artes e espetáculos”, do “lazer/tempos livres” e da “beleza”, permite às autoras circular entre a esfera privada e a pública, sobretudo no caso da “criação literária” que surge com um número esmagador de ocorrências.

Em suma, a análise efetuada permite perceber que o feminino, no jornal *O Ilhavense*, na década de 1950, se expressa através da produção literária e do discurso sobre a morte e/ou o luto, temáticas que se afastam das áreas de verdadeira intervenção social. Esta afirmação vai ao encontro de uma realidade que revela os estudos das relações de poder (relações aparentemente invisíveis na dimensão explícita dos textos analisados), que se revela negativamente para a mulheres (Beauvoir, 1977b) e deixa todo um campo de intervenção social para os homens, pois nos jornais analisados, os homens seguem vários caminhos, penetrando em variadas áreas da vida política e sociocultural de Ílhavo, através de distintos tipos de texto, inclusive os de índole literária. Já as mulheres parecem caminhar num sentido mais limitado, demonstrando ter uma espécie de identidade monocromática, imposta e, ao mesmo tempo, aceite por elas, que as remete sistematicamente para as esferas privada e mista (“arte e curiosidade”).

Segundo Simone de Beauvoir (1977a), é a masculinidade (conotada com a normalidade ou a regra) que define a mulher (vista como a diferença ou o Outro). Nesta lógica, o homem nega-se consecutivamente a ser o Outro, e, embora a tendência seja para que o Outro resista e reaja com o mesmo comportamento, as mulheres afastam-se do seu direito de reivindicação pela libertação destas redes relacionais. Para Bourdieu (1999, 2000), esta realidade deve-se a uma incorporação da construção social da dominação masculina que as mulheres foram adquirindo, e que resulta de imposições simbólicas históricas. Esta posição teórica permite compreender as razões pelas quais as autoras aqui estudadas são em tão reduzido número e limitadas a determinadas áreas de produção discursiva, sem aparentemente expressarem resistência.

Com efeito, os homens têm, neste jornal, várias possibilidades de atuação, e até vários papéis a adotar de acordo com as circunstâncias ou as temáticas que trazem à discussão; já as vozes ou os perfis das mulheres são limitados e até monótonos. Esta é uma das formas de circulação do poder. De facto, apesar de não existirem hierarquias “visíveis” ou diretas nos discursos das mulheres, é possível entender os significados que estão por

detrás dos dados. Quando, num universo de 10.104 textos, apenas 1,8% foram escritos por mulheres, e quando destes apenas algumas áreas lhes estão circunscritas, emerge a ideia de que o mundo em que vivem possui dinâmicas “generificadas”, onde determinados temas estão simplesmente fora do alcance expositivo feminino.

A afirmação anterior vai ao encontro das posições de Bourdieu (1999) e de Mota-Ribeiro & Pinto-Coelho (2005), que assinalam a limitação do género feminino em relação à dominação histórica e simbólica do género masculino. Contudo, tendo em conta a linha de pensamento teórico aqui seguida, não parece razoável afirmar que se houvesse, por exemplo, um maior número de mulheres a produzir conteúdos neste jornal, isso significaria a disseminação do género feminino em outros tipos de tema ou de texto e, paralelamente, em outros assuntos representativos da sociedade em questão. Quer isto dizer que se existissem mais autoras neste jornal, isso não implicaria necessariamente que escrevessem mais sobre outros temas.

Regressando aos resultados da análise dos dados, o cruzamento das dimensões permite perceber que quando as mulheres escrevem textos, a “criação literária” é a temática que se evidencia, enquanto os tipos de texto relacionados, são, maioritariamente, o “poema” e o “conto” (ver Tabela 4). A leitura destes poemas e contos deixa subentender que as escritoras destas peças revelam discursos fortemente fantasiosos e emocionais, que permitem a partilha de afetos, emoções e experiências íntimas num registo muito leve e superficial (até algo infantilizado), muito à maneira do que hoje se designaria por “literatura *light*”. Acrescenta-se ainda que os poemas se encontram, na sua maioria, vazios de sentido, superficiais e incapazes de atingir uma dimensão crítica.

Em relação ao sentido do discurso da temática da “criação literária”, percebe-se que este transita entre o “laudatório”, o “crítico”, o “neutro” e até o “misto”. Os distintos sentidos dos discursos das autoras revelam que a posição destas mulheres, face às representações do mundo (sobretudo emotivas), é diversa, encontrando-se estes sentidos dependentes do tipo de texto e do conteúdo que é desenvolvido. Denota-se, portanto, uma espécie de “neutralidade” no tratamento do social.

Em relação à linguagem utilizada, no caso da temática da “criação literária”, deteta-se que é fortemente conotativa. As autoras usam uma estratégia literária tendencialmente conotativa, na medida em que as suas palavras têm, muitas vezes, um sentido figurativo estereotipado, sobretudo quando se trata de poemas. Ressalta-se apenas que, na maior parte dos casos, os sentidos figurados são utilizados com uma forma expressiva vazia, e não com um sentido moral ou simbólico.

Neste ponto é fundamental perceber que, mais do que uma área de atuação ou de representação, que permite às autoras expressar a sua visão da realidade, a “criação literária” parece ser o registo no qual as mulheres se sentem mais à-vontade. De facto, a “criação literária” não é uma “coisa” feminina, visto que outros textos analisados nesta categoria de produção literária estão repletos de autores masculinos, mas é através da “criação literária” que o feminino se expressa. Nestes textos, as autoras partilham um imaginário lírico, que lhes permite uma espécie de refúgio para um mundo alternativo, onde produzem maioritariamente narrativas descritivas, afastando-se da produção de intervenção social e moral, e das discussões de cunho teórico ou político.

Outro facto interessante prende-se com a origem destas autoras que, em grande parte, não são de Ílhavo, mas encontram aqui um espaço para exporem a sua identidade imaginária, fantasiosa e marcadamente emotiva. As autoras são sobretudo brasileiras (que publicam através da rubrica “Falemos do Brasil”) ou nacionais (as que publicam através das rubricas “Gente moça” e “Miscelânea”). Na verdade, a diversidade e a internacionalização das autoras demonstra que, apesar d’O *Ilhavense* ser considerado um jornal regional, a sua projeção ultrapassa fronteiras locais e nacionais. Por outro lado, esta realidade permite questionar o papel da projeção social da mulher ilhavense e o seu lugar na esfera pública, uma vez que não há grande espaço para a sua produção textual no jornal de maior importância de Ílhavo.

O *Ilhavense* transforma-se assim num espaço para a publicação de contos, poemas, informações públicas e informações de índole privada<sup>12</sup>, isto é, um espaço multifuncional, mas que, no caso da produção no feminino, revela uma identidade recheada de fantasia hiper-romântica e assinaladamente emotiva. Os textos escritos por mulheres são, por consequência, representativos de uma existência que ignora a realidade socioeconómica, mas que é focada na esfera familiar e artística, esta última centrada particularmente na produção textual de implosão emotiva. O conto “Naufrágio” de Maria José Sacramento, publicado no jornal de 20 de maio de 1958, na rubrica “Gente Moça”, ocupa cerca de meia página e trata-se de um exemplo de produção literária trágico-romântica explorada quase ao limite, como se pode ver pela seguinte passagem:

novamente a luz iluminou o mar. Longínquos, chegavam  
à praia gemidos angustiosos, gritos de almas em aflição e

<sup>12</sup> Repare-se que aqui o espaço íntimo (ou privado) invade, sucessivamente, o espaço público.

que se sobrepunham ao barulho das ondas e do vento. E eles além, quase perto de terra e incapazes de avançar! Espavoridas, as mulheres mergulhavam nas águas, queriam elas atirar-se às ondas e salvar os seus homens. Os gritos vindos do mar chocavam-se no espaço com os idos de terra. Outro fecho de luz. O barco desaparecera. Espetáculo infernal. Lágrimas. Mãos crispadas esgatanhavam os rostos. Corpos gelados reboavam sobre a areia húmida. Soluços de mistura com padre-nossos e ave-marias. (*O Ilhavense*, 1958, 20 de maio, p. 2)

No que diz respeito ao tema da “morte/luto” (o segundo “tipo de tema” com mais ocorrências), repare-se que, apesar de ser referido ao longo dos anos analisados, apenas ganha destaque no ano de 1959 (ver Tabela 2), onde consegue ultrapassar (por mais do dobro) o número de ocorrências do tema “criação literária”. Associado ao tema da “morte/luto” está o “tipo de texto” que se apelidou de “agradecimento”. Trata-se aqui de textos em que as mulheres são “autoras” de inúmeros agradecimentos lutuozos pela morte de familiares, como se pode verificar pelo exemplo que se segue:

a esposa, filha e genro e toda a demais família do falecido José Marques, vêm, por este meio, agradecer a todas as pessoas que o acompanharam no seu funeral e lhe enviaram sentidos pêsames. Ílhavo, 15 de junho de 1959. Maria da Silva Marques e Família. (*O Ilhavense*, 1959, 20 de junho, p. 4)

Embora estes textos sejam assinados por mulheres (sobretudo por mulheres que são de Ílhavo), restam muitas dúvidas sobre a legitimidade da sua autoria. Quer isto dizer que, na maioria dos casos, parece existir um modelo de escrita fornecido pelo jornal, que depois é apenas assinado pelas mulheres em luto; e apesar de não parecer haver espaço para hierarquias visíveis, é certo que se notam diferentes tipos de modelo de escrita lutuosa que são escolhidos e publicados de acordo com a importância social da família.

Apesar destes textos não possuírem uma função poética ou moralizante, deteta-se uma carga simbólica associada, embora de forma sombria. Efetivamente, Ílhavo é um espaço social onde os homens são vítimas do mar, por vezes demasiado cedo, pelo que as mulheres parecem especializar-se, por força das circunstâncias, em lidar com a morte e o luto, afastando-se de uma apropriação lírica deste (como acontecia com a temática da “criação literária”), e optando por uma via mais realista e sóbria. Esta visão tão pragmática da mulher de Ílhavo (e talvez de todas aquelas que vivem

em comunidades piscatórias deste género) surge da necessidade de lidar tão abruptamente com duas condições extremas: a vida e a morte. As subscritoras destas notas ltuosas parecem demonstrar todas estas características, exaltando uma espécie de *endurance* identitária, muito sofrida por conta das circunstâncias, mas sobretudo muito naturalizada e pouco evasiva.

### 6.3 OS PERFIS DE MULHER-AUTORA: “MULHER-PRÁTICA” E “MULHER-EMOTIVA/FANTASIOSA”

Neste estudo, embora o tema “família” seja objeto de uma produção textual significativa, a identidade da mulher-autora não revela um perfil esperado de mãe, esposa ou educadora. Porém, a análise dos textos produzidos por estas mulheres conduziu a dois modos muito estereotipados de se apresentarem: “mulher-emotiva/fantasiosa” e/ou “mulher-prática”.

A “mulher-emotiva/fantasiosa” é aquela que trabalha um espaço literário de implosão das emoções, onde transparecem os seus sentimentos através de diversos sentidos discursivos. Pelo contrário, a “mulher-prática” é aquela que discursa acerca da morte com uma simplicidade natural e um carácter meramente informativo e socialmente codificado. Estes perfis surgem como uma espécie de “identidades prontas” (Damean, 2006), que desempenham um papel fundamental na educação social dos sujeitos, principalmente no que diz respeito aos seus comportamentos de género.

A imagem emotiva/fantasiosa que as autoras deixam transparecer através dos seus discursos, contribui para um acentuar da dualização tradicional do conceito de género, que se reflete na estereotipia do perfil feminino. Neste caso, é acentuada a exposição identitária no binómio homem/mulher-objetivo/subjetiva-racional/emotiva que tantas vezes é apresentada pelos meios de comunicação, sobretudo em meados do século XX.

O facto de se identificar um perfil de “mulher-prática” demonstra que *O Ilhavense* era um palco onde parecem ser representadas algumas mudanças na sociabilização de género, por razões muito particulares da vida em Ílhavo. Usualmente conotado com o emotivo, o género feminino foge, neste caso, desse papel e assume uma relação prática com a morte. Pretende-se aqui interpretar este perfil como uma espécie de subtil representação de resistência, pois estas mulheres procuram lidar com a dor da morte, mas evitando o sentimentalismo com que usualmente são conotadas, surgindo antes uma sobriedade e solenidade textual que a gravidade da morte impõe. Mais uma vez, isto não implica que esta forma de resistência tenha sido uma escolha consciente, pois estas mulheres podem ter sido apenas orientadas para assinar textos pré-fabricados pelo jornal, como

já foi anteriormente referido. Todavia, as vivências destas mulheres, centradas no universo “família”, onde a maior parte das vezes são obrigadas a tomar decisões sozinhas, criam nelas uma forma naturalmente sóbria e grave de lidar com a perda.

Curiosamente, e em qualquer dos casos – “mulher-prática” ou “mulher-emotiva/fantasiosa” –, apesar das autoras representarem universos distintos, a grande maioria participa de uma espécie de processo de “não-identificação”, pois não deixa uma marca pessoal identitária nos seus textos. Estas mulheres, cujos discursos – quer os emotivos, quer os práticos – se afastam da teorização crítica e da intervenção social, parecem entender também que a vida quotidiana em geral (e as suas em particular) não tem interesse público, despersonalizando-se e criando um perfil social de “não-identificação”.

## CONCLUSÃO

Na verdade, os discursos do feminino contidos n’*O Ilhavense* não deixam transparecer uma identidade própria, singular e em oposição ao socialmente instituído, na medida em que o Eu feminino nunca retoma a si livre do Outro masculino. Assim sendo, e nesta fase, importa trazer para a discussão a pergunta que orienta esta investigação: era ou não Ílhavo (na década de 1950) uma sociedade matriarcal?

No que diz respeito à produção escrita no feminino, Ílhavo não era representado como uma sociedade matriarcal. Antes pelo contrário, Ílhavo era representado na imprensa local como uma sociedade marcadamente masculina, onde as mulheres têm pouquíssima voz, estão sujeitas a restrições no espaço de publicação e circunscritas a um conjunto de temáticas que se limitam à envolvimento com a família e com as artes. Todas as restantes atividades críticas ou cívicas, de verdadeira mediação ou intervenção social, estão afastadas do seu universo. Para além disso, estas mulheres adotaram uma identidade assumidamente estereotipada, e que, na grande maioria dos casos, oferece pouca resistência à imposição das estruturas de poder masculinas. A única forma aparente de resistência a estas estruturas é visível apenas quando as mulheres ilhavenses falam sobre a morte e expressam o seu luto de uma forma sóbria, o que contrasta com uma reação emotiva que se poderia esperar nestes casos.

Neste estudo surge uma outra questão pertinente: entrará esta mulher – representada como emotiva e fantasiosa, e também prática e racional – em contraste com um homem lógico, crítico e político? Para responder

a esta questão seria necessária uma análise meticulosa aos textos escritos por homens, algo que este estudo não abrange. Todavia, esta investigação deixa transparecer, no que diz respeito à temática da morte/luto, que tanto homens como mulheres estão num nível de igualdade visível na codificação dos textos – homens e mulheres apresentam uma linha textual lógica e pouco emotiva. Ou seja, a reação socialmente esperada de maior frieza dos homens em lidar com a morte é também partilhada pelas mulheres (o que aqui pode reabrir a discussão da verdadeira autoria dos textos lutosos).

Quando se compara os textos, dentro da mesma temática, escritos por homens e por mulheres, no que diz respeito à “criação literária”, a mulher é mais evasiva, enquanto o homem consegue ter uma forma de expressão mais crítica, deixando transparecer, por exemplo, um carácter moralizador nos contos e uma maior profundidade poética nos poemas. De qualquer forma, as mulheres-autoras – tanto na “criação literária”, como na “morte luto” – caracterizam-se por possuírem, de forma geral, um perfil de “não-identificação”.

De forma mais alargada, as diversas análises/discussões realizadas neste estudo permitiram determinar que *O Ilhavense* oferece uma representação discursiva de um homem socialmente interventivo, racional, moralizador e cuidador, e de uma mulher-objeto, dependente, moral e socialmente vigiada, erotizada (corpo/beleza), cuidadora dos outros e da família, e sem autoridade ou lugar de destaque nas áreas de intervenção social. Este modelo comprova que *O Ilhavense* (na década de 1950) segue aquilo que Rosi Braidotti (2002) apelidou de “lógica do mesmo”. A resolução teórica de Braidotti (2002) para esta problemática passa por encontrar caminhos/perfis alternativos entre o binarismo. Já para Butler (1990, 2004) torna-se fundamental valorizar o sujeito como ser humano, antes de pensá-lo com base na sua diferença de género no âmbito de um qualquer binarismo discursivo.

## FINANCIAMENTO

Este estudo faz parte de uma investigação de doutoramento em Estudos Culturais (Universidades de Aveiro e do Minho), sobre a temática *Relações de poder e identidade(s) de género: a sociedade “matriarcal” de Ílhavo na década de 1950*, financiada, no domínio das Ciências da Comunicação e Informação, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)/POPH/FSE

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (1991). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, J. (2005). O cerco ideológico do Estado Novo à imprensa de «provincia». *Caleidoscópio – Revista de Comunicação e Cultura*, 5/6, 265-300.
- Beauvoir, S. (1977a). *Le deuxième sexe. Les faits et les mythes*, Vol.1. Paris: Éditions Gallimard.
- Beauvoir, S. (1977b). *Le Deuxième Sexe. L’expérience vécue*, Vol.2. Paris: Éditions Gallimard.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (2000). Sobre el poder simbólico. In P. Bourdieu, *Intelectuales, Política y Poder* (pp. 65-73). Buenos Aires: UBA/Eudeba.
- Braidotti, R. (2002). *Metamorphoses: Towards a materialist theory of becoming*. Cambridge, Malden: Polity Press.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Nova Iorque: Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Nova Iorque: Routledge
- Damean, D. (2006). Media and gender: constructing feminine identities in a postmodern culture. *Journal for the Study of Religions and Ideologies*, 5(14), 89-94.
- Foucault, M. (1972). *The Archaeology of knowledge*. Londres: Tavistock.
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber. Organização de Manoel Motta*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis. Editora Vozes
- Guerra, I. (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia Editora.
- Mota-Ribeiro, S. & Pinto-Coelho, Z. (2005). Imagens de mulheres na imprensa portuguesa. In A. Fidalgo et al (Eds.), *Atas do IV Congresso da SOPCOM* (pp. 1941-1951). Aveiro: Universidade de Aveiro. Retirado de <http://revistas.ua.pt/index.php/sopcom/article/view/3333/3093>
- Pereira, M. (2006). Espelho meu, espelho meu: o reflexo social da literatura light. In V. Jorge (Ed.), *Cultura Light* (pp. 169-175). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Retirado de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7602.pdf>

Priest, S. (1996). *Doing media research: An introduction*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Citação:

Maia, S., Baptista, M. M. & Martins, M. L. (2017). Quando a análise de conteúdo “vai mais além”: análise de textos escritos por mulheres n’O Ilhavense. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas*. V *Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 161-184). Braga: CECS.

### **III – RECONSTRUINDO PRÁTICAS E TÉCNICAS**

ALEXANDRE FERREIRA & JEAN MARTIN RABOT  
al.barbosa.ferreira@gmail.com; jmrobot@ics.uminho.pt

UNIVERSIDADE DE AVEIRO E UNIVERSIDADE DO MINHO / CENTRO DE  
ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – CECS, BRAGA, PORTUGAL

# REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA CURRICULAR: O ENSINO SUPERIOR DE MÚSICA EM PORTUGAL

## RESUMO

No âmbito da investigação que será realizada no doutoramento em Estudos Culturais da Universidade do Minho e Aveiro, pretende-se, neste artigo, refletir sobre a formação dos estudantes de música no ensino superior. Através da análise teórica e metodológica de estudos empíricos na área, objetiva-se traçar o melhor caminho para a problematização da tese intitulada: *Cultura Musical e Músicos no século XXI: (re)pensar a formação académica no ensino superior*.

## PALAVRAS-CHAVE

Músicos; ensino superior; currículo

---

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo surge no âmbito de uma pesquisa de doutoramento em Estudos Culturais, com foco no ensino superior de música em Portugal. A discussão que irá ser apresentada trata-se mais de um ponto de partida do que uma meta alcançada, passível de sofrer mutações, tanto a nível teórico como metodológico. Consideramos importante a exposição da problemática por se tratar de um tema com impacto direto na formação académica dos estudantes de música. Falamos, portanto, dos cursos superiores voltados para a formação de instrumentistas, com incidência na música erudita.

O texto dividir-se-á em duas partes: 1) exposição e discussão de estudos empíricos na área; 2) problematização à luz da corrente da pós-modernidade.

O ensino especializado da música (o que é ministrado em academia e conservatórios, bem como em escolas de ensino genérico articuladas com o ensino artístico), de acordo com Vieira (2014), a partir do decreto-lei 310/83, viu a sua oferta e procura crescerem exponencialmente. Esta expansão assenta numa lógica de democratização, permitindo “o início da desmitificação do ensino ‘vocacional’ enquanto percebido como ‘elitista’ ou ‘reservado a vocacionados’” (Vieira, 2014, p. 62). Deste modo, importa saber o que se ensina uma vez que, a maior parte da população ouve diariamente música popular (tradicional, dirigida às massas, entre outras), que passa nas rádios, televisão, internet, em campanhas publicitárias, etc. Este tipo de música carece de legitimidade académica, tanto nos níveis básico, secundário ou ensino superior. Não é reconhecida nem pelo seu valor artístico nem pela sua possível função social.

No século XXI, fala-se de tecnologia, de globalização, de pós-modernidade mas, em que consiste, ou deveria consistir, formar um músico nas sociedades contemporâneas?

## 2. REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Através da análise teórica e metodológica de estudos na área, objetiva-se traçar o melhor caminho para a problematização da tese intitulada *Cultura Musical e Músicos no século XXI: (re)pensar a formação académica no ensino superior*. Os estudos foram selecionados segundo três critérios: (1) submissão a arbitragem científica – por forma a garantir a máxima validade e qualidade de informação; (2) estudos realizados em geografias distintas – permitindo perspetivar o problema a nível global; (3) serem estudos recentes.

O artigo de Vargas (2007) não possui componente empírica. No entanto, a problematização da música erudita portuguesa que é levada a cabo revela-se essencial para a nossa pesquisa. António Pinho Vargas (2007) tem trabalhado a questão da ausência da música portuguesa no contexto europeu. Do seu ponto de vista, a música que é produzida em Portugal, num contexto erudito, não é ensinada nem interpretada. Sendo assim, o poder hegemónico da cultura Europeia resume-se aos países que são, hoje em dia, grandes potências económicas. Portugal é visto como um país periférico do continente europeu e a sua produção em música erudita nunca “foi suficientemente diferente da europeia para se constituir como um ser ‘outro’, nem esteve suficientemente próxima para ser vista como uma sua parte integrante” (Vargas, 2007, p. 50).

No seu artigo, pretende fornecer uma orientação teórica para investigações na área da música erudita. Faz referência ao fenómeno da globalização como um dos aspetos que marcam o tempo corrente, visto tanto historiadores como sociólogos como sinal de uma mudança paradigmática inevitável. Recorre a Boaventura de Sousa Santos para o confronto entre global/local e centro/periferia. Tendo como objeto, na sua pesquisa, a música erudita portuguesa, Vargas (2007) não quer adotar a perspetiva conformista do atraso português no campo da cultura. O pensamento de inferioridade imanente terá de ser combatido com as teorias pós-coloniais que, na visão do autor, são as mais eficazes. Estas teorias surgiram na década de 1980 com os trabalhos de autores como Stuart Hall, Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak. Vargas cita Bhabha para fundamentar a ideia de que as teorias pós-coloniais interferem nos discursos ideológicos da contemporaneidade, com o propósito de se opor aos poderes hegemónicos que classificamos como naturais. Estas teorias dão voz aos que, até então, estavam subalternizados. O autor, neste sentido, considera que a música erudita portuguesa tem sido menosprezada. Uma das causas deve-se à instituição de cânones estéticos hegemónicos e refere que “a ausência da música portuguesa em contexto europeu só pode ser plenamente problematizada se formos capazes de ir para além da canonização da ideia estética” (Vargas, 2007, p. 49).

A investigação de Silva (2012) confronta as delimitações entre popular e erudito no campo artístico, e para tal recorre à sociologia do gosto, proposta por Bourdieu, para analisar estes conceitos. Bourdieu (2007) argumenta que existe uma hierarquização dos gostos e que os consumos que lhes estão subjacentes funcionam como classificadores sociais. Ainda sob o ponto de vista do autor, nas sociedades democratizadas não é possível fazer a distinção entre classes sociais através da superioridade de sangue e, neste sentido, os bens para consumo são valorizados pela sua abundância ou escassez, assumindo um papel de distinção entre as elites. “A ‘estética popular’ define-se em relação às estéticas eruditas e (...) a referência à arte legítima e ao julgamento negativo que ela profere a respeito do gosto ‘popular’ nunca cessa de assombrar a experiência popular de beleza” (Bourdieu, 2007, p. 35).

O estudo de Silva (2012) analisa a relação de gosto musical com o consumo e posteriormente com género. Faz uso de inquéritos por entrevista a alunos do ensino secundário. A amostra compreende 17 alunos. A análise de dados é feita em função de três critérios distintos que se relacionam com a música, a saber: letra, ritmo/batida e estilo/jeito/clima da música. O

autor constata que o critério mais citado é a letra. Relativamente ao género, verificou-se um equilíbrio, apesar de o apelo à dança ser o critério mais citado pelo género feminino, e a instrumentação pelo género masculino. Conclui-se que a música assume um papel importante nas relações interpessoais e por isto o autor defende a implementação do repertório escutado pelos alunos em sala de aula. Não se trata de eliminar os outros géneros musicais, nem de ensinar apenas o que os alunos ouvem. O discurso do educador tem de incentivar o respeito e exploração da diversidade musical, em vez de assumir a existência de uma hierarquia musical (Silva, 2012).

Sobre a canonização estética, VanWeelden (2012) afirma que as orquestras, durante o século XIX, criaram um repertório *standard* e habituaram o público a este cânone. O autor fundamenta o seu argumento com as análises de Weber e Parakilas, e ambos concordam que esta seleção musical se popularizou até ao ponto de ainda hoje ser ouvido em grande parte das salas de concertos. “Atualmente, as pessoas ouvem este repertório não só nas salas de concerto mas também em filmes, televisão, radio, jogos de vídeo, na internet e nos ‘toques’ dos telemóveis” (VanWeelden, 2012, p. 14).

VanWeelden (2012) considera que a incursão tecnológica no campo da música erudita veio destabilizar as linhas que delimitavam os géneros erudito e popular. A autora refere que a música popular sempre esteve ligada a uma lógica de consumo, produzida com objetivos de fruição e enriquecimento na vida diária. Mas, como a própria refere, muitas pessoas ouvem música erudita pela primeira vez através de um produto mediático, um filme por exemplo. Neste caso, o indivíduo tem contacto com estas obras de arte associadas a elementos da cultura popular. Ocorre-nos como exemplo o filme de desenhos animados *A Barbie e o Quebra-Nozes* que usa a obra de Tchaicovsky para musicar o filme. Certamente muitas crianças misturam esses temas no imaginário de músicas populares. Desta forma não há mais barreira entre o erudito e o popular. Os dispositivos tecnológicos, no nosso entender, podem assumir um papel de relevo na transmissão da música erudita para as massas. Mas será que deixa de ser música erudita se isto acontecer? Estas fronteiras fazem sentido em pleno século XXI?

O objetivo do estudo de VanWeelden é perceber que obras do repertório erudito são consideradas músicas populares. O estudo foi aplicado em estudantes do ensino secundário que teriam de fazer uma audição de músicas eruditas pré-selecionadas onde se analisaria: (1) se já tinham ouvido a música antes; (2) onde ouviram; (3) se podiam dizer qual o nome. A amostra compreendia 668 estudantes dos Estados Unidos da América. O repertório escolhido para este estudo foi retirado do *site* Classical Music's

Top 100 Greatest Hits, apesar de não ter fundamentos com bases empíricas. Concluiu-se que há muito repertório da música erudita que é facilmente reconhecido e escutado. Isto revela o impacto que a cultura popular exerce sobre os alunos uma vez que, na maioria dos casos, o repertório foi escutado por ser apropriado e distribuído por meios de comunicação em massa.

Arroyo (2001) reitera que os conservatórios de música, ainda hoje, transmitem a imagem de instituições estáticas, conservadoras, imersas num mundo de preconceitos criados na sua maioria no século XX. Relativamente aos termos popular e erudito, o trabalho de Arroyo adota outras perspetivas teóricas. Refere que estes dois termos sempre foram alvos de polémica. Cita Travassos para indicar que estas classificações foram inventadas por intelectuais, culminando na formação de discursos de poder, que delimitavam as práticas musicais. A autora argumenta que o termo música popular está mais conetado a uma esfera de consumo e bem cultural. Arroyo (2001, p. 60) diz que “no conservatório, música popular significa tudo o que não é erudito”.

Os conceitos basilares para a pesquisa desta investigadora ligam-se à antropologia, tendo como base teórica referencial antropológica-interpretativo-reflexivo. O estudo foi aplicado numa escola, mais propriamente num conservatório de música na Uberlândia, no estado de Minas Gerais. A autora procurou entender a relação entre música e aprendizagem e parte para a pesquisa com o objetivo de evidenciar as representações sociais que estão associadas a cada um dos “azeres musicais”. O método de pesquisa definido por Arroyo foi a etnografia. As técnicas utilizadas compreenderam a “observação participante, entrevistas abertas, diários de campo, gravações em cassete e vídeo, fotos e análise de documentos” (Arroyo, 2001, p. 61). A autora conclui que o conservatório é procurado por alunos de diversos contextos culturais e que nem sempre estão em sintonia com as tradições eurocêntricas enraizadas.

O estudo de Arroyo é particularmente interessante para nós porque se centra na representação que a música popular tem no seio do conservatório. Relata experiências de jovens que tinham contacto com a música através da rádio, de cantar e dançar de forma amadora. Quando um deles tomou como opção o teclado e a guitarra estava certo que iria encontrar música popular, como diz Arroyo. Acontece que, quando o jovem se apercebeu do sistema de ensino baseado na tradição da música erudita, viu as suas expectativas defraudadas. Concluiu-se também que a introdução de música popular no conservatório se deveu à pressão exercida pelos alunos, provocando um abrandamento na evasão dos mesmos.

Nompula (2011) repara que na África do Sul tanto etnomusicólogos, sociólogos, como educadores, não têm dado a devida importância à música da população indígena. Segundo a autora, os educadores musicais da África do Sul são consensuais em atribuir o mesmo valor e legitimidade à música indígena africana quando comparada com a tradição musical ocidental. Relativamente ao currículo praticado nas escolas da África do Sul, Nompula constata a quase inexistência de material com matriz africana. A música ocidental continua a assumir um papel dominante no ensino. A autora considera inapropriado manter a cultura musical africana subalternizada num país democrático que apela à igualdade, integração e diversidade cultural.

A pesquisa refere que a música africana no regime pré-democrático não era valorizada e estava ligada às classes sociais mais desfavorecidas. A par disto, a música de tradição europeia instalava-se nos currículos das escolas com carácter dominante, sem dar espaço a outras formas de música, nomeadamente a música indígena. Sendo assim, mesmo as escolas que só possuíam alunos indígenas apenas aprendiam as tradições musicais europeias. Consequentemente, estes mesmos alunos cresciam com a ideia de que a tradição musical ocidental era a única forma válida de fazer música. Nompula reitera que os alunos africanos eram impedidos de conhecer a sua própria tradição musical, sendo mesmo incapazes de reconhecer auditivamente as músicas da sua cultura. Nompula cita Blacking pela sua perspectiva de que cada cultura tem os seus próprios sons e afinação, e que todos são aceites como música. Para o povo indígena, o que é considerado como música varia consideravelmente do que é considerado música na Europa. “Isto significa que a afinação da música indígena pode soar mal para os ouvintes enraizados na tradição europeia e em contrapartida soar afinado para um indígena” (Nompula, 2011, p. 371).

Para salientar a pertinência da música africana nas instituições de ensino, a autora referencia Nketia ao afirmar que a cultura africana dá muita ênfase à música, tornando-se um importante meio de comunicação com o mesmo valor da linguagem. É uma língua cantada e, tal como acontece no mandarim, a entoação e o ritmo fazem parte do significado das palavras. Na transmissão de cultura, a música assume um papel de relevo, onde as letras associadas às melodias relatam episódios históricos que adquirem significado para as crianças que se envolvem nas performances destas canções (Wright citado por Nompula, 2011).

O estudo realizado por Nompula teve como intervenientes alunos pertencentes a uma comunidade na África do Sul chamada *Xhosa*, que

falam uma língua própria, e uma turma de 5º grau que aprendia música baseada na tradição eurocêntrica. A amostra perfazia um total de 40 alunos, 20 pertencentes à comunidade *Xhosa* e outros 20 denominados europeus. O grupo *Xhosa* recebeu formação apenas com canções para crianças da tradição musical da comunidade, acompanhados com instrumentos originais. Nompula organizou a formação, incluindo danças tradicionais, canto em modo antifonal (alternância de vozes entre dois coros) e improvisação. Para além disto, a autora explorou os valores da música indígena na sociedade. O outro grupo de estudantes recebeu formação com músicas tradicionais europeias para serem cantadas e acompanhadas com instrumental Orff (xilofones, metalofones, pequenos instrumentos de percussão de altura indefinida), incluindo movimentos corporais.

Nompula constatou que os alunos fazem a sua iniciação musical aprendendo músicas de tradição europeia e músicas tradicionais africanas com tradução das letras em inglês. Os resultados deste estudo dizem que os alunos *Xhosa* consideraram a improvisação desafiante e ao mesmo tempo empolgante. No início do estudo, a autora relata as dificuldades sentidas no exercício de improvisação devido à educação musical prévia que não foca a criatividade. Preconiza que a improvisação ajuda os alunos a reterem padrões rítmicos e melódicos mais facilmente. Os alunos do grupo *Xhosa* expressaram gratidão por terem participado no estudo e por lhes ter sido dada a oportunidade de contactarem com a sua própria cultura.

Considero ser pertinente aplicar um estudo desta natureza à realidade portuguesa e verificar em que medida os nossos currículos estão imersos na tradição europeia, entendendo-se que Portugal é visto como um país periférico.

Contudo, não é só na área da música que a tradição eurocêntrica persiste. Segundo McCarthy-Brown, também nos currículos das instituições de dança dos Estados Unidos da América se verifica que não há uma preocupação com a diversidade cultural que o país representa. Insiste-se nos cânones estéticos europeus, apesar de constar na carta educativa a promoção e integração de diferentes culturas e tradições culturais. Este discurso parece ter a intenção de banir o currículo europeu e sobre isso a autora diz o seguinte: “isto não quer dizer que as formas de dança ocidentais devam ser erradicadas das nossas instituições. Simplesmente quer dizer que as outras formas de dança devem ter oportunidade para crescer e obter legitimidade académica” (McCarthy-Brown, 2014, p. 126).

A autora começa por demonstrar que os currículos dos departamentos de dança, nos Estados Unidos da América, possuem uma base

dominante da tradição e formas de dança ocidentais. Para justificar a inadequação desta situação, recolhe os dados dos censos de 2013 que reportam para uma sociedade que vislumbrou um aumento exponencial da população negra, bem como de outras etnias, tornando-se um dos países com maior esfera multicultural. McCarthy-Brown argumenta que o sistema educativo, sobretudo nos departamentos de dança, deve ser mais inclusivo e eliminar os discursos de poder adjacentes a determinadas formas de dança.

O objetivo principal do seu trabalho foi perceber e avaliar a diversidade cultural presente, ou não, nos currículos dos departamentos de dança nos Estados Unidos da América. Serviu-se dos documentos que descreviam a missão das instituições e os seus objetivos sociais e educativos – os chamados *mission statements*. A autora refere que é comum ver nos *missions statements* a preocupação com a diversidade cultural, mas o que acontece na prática é a continuação da adoção de uma só estética monocultural.

Em 2010, a autora conduziu um estudo sobre diversidade cultural em três departamentos de dança do ensino secundário. Foram selecionadas uma escola na costa oeste, outra na costa este, e uma no centro. Neste processo pôde constatar, mais uma vez, que inúmeras escolas apregoam uma formação multi e intercultural, apesar dos currículos estarem baseados nos modelos europeus. “Cada um destes departamentos tem uma oferta de cursos de dança fora da tradição europeia. Contudo, dois em cada três departamentos possuem uma hierarquia evidente” (McCarthy-Brown, 2014, p. 126). Do ponto de vista da autora, a obtenção dos graus académicos está organizada de forma a privilegiar as formas de dança com base ocidental. Um dos exemplos é este: atribuir mais créditos às formas de dança ocidentais e menos às restantes. A análise dos dados revelou que os currículos dos departamentos estão estritamente baseados na cultura eurocêntrica e por isso estão desatualizados e antiquados. Apesar da maioria dos departamentos de dança centralizar os seus currículos na tradição ocidental, o paradigma começa a alterar-se pela intervenção ativa dos alunos em querer aprender outros géneros. No entanto, a autora repara que ainda não se conseguiu com que a oferta de cursos de dança não ocidentais aumentasse.

### 3. PENSAR O CURRÍCULO NA PÓS-MODERNIDADE

#### 3.1 A MÚSICA E A PÓS-MODERNIDADE

Na obra *A Condição Pós-Moderna*, Lyotard (1989) propõe que a pós-modernidade veio acabar com os discursos legitimadores. Na cultura a

que o autor chamaria de pós-moderna, o saber científico ganha importância, não tanto na formação, mas na sua instrumentalização para o mercado, para a eficácia, direcionado para a performance. Os Estados-nação batalham hoje, na era das novas tecnologias, por informação ao invés de território (Lyotard, 1989).

Uma das máximas da pós-modernidade, aplicada no discurso científico, é a eficiência. Quanto mais eficiente for melhor. “Trata-se de jogos cuja pertinência não é nem o verdadeiro, nem o justo, nem o belo etc., mas o eficiente: um ‘acto’ técnico é ‘bom’ quando realiza melhor e/ou quando gasta menos que outro” (Lyotard, 1989, p. 91). O poder está na base da produção científica. “Não se pagam sábios, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poderio” (p. 95). No seguimento desta linha de valorização da performance, é natural que as disciplinas intimamente ligadas com as novas tecnologias cresçam exponencialmente, tanto em termos investigativos como de valorização académica. As universidades são “solicitadas a formar competências em vez de ideias” (p. 99). Lyotard é claro quando diz que a obsessão pela performatividade torna as instituições de ensino superior escravas dos poderes.

Maffesoli (2007), na obra *O ritmo da vida*, fala também sobre a recusa dos discursos legitimadores – discursos de poder – que caracterizam a modernidade, e que se tornaram obsoletos nas sociedades pós-modernas. Afirma que não devemos esperar que todo o nosso pensamento receba a bênção dos intelectuais, nem que isso signifique o rompimento com o poder institucionalizado, “o pensamento só é interessante quando é perigoso” (Maffesoli, 2007, p. 13).

O nomadismo existencial, descrito por Maffesoli, é a chave para o entendimento da sociedade pós-moderna onde o indivíduo usa várias máscaras, interpreta várias personagens, move-se e pertence a várias tribos, unidas por um sentimento comum. Pensar em música na pós-modernidade é olhar com naturalidade para tribos que se unem sobre determinado género musical, independentemente da sua ligação com as elites intelectuais. De acordo com Maffesoli (1998), as sociedades pós-modernas rejeitam o individualismo e o indivíduo “senhor de si mesmo e de sua história” (p. 14). Apela antes para uma identidade que não é única, onde surge a *persona*, uma máscara social que cada um possui para a socialização. O indivíduo assume várias identidades, vários “eus”. As teias de significados partilhados são a matriz para o entendimento social. “Não se trata mais da história que construo, contratualmente associado a outros indivíduos racionais, mas a um mito do qual participo” (Maffesoli, 1998, p. 15).

Além disso, para o autor, a arte não se resume às obras culturais e ainda menos às obras eruditas. Aliás, para o autor, é a vida quotidiana, no seu conjunto, que é uma obra de arte: “é, portanto, a partir de uma arte generalizada que se pode compreender a estética como faculdade de sentir em comum” (Maffesoli, 1998, p. 28).

Para Harvey (1989), o pós-modernismo caracteriza-se pela efemeridade, o fragmentário. Segundo o autor, a pluralidade é “a ideia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com a sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima” (p. 52). Também Rabot (2009) corrobora a ideia de um entendimento da socialidade pelo reconhecimento das pequenas identidades grupais. A produção artística não ficará incólume às mudanças na sociedade vigente.

Os artistas pós-modernos, segundo Lyotard (1993), não seguem regras estilísticas pré-estabelecidas, nem procuram que as obras sejam apreciadas por valores estéticos unos. Ao contrário, as obras de arte são responsáveis por criar as próprias regras, tanto de produção como apreciação estética. Este pensamento pode chocar com os padrões estéticos que vigoram nas academias.

Segundo Frith (1996), foi no século XIX que se tentou argumentar que a arte devia ser intemporal, onde houve uma tentativa de objetificar toda a arte, incluindo as artes performativas. A performance foi alvo de objetificação através da repetição exaustiva das obras, anulando a sua natureza de imprevisibilidade. Posto isto, os conservatórios de música, que surgiram também no século XIX, ao impregnar estes conceitos, deram origem, por sua vez, a que estas instituições de ensino surgissem com cânones interpretativos bem delimitados. Silva (2012) infere que os conservatórios apreçoam ser os detentores do ensino de excelência da música, assumindo-se como referência para a escolha de repertório e metodologia, ou seja, uma metanarrativa totalizante de legitimação musical.

Compreendemos que, no limite, as academias têm um conceito de formar e ser um músico muito diferente do que é valorizado pelo público consumidor. Provavelmente nenhum dos dois está completo, e se é que isso é possível, serão porventura interdependentes. As estrelas da música *pop*, por exemplo, são adoradas pelo público leigo, como Mozart para os eruditos. Assim, consideramos que é tempo de aproximar as instituições que se dedicam ao estudo da música com a realidade social, com a realidade dos seus alunos.

Maffesoli (2007, p. 41) declara que os deuses pós-modernos são seres que vivem e sentem como os humanos, estando mais próximos deles,

“que vivem as paixões, os amores, as baixeiras e as exaltações de qualquer um”. Como o próprio diz, vive-se o agora, os prazeres, as emoções. Pense-se nos grandes festivais de música pelo mundo, capazes de juntar milhares de pessoas que veem na música, entre outras coisas, um denominador comum, uma identificação e legitimação da sua identidade. Admira-se quase com estatuto divino astros da música *pop* ou *rock*. As suas canções falam, geralmente, dos problemas triviais do ser humano, das suas odisséias amorosas, da trivialidade em vez da erudição.

É neste espírito pós-moderno que a música também se adapta, recusando o individualismo, a procura pela perfeição. Hoje a música significa comunhão, partilha de emoções, elemento agregador das tribos sociais. O pensamento *maffesoliano* remete-nos para o perigo de continuarmos a formar músicos numa lógica desconectada da sociedade hodierna, insistindo numa cultura musical elitista que tende a recusar as manifestações populares. Há uma vontade de romper com tudo aquilo que era tido como certo, um desapego “em relação a todos os pensamentos e instituições estabelecidos, e ardor nas experiências e anomias de todas as naturezas” (Maffesoli, 2007, p. 50). Como o autor ressalta, o meio social, a tribo, influenciam o indivíduo a vários níveis. Quer queiramos quer não, todos pertencemos a um grupo social. A “sociedade musical”, em nosso entender, organiza-se da mesma forma. Existem vários géneros musicais, cada um deles com discursos de legitimação diferentes, interagindo uns com os outros de forma mais ou menos pacífica.

Sendo consensual que a música se funde, por um lado, com o deleite estético, por outro, na pós-modernidade, assume simbologias e protagonismos associados a identidades tribais. “É o que vamos encontrar também na música ‘techno’, constituída de pedaços (samples) variados, momentos intensos que suscitam, como sabemos, êxtases, saídas de si mesmo, cuja característica essencial é efetivamente a fusão grupal” (Maffesoli, 2007, p. 82).

Se na modernidade o Eu era encarado na esfera do individual, na pós-modernidade todo o indivíduo depende do Outro para a sua existência, “em suma, nada é substancial. Tudo é dependente ou interdependente” (Maffesoli, 2007, p. 112). Deste modo, será possível fazer um paralelismo com a música na medida em que todos os géneros, desde os mais urbanos e populares aos mais eruditos, estabelecem uma relação de interdependência entre eles.

Frith (1996) propõe-se a analisar a música na pós-modernidade como uma metáfora da identidade. Argumenta que cada grupo social só se

reconhece como tal através da sua produção cultural que o liga em termos identitários. É, no fundo, aquilo que diz quem eles são, tanto como indivíduos como grupo. “Fazer música não é uma forma de expressar ideias; é uma forma de as vivenciar” (Frith, 1996, p. 111). No que à experiência estética diz respeito, o autor preconiza que não há diferenças significativas entre a música erudita, entendida como alta cultura, e a música de “baixa categoria”. Frith (1996) acredita que cada género musical produz a sua própria identidade. A diferença entre alta e baixa cultura, como o próprio assinala, não se percebe pelo gosto de determinados grupos mas antes pelo seu efeito nas atividades sociais. “A apreciação musical é, pela sua natureza, um processo de identificação musical, e a resposta estética é, implicitamente, um acordo ético” (p. 114). A distinção entre alta cultura e cultura de massas, de acordo com o autor, continua bastante presente na pós-modernidade. Não tem que ver com o objeto de arte em si, mas antes com a percepção que é feita do mesmo. A primeira incide numa percepção intelectual ao passo que a segunda é de fácil entendimento e consumo.

Analisar a música na pós-modernidade passa por questionar estas fronteiras, por discutir a produção cultural popular admitindo o seu valor intelectual e artístico. Frith (1996) conclui que a música, na pós-modernidade, não se preocupa com a interpretação dos seus significados, é a identidade, transformada em formas discursivas, que necessita ser decodificada. “A identidade é produzida na performance” (p. 115). Interessa saber o porquê de, na atualidade, ainda estarem tão presentes as fronteiras entre arte de elite e arte do povo.

Frith (concorda que a música de origem popular carece de legitimidade académica por estar associada a fins utilitaristas e funcionais, ao passo que a música “alta” transcende essa dimensão do social: “a música é, assim, a forma cultural mais capaz de atravessar fronteiras – os sons atravessam cercas, muros e oceanos, classes sociais, raças e nações – e definir locais; (...) estamos apenas onde a música nos leva” (Frith, 1996, p. 125).

O músico na pós-modernidade assumirá um papel camaleónico, uma versatilidade constante. Como formar um músico na contemporaneidade?

### 3.2 FORMAÇÃO DO MÚSICO NA PÓS-MODERNIDADE

Na primeira parte verificou-se que o currículo eurocêntrico assume ainda hoje um papel predominante. Interessa saber o que sustenta a formação académica nesses moldes.

O trabalho de Nascimento (2010) emerge na temática do pós-moderno na música. Para o autor, é importante esclarecer como se caracteriza

o modernismo, à luz dos escritos pós-modernos, para entender a transição e diferenças entre eles. O modernismo musical é caracterizado pela sobreposição de tonalidades (politonalismo, polimodalismo), atonalidade (ausência de tonalidade), dodecafonismo e serialismo. “À época em que surgiram essas ‘técnicas’, sua representação estética denotava a intenção de rompimento e superação do ‘passado tonal’, mediante o uso de novas formas de organizar o material sonoro” (Nascimento, 2010, p. 68). Portanto, uma incessante busca pelo que é novo. O autor destaca a obra de Hanslick, *O Belo Musical*, que deu origem à chamada teoria formalista da música, contagiando toda a apreciação estética musical durante o século XX. Hanslick (1994), brevemente citado, advoga que o belo musical, do ponto de vista estético, pode ser encarado apenas pela sua forma. Refere que a música primeiramente desperta sensações (ex.: frio, calor etc.), e essas, podem posteriormente despertar sentimentos (ex.: melancolia, euforia) mas não necessariamente. Hanslick afirma que a arte dos sons sempre esteve mais ligada aos sentimentos do que qualquer outra forma de arte, como a pintura ou arquitetura. No entanto, não aceita este preceito: “toda a verdadeira obra de arte se estabelecerá numa qualquer relação com o nosso sentir, mas nenhuma numa relação exclusiva” (Hanslick, 1994, p. 16).

Stravinsky, um compositor russo do século XX, revela influências do pensamento formalista proposto por Hanslick, tanto a nível composicional como reflexão crítica. (Nascimento, 2010). Este compositor, falecido não há muito tempo (1971), dá-nos conta da atualidade do pensamento formalista nos nossos dias.

Envolto na conceção formalista da música, nasce, então, a ciência que tratará dos aspetos puramente musicais – a musicologia. Dentro desta área surgem disciplinas como história da música ou análise das técnicas de composição, implementadas nos conservatórios desde o século XIX, “com o objetivo de disseminar a compreensão sistemática de como essas obras orgânicas funcionam” (Nascimento, 2010, p. 86). As unidades curriculares que ainda hoje permanecem na maioria dos cursos superiores de música. Mas há quem faça críticas à abordagem feita por estas disciplinas. Green (2005) preconiza que a musicologia se tem dedicado sobretudo à análise do texto musical, geralmente à partitura, excluindo a sua função social nas mais diversas vertentes, como o entretenimento, geração de lucros, simbologias e significados, entre outros:

parece justo sugerir que os musicólogos têm nos últimos anos dispensado tempo com a noção de autonomia musical, que se tornou não mais do que uma etiqueta pejorativa

para expor o elitismo de quem atribui superioridade à alta cultura e à música clássica, contra a inferioridade da cultura de massa e popular, ou qualquer outra forma de música vernacular. (Green, 2005, p. 1)

Também Carvalho (1991) advoga que a musicologia se tem mantido resistente às questões sociais da música pelo medo “que a musicologia se torne sociológica” (p. 4). Mas é precisamente a dimensão social e humana que parece faltar no currículo do ensino superior, apesar de ser incluída, em alguns casos, a disciplina de sociologia da música, que para Adorno (2009) atua mais com seres humanos do que com a música propriamente dita. Carvalho (1991, p. 6) cita Kurt Blaukopf para explicitar a missão da sociologia da música: “promover, juntos dos musicólogos, a tomada de consciência da relevância do social na música e desaparecer à medida que as disciplinas musicológicas tradicionais (História, Estética e Análise) absorvessem a perspetiva sociológica”.

Parecendo que defendemos a irradicação destas disciplinas do currículo, que não é absolutamente verdade, é de salientar a importância que assumiram para o reconhecimento académico da música. Do ponto de vista de Kivy (2002), ainda não existiu uma cultura sem a sua música, ela “penetra no nosso sangue e ossos” (p. 10). De facto, de acordo com o autor, o reconhecimento académico da música floresceu na primeira metade do século XIX com a criação, por parte dos cientistas musicais, de disciplinas que se dedicaram ao estudo da história da música ocidental. Consequentemente, a filosofia da música, uma vez assumida a importância das práticas musicais na vida do ser humano, ganhou relevância graças ao trabalho prévio dos musicólogos e etnomusicólogos. Foi de extrema importância separar a música das chamadas *fine arts* (termo criado no século XVIII) uma vez que se tratava do parente mais pobre deste grupo (Kivy, 2002).

É certo que um instrumentista deve preocupar-se com as suas qualidades performativas e, naturalmente, dedicar muito tempo ao estudo individual do instrumento. Auh & Shin (2014) mencionam que a ideia-chave que apoia a performance musical é a seguinte: a música deve transmitir emoções. Segundo os autores, as performances realizadas por alunos que têm formação nos conservatórios são, na sua maioria, emocionalmente desconexas. Argumentam que tal facto se deve à falta de um ensino que aborde os aspetos históricos e culturais das obras, enfatizando apenas nos aspetos técnicos dos instrumentos. Dizem ainda que interligar a composição musical com outras áreas do saber, é essencial para o entendimento global do processo de criação.

Outra das críticas ao currículo musical tem que ver, por exemplo, com a sua tendenciosidade no relato da história da música. Acosta (1985) reitera que a música que não siga os padrões ocidentais, “cultos”, é considerada exótica. É o caso da música chinesa, africana, entre outros. No entanto, compositores do século XIX, como Debussy ou Tchaikovsky, usaram matrizes musicais não-europeias para a composição das suas obras. O autor revela que essas matrizes eram usadas como documentos de culturas “exóticas” passíveis de ser apreciadas esteticamente quando apropriadas pelos compositores europeus.

A pós-modernidade na música é já retratada por alguns autores, sendo possível apontar algumas das suas características a partir da obra de Nascimento (2010, p. 1): 1) rejeição do historicismo moderno – assiste-se ao fim das ideias progressistas de desenvolvimento e da procura pelo novo, a vanguarda, substituídos agora pela repetição e citação de elementos estilísticos e históricos, sem necessidade de coerência histórica ou cronológica; 2) gosto pelo ecletismo – “se um progresso histórico nas técnicas de composição não é mais importante e não existe a cobrança de uma coerência histórica e contextual, a convivência de estilos anteriormente excludentes se torna possível” (Acosta, 1985, p. 95).

A música contemporânea não pode ser compreendida como a evolução e inovação da música erudita. Não existe mais o apelo às vanguardas e todas as manifestações musicais, na pós-modernidade, têm o seu espaço e importância. Instruir um músico com os valores da modernidade é o mesmo que dizer que só a alta cultura tem legitimidade académica e que a música vale apenas pela sua forma, portanto, deve ser apreciada pelos seus aspetos “puros”. Sendo um facto que as sociedades têm alterado o seu comportamento, chamando-lhe pós-modernidade ou não, o currículo no ensino superior de música em Portugal parece não acompanhar essas mutações. Veja-se, por exemplo, que a Unesco classificou o fado como património cultural imaterial da humanidade. É possível que algumas universidades portuguesas ministrem os seus cursos em música sem fazer referência, de forma pertinente e esclarecedora, a esse legado da música portuguesa. O mesmo se verifica na abordagem das novas tecnologias. Apesar de, a título de exemplo, no *site* da Universidade do Minho poder ler-se: “partindo de um sólido e eclético tronco comum, a Licenciatura em Música proporciona através de um corpo docente de referência uma formação fortemente especializada em Instrumento”.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Retirado de <http://www.musica.ilch.uminho.pt/Licenciatura/acesso.html>

Falamos maioritariamente de um ensino formal da música. No entanto, não poderemos esquecer o ensino informal. Green (2005) enuncia então as principais diferenças do ensino informal e formal da música: no ensino informal, os estudantes escolhem a música por eles próprios ao passo que, no ensino formal, o repertório é ditado geralmente pelo professor. A aprendizagem é feita por ouvido em vez de seguir uma partitura ou instruções técnicas para a interpretação. A aprendizagem informal é normalmente feita em grupo, contrastando com o ensino formal individual. O primeiro incide mais na criatividade e o segundo na reprodução. Pensamos, de facto, que o ensino informal poderia trazer benefícios para os estudantes do ensino superior na promoção da criatividade que parece deficitária.

Como Smart nos diz, se é nosso propósito viver a pós-modernidade, “então é necessário que respondamos de forma positiva e imaginativa, à perspetiva de vivermos *sem* seguranças, garantias ou ordem e *com* a contingência e a ambivalência” (Smart, 1993, p. 125). Um currículo diversificado, que promova a formação mais abrangente possível, ajudará certamente na perceção da música como um todo, sem reservas a determinados géneros.

#### 4. CONCLUSÃO

Tendo por base as investigações apresentadas na primeira parte, concluímos que os currículos eurocêntricos estão, ainda hoje, muito presentes em geografias distintas, no caso: Estados Unidos da América, África do Sul, Brasil e Portugal. Na pós-modernidade, os indivíduos identificam-se com diferentes géneros musicais. No entanto, a formação oferecida parece não relevar essas questões e confina-se aos cânones estabelecidos há séculos atrás. Como Vargas (2007) concluiu, Portugal, ainda que integre o continente europeu, é marginalizado na sua produção de música erudita e acreditamos que se isto se verifique noutras áreas.

Ao problematizar a ausência de música popular portuguesa nos currículos, seria interessante aplicar um estudo semelhante ao de Nompula (2011), para evidenciar a pertinência destas questões num país que à partida está confortável com o currículo eurocêntrico. Talvez Portugal viva à margem da “cultura europeia”.

Parece-nos também adequado aplicar um estudo similar ao de McCarthy-Brown (2014), uma análise dos projetos educativos e currículos. Reconhecemos que nos últimos anos se tem assistido a um aumento das performances de música erudita. Contudo, o fado, que faz parte da identidade

musical do país, continua à margem das academias. Será que é característica do fado ser marginal? Para além do fado, o que estará mais a faltar na formação dos músicos? Quem sai formado em música afinal sabe o quê de música?

O conceito de pós-modernidade é abraçado pelos Estudos Culturais e, portanto, é uma opção teórica que ajudará a nortear a pesquisa. Isto porque muita da produção musical contemporânea está em conformidade com o que os autores vão discutindo e caracterizando sobre o mundo pós-moderno. Outra das razões prende-se com o facto da tradição musicológica se basear nos cânones hegemónicos eurocêntricos, típicos da modernidade.

Mattelart e Neveu mencionam que os Estudos Culturais se aproximam dos grupos sociais, sobretudo das classes populares, para compreender como se estabelecem as relações na sociedade. São, de acordo com os autores, uma “antidisciplina”, e recusam, portanto, as fronteiras entre as disciplinas clássicas (história, filosofia), querendo “combinar os contributos e as problemáticas oriundos de saberes misturados” (Mattelart & Neveu, 2006, p. 9). O apelo à interdisciplinaridade na “tradição” dos Estudos Culturais permitirá pensar de forma mais eficaz num currículo que reconheça a diversidade musical e a promova na formação dos músicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acosta, L. (1985). *Música e descolonização*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Adorno, T. (2009). Tipos de comportamento musical. In F. E. D. UNESP (Ed.), *Introdução à Sociologia da Música* (pp. 55-85). São Paulo.
- Arroyo, M. (2001). Música popular em um conservatório de música. *Revista da Abem*, 6, 59-67.
- Auh, Y. & Shin, Y. S. (2014). Disigning an interdisciplinary learning environment for conservatory students: using the liberal arts to expand education and better support performance interpretation. *International Journal of Contents*, 10(2), 1-8. doi:<http://dx.doi.org/10.5392/IJoC.2014.10.2.001>
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk.
- Carvalho, M. V. d. (1991). Sociologia da música. Elementos para uma retrospectiva e para uma definição das suas tarefas atuais. *Penélope Fazer e Desfazer a História*, 6, 11-19.

- Frith, S. (1996). Music and identity. In S. Hall & P. D. Gay (Eds.), *Questions of Cultural Identity* (pp. 108-127). Londres: Sage Publications.
- Green, L. (2005). *Meaning, autonomy and authenticity in the music classroom*. Londres: Institute of Education, University of London.
- Hanslick, E. (1994). *Do belo musical*. Lisboa: Edições 70.
- Harvey, D. (1989). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Kivy, P. (2002). *Introduction to a philosophy of music*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Lyotard, J.-F. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- Lyotard, J.-F. (1993). *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote.
- Maffesoli, M. (1998). *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Maffesoli, M. (2007). *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Mattelart, A. & Neveu, É. (2006). *Introdução aos cultural studies*. Porto: Porto Editora.
- McCarthy-Brown, N. (2014). Decolonizing dance curriculum in higher education: once credit at a time. *Journal of Dance Education*, 14 [National Dance Education Organization], 125-129. doi:10.1080/15290824.2014.887204
- Nascimento, J. P. C. d. (2010). *Abordagens do pós-moderno em música: A incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo*. São Paulo: UNESP Editora.
- Nompula, Y. (2011). Valorizing the voice of the marginalised: exploring the value of African music in education. *South African Journal of Education*, 31(EASA), 369-380.
- Rabot, J. M. (2009). O que é a pós-modernidade? In Z. Pinto-Coelho (Ed.), *Não Poupes no Semear: Trinta Anos de Comunicação, Aníbal Alves* (pp. 79-94). Coimbra: Pé de Página.
- Silva, R. R. d. (2012). O que faz uma música “boa” ou “ruim”: critérios de legitimidade e consumos musicais entre estudantes do ensino médio *Revista da Abem*, 20(27), 93-104.
- Smart, B. (1993). *A pós-modernidade*. Lisboa: Europa América.

- VanWeelden, K. (2012). Classical music as popular music: Adolescents' recognition of western art music. *National Association for Music Education*, 31, 14-24. doi:DOI: 10.1177/8755123312457883
- Vargas, A. P. (2007). A ausência da música portuguesa no contexto europeu: Uma investigação em curso. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 47-69. doi:10.4000/rccs.754

## OUTRAS REFERÊNCIAS

- Portal do Departamento de Música. Licenciatura em Música. Retirado de <http://www.musica.ilch.uminho.pt/Licenciatura/acesso.html>
- Vieira, M. H. G. L. (2014). “Passado e presente do ensino especializado da música em Portugal: E se explicássemos bem o que significa “Especializado”?” Comunicação apresentada no I Encontro do Ensino Artístico Especializado da Música do Vale do Sousa - Do Passado ao Presente Impressões e Expressões, Biblioteca Municipal de Amarante.

### Citação:

Ferreira, A. & Rabot, J. M. (2017). Reflexões sobre a prática curricular: o ensino superior de música em Portugal. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 186-204). Braga: CECS.

JOÃO GONÇALVES, SARA PEREIRA & MARISA TORRES DA SILVA  
id5322@alunos.uminho.pt; sarapereira@ics.uminho.pt; marisatorresilva@hotmail.com

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - CECS / UNIVERSIDADE DO  
MINHO, BRAGA, PORTUGAL / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, LISBOA, PORTUGAL

# MEDIR O AGENDA-SETTING NOS COMENTÁRIOS DOS LEITORES ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2015

## RESUMO

O presente estudo propõe o uso dos comentários dos leitores como objeto para medir os fenómenos de *agenda-setting*. A análise de frequência de palavras é o método escolhido para operacionalizar a avaliação do *agenda-setting*. O método proposto foi testado numa amostra de 741 artigos e 52.064 comentários do jornal *Expresso*, que englobam um período de cinco semanas entre 4 de setembro e 10 de outubro de 2015. A análise de frequência de palavras permitiu não só avaliar quais os temas abordados pelo jornal que mais ecoaram nos comentários, mas também estudar o processo inverso, ou seja, quais os temas abordados pelos comentadores que foram sub-representados nas notícias.

## PALAVRAS-CHAVE

*Agenda-setting*; comentários dos leitores; frequência de palavras; eleições legislativas

---

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação permite explorar novos caminhos de investigação nas ciências sociais. Estes podem implicar a criação de novas técnicas de recolha e análise, a génese de áreas de investigação ou o revisitar de teorias consolidadas. No presente capítulo, propõe-se uma nova forma de estudar os fenómenos de *agenda-setting*, recorrendo à análise de frequência de palavras nas notícias e nos comentários dos leitores publicados no *website* do jornal *Expresso* durante as eleições legislativas portuguesas de 2015.

Pretendemos que este trabalho seja uma “prova de conceito” para o método proposto, demonstrando a viabilidade da sua aplicação. Nesse

sentido, levamos a cabo quatro exercícios de análise que exploram diferentes vertentes do estudo do *agenda-setting*. Estes exercícios ilustram o potencial da análise de frequência de palavras, mas destacam também algumas limitações que não devem ser descuradas. O foco da nossa reflexão é quase exclusivamente metodológico, embora esta se integre num projeto de doutoramento mais abrangente que procura estudar a articulação entre o discurso dos políticos, o tratamento e discurso jornalístico e o discurso dos públicos, aqui representados pelos comentadores. Assim, este capítulo não ambiciona apresentar conclusões sobre o contexto específico das legislativas, uma vez que esse trabalho será realizado noutros espaços, reforçando-se com métodos que complementem a frequência de palavras.

## 2. UMA BREVE HISTÓRIA DO AGENDA-SETTING

Há mais de 40 anos, McCombs e Shaw (1972) demonstravam o papel central assumido pelos média na definição dos temas mais importantes para os votantes nas eleições presidenciais norte-americanas de 1968. No seu célebre estudo de Chapel Hill, os autores cruzaram os resultados de 100 entrevistas a eleitores com uma análise de conteúdo aos meios de comunicação de massas de informação política a que os indivíduos tinham acesso. Os dados recolhidos por McCombs e Shaw, apresentando correlações muito elevadas, sustentam a hipótese da existência da função de *agenda-setting* dos média, ou seja, que o conteúdo da agenda mediática determina o conteúdo da agenda pública.

A preponderância dos média na influência da agenda dos públicos é desde logo preconizada por Walter Lippmann (1922) no início do século XX e mais tarde por Cohen (1963) que afirma: “a imprensa pode não ter muito sucesso na maior parte do tempo a dizer aos leitores o que pensar, mas é extraordinariamente bem sucedida a dizer-lhes sobre o que pensar”. Desde de que McCombs e Shaw cunharam o termo *agenda-setting*, a hipótese tem sido desenvolvida e expandida por vários autores<sup>1</sup>. Funkhouser (1973), que também está na génese do estudo do fenómeno, explorou o nível macro de análise, cruzando resultados de inquéritos de opinião pública na década de 60 nos Estados Unidos com o conteúdo de três revistas semanais de informação. Iyengar e Kinder (1987) abordaram a questão a partir do nível micro, testando a teoria recorrendo a experiências com a televisão. As conclusões de ambos os estudos são favoráveis à hipótese do *agenda-setting*.

<sup>1</sup> Para um enquadramento mais abrangente dos estudos em torno do *agenda-setting*, consultar Dearing e Rogers (1996) e Boynton e Richardson (2016).

Desde a sua génese, centenas de estudos procuraram replicar ou desenvolver as ideias iniciais do *agenda-setting*. Para além dos estudos sobre os efeitos básicos do *agenda-setting*, têm-se desenvolvido trabalhos sobre *agenda-setting* de atributos, associados ao *framing*, sobre os efeitos psicológicos associados, sobre as fontes da agenda mediática e sobre as consequências dos efeitos do *agenda-setting* (McCombs, 2005).

Apesar da diversidade de abordagens, as investigações desenvolvidas no âmbito do *agenda-setting* recorrem com frequência à análise de conteúdo para avaliar a agenda dos média e a estudos de opinião, questionários ou entrevistas, para medir a agenda pública, seguindo os moldes dos estudos originais. Questões como “qual o problema mais importante que este país enfrenta atualmente?” da Gallup Poll norte-americana são usadas para hierarquizar as questões mais relevantes para os públicos. Funkhouser (1973) nota, por exemplo, que a formulação da questão, enquadrando-a no âmbito do país, pode fazer com que exista um enviesamento positivo a favor da influência dos média, já que estes são encarados como barómetro da nação. As respostas poderiam ser diferentes caso a questão interrogasse o inquirido diretamente sobre os problemas que este enfrenta.

Uma outra limitação dos primeiros estudos da agenda mediática prende-se com as restrições que se aplicam à análise de conteúdo das publicações e noticiários, muitas vezes confinando-se a uma contagem de artigos ou minutos dedicados a um determinado tema. “Habitualmente, os assuntos não permanecem importantes na agenda mediática por muito tempo. Localizar, contar e codificar milhares de artigos, sobretudo analisando o significado de cada peça, é uma tarefa muito aborrecida” (Dearing & Rogers, 1996). Para além de trabalhosos, estes procedimentos nem sempre espelham de uma forma precisa a saliência de um assunto, uma vez que há temas secundários ou subtilezas discursivas que ficam por registar.

Ambas as limitações podem ser ultrapassadas aproveitando as valências das tecnologias da informação e da comunicação. Por um lado, é possível recorrer a métodos não-intrusivos para medir a agenda pública, como as pesquisas em motores de busca *online* (Maurer & Holbach, 2016; Scharkow & Vogelgesang, 2011) ou as mensagens da rede Twitter (Boyn-ton & Richardson, 2016). Por outro, os programas de recolha e análise de texto permitem-nos analisar automaticamente *corpora* extensos, através de estatísticas de frequência de palavras, coocorrências e outros métodos de quantificação. Explorando estas potencialidades, pretendemos acrescentar um novo objeto aos estudos do *agenda-setting*, os comentários dos leitores nos *websites* dos jornais.

### 3. COMENTÁRIO: A VOZ DO LEITOR OU O ECO DO JORNALISTA

Os comentários dos leitores nas páginas da internet dos jornais têm sido um objeto de estudo popular entre os académicos (Coe, Kenski & Rains, 2014; Silva, 2013; Stroud, Scacco, Muddiman & Curry, 2015; Weber, 2014). Apesar de alguns movimentos recentes em sentido contrário (Finley, 2015), os espaços de comentário estão presentes nos *websites* de muitos dos principais meios de comunicação e os comentários dos leitores, nas redes sociais ou nos *websites* dos jornais, são lidos por uma grande parte da população (Stroud, Duyn & Peacock, 2016).

Uma fatia significativa do bolo da investigação que incide sobre os comentários tem sido guiada pela hipótese do desenvolvimento de uma esfera pública digital (Dahlberg, 2001; Papacharissi, 2002), seguindo a linha proposta por Habermas (1984a). Apesar de ter sido criticado por alguns académicos (Fraser, 1992) e reformulado pelo próprio autor (Habermas, 1992), o conceito de esfera pública continua central para os estudos da comunicação e democracia. A conceção da esfera pública, na sua base, supõe um espaço de debate público no qual pessoas privadas discutem e perante o qual o poder tem que se legitimar. A tradição deliberativa (Habermas, 1984b, 1996) determina que esta discussão deverá obedecer a um modelo crítico-racional inclusivo, em que a força do melhor argumento prevalece. Assim, muita da investigação que incide sobre os comentários dos leitores tem-se focado nos requisitos Habermasianos para a deliberação (Ruiz et al., 2011). Um destes requisitos é a autonomia, estabelecendo que o discurso deve ser orientado pelas preocupações dos cidadãos (Dahlberg, 2001).

Neste ponto, o estudo do debate público entronca com a teoria do *agenda-setting*, uma vez que esta estuda a forma como são moldadas as preocupações dos públicos. Será que é possível conceber uma esfera pública em que os temas do debate são exclusivamente determinados pelos media? A importância da discussão entre cidadãos é reconhecida pelos autores da linha do *agenda-setting*: “a variável interveniente mais estudada na explicação da relação entre a agenda dos média e a agenda pública tem sido a quantidade de discussão interpessoal gerada pela cobertura noticiosa de um assunto” (Dearing & Rogers, 1996).

Os comentários dos leitores apresentam-se como um espaço de excelência para observar esta discussão interpessoal entre cidadãos. A ligação dos comentários às notícias e a possibilidade de interação entre os utilizadores que oferecem, permitem-nos avaliar as dinâmicas de discussão de uma forma não intrusiva. Restringindo os temas das notícias abordadas, é possível focar a investigação num determinado assunto e o facto de que

grande parte das caixas de comentário estarem em funcionamento pelo menos desde os primeiros anos do milénio, possibilita a realização de estudos longitudinais com um horizonte temporal razoável. A circunstância de que muitos sistemas de comentário exigirem o registo dos seus utilizadores também permite uma análise dos hábitos e dos perfis de comentadores.

No entanto, as caixas de comentário apresentam também limitações assinaláveis enquanto objeto de estudo. Desde logo, fatores como a moderação e/ou a criação de sistemas de reputação influenciam fatores como a civilidade das discussões (Ksiazek, 2015), podendo criar um enviesamento no retrato da participação dos leitores. A diferença nas políticas de moderação e registo pode também dificultar a realização de estudos comparativos ou longitudinais, uma vez que o mesmo órgão de comunicação pode alterar o seu sistema ao longo do tempo<sup>2</sup>.

A investigação que incide sobre as caixas de comentários é também limitada pelo seu potencial de generalização, uma vez que os comentadores dificilmente poderão ser considerados uma amostra representativa da população. Os comentadores representam, no entanto, um subgrupo propenso à participação e à discussão, constituindo um segmento particularmente relevante para o estudo da participação e da democracia.

Neste contexto, não será descabido estabelecer um paralelismo entre os comentadores e os líderes de opinião da teoria do *two-step flow* de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (2005), uma vez que os comentários podem ser vistos como um mecanismo de influência na interpretação das notícias e do trabalho jornalístico. Esta afirmação é apoiada por estudos que mostram que os comentários têm um efeito significativo na perceção da opinião pública da parte dos leitores (Lee, 2012) e que podem ter um efeito negativo na perceção da qualidade do trabalho jornalístico (Prochazka, Weber & Schweiger, 2016).

Estas conclusões relevam a importância do estudo dos comentários dos leitores no âmbito do *agenda-setting*, uma vez que estes podem ser encarados não só como um espelho da agenda pública, mas também como um dos fatores que influenciam a definição dessa mesma agenda. No entanto, o recurso aos comentários como objeto de estudo carece de um enquadramento metodológico adequado, que procuramos estabelecer na próxima secção.

---

<sup>2</sup> Na verdade, pelo menos três dos *websites* com as maiores comunidades de comentadores em Portugal (*Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Público*) fizeram alterações significativas aos sistemas de comentário entre 2012 e 2015.

#### 4. PROPOSTA METODOLÓGICA

O estudo dos comentários dos leitores apresenta desde logo uma divergência significativa da abordagem tradicional ao *agenda-setting*. Enquanto as questões do “problema mais importante” (MIP) permitem aos inquiridos listar uma série de temas espontaneamente, o conteúdo dos comentários dos leitores encontra-se fortemente condicionado pelo tema das notícias. Esta relação do comentário com o texto de notícia é formulada com particular eloquência por Foucault (1981): “o comentário exorciza o elemento aleatório do discurso dando-lhe o que lhe é devido; permite-nos dizer algo diferente do próprio texto, mas na condição de que seja este próprio texto a ser dito e, de certo modo, completado”. Será que este constrangimento invalida o estudo dos comentários no âmbito do *agenda-setting*? No nosso entender, apesar de condicionar a interpretação dos dados, esta limitação não é impeditiva para a presente proposta.

Embora os assuntos dos comentários estejam condicionados pelos temas das notícias, este estímulo não constrange o número de comentários. Isto significa que a importância de um assunto na agenda pode também ser medida pela relação entre o número de comentários e o número de notícias de um determinado tema. Claro que este número pode ainda ser influenciado pelo destaque que as notícias têm na página do jornal, mas estudos anteriores mostram que as notícias mais comentadas não seguem, por exemplo, as dinâmicas das notícias mais lidas (Tenenboim & Cohen, 2015), sugerindo que existe uma lógica para o número de comentários que não depende apenas do destaque das peças.

No nosso entender, o comentário é o melhor indicador de saliência na agenda pública do que a leitura/clique, uma vez que pressupõe um investimento e uma atitude ativa da parte do utilizador. Enquanto a leitura pode ser motivada por uma curiosidade pontual, o comentário significa que o assunto é importante o suficiente para merecer a participação do leitor. Para apoiar esta afirmação, podemos observar que a frequência de comentário está associada a motivações maioritariamente cognitivas (Springer, Engelmann & Pfaffinger, 2015).

Devido à elevada associação entre as notícias e os comentários, o estudo do *agenda-setting* nas caixas de comentários não deve procurar confirmar ou desmentir a hipótese da influência dos média na agenda pública, mas antes explorar convergências e divergências relevantes entre as duas agendas. A presença persistente de um determinado tema nos comentários que é negligenciado nas notícias, por exemplo, é um dos fenómenos que pode ser detetado com esta abordagem. Da mesma forma, o inverso

pode ser observado, existindo casos em que a agenda dos comentadores não replica a importância atribuída pelos média a um determinado tema, acontecimento ou personalidade.

Tendo estabelecido a forma como os dados devem ser interpretados, importa explicitar como pode ser medida a agenda. Recordemos que, nos primeiros estudos, era atribuído manualmente um tema a uma notícia e era depois medida a frequência do tema e/ou o tamanho das peças dedicadas a esse mesmo tema. As tecnologias da informação permitem-nos desenvolver hoje outras abordagens ao problema da medição. A contagem de palavras parece ser o método mais prático de analisar um grande volume de dados com recursos limitados, sendo que esta abordagem pode ser aplicada tanto no tratamento de notícias como no estudo dos comentários.

Embora a frequência de um termo ou conjunto de termos nem sempre seja um indicador válido da sua importância (por exemplo, Krippendorff, 2004), parece-nos que as características dos comentários e das notícias reforçam a validade deste indicador para medir a sua saliência. Tanto as notícias como os comentários são textos relativamente curtos, o que significa que o potencial de divagação do texto é limitado, centrando-se num conjunto limitado de temas e protagonistas. As próprias regras do jornalismo reforçam a validade do indicador, uma vez que o conteúdo jornalístico deve ser claro para o leitor não podendo, em teoria, dar excessivo lastro a referências indiretas e segundos sentidos que comprometeriam a integridade do indicador. Embora os comentários sejam por vezes propensos a este tipo de liberdades estilísticas, existe uma consistência discursiva que permite ao investigador atento corrigir o dicionário<sup>3</sup> para que estas liberdades sejam acauteladas. Por exemplo, Paulo Portas, antigo vice-primeiro-ministro de Portugal, é frequentemente mencionado como “o irrevogável” devido à sua quase-demissão em 2013. Um investigador que queira medir a presença dos dirigentes políticos nos comentários pode facilmente incorporar o termo no conjunto de palavras que se referem a Paulo Portas e assim obter um retrato mais fiel da agenda dos comentadores.

O uso da frequência de palavras como medida da saliência tem ainda algumas vantagens para além da economia de tempo e de recursos. O facto de os artigos não estarem circunscritos a uma categorização manual prévia do investigador permite detetar temas secundários e pequenas variações no contexto. A análise de coocorrência pode também dar alguns indícios

---

<sup>3</sup> Na análise textual computadorizada, os dicionários são as categorizações de palavras usadas pelos programas informáticos para agrupar determinados termos. Por exemplo, as palavras “défice”, “juros” e “dívida” podem ser agrupadas numa categoria “finanças”.

sobre o enquadramento que é dado ao tema, integrando na investigação algumas considerações sobre o *framing*.

## 5. TESTE DE APLICAÇÃO

Para ensaiar a aplicação do método proposto e decalcar as suas fragilidades foi realizado um exercício exploratório incidindo sobre uma parte da amostra do nosso projeto de doutoramento, focado nas eleições legislativas de 2015. Assim, foram submetidas a análise todas as notícias publicadas entre 4 de setembro e 10 de outubro de 2015 no jornal *Expresso* com a *tag* “Legislativas 2015” e os respetivos comentários, englobando duas semanas de pré-campanha, o período de campanha, o dia de reflexão, o dia de eleições e uma semana de pós-eleições. No total foram recolhidos 741 artigos e 52.064 comentários, arquivados entre 1 e 9 de dezembro de 2015.

Algumas limitações devem ser mencionadas à partida neste exercício. Alguns dos artigos de opinião são de acesso pago, o que significa que apenas o título, subtítulo e primeiro parágrafo estão acessíveis ao público em geral. Não sendo possível estimar a percentagem de comentadores que têm acesso integral a estes artigos, pode-se admitir um pequeno enviesamento na análise. Enquanto estes casos serão acautelados na análise final, estes não foram sinalizados para os exercícios propostos em baixo. Uma segunda limitação prende-se com peças que dão uma grande ênfase a elementos não textuais, como as fotogalerias e os vídeos, cujo conteúdo não é refletido na contagem de palavras. Também é possível acautelar estas limitações na análise, mas uma vez que estas peças têm, por norma, um número reduzido de comentários, o efeito é quase negligenciável e não será destacado neste capítulo.

O conteúdo das notícias e dos comentários foi submetido a uma análise de frequência de palavras agregada por dia. O período de tempo considerado e a unidade de agregação são mais curtos e reduzidos do que é habitual nos estudos longitudinais do *agenda-setting*. Stone e McCombs (1981) identificaram um intervalo entre dois e seis meses em que o efeito da agenda mediática na agenda pública demora a refletir-se na agenda pública. Embora o período temporal selecionado não nos permita avaliar este tipo de efeitos mais duradouros, é possível realizar outro tipo de estudo, em que são avaliadas variações mais imediatas na agenda. Este tipo de análise adequa-se à velocidade e ao ritmo das campanhas eleitorais, potenciados pela imediatez da internet. Independentemente destes fatores, nada

impede que os métodos aqui ilustrados possam ser aplicados a amostras mais alargadas temporalmente e com maiores unidades de agregação.

A recolha dos comentários foi efetuada com recurso a um programa desenvolvido propositadamente para o efeito. O arquivo da informação e parte do tratamento de dados foram efetuados no *software* Microsoft Excel. O programa WordStat foi usado para o tratamento da frequência de palavras e o programa IBM SPSS foi usado para a análise de séries temporais. Foram construídos dicionários de raiz para captar referências aos partidos políticos e principais personalidades e temas da campanha.

### 5.1 EXERCÍCIO 1 – MEDIR OS EFEITOS DE AGENDA-SETTING

O exercício mais simples que se pode estabelecer no enquadramento do estudo proposto é o de medir a correspondência entre a agenda mediática e a agenda dos comentadores para um determinado assunto. Para garantir a comparabilidade entre as frequências de palavras é usada a percentagem que a palavra ocupa no total do *corpus* analisado, sendo os *corpora* dos comentários e dos artigos tratados independentemente. A título de exemplo, ilustremos graficamente a presença de José Sócrates na agenda durante o período de campanha.

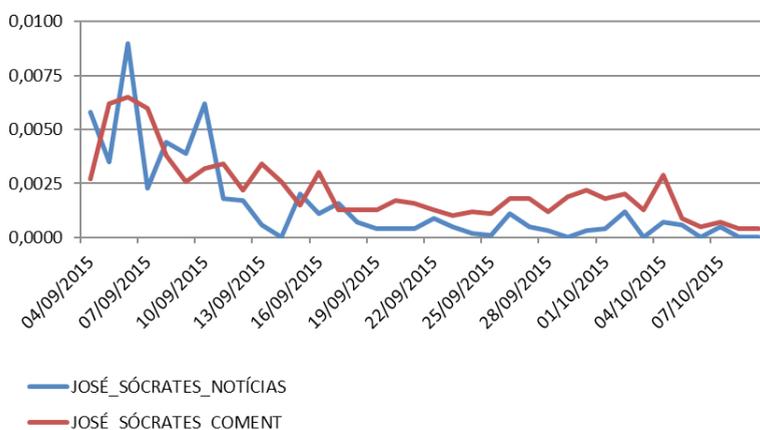


Gráfico 1: Percentagem de referências a José Sócrates no total de palavras processadas, por dia

Uma primeira interpretação do gráfico permite-nos identificar as alturas da campanha em que o antigo primeiro-ministro José Sócrates foi mais referido. Note-se, por exemplo, que no dia 6 de setembro perto de

uma em cada 100 palavras nas notícias era uma referência a José Sócrates. No entanto, mais relevante para o presente estudo, é a observação do comportamento das duas linhas, sendo que uma maior sobreposição equivale a uma maior proximidade entre a agenda dos comentadores e a agenda mediática.

De uma forma semelhante, podemos aplicar o mesmo processo aos temas abordados. Tratando o tema das pensões da mesma forma que no exemplo anterior, obtemos a seguinte representação gráfica:

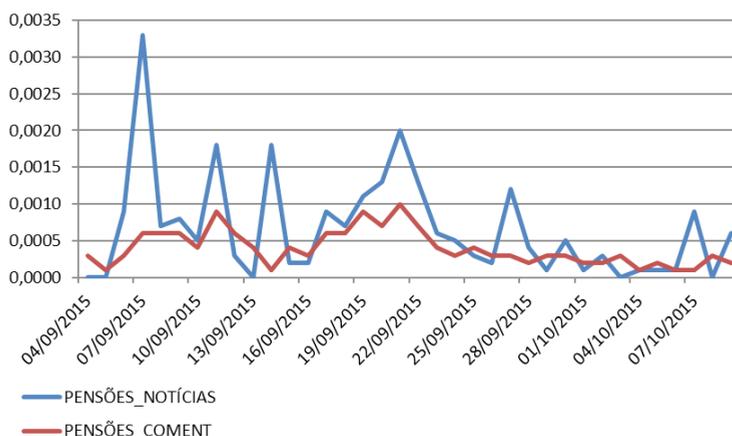


Gráfico 2: Percentagem de referências a pensões no total de palavras processadas, por dia

A representação gráfica apresentada nos exemplos acima pode ser convertida numa relação numérica, analisando a correlação cruzada entre as percentagens dos termos nas notícias e nos comentários. Assim, a título de exemplo, “José Sócrates” apresenta um valor de 0.69 e as “pensões” um valor de 0.52<sup>4</sup>, que significa que a agenda dos comentários coincide na globalidade com a agenda das notícias. Partindo deste processo, poderemos analisar e comparar vários termos para verificar quais os assuntos em que os comentadores mais seguem ou divergem da agenda mediática.

<sup>4</sup> O coeficiente varia entre -1 e 1, sendo que os valores positivos indicam uma variação semelhante dos valores e os valores negativos uma variação inversa. O erro padrão é de 0.164.

<b>PALAVRA-CHAVE</b>	<b>COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO</b>
<b>BPI</b>	1
<b>Défice</b>	0,869
<b>Debate</b>	0,853
.....	....
<b>Europa</b>	-0,162
<b>Crise</b>	-0,206
<b>Bancarrota</b>	-0,226

Tabela 1: Correlação cruzada entre o número de referências em notícias e em comentários, por dia

Neste caso, podemos observar uma correlação perfeita no caso do BPI e uma divergência das agendas quando os temas são a “Europa”, a “Crise” ou a “Bancarrota”. Agrupando tematicamente termos semelhantes, começamos a poder pintar um retrato mais alargado dos discursos de jornalistas e comentadores, desvelando as tendências mais abrangentes que guiam a adesão dos comentadores a uma determinada agenda.

## 5.2 EXERCÍCIO 2 – COMPETIÇÃO OU COEXISTÊNCIA NA AGENDA

Uma das relações que também pode ser observada nos dados é a simbiose ou a competição entre determinados assuntos na agenda mediática e na agenda pública. Zhu (1992) é um dos autores que explora este problema, conceptualizando a agenda como sendo um jogo de soma-nula, em que a saliência de um assunto implica necessariamente a diminuição da importância de outros assuntos. Apesar de concluir que esta relação se verifica na prática, Zhu realça que determinados temas podem assumir trajetórias concordantes, citando o exemplo de um estudo sobre a SIDA, o cancro e as doenças sexualmente transmissíveis na agenda (Hertog, Finnegan & Kahn, 1994). Neste caso, a hipótese da soma-zero não se verifica, indiciando que as relações entre os temas na agenda são complexas e que as generalizações devem ser evitadas.

Este tipo de relações temáticas também pode ser observado na nossa proposta, com o comportamento das percentagens a revelar os temas que variam em conjunto e os que se comportam como uma soma-zero.

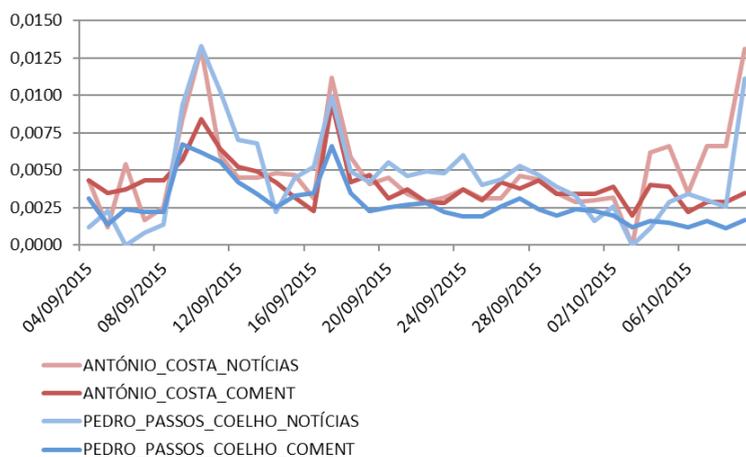


Gráfico 3: Percentagem de referências a António Costa e Pedro Passos Coelho no total de palavras processadas, por dia

No exemplo acima, podemos observar que Pedro Passos Coelho e António Costa, apesar de serem os principais adversários para ocupar o cargo de primeiro-ministro, acabam por subir e descer na saliência nas notícias (0,72) e nos comentários (0,84) em conjunto. Por outro lado, existem personalidades que competem pela agenda, como António Costa e Jerónimo de Sousa, com uma correlação negativa que, curiosamente, se verifica na agenda dos comentadores (-0,34) com maior intensidade do que na agenda mediática (-0,07).

Este tipo de análise permite iluminar relações entre temas que nem sempre são evidentes na coocorrência de palavras. Por vezes as causas para a associação de dois assuntos na agenda são mais abrangentes e não se manifestam explicitamente na mesma peça ou comentário. Aplicado a amostras e unidades de agregação maiores, este exercício pode desvelar tendências da mesma forma que os estudos longitudinais tradicionais, com a capacidade de incorporar temas não contemplados inicialmente.

### 5.3 EXERCÍCIO 3 –CAUSALIDADE

O intervalo temporal entre a composição da agenda dos média e os efeitos na agenda pública sugere que os segundos são causados pela primeira. No entanto, com a emergência de novos canais de participação e de comunicação entre os públicos, é mais fácil admitir hoje a possibilidade de uma inversão do sentido causal, ou seja, de os públicos colocarem

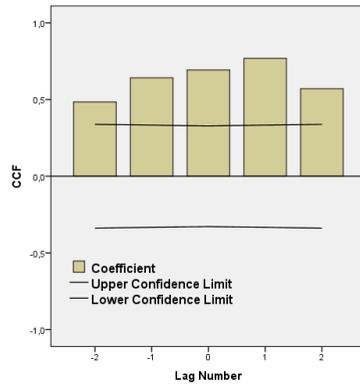
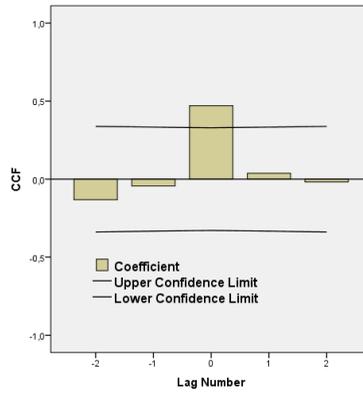
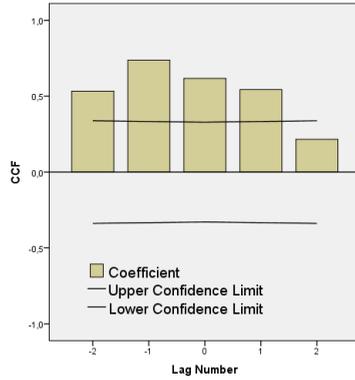
assuntos na agenda mediática. Uma das conclusões do estudo de Boynton e Richardson (2016) sobre o Twitter aponta neste sentido, sugerindo que as redes sociais introduzem uma nova dimensão no *agenda-setting*, reduzindo a influência dos média tradicionais e das elites políticas na agenda pública.

Será que o mesmo princípio se pode aplicar nos comentários? Apesar da relação estímulo-resposta que existe entre os comentários e a notícia, não será descabido conceber uma resposta desproporcional a uma notícia, que conduz posteriormente à publicação de mais peças pelo jornal sobre aquele assunto. É possível avaliar este tipo de fenómenos com uma análise temporal que mede a correlação cruzada ajustada para intervalos (*lags*). Vejamos três exemplos:

PALAVRA	LAG				
	-2	-1	0	1	2
CDU	0,533	0,738	0,617	0,543	0,215
Salários	-0,132	-0,043	0,471	0,037	-0,018
José Sócrates	0,485	0,642	0,693	0,769	0,571

Tabela 2: Correlação cruzada entre percentagem nos comentários e nas notícias dos termos CDU (Coligação Democrática Unitária), Salários e Segurança Social

A tabela lista as correlações cruzadas para cada *lag* em cada uma das palavras. O *lag* -1, por exemplo, antecipa em um dia os valores para as percentagens do termo nas notícias. Isto significa que se o valor de correlação no *lag* -1 é superior à do *lag* 0, os comentadores se anteciparam aos jornalistas a atribuir a importância a um evento, invertendo a relação causal esperada. Analisando a tabela, vemos que isto acontece no caso da CDU e observamos o fenómeno inverso no caso de José Sócrates, ou seja, os comentadores demoraram um dia a convergir com a saliência dada pelos media ao tema. Estas relações tornam-se mais claras quando representadas graficamente:



Gráficos 4, 5 e 6: Correção cruzada entre percentagem nos comentários e nas notícias dos termos CDU, salários e segurança social, respetivamente

Observando onde se situa o valor máximo do gráfico é possível perceber até que ponto uma das partes, comentadores e média, se antecipa à outra<sup>5</sup>. A dispersão do gráfico também ajuda a avaliar se se tratou de um efeito pontual, como no caso da palavra salário, ou mais abrangente, como nos dois outros casos. Os gráficos mostram-nos que a palavra salário só foi evocada em peças muito específicas enquanto Sócrates e a CDU são transversais a todo o período de campanha.

Após identificar os casos em que os comentadores se antecipam aos jornalistas, é possível explorar a situação com mais pormenor para determinar as causas específicas deste fenómeno.

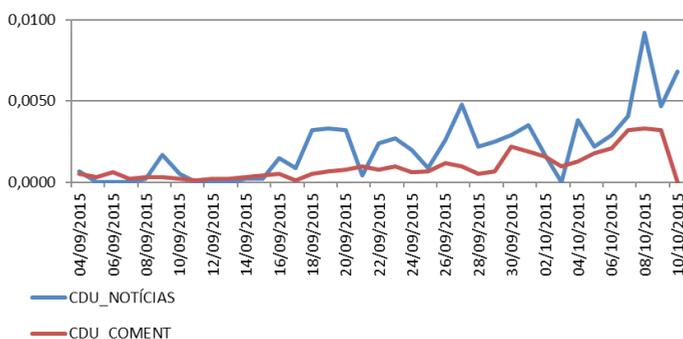


Gráfico 7: Percentagem de referências à CDU no total de palavras processadas, por dia

Observando o gráfico é possível detetar a partir do dia de eleições (4 de outubro de 2015) uma subida da CDU nos comentários que só é realmente espelhada pelas notícias no dia 8 de outubro de 2015. Analisando o contexto destes dias, os dados sugerem que ambas as subidas se devem à hipótese de a CDU viabilizar um governo do Partido Socialista (PS). Enquanto os comentadores consideraram esta possibilidade a partir do momento que foram conhecidos os resultados eleitorais, esta só foi reconhecida pelos media a partir do momento em que a CDU declarou explicitamente a viabilidade da hipótese.

Este caso ilustra a forma como os dados da análise de séries temporais podem ser associados a acontecimentos e tendências reais. A análise

<sup>5</sup> É necessário notar que a unidade de agregação pode ter alguma influência nos resultados, já que, por exemplo, uma notícia publicada às 23h55 terá forçosamente uma correlação maior no dia seguinte, já que a maior parte dos comentários é publicada nessa altura.

de conteúdo proposta é enriquecida quando complementada com outros métodos, que permitem explicar a variação observada nos dados e solidificar as conclusões.

#### 5.4 EXERCÍCIO 4 – DIFERENÇAS NA SALIÊNCIA

Devido à relação direta entre os comentários dos leitores e o conteúdo das notícias, a análise proposta pode ser particularmente útil para detetar quais os assuntos em que o nível de saliência da agenda mediática mais difere da agenda dos comentadores. Estas diferenças podem ser lidas nos dois sentidos, ora buscando os assuntos destacados pelos média que não são ecoados pelos comentadores, ora olhando para as prioridades dos comentadores que não são espelhadas pelos média.

Estas diferenças de saliência podem ser calculadas, na sua forma mais básica, subtraindo à percentagem de texto que um determinado termo ocupa nos comentários dos leitores a percentagem equivalente do termo nas notícias. Os resultados serão semelhantes à Tabela 3, em que os valores positivos ilustram maior saliência nos comentários e os valores negativos refletem uma maior saliência nas notícias.

PALAVRAS MAIS SALIENTES NOS COMENTÁRIOS				PALAVRAS MAIS SALIENTES NAS NOTÍCIAS			
Palavra	Frequência	% Processada	Diferença	Palavra	Frequência	% Processada	Diferença
Dívida	3531	0,32%	0,22%	Campanha	1438	0,13%	-0,49%
Sócrates	4396	0,40%	0,22%	Líder	604	0,05%	-0,43%
Povo	2781	0,25%	0,18%	António	2956	0,27%	-0,30%
Dinheiro	2535	0,23%	0,17%	Coligação	4245	0,38%	-0,28%
Nao	1747	0,16%	0,16%	Passos	6523	0,59%	-0,24%
Troika	2244	0,20%	0,14%	Bloco	544	0,05%	-0,23%
Milhões	3662	0,33%	0,13%	Eleições	3654	0,33%	-0,19%
Pagar	1906	0,17%	0,13%	Pedro	578	0,05%	-0,19%
PS	13597	1,23%	0,11%	Socialista	1237	0,11%	-0,19%
Melhor	2482	0,22%	0,11%	Presidente	1034	0,09%	-0,19%
Gente	2263	0,20%	0,11%	Lisboa	673	0,06%	-0,18%
Votar	2359	0,21%	0,10%	Ministro	1837	0,17%	-0,18%
PEC	1213	0,11%	0,10%	Catarina	716	0,06%	-0,18%
Verdade	1926	0,17%	0,10%	Martins	302	0,03%	-0,17%

Bancarrota	1056	0,10%	0,10%	Disse	1607	0,15%	-0,17%
Será	2496	0,23%	0,09%	Jerónimo	437	0,04%	-0,17%
Pior	1294	0,12%	0,08%	Portas	2029	0,18%	-0,16%
Aumento	1477	0,13%	0,08%	CDS	2672	0,24%	-0,15%

Tabela 3: Palavras com maior diferença de saliência entre comentários e notícias

Os dados apresentados acima permitem não só perceber quais os temas e os protagonistas sub-representados nos comentários e nas notícias, mas também nos oferece um vislumbre para as diferenças que existem na construção do discurso dos jornalistas e dos comentadores. O uso de termos como “melhor” e “pior” pelos comentadores distingue-se, por exemplo, das referências explícitas à campanha por parte dos jornalistas e de verbos de introdução do discurso como “disse”. Aplicado a um contexto mais alargado, este tipo de exercício pode contribuir para desvelar diferenças relevantes sobre a forma como determinado tema é abordado por jornalistas e comentadores.

## 6. DISCUSSÃO

Os exercícios apresentados acima ilustram a viabilidade do estudo dos comentários dos leitores no âmbito do *agenda-setting*. A comparação de agendas e a análise de séries temporais assumem-se como ferramentas valiosas para a interpretação dos dados. Há, no entanto, alguns cuidados importantes a ter ao recorrer a este tipo de métodos que se tornaram mais evidentes no decorrer da aplicação prática.

O método proposto é assumidamente pobre em contexto. A contagem de palavras, apesar das suas vantagens em termos de operacionalidade e de visualização, pode conduzir a interpretações enviesadas do conteúdo pelo reducionismo que implica. Em primeiro lugar, há questões operacionais e técnicas que devem ser acauteladas, já que muitas vezes os programas que permitem a recolha automática do texto das páginas de internet podem captar excertos que não estão associados ao *corpus* definido pelo investigador. Legendas de imagem ocultas, *tags* ou menus de navegação são alguns dos elementos que podem ser acidentalmente incluídos na amostra.

O contexto é também importante para a construção de dicionários e para a interpretação dos termos. Nos exercícios que realizámos, por exemplo, verificou-se que os erros ortográficos eram frequentes no texto dos

comentadores. Assim, os dicionários foram adaptados para contemplar as variações das palavras mais frequentes (por exemplo, Socrates) e assim espelhar melhor a saliência dos temas e das personalidades.

Há também opções lexicais que, não constituindo erros ortográficos, só podem ser apreendidas no seu verdadeiro sentido com o devido contexto. Ao supracitado ‘irrevogável’ Paulo Portas poderemos acrescentar, por exemplo, o “preso 44” José Sócrates ou o “lapsista” Passos Coelho, entre outras alcunhas a que comentadores e cronistas recorrem para referir os principais atores da política nacional. As mudanças podem ser, contudo, mais profundas do que a simples atribuição de alcunhas, podendo palavras de uso corrente sofrer uma metamorfose de significado em alturas de crise ou mudança social (Volosinov, 1973)<sup>6</sup>.

Por estes motivos, é indispensável que o investigador se familiarize com o *corpus* e com o objeto de estudo antes de levar a cabo este tipo de análise. A leitura de alguns excertos do texto e a funcionalidade *keyword-in-context* que muitos programas de análise textual integram são algumas formas de lidar com estes problemas. No entanto, estas práticas não escusam o investigador de atender às circunstâncias em que o texto é produzido e ao enquadramento temático em que este se insere. No nosso caso, seria irresponsável retirar qualquer tipo de conclusões dos dados sem considerar as características do discurso jornalístico e dos comentários dos leitores e sem considerar o contexto específico (eleições legislativas) e mais alargado (política portuguesa) em que as intervenções de ambas as partes se inserem.

Com as devidas salvaguardas sobre a importância do contexto, a análise de conteúdo dos comentários permite tratar uma grande quantidade de informação com o mínimo de recursos exigidos ao investigador. Neste momento, qualquer computador comercial é capaz de processar um grande volume de palavras para realizar análises de frequências e coocorrências. Adicionalmente, este tipo de análise também favorece os fenómenos de *serendipity* de Merton Merton (1968), uma vez que o investigador se confronta com a emergência de tendências e termos inesperados na construção de dicionários e no processo de análise.

## 7. CONCLUSÕES

A análise de frequência de palavras nos comentários dos leitores nos *websites* dos jornais e nas peças jornalísticas provou ser um método viável

<sup>6</sup> Também atribuído frequentemente a Mikhail Bakhtin.

de estudar fenómenos de *agenda-setting*. Este caminho de investigação insere-se na tendência mais abrangente que avança no sentido de uma ciência social computacional (Chang, Kauffman & Kwon, 2014), incorporando a *big data* no estudo dos media e do comportamento social. No entanto, este tipo de tratamento de dados é mais eficaz quando complementado por outros métodos manuais ou tendencialmente mais qualitativos (Lewis, Zamith & Hermida, 2013). A medição da saliência pode ser usada não só para estudar a influência na agenda dos públicos, mas também a construção do discurso jornalístico face às reações e pressões dos públicos.

A aplicação dos exercícios apresentados acima a outros contextos e horizontes temporais contribuirá para refinar o método e avaliar melhor a sua pertinência. Uma caracterização mais detalhada de quem são os comentadores e dos fatores que determinam a sua agenda também poderá contribuir para uma melhor interpretação dos resultados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boynton, G. & Richardson, G. W. (2016). Agenda-setting in the twenty-first century. *New Media & Society*, 18(9), 1916-1934. doi: 10.1177/14614448155616226
- Chang, R. M., Kauffman, R. J. & Kwon, Y. (2014). Understanding the paradigm shift to computational social science in the presence of big data. *Decision Support Systems*, 63, 67-80. doi: 10.1016/j.dss.2013.08.008
- Coe, K., Kenski, K. & Rains, S. A. (2014). Online and uncivil? Patterns and determinants of incivility in newspaper website comments. *Journal of Communication*, 64(4), 658-679. doi: 10.1111/jcom.12104
- Cohen, B. C. (1963). *The press and foreign policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Dahlberg, L. (2001). The internet and democratic discourse: Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. *Information, Communication & Society*, 4(4), 615-633. doi: 10.1080/13691180110097030
- Dearing, J. W. & Rogers, E. M. (1996). *Agenda-setting*. Thousand Oaks, California: SAGE.
- Finley, K. (2015, 10 de agosto). A brief history of the end of the comments. *Wired*. Retirado de <https://www.wired.com/2015/10/brief-history-of-the-demise-of-the-comments-timeline/>

- Foucault, M. (1981). The order of discourse. In R. Young (Ed.), *Untying the Text: A Post-Structuralist Reader* (pp. 48-78). Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Fraser, N. (1992). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In C. J. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 109-142). Cambridge, Massachussets: The MIT Press.
- Funkhouser, G. R. (1973). The issues of the sixties: an exploratory study in the dynamics of public opinion. *Public Opinion Quarterly*, 37(1), 62-75. doi: 10.1086/268060
- Habermas, J. (1984a). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1984b). *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1992). Further reflections on the public sphere. In C. J. Calhoun (Ed.), *Habermas and the Public Sphere* (pp. 421-461). Cambridge: MIT Press.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: contributions to discourse theory of law and democracy*. Cambridge: The MIT Press.
- Hertog, J. K., Finnegan, J. R. & Kahn, E. (1994). Media coverage of AIDS, cancer, and sexually transmitted diseases: A test of the public arenas model. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 71(2), 291-304. doi:10.1177/107769909407100204
- Iyengar, S. & Kinder, D. R. (1987). *News that matters: Television and American opinion*. Chicago: University of Chicago Press.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: an introduction to its methodology*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Ksiazek, T. B. (2015). Civil interactivity: How news organizations' commenting policies explain civility and hostility in user comments. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 59(4), 556-573. doi: 10.1080/08838151.2015.1093487
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B. & Gaudet, H. (2005). *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Lee, E. J. (2012). That's not the way it is: How user-generated comments on the news affect perceived media bias. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 18(1), 32-45. doi: 10.1111/j.1083-6101.2012.01597.x

- Lewis, S. C., Zamith, R. & Hermida, A. (2013). Content analysis in an era of big data: A hybrid approach to computational and manual methods. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 57(1), 34-52. doi: 10.1080/08838151.2012.761702
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company.
- Maurer, M. & Holbach, T. (2016). Taking online search queries as an indicator of the public agenda: The role of public uncertainty. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 93(3), 572-586. doi: 10.1177/1077699015610072
- McCombs, M. (2005). A look at agenda-setting: past, present and future. *Journalism Studies*, 6(4), 543-557. doi: 10.1080/14616700500250438
- McCombs, M. E. & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187. doi: 10.1086/267990
- Merton, R. K. (1968). *Social theory and social structure*. Nova Iorque: The Free Press.
- Papacharissi, Z. (2002). The virtual sphere: The internet as a public sphere. *New Media & Society*, 4(9), 9-27. doi: 10.1177/14614440222226244
- Prochazka, F., Weber, P. & Schweiger, W. (2016). Effects of civility and reasoning in user comments on perceived journalistic quality. *Journalism Studies*, 1-17. doi: 10.1080/1461670X.2016.1161497
- Ruiz, C., Domingo, D., Micó, J. L., Díaz-Noci, J., Meso, K. & Masip, P. (2011). Public sphere 2.0? The democratic qualities of citizen debates in online newspapers. *The International Journal of Press/Politics*, 16(4), 463-487. doi: 10.1177/1940161211415849
- Scharkow, M. & Vogelgesang, J. (2011). Measuring the public agenda using search engine queries. *International Journal of Public Opinion Research*, 23(1), 104-113. doi: 10.1093/ijpor/edq048
- Silva, M. T. d. (2013). Participação e deliberação: um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 23, 82-95. doi: 10.17231/comsoc.23(2013).1615
- Springer, N., Engelmann, I. & Pfaffinger, C. (2015). User comments: motives and inhibitors to write and read. *Information, Communication & Society*, 18(7), 798-815. doi: 10.1080/1369118X.2014.997268
- Stone, G. C. & McCombs, M. E. (1981). Tracing the time lag in agenda-setting. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 58(1), 51-55. doi: 10.1177/107769908105800108

- Stroud, N. J., Duyn, E. V. & Peacock, C. (2016). *News commenters and news comment readers*. Engaging news project, The University of Texas at Austin. Retirado de [https://engagingnewsproject.org/enp\\_prod/wp-content/uploads/2016/03/ENP-News-Commenters-and-Comment-Readers1.pdf](https://engagingnewsproject.org/enp_prod/wp-content/uploads/2016/03/ENP-News-Commenters-and-Comment-Readers1.pdf)
- Stroud, N. J., Scacco, J. M., Muddiman, A. & Curry, A. L. (2015). Changing deliberative norms on news organizations' Facebook Sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 20(2), 188-203. doi: 10.1111/jcc4.12104
- Tenenboim, O. & Cohen, A. A. (2015). What prompts users to click and comment: A longitudinal study of online news. *Journalism*, 16(2), 198-217. doi: 10.1177/1464884913513996
- Volosinov, V. N. (1973). *Marxism and the philosophy of language*. Nova Iorque: Seminar Press.
- Weber, P. (2014). Discussions in the comments section: Factors influencing participation and interactivity in online newspapers' reader comments. *New Media & Society*, 16(6), 941-957. doi: 10.1177/1461444813495165
- Zhu, J.-H. (1992). Issue competition and attention distraction: A zero-sum theory of agenda-setting. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 69(4), 825-836. doi: 10.1177/107769909206900403

#### Financiamento e agradecimentos

Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através de bolsa individual de doutoramento, referência SFRH/BD/103335/2014, no âmbito do POCH – Programa Operacional Capital Humano, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Os autores gostariam de agradecer a Daniel Malhadas pela criação do programa de recolha e arquivo dos comentários.

#### Citação:

Gonçalves, J., Pereira, S. & Silva, M. T. (2017). Medir o *agenda-setting* nos comentários dos leitores às eleições legislativas de 2015. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas*. V *Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 205-226). Braga: CECS.

DAVID FERNANDES

davidvazfernandes@gmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

# A COBERTURA NOTICIOSA DA AUSTERIDADE (2011-2015) EM PORTUGAL: UMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO

## RESUMO

A nossa proposta de comunicação pretende divulgar os avanços realizados no âmbito do projecto de investigação intitulado “Os média em contexto de crise económica e financeira: uma análise à cobertura noticiosa da imprensa portuguesa a momentos-chave da política nacional em matéria de economia e finanças (2011-2015)”. A nossa intervenção centrar-se-á na discussão do conceito de ‘hegemonia’ e na metodologia empregue neste projecto de dissertação. Como questão central para o nosso estudo, formulamos a seguinte pergunta: “quais são os pontos de vista económicos, sociais e políticos mais representados na cobertura noticiosa realizada pela imprensa portuguesa às medidas de austeridade?”

## PALAVRAS-CHAVE

Cobertura noticiosa; austeridade; hegemonia

---

## 1. INTRODUÇÃO

A nossa proposta pretende divulgar os avanços realizados no âmbito do projeto de investigação intitulado “Os média em contexto de crise económica e financeira: uma análise à cobertura noticiosa da imprensa portuguesa a momentos-chave da política nacional em matéria de economia e finanças (2011-2015)”. Centrar-se-á na discussão do conceito de hegemonia e na metodologia empregue no projeto.

O objetivo do estudo é o de entender qual foi a cobertura noticiosa da crise económica e financeira por parte da imprensa portuguesa entre 2011 e 2015. Como questão central para o nosso estudo, formulamos a seguinte pergunta: “quais são os pontos de vista económicos, sociais e políticos mais representados na cobertura noticiosa das medidas de austeridade?”.

Os estudos prévios realçam a construção discursiva da crise económica e financeira como fator determinante para a justificação das medidas de austeridade. No âmbito do nosso tema, diversas investigações apontam para uma repetição do discurso oficial por parte dos meios de comunicação social europeus. Estes resultados poderiam justificar-se à luz do conceito teórico de hegemonia. De fato, a presença dominante dos discursos das elites nos meios de comunicação tem uma longa tradição no campo dos *media studies*. Caracteriza-se, em muitos casos, pela assunção de que os média são meros reprodutores da ideologia oficial. Estes pressupostos teóricos alicerçam a nossa hipótese central: “o conceito de hegemonia pode explicar a relação existente entre os poderes económico e político e os meios de comunicação de massas ao analisar os seus efeitos na cobertura noticiosa à crise económica e financeira”.

Definimos o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci como o ponto de partida da nossa revisão da literatura. O termo designa a capacidade de um grupo social em assumir a direção intelectual e moral sobre a sociedade. Este conceito influenciado pelas ideias marxistas rejeita, no entanto, o determinismo económico que lhe está subjacente. O poder económico não seria condição suficiente para o domínio ideológico sem a necessária construção de compromissos em que a classe subordinada se possa reconhecer. Como vimos previamente, a construção discursiva da crise teria favorecido a aceitação das medidas de austeridade através de uma cobertura noticiosa positiva. As políticas de austeridade constituem o resultado de um significado partilhado entre as elites e as classes subordinadas.

Estes argumentos teóricos permitem-nos avançar com a ideia de que necessitamos de duas abordagens complementares através das quais interpretar os conteúdos dos jornais analisados. Nesse sentido, dividimos o *corpus* da amostra em duas partes: uma informativa e outra opinativa.

Em primeiro lugar, analisamos as peças noticiosas às quais aplicaremos técnicas de análise de conteúdo para investigar os *frames* empregues na cobertura, o tipo de fontes utilizadas, o tom de cada conteúdo noticioso e o modo de abordagem jornalística. Estes itens permitirão identificar os pontos de vista económicos, sociais e políticos mais representados na cobertura noticiosa.

Em segundo lugar, centramos o estudo nos artigos de opinião e nos editoriais. Procuramos interpretar os significados ideológicos subjacentes aos discursos produzidos nos órgãos de comunicação analisados. A utilização das técnicas ligadas à análise crítica do discurso pretende examinar as relações e as estruturas de poder na utilização da linguagem dos textos de opinião. Nesse sentido, a linguagem contribui para a legitimação das

relações sociais existentes e das hierarquias de autoridade e controlo. Ou seja, reafirma a visão hegemónica da crise económica e financeira presente na cobertura noticiosa da imprensa portuguesa.

Antes de desenvolvermos os aspetos mencionados, gostaríamos de deixar um conjunto de notas prévias. Em primeiro lugar, este texto, apresentado nas V Jornadas Doutorais em Comunicação e Estudos Culturais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, está baseada no projeto de doutoramento entregue no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação. Portanto, o conjunto de ideias que apresentamos refletem o desenvolvimento do projeto de investigação. Em segundo, procuramos corresponder aos objetivos das Jornadas direcionadas para a formulação e discussão de questões teóricas e para o desenho de metodologias. Optamos, por causa disso, por uma reflexão sobre o conceito de hegemonia para o desenho da investigação. As questões levantadas pelos participantes e outras indicações decorrentes da participação ajudaram a retificar alguns dos aspetos que enunciámos de seguida.

O tema desta comunicação foi desenvolvido através de uma investigação empírica no artigo “As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público” (Fernandes, 2016). O estudo serviu de experimentação prévia para a apresentação da proposta de dissertação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

## 2. A PROBLEMÁTICA A INVESTIGAR

O período em análise nesta proposta de investigação é determinado pela crise da dívida soberana portuguesa. Centramos o nosso objeto de estudo na cobertura noticiosa por parte da imprensa portuguesa a diversos momentos-chave da atualidade durante o período em análise. O problema geral que norteia a investigação é o de compreender de que modo é que os média retrataram as medidas de austeridade e as suas consequências.

Esta problemática atravessa um eixo temporal que vai além do nosso período de análise. Como poderemos comprovar ao longo da apresentação, o tema que estudamos estende-se desde as causas que deram origem à crise económica e financeira até às consequências das soluções promulgadas. O modo de entender os acontecimentos teve uma influência decisiva na tomada de decisões com vista a resolver os problemas ligados à dívida soberana portuguesa. Antes de prosseguir, vejamos o conjunto de dimensões específicas do nosso problema.

A nível económico, as soluções propostas pelo Governo de Portugal e a Troika promoveram um período de austeridade na economia portuguesa. Os motivos que levaram a estas escolhas políticas implicam uma defesa da matriz ideológica dos intervenientes e as circunstâncias específicas da economia nacional. Devemos, por isso, entender se os média foram capazes de explicar as causas destas medidas. Necessitamos ainda de compreender se a imprensa conseguiu identificar as consequências destas opções a nível económico. Por fim, a opção estratégica assumida por estas entidades governamentais tinha alternativas defendidas por diversos setores do pensamento económico. Importa avaliar se a cobertura noticiosa deu espaço a escolhas diferentes na explicação dos acontecimentos.

A nível político, duas grandes questões se levantam. A primeira prende-se com a filosofia neoliberal que defende um maior poder para os mercados face à atuação do poder político. Precisamos de entender de que modo é que os média refletiram sobre esta questão. Por outro lado, as diferentes forças políticas portuguesas tiveram respostas diferentes à crise e devemos verificar de que modo é que estes diferentes grupos foram representados.

A nível social, diversos setores na sociedade portuguesa foram afetados pelas medidas instauradas através do “Memorando de Entendimento”. Um dos problemas a analisar é investigar se os média conseguiram explicar de que modo é que as opções económicas incidiram sobre os diversos membros da sociedade. Sabemos que o espaço mediático é um campo reduzido onde as fontes oficiais predominam. Necessitamos de pesquisar se foi dado espaço às populações sobre as quais recaíram estas leis. Ainda devemos averiguar se foram enunciadas alternativas a estas mesmas medidas para os diferentes conjuntos.

### 3. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES DE TRABALHO

A nossa investigação procurará identificar de que modo é que a imprensa portuguesa terá avaliado as decisões políticas que foram tomadas na sequência da crise económica em Portugal.

Como questão de investigação para o nosso estudo, formulamos a seguinte pergunta: “quais são os pontos de vista económicos, sociais e políticos mais representados na cobertura noticiosa realizada pela imprensa portuguesa às medidas de austeridade?”

Tendo em conta que os média não têm capacidade para representar toda a amplitude do fenómeno em estudo, pretendemos, através desta

investigação, identificar as diferentes dimensões que foram mais vezes abordadas na cobertura noticiosa.

A questão central aborda, deste modo, as três dimensões que explicamos anteriormente:

- a dimensão económica, na qual se integra o contexto específico da crise portuguesa e o conflito ideológico entre as soluções neoliberais e as alternativas de crescimento;

- a dimensão política, onde podemos incluir os conflitos entre os defensores e opositores das medidas de austeridade, por um lado, e os membros do governo e a oposição, pelo outro;

- a dimensão social, na qual se inserem os atores sociais afetados pelas medidas enunciadas e as suas perspetivas sobre a crise económica.

Deste modo, pretendemos ainda compreender de que forma os média valorizaram as várias forças que se opuseram no campo mediático.

Relativamente à nossa hipótese geral de trabalho, esta deve especificar o nosso objeto de estudo e a sua relação com o contexto que identificamos previamente. Optamos pela seguinte formulação como base da nossa investigação: “a imprensa portuguesa realçou os aspetos favoráveis à implementação das medidas de austeridade”.

Diversas hipóteses específicas proporcionam uma maior compreensão do fenómeno e permitem uma abordagem mais aprofundada da problemática em estudo:

- a imprensa portuguesa optou por um tom positivo face às medidas de austeridade e aos seus defensores;

- a imprensa portuguesa beneficiou as fontes governamentais e oficiais em detrimento das fontes contrárias às medidas de austeridade;

- a imprensa portuguesa não deu voz às pessoas ou entidades afetadas.

#### 4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A contextualização do tema que apresentamos tem uma abordagem semelhante à do artigo “As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público” (Fernandes, 2016).

Um conjunto de fatores ligados à liberalização dos mercados financeiros e à procura de maiores margens de lucro nos créditos concedidos às famílias norte-americanas aumentou o risco de insolvência dos contraentes de empréstimos. A “bolha” criada no mercado imobiliário dos Estados

Unidos da América (EUA) com este tipo de empréstimos quebrou em 2007, devido à queda acentuada dos preços dos imóveis e levou à uma falta de liquidez nos bancos dos EUA (Thakor, 2015).

Entre as consequências desta crise do crédito norte-americano, podemos apontar uma forte recessão global da economia, uma falta de liquidez do sistema bancário e um receio dos mercados face aos elevados níveis de endividamento de vários países da Zona Euro, entre os quais Portugal (Lourtie, 2011).

A crise da dívida soberana das nações em dificuldade foi a consequência da falência do sistema bancário (Micheletti, 2008). A instabilidade vivida no sistema financeiro refletiu-se na zona Euro (Frommhold, 2014). Com os investidores institucionais a rejeitarem os títulos portugueses, o governo liderado por José Sócrates sentiu cada vez mais dificuldade em recorrer aos mercados.

As medidas de resposta promovidas pela comunidade internacional ter-se-ão baseado numa visão de austeridade para as economias mais afetadas. Nesse sentido, as economias em crise tiveram de sanear as contas públicas através de um conjunto de cortes na despesa (Petmesidou, Pavolini & Guillén, 2014). Além de Portugal, vários países como a Espanha, a Grécia ou a Irlanda (Petry, 2013) tiveram de recorrer a uma redução substancial dos gastos públicos.

O caso português constituiu, a par da Grécia, um dos exemplos mais severos de austeridade. Face a uma crise de liquidez para os pagamentos correntes, o Governo português entrou em negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE). As três entidades (mais familiarmente denominadas como Troika) assinaram um protocolo de entendimento com Portugal em maio de 2011 (Governo de Portugal, 2011). Mais de 78 mil milhões de euros foram concedidos sob forma de empréstimo sujeito a um conjunto de condições. O documento que ratificou o acordo entre as partes teve como título “Memorando de Entendimento”. Previa diversas cláusulas em que se inclui a possibilidade de tomar medidas adicionais: “a Decisão faz também depender os desembolsos adicionais de uma conclusão positiva das avaliações de condicionalidade, que terão lugar ao longo dos três anos de duração do programa. (...) Se os objetivos não forem cumpridos ou for expetável o seu não cumprimento, serão adoptadas medidas adicionais” (Governo de Portugal, 2011, p. 1).

#### 4.1 COBERTURA DA CRISE POR PARTE DOS MÉDIA

Procedemos a uma revisão da literatura acerca das investigações que abordam a cobertura noticiosa de situações de crise económica e financeira. Os estudos científicos que antecederam o projeto de dissertação de doutoramento eram ainda escassos e não permitiam construir uma base teórica avançada. Elencamos, contudo, os temas mais vezes abordados nas investigações científicas que analisaram a representação mediática da crise económica e financeira:

- a dimensão económica é analisada do ponto de vista das economias mais robustas e capazes de superar os constrangimentos da crise. Nesse sentido, Halsall (2013) e Tracy (2012) destacam as narrativas construídas pelos meios de comunicação social de países como os Estados Unidos da América que defendem posições contrárias a de Portugal. Outros exemplos são os dos estudos de Tseronis (2014) sobre a Alemanha e de Touri e Rogers (2013) sobre a Inglaterra;

- na vertente política, um conjunto de autores analisou a cobertura mediática à União Europeia (Fracasso, Grassano & Marzetti, 2015) e destacou a falta de um processo democrático na tomada de decisões no seio da instituição;

- na vertente social, os estudos destacam as consequências políticas da crise para os países como Portugal e Grécia. Neste caso, podemos citar Freire, Lisi, Andreadis e Viegas (2014), Lisi e Santana-Pereira (2014), Teixeira, Tsatsanis e Belchior (2014) e Veebel e Kulu (2015).

### 5. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O contexto que pretendemos analisar assenta em três vertentes que abordamos previamente. Tencionamos rever os elementos de resposta que a literatura nos pode fornecer como ponto de partida para a nossa investigação. Este ponto parte da revisão da literatura apresentada no artigo “As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público” (Fernandes, 2016).

#### 5.1 O PRIMADO DA AUSTERIDADE

Após o desencadear dos acontecimentos que levaram ao resgate da economia portuguesa, os principais organismos internacionais indicaram a austeridade como o caminho a seguir para resolver a crise. Segundo Reis (2014, p. 14), “a imposição de uma economia política da austeridade foi

feita através de uma intensa tentativa de demonstração de que esta é a solução única, obrigatória, incontornável”.

Um exemplo deste tipo de discurso é promovido pelo Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, numa conferência organizada pelo *Diário Económico*: “não vale a pena fazer demagogia sobre isto, nós sabemos que só vamos sair desta situação empobrecendo – em termos relativos, em termos absolutos até, na medida em que o nosso Produto Interno Bruto (PIB) está a cair” (Passos Coelho: Só vamos sair da crise empobrecendo, 2011). Ainda na mesma conferência, à margem da discussão sobre o Orçamento de Estado, Passos Coelho defendia estabilidade: “seria bom que o país fosse poupado a qualquer ideia de que o Governo à segunda-feira ou à quinta está disponível para adotar medidas extremamente difíceis, mas que têm de ser concretizadas para que as nossas metas sejam atingidas, e depois ao sábado, domingo ou à segunda-feira estivesse a repensar medidas em que pensou muito maduramente e que só adotou por saber que não tem alternativa para elas” (Passos Coelho: Só vamos sair da crise empobrecendo, 2011).

O Observatório sobre Crises e Alternativas chega assim à conclusão de que “esta última formulação da crise (...) escolheu considerar os mercados como o fulcro essencial e indiscutível da determinação dos padrões de vida coletiva, submetendo às suas razões os restantes mecanismos de coordenação económica, social e política” (Reis, 2014, p. 14).

Numa entrevista à RTP1 realizada em 2011, Pedro Passos Coelho anunciava que o empréstimo concedido pela Troika não seria suficiente para as necessidades do Estado. Segundo o antigo Primeiro-Ministro, Portugal teria de recorrer aos mercados, “o que significa que Portugal precisa de cumprir religiosamente este acordo de modo a que possa estar em condições de ir ao mercado financiar-se a partir do segundo ano” (Passos diz que Portugal..., 2011).

A posição de Pedro Passos Coelho não era única. O tipo de discurso defendido pelo governante português seguia uma linha discursiva que era imposta pelos principais órgãos de decisão europeus. Mas de que modo terão reagido os meios de comunicação social a este tipo de medidas?

Kaitatzi-Whitlock (2014) analisou a cobertura noticiosa das políticas de austeridade na Grécia. O seu estudo partilha os objetivos de investigação com a comunicação que apresentamos e denota uma posição dura para com os média helénicos:

a grande maioria das técnicas desenvolvidas pelos protagonistas da União Europeia e das instituições financeiras na representação mediática da dívida soberana grega e da

crise financeira foi notável. As práticas jornalísticas tendenciosas que tomaram partido na questão foram fulcrais para o desfecho desta *batalha*. Vamos diretamente ao ponto: as declarações foram fortemente carregadas do ponto de vista da sua organização; foram impertinentes, insultuosas, cáusticas e desconsideradas. (Kaitatzi-Whitlock, 2014, p. 33)

Nesse sentido, Kaitatzi-Whitlock (2014) afirma que os media foram fundamentais para a implementação das medidas de austeridade na Grécia ao criarem um clima propício à sua aceitação pela população grega.

## 5.2 ALTERNATIVAS

O discurso que relatámos anteriormente não esteve isento de críticas ou de oposições. As alternativas ao discurso dominante foram alargadas às diferentes vertentes da nossa problemática. A nível económico, podemos indicar um conjunto de caminhos alternativos. O primeiro deles foi sugerido por Mario Draghi, o presidente do Banco Central Europeu. Draghi tem sido uma das forças políticas que procurou alterar as medidas de austeridade implementadas à escala europeia (Possível fim do euro..., 2014). Autores como Kruger (2002) propunham reestruturar a dívida pública em casos como o que vivia Portugal. A própria União Europeia admitiu a necessidade de focar-se na criação de empregos para além das reformas estruturais (Katainen, 2015).

Joseph Stiglitz, vencedor do prémio do Banco de Suécia em Ciências Económicas em memória de Alfred Nobel, defendeu durante a crise uma maior intervenção pública na economia. Num artigo de opinião no *Guardian*, Stiglitz defendia que “a Europa precisa, mais do que reformas estruturais nos seus estados-membros, uma reforma da própria estrutura na Eurozona, e uma reversão das políticas de austeridade que falharam uma e outra vez na tentativa de relançar o crescimento económico” (Stiglitz, 2015).

Na área política, o partido Syriza na Grécia, recém-eleito para governar, também procurou mudar o acordo assinado pela Grécia com a *Troika*. “O Syriza insiste firmemente na sua posição de abolição do memorando assinado com a Troika de credores quando assumir o governo e irá renegociar os empréstimos”<sup>1</sup>. A necessidade de preservar as políticas sociais promovidas pelo Estado era um dos pontos mais defendidos pelos governantes helénicos.

<sup>1</sup> Retirado de [http://www.syriza.gr/page/who-we-are.html#.VM5j\\_GisU2U](http://www.syriza.gr/page/who-we-are.html#.VM5j_GisU2U)

A própria sociedade civil defendeu uma mudança perante o falhanço das políticas de austeridade. Movimentos cidadãos como o 15M ou os *Précários Inflexíveis* assim como novas formações políticas como Podemos ou Cinque Stelle nasceram como símbolo da luta contra as reformas estruturais promovidas pelos governantes europeus. Stiglitz avisara das possíveis consequências do tipo de políticas defendidas na Europa. “Se a Europa não altera o seu modo de atuar – se não reformar a Eurozona e rejeitar a austeridade – as repercussões populares tornar-se-ão inevitáveis” (Stiglitz, 2015).

### 5.3 A HEGEMONIA DISCURSIVA DA CRISE

Como vimos anteriormente com a investigação desenvolvida pela Kaitatzi-Whitlock (2014), os média não terão sido atores neutrais perante o desenrolar dos acontecimentos. Esta passagem é fundamental para a análise do nosso tema pois permite-nos entender o modo como os meios de comunicação interpretam os fenómenos sociais e os grupos que compõem a sociedade. No caso da austeridade promovida nos estados-membros da União Europeia, os movimentos populares descritos por Stiglitz constituíram uma ameaça para o sucesso das medidas de austeridade.

Nesse sentido, os governos europeus esforçaram-se por comunicar de forma eficiente os motivos que levaram à reestruturação dos modelos de governação. Falasca analisou o modo como o governo sueco abordou a questão: “os esforços de comunicação do governo asseguraram o acesso às notícias e a capacidade de definir a crise de modo a explicar o que tinha acontecido, por que tinha acontecido e como geriram a situação” (Falasca, 2014, p.18). E a capacidade de explicar os motivos que levaram à crise económica e financeira é a condição *sine qua non* para justificar as medidas de austeridade. Como refere Petry, “é a construção discursiva das crises – como explicamos um erro – que constitui o modo em que lhe damos uma solução” (Petry, 2013, p. 3).

A construção discursiva da crise terá favorecido a aceitação das medidas de austeridade. Mas para que os movimentos sociais e políticos nascidos no auge da crise vivida na Eurozona não provocassem “repercussões populares” mais delicadas, o acesso ao espaço mediático terá sido fundamental. E, por conseguinte, uma cobertura noticiosa positiva seria um aspeto decisivo.

Não podemos desenvolver o mesmo argumento sem evidências empíricas no caso português, mas diversos autores desenvolveram o tema na área dos estudos mediáticos.

Tomemos o exemplo de Stuart Allan (1998) que encontrou um ponto em comum entre investigadores no campo da comunicação e dos média como Williams, Hartley e Gitlin. Segundo eles, existiria uma hegemonia no discurso público que estaria baseada em noções de senso comum.

Vejam os dois exemplos: Oliveira Martins, Presidente do Tribunal de Contas, afirmava ao *Jornal de Negócios*: “não podemos gastar mais do que temos nem menos do que devemos” (Faria, 2011). Cavaco Silva, Presidente da República, reformulava a ideia através de palavras diferentes: “não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades” (“Não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades”, 2011). Ambos discursos refletem uma sabedoria comum baseada na ideia de que não se pode gastar mais do que se tem. Mas o raciocínio válido para uma família não deveria ser assumido para defender a gestão das contas estatais. A complexidade do modelo de financiamento do Estado não pode ser comparada ao orçamento familiar. Porém, o argumento permite validar as opções governamentais junto dos cidadãos.

A hegemonia nos discursos públicos não é apenas cultural ou ideológica, assume também outras formas. As posições contrárias às hegemónicas são limitadas pela base económica da produção que influencia, em última instância, todo e qualquer produto cultural (Garnham, 2011). A sua presença reflete-se na importância conferida aos grupos minoritários na atualidade mediática. Aqueles que não correspondem ao discurso dominante são encarados como elementos extremistas ou radicais (Calcutt & Hammond, 2011) e passam à esfera do desvio (Hallin, 1986). A linguagem é apontada frequentemente como um dos aspetos cruciais da manutenção da hegemonia por autores como Marcuse ou Habermas.

A presença de uma classe social ou económica capaz de determinar o espaço público é uma teoria antiga sobre a qual já refletiam Marx e Engels. Em *The German Ideology*, descrevem uma classe dominante que é detentora do poder na sociedade e ocupa o lugar de referente intelectual (citados por Heywood, 2007). Tal como referia Garnham (2011) anteriormente, o fator decisivo residiria no poder económico de determinados agentes sociais para controlar a produção cultural.

Este modelo determinista baseado na capacidade das forças económicas foi rejeitado por António Gramsci (Mattelart & Mattelart, 1997). O autor assume que existe uma hegemonia promovida pelos grupos sociais capazes de liderar a sociedade através de recursos intelectuais e morais. Mas, ao contrário de Marx e Engels, Gramsci introduz a noção de negociação em que as elites que detêm o poder numa determinada sociedade

necessitam negociar os significados com outros setores da sociedade para construir um consenso social. Traduzido nas palavras de Martin Barbero, “na visão de Gramsci, uma classe exerce hegemonia até ao ponto em que a classe dominante tem interesses em que a classe subordinada se revê (...) Este processo não é apenas baseado na força, mas também no significado compartilhado” (Barbero, 1987, p. 74).

Portanto, em termos gramscianos, a necessária construção de compromissos terá implicado uma negociação entre as elites e as classes subordinadas. Se adoptarmos esta perspetiva hegemónica no caso em estudo, as medidas de austeridade constituem o resultado de um significado partilhado entre os governantes e os cidadãos.

#### 5.4 A VERTENTE DOS MÉDIA

Os estudos sobre os média desenvolveram um conjunto de áreas temáticas para entender os fenómenos de comunicação. O modelo hegemónico influenciou diversas escolas que se opuseram ao suposto domínio dos meios de comunicação social por parte das elites.

Entre eles, podemos referir a Teoria Crítica que surge através da Escola de Frankfurt e do trabalho desenvolvido por Adorno e Horkheimer nos anos 40 do século XX. Os autores referidos desenvolvem o conceito de “indústrias culturais” como a produção industrial dos bens culturais. Este modo de definição transforma a cultura numa mercadoria que perde assim a sua essência ao ser assimilada como um valor mercantil (Morgan, 2013). Os pensadores que refletiram sobre o conceito de “indústrias culturais” criticam, em muitos momentos, a cultura de massa e a vulgaridade intelectual dos seus consumidores.

Outra área de estudos é o estruturalismo que surge como teoria linguística baseada nos trabalhos de Ferdinand e de Saussure. Os autores estruturalistas estabeleceram modelos de sociedade baseados em campos de forças e oposições entre poder repressor e maioria reprimida.

As forças económicas foram analisadas pela economia política aplicada aos média. Definida por Mosco como “o estudo das relações sociais, em particular das relações de poder, que constituem mutuamente a produção, distribuição e consumação de recursos” (1996, p. 24), esta área de investigação tem-se revelado fortemente crítica perante as políticas neoliberais e os seus contributos têm sido particularmente consistentes na área da comunicação (Becerra & Mastrini, 2011; Wasko, Murdoch & Sousa, 2011).

Uma fonte de estudos mais recentes, os *Cultural Studies*, teve como ponto de partida a negociação gramsciana. Os seus trabalhos procuraram

analisar as dinâmicas e as relações de força entre as elites e as classes subornadas dando lugar a novos modelos de comunicação como o encoding-decoding (Ferguson & Golding, 1997).

## 6. METODOLOGIA

### 6.1 DEFINIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

A nossa investigação pretende analisar a cobertura noticiosa da imprensa portuguesa face às medidas de austeridade impostas após a passagem da Troika e a assinatura do “Memorando de entendimento”. Nesse sentido, tencionamos rever vários momentos-chave deste período da política portuguesa que possam refletir a posição dos diversos diários e semanários em análise. Destacamos três momentos como relevantes para a investigação:

- A apresentação do Orçamento de Estado por parte do Governo Português para debate na Assembleia da República é um momento importante da vida política nacional. Este projeto legislativo deve ser revelado, por força de lei, até 15 de outubro de cada ano civil de forma a prosseguir para debate no Parlamento português<sup>2</sup>.

Neste caso, a maioria das propostas governamentais podem ser integradas no que definimos como “medidas de austeridade”. A presença dos outros partidos com assento parlamentar e restantes atores políticos e mediáticos confere-nos a possibilidade de entender as posições em confronto.

Os dias escolhidos para amostra são relativos à época em que deve ser anunciado o Orçamento de Estado, ou seja, o dia 15 de outubro. Nesse sentido, serão contabilizadas as notícias dos jornais referidos entre os dias 10 e 20 dos meses de outubro dos anos de 2011 a 2015. Os dias escolhidos correspondem assim à antevisão, dia da apresentação e análise da proposta de Orçamento de Estado.

- Os debates do Estado da Nação na Assembleia Nacional. Esta opção permite rever os principais argumentos das forças políticas. Sabemos que não deverão estar os grupos sociais afetados pela crise devido ao tipo de cobertura que é efetuada a estes eventos. Mas estes acontecimentos têm uma forte capacidade de trazer dados qualitativos à nossa análise. Deste

<sup>2</sup> O artigo 35º da Lei nº 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei Orgânica nº 2/2002, de 28 de Agosto, passa a ter a seguinte redação: “Artigo 35º [. ] 1 — O Governo apresenta à Assembleia da República, até 15 de Outubro de cada ano, a proposta de lei do Orçamento do Estado para o ano económico seguinte”, Diário da República, retirado de [http://www.dgo.pt/legislacao/Documents/Ponto7-Lei91-2011-2Alteracao\\_2.pdf](http://www.dgo.pt/legislacao/Documents/Ponto7-Lei91-2011-2Alteracao_2.pdf)

modo, incluímos todas as edições dos jornais em análise que sucedem a cada um dos debates enunciados. O material recolhido será utilizado de modo a entender qual foi a cobertura noticiosa feita pelos representantes da imprensa portuguesa perante estes debates políticos.

- A assinatura do “Memorando” da Troika (semana de 16 a 22 de Maio de 2011) e cada uma das visitas oficiais dos seus representantes. A inclusão dos elementos noticiosos deste período enriquece a contextualização da problemática em questão. Com estas edições, tencionamos estudar as primeiras “reações” às medidas de austeridade e conferir um panorama mais alargado e completo ao espetro da nossa investigação.

Estas escolhas prendem-se com a necessidade de limitar o nosso objeto de estudo tendo, no entanto, a preocupação de obter uma amostra que seja realmente identificativa dos argumentos em questão e da própria problemática.

A amostra é composta por várias edições escritas de representantes da imprensa portuguesa que passamos a enumerar: *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *jornal I*, *Expresso*, o *Sol* e o *Correio da Manhã*.

- O *Público* e o *Diário de Notícias* foram escolhidos por serem quotidianos de referência no panorama mediático português.
- O *Jornal de Notícias* é um diário mais popular com uma visão mais regionalista, mas com um público-alvo muito extenso.
- O *jornal I* é uma publicação que trouxe novidades ao modo como são tratados os temas principais da atualidade fornecendo peças de maior reflexão face à tradicional cobertura noticiosa dos fatos pelos restantes diários em Portugal.
- O *Expresso* ocupa um lugar forte na definição da agenda mediática nacional. A sua análise pode permitir aceder a uma explicação mais completa do que a que a imprensa portuguesa seguiu durante o período em análise.
- O semanário *Sol* foi escolhido por ser o concorrente mais direto do *Expresso*. A sua presença é um indicador da diversidade das perspetivas que podemos acompanhar neste estudo.
- Finalmente, o *Correio da Manhã* foi incluído devido ao tamanho da sua audiência ao ter constituído uma das “vozes” mais ouvidas pelos portugueses ao longo do período em análise.

Devido às limitações de tempo e espaço que este género de investigação acarreta, optamos por analisar apenas um dos meios de comunicação do país. A imprensa continua a ser um polo de referência para entender as lógicas dos acontecimentos a nível nacional. A presença da rádio, televisão ou dos meios de comunicação eletrónicos têm lógicas menos reflexivas devido à sua maior imediatez. Ora, o objetivo deste estudo passa por compreender a capacidade dos media em apresentar alternativas nos debates públicos que discutem as questões levantadas pelas medidas de austeridade.

## 6.2 DUAS ABORDAGENS COMPLEMENTARES

Para analisar as informações de que dispomos na nossa amostra, optamos por utilizar duas abordagens complementares que nos permitam interpretar os dados da amostra e verificar se os resultados correspondem às hipóteses que levantamos anteriormente. Consideramos, portanto, necessária a inclusão dos conteúdos que não fazem parte das notícias propriamente ditas. Esta opção prende-se com o fato de ser importante para nós a inclusão de todos os elementos do debate quanto à esta questão. A leitura dos jornais não é limitada apenas às notícias, é uma experiência integrada que contem também os líderes de opinião que nela participam.

Nesse sentido, dividimos o *corpus* da amostra em dois tipos de conteúdos:

- o informativo, onde integramos todas as peças noticiosas e aplicaremos um método de análise de conteúdo que nos permite compreender o conteúdo dos textos analisados;

- o opinativo, onde se inserem os artigos de opinião e os editoriais. Para estas peças, trabalharemos com a disciplina da análise de discurso e uma das suas vertentes teóricas, a análise crítica. Deste modo, procuraremos interpretar os sentidos dos discursos produzidos nos órgãos de comunicação analisados.

### 6.2.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Laurence Bardin define a análise de conteúdo como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a *discursos* (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Baseada na capacidade de inferir significados, esta técnica é “um esforço de interpretação (...) que oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (Bardin, 1977,

p. 9). Consideramos que é particularmente adequada para o estudo do implícito e para a análise das representações, das ideologias e dos processos de socialização como os média.

De forma a analisar as peças noticiosas da nossa amostra, elaboramos uma grelha de avaliação em que identificamos duas áreas distintas de interesse: as características gerais do texto e as características específicas do tema em análise.

Nas características gerais do texto, pretendemos identificar a presença de cinco *frames* gerais: a atribuição de responsabilidade, o interesse humano, o conflito, a moralidade e a economia. Elencamos um conjunto de perguntas associado a cada um destes *frames* de modo a identificar a sua presença. Com esta primeira parte da grelha de análise, podemos identificar os principais atributos da cobertura noticiosa que foi efetuada pelos órgãos de comunicação analisados.

A segunda parte da grelha de análise identifica as características específicas do tema. Permite-nos compreender diversos pontos da nossa problemática: quais foram as fontes mais referidas na cobertura noticiosa, o tom adoptado pela cobertura noticiosa e a abordagem dos média perante as medidas de austeridade. Para, elencamos três itens de análise:

- os *atores noticiosos* divididos entre *definidores primários* e *referências* e depois em grupos pelo seu grau de afinidade no contexto do nosso tema: Governo, Oposição, Políticos, Troika, Instituições Públicas, Populações Afetadas, Privados, Comentadores, Sociedade Civil, Cultura, Saúde e Outros;

- o *tom da notícia*: cada artigo realizado será avaliado consoante o tom com que foi escrito e entrará numa das seguintes categorias: pró-austeridade, pró-alternativa e misto;

- a *abordagem jornalística*: uma análise será feita ao enquadramento conferido ao assunto por parte do jornalista. A linguagem utilizada, a forma de construir a notícia, o relevo dado a determinados atores ou partes do acontecimento em detrimento de outros, serão os fatores a partir dos quais iremos analisar este tópico.

### 6.2.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Para os conteúdos que têm valor opinativo, categoria na qual incluímos os artigos de opinião, comentários e editoriais das publicações em análise, avançaremos com uma metodologia baseada em investigações da análise crítica do discurso (ACD).

A ACD é constituída a partir da análise de discurso no final dos anos 80 por um grupo de investigadores que inclui Teun van Dijk. “Os estudiosos

que lideram [a análise crítica do discurso] são geralmente considerados como sendo o quarteto composto por Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun Van Dijk e Paul Chilton enquanto pessoas como Margaret Wetherell, Michael Billig, Christina Schaffner, Theo van Leeuwen, Gunther Kress e outros lhes são associados de forma bastante próxima” (Blommaert, 2005, p.21). Este campo de investigação difere do seu antecessor por vários motivos. A visão que promove do investigador, tal como vimos com van Dijk, deve refletir sobre as relações sociais. O objetivo deste método é examinar as relações e as estruturas de poder imbuídas na linguagem de todos os dias (Deacon, Pickering, Golding & Murdoch, 2007). A ACD procura mostrar o que não está visível à primeira vista (Pinto-Coelho, 2002) e, por isso, coloca alguma subjetividade na análise que lhe é prejudicial (Deacon et al., 2007). Mantém, no entanto, a sua predisposição para a interdisciplinaridade que é uma marca de fabrico desta grande área de estudos desde o final dos anos 60.

No seguimento do que observámos na contextualização do nosso tema e na análise do conceito de hegemonia, a análise crítica do discurso permite-nos examinar as relações e as estruturas de poder na utilização da linguagem dos textos de opinião. A linguagem contribui para a legitimação das relações sociais existentes e das hierarquias de autoridade e controlo. Por conseguinte, as ferramentas empregues pela ACD são um instrumento valioso para avaliar se existiu uma visão hegemónica da crise económica e financeira na cobertura noticiosa da imprensa portuguesa.

A grelha de análise que levaremos a cabo no âmbito do nosso estudo baseia-se num conjunto de critérios identificados por Van Dijk no artigo científico “Opinions and Ideologies in the Press” (Van Dijk, 1995). Tal como refere van Dijk,

as seguintes sugestões práticas podem ser assumidas para realizar uma análise ideológica: a) examinar o contexto do discurso, b) analisar que grupos, relações de poder e conflitos estão envolvidos, c) procurar opiniões positivas e negativas sobre Nós e Eles, d) expor os pressupostos e os ímplitos, e e) examinar todas as estruturas formais que conferem (ou não) ênfase os grupos de opinião polarizados. (van Dijk, p. 61)

Através dos elementos de análise básicos promovidos por Van Dijk, pretendemos investigar se a presença de determinadas formas de argumentação se encontram nos textos recolhidos pela nossa amostra. A lista de elementos a identificar nos textos de opinião retirada da obra de van Dijk

(1995) é a seguinte: polarização (nós contra eles), coerência de opinião, atribuição, descrição, interesse, implícitos, meta-opiniões, expressões, não mencionados, argumentos e utilizar a história.

### 6.2.3 ALGUNS EXEMPLOS INSPIRADORES

A nossa abordagem metodológica assenta em trabalhos realizados anteriormente por diversos autores nas áreas da análise de conteúdo e na análise crítica do discurso.

Quando optámos por identificar características gerais da cobertura noticiosa, seguimos um trabalho de Semetko e Valkenburg (2000) que foi identificado por Vraneski e Richter (2002, p. 18) como um exemplo na matéria: “embora seja concebível que os jornalistas possam utilizar muitos modos de representar a realidade, a literature parece apontar para pelo menos quatro modos” (entre quais o de Semetko & Valkenburg). Este método foi seguido em outros casos de forma a estudar as coberturas noticiosas em contexto de crise (An & Gower, 2009).

Por outro lado, ao querermos encontrar características específicas da cobertura noticiosa, incluímos uma abordagem destinada a uma questão determinada como é o caso do artigo de 2003 de Craig Murray, Katy Parry, Piers Robinson e Peter Goddard intitulado “Reporting Dissent in Wartime: British Press, the Anti-War Movement and the 2003 Iraq War”. Este trabalho pretende analisar o conflito entre a decisão governamental da entrada na guerra do Iraque e os movimentos sociais e políticos que defendem a perspectiva contrária. Encontramos deste modo um paralelo com o nosso contexto de oposição entre as perspectivas defendidas por governantes ou setores de elite e as alternativas propostas por grupos sociais minoritários.

Reconhecemos que a análise de conteúdo exige um elevado grau de precisão na sua operacionalização e medição (De Vreese, 2005). Porém, procuramos adaptar estes exemplos de investigação às nossas condições específicas de modo a que estes pudessem contribuir para o estudo da nossa realidade.

Na nossa abordagem aos conteúdos de opinião, necessitamos de uma contextualização teórica e de um modelo prático que sirva de metodologia para o estudo empírico. Ainda que alguns autores tenham já procurado analisar o nosso objeto de estudo (Duarte & Pinto, 2013), optamos por partir do modelo enunciado no artigo de van Dijk intitulado “Opinions and ideologies in the press” que foi editado no livro *Approaches to Media Discourse* (Bell & Garrett, 1998). Este autor holandês elaborou uma teoria

nova da ideologia que está ligada a um método de análise do discurso para artigos de opinião e editoriais.

O objetivo desta teorização é a de poder estudar um discurso e rever as suas bases ideológicas. van Dijk avança assim para uma análise da forma como estes processos se materializam na produção de discursos através das duas áreas que enunciamos. O primeiro modo enunciado é o lexical que corresponde a uma análise do vocabulário empregue e que não constitui uma novidade na área da análise de discurso. De seguida, van Dijk procura “as várias estruturas semânticas do discurso uma vez que estas formam o núcleo central do ‘conteúdo’ da expressão das opiniões ideológicas” (van Dijk, 1995, p. 31). Van Dijk enuncia assim uma estrutura de análise para os discursos de opinião baseada numa estratégia de polarização:

esta estratégia de polarização – descrição positiva do interior do grupo e negativa do exterior do grupo – tem, por isso, a seguinte estrutura abstrata avaliativa, que podemos apelidar de *cruzamento ideológico*:

1. Enfatizar as nossas boas propriedades / ações
2. Enfatizar as más propriedades / ações deles
3. Mitigar as nossas más propriedades / ações
4. Mitigar as boas propriedades / ações deles. (van Dijk, 1995, p. 33)

## 7. CONCLUSÃO

A complexidade do fenómeno em estudo foi descrita através do conjunto de dimensões que apontámos (económica, política e social). De modo a entender de que forma foi realizada a cobertura noticiosa sobre o tema, optamos por duas abordagens complementares: a análise de conteúdo e a análise crítica de discurso. Os instrumentos utilizados refletem a hipótese geral que emitimos segundo a qual o conceito de hegemonia pode explicar a relação existente entre os poderes económico e político e os meios de comunicação de massas.

Esperamos que esta investigação contribua para a abertura de novas perspetivas para outras investigações que versem sobre o papel dos média em crises económicas e financeiras, seja no âmbito específico português, seja em outros contextos atuais ou futuros.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Allan, S. (1998). News from nowHere: Televisual news discourse and the construction of hegemony. In A. Bell & P. Garrett (Eds.), *Approaches to Media Discourse* (pp. 105-141). Oxford: Blackwell.
- An, S. & Gower, K. (2009). How do the news *media* frame crises? A content analysis of crisis news coverage. *Public Relations Review*, 35, 107-112.
- Bardin, L. (1977). *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becerra, M. & Mastrini, G. (2011). Communication economy paths. A Latin American approach. In J. Wasko, G. Murdoch & H. Sousa (Eds.), *The Handbook of Political Economy of Communications* (pp. 109-125). Chichester: Blackwell Publishing.
- Bell, A. & Garrett, P. (Eds.) (1998). *Approaches to media discourse*. Oxford: Blackwell.
- Blommaert, J. (2005). *Discourse*. Cambridge: Cambridge University.
- Calcutt, A. & Hammond, P. (2011). *Journalism studies, a critical introduction*. Abingdon: Routledge.
- Deacon, D., Pickering, M., Golding, P. & Murdoch, G. (2007). *Researching communications: A practical guide to methods in media and cultural Analysis*. London: Bloomsbury Academic.
- De Vreese, C. (2005). News framing: Theory and typology. *Information Design*, 1, 511-516.
- Draghi quer que governos promovam investimento público para animar economia (2014, 11 de setembro). *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2014/09/11/economia/noticia/draghi-quer-que-governos-promovam-investimento-publico-para-animar-economia-1669410>
- Duarte, I. & Pinto, A. (2013). Troika, austeridade, crise: modalização linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 2, 33-52.
- Falasca, K. (2014). Political news journalism: Mediatization across three news reporting contexts. *European Journal of Communication*, 29(5), 583-597.
- Faria, R. (2011, 4 de abril). Oliveira Martins: “Não podemos gastar mais do que temos nem menos do que devemos”. *Jornal de Negócios*. Retirado de <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/detalhe/oliveira-martins-quotnatildeo-podemos-gastar-mais-do-que-temos-nem-menos-do-que-devemosquot>.
- Ferguson, M. & Golding, P. (1997). *Cultural studies in question*. Londres: Sage.

- Fernandes, D. (2016). As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público. *Eikon Journal on Semiotics and Culture*. Retirado de [http://eikon.ubi.pt/files/eikon\\_04\\_vazfernandes.pdf](http://eikon.ubi.pt/files/eikon_04_vazfernandes.pdf)
- Fracasso, A., Grassano, N. & Marzetti, G. (2015). The gravity of foreign news coverage in the EU: Does the Euro matter?. *Journal of the Common Market Studies*, 274-291.
- Freire, A., Lisi, M., Andreadis, I. & Viegas, J. (2014). Political representation in bailed-out Southern Europe: Greece and Portugal compared. *South European Society and Politics*, 19(4), 413-433.
- Frommhold, E. (2014, 31 de julho). 2011 – Portugal pede ajuda à 'troika'. *Diário de Notícias*. Retirado de <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/2011-portugal-pede-ajuda-a-troika/>
- Garnham, N. (2011). The political economy of communication revisited. In J. Wasko, G. Murdoch & H. Sousa (Eds.), *The Handbook of Political Economy of Communications* (pp. 41-61). Chichester: Blackwell Publishing.
- Hallin, D. (1986). *The "uncensored war". The media and Vietnam*. Oxford: Oxford University Press.
- Halsall, R. (2013). Signs of crisis and recovery: Geographical imaginaries in press coverage of the financial crisis in the UK and German press 2008–2009. *Culture and Organization*, 19(5), 377-395.
- Heywood, A. (2007). *Political ideologies. An introduction*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Kaitatzi-Whitlock, S. (2014). Greece, the eurozone crisis and the media: The solution is the problem. *The Public*, 21, 25-46
- Katainen, J. (2015, 15 de abril) EU investment plan will 'create up to 1.3 million new jobs'. *The Parliament Magazine*. Retirado de <https://www.theparliamentmagazine.eu/articles/opinion/eu-investment-plan-will-create-13-million-new-jobs>.
- Kruger, A. (2002). *A new approach to sovereign debt restructuring*. Washington, D.C.: International Monetary Fund.
- Lisi, M. & Santana-Pereira, J. (2014). Campaign individualisation before and after the bailout: A comparison between Greece and Portugal. *South European Society and Politics*, 19(4), 541-559.
- Lourtie, P. (2011). Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais*, 32, 61-105.

- Martin Barbero, J. (1987). *Communication, culture and hegemony. From the media to the mediations*. Londres: Sage Publications.
- Mattelart, A. & Mattelart, M. (1997). *História das teorias da comunicação*. Lisboa: Campo das Letras.
- Micheletti, B. (2008). *A crise das hipotecas subprime nos EUA e os seus desdobramentos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Morgan, T. (2013). Adorno and the political economy of communication. *The Political Economy of Communication*, 1(2), 44–64.
- Mosco, V. (1996). *The political economy of communication*, Londres: Sage Publications.
- Murray, C., Parry, K., Robinson, P. & Goddard, P. (2008). Reporting dissent in war-time: UK media, the anti-war movement and the 2003 Iraq war. *European Journal of Communication*, 23(1), 7-27.
- “Não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades”, diz Cavaco (2011, 6 de maio). *Jornal de Notícias*. Retirado de <http://www.jn.pt/nacional/interior/nao-podemos-continuar-a-viver-acima-das-nossas-possibilidades-diz-cavaco-1845991.html#ixzz4QhjplAwN>
- Passos Coelho: “Só vamos sair da crise empobrecendo” (2011, 25 de Outubro). *Expresso*. Retirado de [http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest\\_economia/OramentodoEstado2012/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176](http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_economia/OramentodoEstado2012/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176)
- Passos diz que Portugal vai ter de ir aos mercados já em 2012 (2011, 4 de maio). *Jornal de Notícias*. Retirado de <http://www.jn.pt/nacional/interior/passos-diz-que-portugal-vai-ter-de-ir-aos-mercados-ja-em-2012-1844378.html#ixzz4Ry6djCME>
- Petmesidou, M., Pavolini, E. & Guillén, A. (2014). South european healthcare systems under harsh austerity: A progress–regression mix?. *South European Society and Politics*, 19(3), 331-352.
- Pinto-Coelho, M. (2002). *Drogas em campanhas de prevenção: dos discursos às ideologias*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Possível fim do euro já é discutido pelos economistas (2011, 11 de dezembro). *Diário de Notícias*. Retirado de <http://www.dn.pt/economia/interior/possivel-fim-do-euro-ja-e-discutido-pelos-economistas-2177762.html>.
- Reis, J. (Ed.) (2014). *A economia política do retrocesso: crises, causas e objectivos*. Coimbra: Almedina.

- Semetko, H. & Valkenburg, P. (2000). Framing european politics: A content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, 50(2), 93-109.
- Stiglitz, J. (2015, 9 de janeiro). Europe's economic madness cannot continue. *The Guardian*. Retirado de <https://www.theguardian.com/business/2015/jan/09/europe-economic-madness-cannot-continue-greece-elections>.
- Teixeira, C., Tsatsanis, E. & Belchior, A. (2014). Support for democracy in times of crisis: Diffuse and specific regime support in Portugal and Greece. *South European Society and Politics*, 19(4), 501-518.
- Thakor, A. (2015). The financial crisis of 2007–2009: Why did it happen and what did we learn?. *Review of Corporate Finance Studies*, 4(2), 155-205.
- Touri, M. & Rogers, S. (2013). Europe's communication deficit and the UK press: Framing the greek financial crisis. *Journal of Contemporary European Studies*, 21(2), 175-189.
- Tracy, J. (2012). Covering 'financial terrorism'. *Journalism Practice*, 6(4), 513-529.
- Tseronis, A. (2014). Multimodal argumentation in news magazine covers: A case study of front covers putting Greece on the spot of the European economic crisis. *Discourse, Context and Media*, 7, 18-27.
- Van Dijk, T. (1995). Opinions and ideologies in the press. In A. Bell & P. Garrett (Eds.), *Approaches to Media Discourse* (pp. 21-63). Oxford: Blackwell.
- Veebel, V. & Kulu, L. (2015). Against the political expectations and theoretical models: how to implement austerity and not to lose political power. *Baltic Journal of Economics*, 1, 1-15.
- Vraneski, A. e Richter, R. (2002). Framing and reframing in and through, the mass media. *ICAR Working Paper*, 21. doi: 10.1.1.456.2313
- Wasko, J., Murdoch, G. & Sousa, H. (Eds.) (2011). *The handbook of political economy of communications*. Chichester: Blackwell Publishing.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

Governo de Portugal (2011). Tradução do conteúdo do Memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica. Retirado de [http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou\\_pt\\_20110517.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf)

Lei nº 91/2001, de 20 de Agosto, República Portuguesa.

Petry, J. (2013, setembro). "From PIIGS and the drive towards austerity: The discursive construction of the Eurozone crisis & its impact on European welfare states". Comunicação apresentada em DVPW, ÖGPW, SVPW Joint Conference "Drei-Länder-Tagung: Politik der Vielfalt", University of Innsbruck.

Site institucional da candidatura Syriza. Who we are. Retirado de [http://www.syriza.gr/page/who-we-are.html#.VM5i\\_GisU2U](http://www.syriza.gr/page/who-we-are.html#.VM5i_GisU2U)

Citação:

Fernandes, D. (2017). A cobertura noticiosa da austeridade (2011-2015) em Portugal: uma proposta de investigação. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 227-250). Braga: CECS.

MARIO ABEL BRESSAN JUNIOR & CRISTIANE FINGER

marioabelbj@gmail.com; cristiane.finger@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

# DESENHO METODOLÓGICO E REFORMULAÇÕES TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DE UMA MEMÓRIA TELE-AFETIVA

## RESUMO

O presente texto possuiu como objetivo expor de que forma o método análise de conteúdo de Laurence Bardin, aplicada em *sites* de redes sociais, podem contribuir para a análise das “falas” dos telespectadores postadas no Twitter e como os resultados estudados demonstram a formação de uma memória tele-afetiva com a programação *Déjà Vu*.

Este estudo consiste nos resultados apresentados na primeira parte da tese de doutorado deste pesquisador, que investiga a memória afetiva dos telespectadores do Canal Viva (Brasil) e o RTP Memória (Portugal).

## PALAVRAS-CHAVE

Análise de conteúdo; redes sociais; memória tele-afetiva; Canal Viva; RTP Memória

---

## 1. INTRODUÇÃO

Para Huyssen (2000, p. 68) a “memória de uma sociedade é negociada no corpo social de crenças e valores, rituais e instituições. No caso específico das sociedades modernas, ela se forma para espaços públicos de memória tais como o museu, o memorial e o monumento”. Para o autor, estamos cada vez mais conscientes de como a memória social é coletiva e construída com uma série de discursos e representações.

No entanto, quando as imagens se fundem com as lembranças, destaca Halbwachs, as recordações de um ou mais processos coletivos criam figuras que podem não reproduzir exatamente o passado, podendo modificar a impressão de um fato antigo. São sensações que se misturam e se compactuam em massas de lembranças imaginadas. Há esta relação entre

o que foi verdadeiramente vivido e o que foi fictício. “Inversamente, pode acontecer que os testemunhos de outros sejam os únicos exatos, que eles corrijam e reorganizem a nossa lembrança e ao mesmo tempo se incorporem a ela” (Halbwachs, 2003, p. 32).

Quando isso acontece é porque nossa memória se apresenta como uma peça profunda e sentimos ter condições de diferenciar, por esforço nosso, alguns traços e contornos que vêm do nosso passado, mesmo quando observamos estes elementos em uma espécie de espelho turvo, compara Halbwachs. Para ele, é necessário “trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças” (Halbwachs, 2003, pp. 32-33).

A lembrança é um resultado de um conjunto coletivo, por necessidades de uma comunidade afetiva. “Esta comunidade afetiva é o que permite atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar o hábito e o poder de pensar e lembrar como membro do grupo” (Schmidt & Mahfoud, 1993, p. 289). As lembranças acontecem, nesta lógica, por estes contágios afetivos que são permanentes da coletividade em que o sujeito vive ou viveu.

Talvez um caminho para se entender a construção da memória afetiva é compreendendo os acontecimentos emocionais dos indivíduos. Para Ribeiro, Fuso e Bueno (2006, p. 69), todos têm “experiências emocionalmente estimulantes, memórias duradouras, marcantes por sua vivacidade, duração e detalhes”. Aquilo que cada um vive, confirma o grau de importância das emoções e com isso das recordações. Os momentos vividos com mais afetividades são os mais lembrados.

A televisão, como observa Ferrés, consiste num instrumento de transmissão de ideias, de sentimentos e de comportamentos que influenciam no processo de socialização e construção do ser humano, por evocar mais emoção do que reflexão e atingir o inconsciente. Para o autor, são as emoções que condicionam as percepções da realidade. “Sabe-se que as crianças pobres tendem a estimar ou lembrar as moedas como maiores do que são na realidade, em comparação com as crianças ricas. Seu próprio desejo modifica a percepção” (Ferrés, 1998, p. 30).

Estudar esta relação afetiva e emocional da memória dos telespectadores nos interessa para compreendermos como isso pode alterar um comportamento e as reações vindas de uma programação que é reexibida tempos depois.

Para Halbwachs, as nossas memórias são coletivas e acionadas por outros, mesmo em situações e eventos (como ele gosta de referir) em que

estivemos sós. Para ele, o sujeito nunca está sozinho, “não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem” (Halbwachs, 2003, p. 30).

A presença do indivíduo em um grupo não necessariamente deve ser fisicamente, mas no modo como este faz para retomar as formas de pensamentos e as vivências proporcionadas. “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (Halbwachs, 2003, p. 31). Esta participação coletiva vai além da presença física, está ligada as outras formas de “estar junto”. O sujeito pode partilhar de momentos comuns ao visitar uma cidade que ele conheceu com familiares. No momento deste retorno, ele está sozinho. Contudo, a primeira vez em que ele foi até lá, havia outras pessoas consigo.

Neste cenário, a função que a memória traz para o contexto televisivo merece ser investigada, visto que a TV pode ser um meio condutor de lembranças e revisitação. Aciona uma memória que é coletiva.

O presente texto possuiu como objetivo expor de que forma o método Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, aplicada em *sites* de redes sociais, pode contribuir para a análise das “falas” dos telespectadores postadas no Twitter e como os resultados estudados demonstram a formação de uma memória tele-afetiva com a programação *Déjà Vu*.

Este estudo consiste nos resultados apresentados na primeira parte da tese de doutorado deste pesquisador, que investiga a memória afetiva dos telespectadores do Canal Viva (Brasil) e da RTP Memória (Portugal).

Neste primeiro momento, há os registros dos comentários postados sobre a telenovela *Cambalacho*, entre os dias 24 e 29 de agosto de 2015, reexibida no Canal Viva (Brasil). Para a coleta dos dados, trabalhamos com um *software* que permite capturar todas as menções do termo selecionado, permitindo o tratamento e as primeiras categorizações, como serão apresentadas a seguir.

## 2. ANÁLISE DE CONTEÚDO: COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

Esta seção tem como objetivo justificar e mostrar como ocorrerá a coleta dos dados, as formas como eles serão sistematizados e categorizados. A análise de conteúdo integra como método principal o exploratório, o quantitativo e o qualitativo como ferramentas necessárias para a construção do resultado desejado.

O caminho metodológico a ser percorrido para esta tese consiste na junção de propostas para que possam ser atingidos os objetivos traçados para esta pesquisa. Nas Ciências Sociais, a aplicabilidade de ferramentas para se fazer investigação é necessária, visto que há um campo movente e vivo no sentido de que os fenômenos aparecem e reaparecem de várias perspectivas. Na comunicação, são muitos os campos de pesquisa, cada um com peculiaridades que necessitam de atenção. Meios, linguagens, formatos, suportes são exemplos de “sítio” para se visualizar a atuação da comunicação. Não há uma receita pronta quando se discute métodos e técnicas para análise, comentam Fragoso, Recuero e Amaral (2013, p. 19), e não existem fórmulas fechadas, acabadas, “cada problema, cada método, cada amostragem e tratamento dos dados deve ser encarado como uma construção única, que pode servir de ensinamento e inspiração, mas nunca como um receituário pronto a ser seguido”.

Ainda mais quando se tem como peça algo físico a ser estudado, e como ambiente exploratório, o meio virtual. Tendo esta pesquisa como objeto de estudo um canal de televisão fechado, consideramos necessário a construção de um desenho organizado de métodos e técnicas, conforme a Figura 1.



Figura 1: Conjunção de métodos

Estas junções e aproximações de metodologias facilitarão a coleta e análise dos dados, visto que este estudo possui como campo de análise a internet, mais precisamente uma rede social. Os objetos<sup>1</sup> são os Canais Viva e RTP Memória e o espaço da aplicabilidade da investigação acontece

<sup>1</sup> Objetos de pesquisa da tese deste doutorando. Para o presente artigo, será exposta uma análise de um programa do Canal Viva do Brasil.

por meio das menções dos termos publicados no Twitter sobre as telenovelas investigadas.

A internet, explicam Fragoso, Recuero e Amaral (2013), pode ser tanto objeto (o que é estudado), local (espaço onde é realizada a investigação) e instrumento de pesquisa (mecanismo para coleta de dados). Desta forma, teremos esta como campo para busca de elementos e informações para a concepção da análise.

Este procedimento metodológico possui amparo em ações e conceitos de transmidiação, que vem crescendo muito no Brasil.

De acordo com dados do Obitel, relatados por Lopes e Munglioli (2014), o Brasil, no ano de 2013, foi o país que apresentou maior número de usuários do Facebook, entre os países da América Latina, com um total de 76 milhões, um aumento de mais de 100% em relação ao ano de 2012. O Twitter alcançou 46 milhões de usuários ativos, 30% a mais do que em 2012. Estes números demonstram o crescimento forte e sistemático do uso da internet e redes sociais no país. Segundo as pesquisadoras do observatório, as causas para estes índices podem ser a disseminação das tecnologias de acesso, dos serviços de banda larga, a tecnologia 3G e os pacotes oferecidos pelas operadoras.

## 2.1 PROCEDIMENTOS INICIAIS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Bardin (2011) define a análise de conteúdo como um método que apresenta um conjunto de técnicas para a verificação das várias formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Para este estudo, optamos por utilizar este suporte metodológico, visto estarmos diante de manifestações discursivas a respeito do objeto de estudo.

Com a análise de conteúdo, é possível construirmos categorias de análise, possibilitando aberturas para novas aplicações, conforme as necessidades dos analistas e dos objetivos traçados na investigação. Neste método, destaca Bardin (2011, p. 37), não há um instrumento pronto, há “um leque de apetrechos” que podem ser adaptáveis a um vasto campo de aplicação, principalmente no das comunicações.

Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários

cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (Bardin, 2011, p. 36)

Com base nesta colocação, seguimos algumas regras pontuadas pela autora, mas adaptando alguns critérios para análise, inovando em alguns aspectos, conforme explica Bardin (2011), ao relatar que o analista, dependendo da complexidade do código, necessita de um esforço maior para a elaboração de técnicas novas.

Propusemos a seguir a base da análise de conteúdo explicado, adaptando e sugerindo classificações significativas para a pesquisa.

Para que possamos chegar à etapa da categorização, optamos em seguir as etapas propostas pela autora. O primeiro caminho a ser feito foi a *leitura flutuante*<sup>2</sup> dos dados, elemento importante na pré-análise. Nesta observação, ocorre o primeiro contato com o objeto analisado, fase explicada no método exploratório, permitindo observar suas impressões e orientações. “Pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos.” (Bardin, 2011, p. 126).

Após esta leitura, partimos para a *escolha dos documentos*, ou seja, dos materiais a serem investigados, orientados pelo que Bardin (2011, p. 126) classifica de *constituição de corpus*. “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. A autora explica que para a escolha destes é necessário estabelecer algumas regras de seleção. Escolhemos seguir com a *regra da exaustividade*, que consiste em levar em conta todo o *corpus* selecionado, não deixando de fora qualquer elemento.

Como dito, o campo de análise da pesquisa consiste na observação das falas publicadas no Twitter. Como o *corpus* selecionado para este texto, teremos as menções na ferramenta sobre a telenovela *Cambalacho*.

*Cambalacho* foi exibida no Brasil em 1986 e conta a história de dois protagonistas que fazem seus “trambiques” para ganhar a vida e sustentar os filhos adotivos de Leonarda Furtado, protagonista da trama. Com algumas histórias paralelas, em situações engraçadas, fizeram da narrativa um grande sucesso no horário das 19 horas na Rede Globo (Memória Globo, 2015).

Para a pesquisa, optamos por delimitar a investigação nas telenovelas, por ser este um forte produto cultural (Wolton, 1996) e ocupar um

<sup>2</sup> Estarão em itálico os termos empregados pela autora e que na obra *Análise de Conteúdo*, de 2011, também figuram desta forma.

lugar de destaque na programação do canal. São sempre quatro produções, exibidas a partir da meia-noite (horário nobre da emissora) e reprisadas, na sequência, após as 13h30. Segundo estudo feito por este pesquisador, em maio de 2015, foi constatado que é a teledramaturgia que mais aparece quando investigado os índices de frequência, dentre os títulos que formam a grade de programação (Bressan Junior & Costa, 2015). A figura a seguir expõe este resultado.



Figura 2. Nuvem de palavras da programação Viva  
Fonte: Bressan Junior & Finger, 2015

Em Portugal<sup>3</sup>, seguimos o mesmo critério, selecionando duas telenovelas que apresentavam, aproximadamente, o mesmo intervalo de tempo de exibição entre elas. Entre *Cambalacho* e *Laços de Família*, são 14 anos de intervalo, e entre *Vila Faia* e *Lusitana Paixão*, 20 anos. Levamos em consideração, também, terem sido exibidas na década de 1980 e na década dos anos 2000, para seguir um direcionamento na análise dos dados, pensando estas épocas no Brasil e Portugal.

Foram estudadas as publicações a partir do ano de 2015, ano em que o canal Viva completa cinco anos de exibição e o RTP Memória, 11 anos. Esta seleção ocorre em virtude deste doutorando estar acompanhando e monitorando as postagens desde agosto de 2015, permitindo, assim, a coleta dos dados desde o primeiro dia da estreia. Tendo em mãos, desta forma, o *corpus* selecionado.

<sup>3</sup> Como explicado, este texto apresenta considerações da análise realizada no Brasil. Posteriormente serão aplicados os mesmos métodos com a programação selecionada para o estudo da RTP Memória.

A coleta dos dados aconteceu até maio de 2016, considerando tempo suficiente para obter as informações para a finalização da análise. Na tabela abaixo, visualizamos a data da estreia de *Cambalacho* e *Laços de Família* no Brasil, assim como o dia, o mês, a data de término e o ano em que ela foi exibida na Rede Globo de Televisão pela primeira vez. Desta forma, conseguimos traçar a construção do *corpus* da investigação.

TÍTULO DA TELENÓVELA	DATA DA ESTREIA	DATA DE TÉRMINO	HORÁRIOS DE EXIBIÇÃO	ANO DE EXIBIÇÃO NA REDE GLOBO
<i>Cambalacho</i>	24 de agosto de 2015	12 de março de 2016	14h30 com reprise às 01h45	1986
<i>Laços de Família</i>	29 de fevereiro de 2016	29 de outubro de 2016	00h00 com reprise às 13h30	2000

Tabela 1: Datas de estreia e término das telenovelas no Canal Viva, a partir de 2015

Também nos programas portugueses estudados, apresentamos os mesmos dados na tabela abaixo para melhor entendimento da coleta dos dados.

TÍTULO DA TELENÓVELA	DATA DA ESTREIA	DATA DE TÉRMINO	HORÁRIOS DE EXIBIÇÃO	ANO DE EXIBIÇÃO NA RTP
<i>Vila Faia</i>	5 de outubro de 2015	Site não forneceu esta informação	06h00 com reprise às 12h00	1982
<i>Lusitana Paixão</i>	7 de dezembro de 2015	Site não forneceu esta informação	07h00 com reprise às 17h00	2002

Tabela 2: Datas de estreia e término dos programas portugueses analisados

A escolha por estas telenovelas, como explicado anteriormente, justifica-se por acompanharmos as publicações no Twitter na primeira semana de estréia; além disso, conseguiremos medir as falas de uma programação exibida há 29 anos (*Cambalacho*); 33 anos (*Vila Faia*); 15 anos (*Laços de Família*); e 13 anos (*Lusitana Paixão*). Acreditamos que este fator nos mostrará dados importantes para se compreender os tipos e os conteúdos das mensagens. A quantidade de postagens varia e dificilmente apresenta o mesmo número, o que resulta no processo de coleta de dados a ser explicada a seguir.

## 2.2 SISTEMATIZAÇÃO E FERRAMENTA PARA A COLETA DOS DADOS

A sistematização de coleta e análise de dados é essencial para o pesquisador, justamente por proporcionar uma rotina de trabalho e fluxo importante para que possam ser observados os pontos coletados.

O primeiro processo aconteceu em agosto de 2015, quando contratamos a ferramenta Grid Monitoramento para a coleta dos dados desejados. O Grid é um *software* utilizado pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, local de trabalho deste estudante, que funciona como um monitor em *sites* de redes sociais e que permite a busca de termos chave no Twitter.

Após a liberação de *login* e senha no sistema, colocamos como busca, no dia 15 de agosto de 2015, a expressão “Cambalacho”. Primeiramente, optamos somente por este termo para efeito de teste e para averiguar se estaríamos no caminho correto para o recolhimento das informações<sup>4</sup>.

O sistema captura, na íntegra, todas as postagens que contém a expressão desejada, identificando dia, horário, nome do perfil do usuário e link para visualização do *post*. Além disso, oferece alternativas para a classificação da mensagem, podendo classificá-la em positiva, negativa, neutra e não se aplica.



Figura 3: Funcionamento da ferramenta Grid

<sup>4</sup> A partir de outubro de 2015 os outros termos, nomes das outras telenovelas, foram inseridos na ferramenta para a busca dos *tweets*.

A Figura 3 mostra como aparecem os *tweets* e como podemos buscá-los através dos filtros. Nesta ilustração, optamos por anonimizar os perfis coletados, seguindo normatizações éticas da pesquisa, como explicado posteriormente. Neste exemplo, a coleta ocorreu de 15 de agosto a 30 de setembro de 2015, totalizando 6.733 postagens, dado ilustrativo e com o intuito de explicar o funcionamento da plataforma.

Como se trata de um *software* elaborado para o monitoramento de termos que interessam à Universidade, há itens que são utilizados para identificar, de várias formas, as mensagens postadas. Para esta tese, optamos por dispor somente das opções de classificação positiva, negativa, neutra e não se aplica.

Cadastramos o termo *Laços de Família* para poder coletar os dados na semana do dia 29 de fevereiro de 2016, assim como os termos *Vila Faia* e *Lusitana Paixão*, da RTP Memória.

A partir deste ponto, iniciamos o método exploratório. Como não sabíamos o que estava sendo dito pelos telespectadores no Twitter a respeito dos termos, exploramos a menção “Cambalacho”<sup>5</sup> para nos mostrar alguns direcionamentos destas falas. Então, selecionamos o período e classificamos as falas em positivas, negativas e neutras, primeiramente.

### 2.3 CRITÉRIOS PARA A CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo consiste em mostrar indicadores, podendo ser quantitativos ou qualitativos, que permitem o conhecimento sobre as condições de produção e recepção das mensagens. O primeiro indicativo consiste na exibição quantitativa dos números de publicações, para que, a partir disso e após a *leitura flutuante* dos comentários, possamos construir as categorias de análise. Apresentaremos, inicialmente, os dados em números e em tabelas, seguidos da abordagem qualitativa.

A categorização, Bardin (2011) explica, é constituída pela classificação de elementos formados por um conjunto de elementos diferenciados, que são reagrupados por gênero (analogia), com os critérios definidos previamente. As categorias são, apresenta a autora (2011, p. 147), “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

Bardin (2011) defende que os critérios para a categorização podem ser semânticos (categorias temáticas), sintáticos (verbos, adjetivos), de

<sup>5</sup> O termo *Cambalacho* serviu como teste exploratório e para dar direcionamento às categorias de análise.

léxico (sentido das palavras, sinônimos) e expressivos (categorias que expressão conflitos diversos da linguagem). A importância de classificar estes elementos se dá, segundo a autora, pela proximidade que possam ter. Por isso, o agrupamento permite ver as partes comuns entre eles.

Optamos pela categorização semântica, no sentido de estabelecer categorias temáticas e, a partir disso, estudá-las, conforme os elementos que aparecerão no discurso dos telespectadores ao comentar sobre *Camalacho*, *Laços de Família*, *Vila Faia* e *Lusitana Paixão*.

Para estabelecer as categorias temáticas, temos como suporte o referencial bibliográfico. A primeira separação ocorreu na ação exploratória dos dados, separando por ordem semântica as falas positivas, negativas e neutras, e o segundo momento nas classificações dos tipos de comentários.

A pesquisa bibliográfica, além de apresentar os conceitos necessários para a elaboração da investigação, auxiliou na construção das categorias aplicadas na análise de conteúdo.

Na fundamentação teórica, apresentamos alguns conceitos importantes para se estabelecer os critérios de análise, conforme serão lembrados no resumos dos conceitos apresentado a seguir:

- vimos com Bergson (1999) que a memória se manifesta na relação corpo e matéria, ou seja, o conjunto de imagens reconhecidas pelo corpo, e que, através delas, constitui-se a memória, com as percepções e lembranças sobre os objetos.
- Em Halbwachs (2003), percebemos a formação da memória em função do grupo de referência, dentro de uma conexão coletiva. Mesmo possuindo lembranças individuais, a coletividade tem papel essencial na produção das lembranças.
- A afetividade, segundo Le Breton (2009), configura-se em um conjunto de acontecimentos significativos, tanto de ordem pessoal, quanto coletiva e os grupos que nos cercam estabelecem o tipo de função emocional que possuímos e de como vivemos no mundo.
- Para Wolton (1996), a televisão é imagem e laço social, sua força está na união das experiências individuais e coletivas ao igualar ricos e pobres, jovens e velhos, rurais e urbanos, cultos e não cultos.
- A TV é socializadora, segundo Ferrés (1998), porque ativa nos telespectadores emoções despercebidas e a faz ser um dos mais importantes meios de comunicação.

- Para Cannito (2010), uma das funções da televisão é criar espaços de debates públicos e de identidades, por possuir uma recepção e participação coletiva.
- A TV como tecnologia de ebulição é um dos conceitos de Orozco (2014), visto que nesta excitação encontramos as expectativas dos telespectadores em relação ao que é exibido.
- Em Fehine (2014), evidenciamos que a televisão possibilita um sentido de presença com a programação, um efeito de acesso imediato ou de estar junto com os outros telespectadores e com o mundo. Outro termo é o conceito de “sofá estendido”, atribuído ao ato de comentar sobre a programação na internet, em *sites* de redes sociais. As conversas sobre a programação não ficam mais em casa e em grupos presenciais.
- Scolari (2014) nos apresentou a hipertelevisão, conceito que permite compreender o novo, sem falar, ao mesmo tempo, do prefixo “pós”. Para o autor, estamos na era da hipertelevisão por presenciarmos a adaptação de programas nos ambientes midiáticos, exibidos na internet e que permite interações.

Consideramos necessário retomar estes conceitos para reforçarmos as categorizações para a análise dos dados coletados e apresentados posteriormente.

Observando todos eles, podemos relacioná-los a algum tipo de experiência adquirida e vivida. As lembranças são resultados de experiências que fazem parte de uma memória. As vivências em grupos, responsáveis pela recordação, também consistem em ações experimentadas, assim como o ato de assistir TV, sozinho, acompanhado ou tweetando<sup>6</sup> pela internet.

Todos decorrem de experimentações, por isso estes grupos de categorias se enquadram nas experiências coletivas, experiências individuais e experiências afetivas.

## 2.4 MÉTODO EXPLORATÓRIO DENTRO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO E CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS PARA ANÁLISE

Como finalidade inicial da pesquisa, optamos pela aplicação do método exploratório na análise de conteúdo, visto ter este a descoberta de práticas e caminhos de estudo de algo pouco explorado e sistematizado.

---

<sup>6</sup> Não utilizaremos em itálico a palavra tweetando, por ser uma junção de uma nomenclatura estrangeira e brasileira e ser utilizada de forma “aportuguesada” no Brasil.

Como dito por Bardin (2011), há a possibilidade de adaptação do método AC. Consideramos este “leque” de opções para testar os resultados. O método exploratório visa estabelecer critérios para poder isolar as variáveis e desenvolver sistemas de análise e classificação.

Sendo a internet um campo de interação, na qual são criadas novas conexões (Recuero, 2014), e a televisão uma força que impulsiona a construção de um laço social (Wolton, 1996) e de socialização (Ferrés, 1998), necessitamos averiguar, primeiramente, as inferências dos telespectadores neste espaço identitário e de representação coletiva que é a ferramenta Twitter.

Para identificar os principais norteadores de discussão na *web* ao assistir uma programação que é reprisada, exploraremos, inicialmente, este campo, através dos *tweets* publicados. Assim, estabelecemos uma classificação para agrupar essas falas.

Nesta primeira classificação, seguimos o que Bardin (2011) fala sobre as escolhas semânticas que constituem o conteúdo do material analisado. Com base nessa categorização, agrupamos em *positivo*, *negativo*, *neutro* e *não se aplica* os comentários dos telespectadores.

Desta forma, as frases que expressam um sentido favorável foram agrupadas na classificação *positiva* e, em *negativa*, as que são contrárias, que apresentam uma insatisfação. Como *neutras*, identificamos as falas que não apresentam aceção a favor ou contra, são comentários não enquadrados nesta relação de contra ou a favor, por isso não serão analisados.

Abaixo, apresentamos uma tabela com as principais palavras que possam ocorrer e direcionar essas divisões, seguindo a proposta semântica de Bardin (2011) para as classificações positivas e negativas.

CLASSIFICAÇÕES	EXEMPLOS DOS TERMOS SEMÂNTICOS
positivos	demais, bom, saudade, ótimo, mais, parabéns, melhor, amo, risada
negativos	ruim, pouco, mudar, não, feio, lenta, antipático, perder

Tabela 3: Exemplo de termos para menções positivas e negativas

Como forma de “limpar” os dados, na opção *não se aplica*, agrupamos os *tweets* vindos de veículos de comunicação e outros portais da internet especializados em notícias sobre a programação de televisão. Como não temos interesse em ver o que está sendo dito por este segmento, desconsideramos estas postagens.

Outras *não aplicadas* serão os comentários que contêm as menções pesquisadas, mas que não fazem parte do contexto da fala do telespectador sobre o programa e sobre os canais.

Justificamos estes primeiros agrupamentos, visto a importância de entender a relação da postagem com o termo analisado. Desta forma, é possível compreendê-lo de forma quantitativa e qualitativa, ou seja, conseguiremos visualizar a quantidade de expressões positivas, negativas ou neutras e as suas conexões com a memória afetiva e com a programação do Canal Viva e RTP Memória.

Além disso, precisaremos estudar o que estes telespectadores vêm postando, os tipos de comentários, o que mais falam e os direcionamentos positivos e negativos, para que, a partir deste ponto, possamos enxergar se há na relação da fala alguma lembrança ou não.

Após este agrupamento, precisamos criar outras classificações para poder aproveitar todos os dados. Neste sentido, consideramos os conceitos apresentados anteriormente. Sendo assim, classificamos as falas em cinco grupos de expressões que remetem a uma ação típica de uma conversa, que expressa sentimentos e que caracterizam a ação de comentar sobre a programação em sites de redes sociais.

Isso foi necessário para se iniciar um processo de categorização. Não seria possível categorizar de olhos fechados; foi importante explorar o que estava sendo dito nos *posts* e organizar.

CLASSIFICAÇÃO	TIPO DE COMENTÁRIO	CARACTERÍSTICAS
Classificação 1	Ativação	Falas dos telespectadores que remetem para as suas solicitações, pedidos, perante o canal Viva. Trata-se de um sujeito ativo, que manifesta o seu desejo nas redes sociais.
Classificação 2	Satisfação / Insatisfação	Elogios e críticas a respeito das personagens, dos atores e atrizes, como também da parte técnica da telenovela.
Classificação 3	Diversão	Ironia, sátira, brincadeiras e deboches sobre as personagens, atores, atrizes e de situações narradas na história, bem como a reprodução das falas das personagens na telenovela. Nota-se o divertimento do telespectador sobre o que está assistindo.
Classificação 4	Recordação	Falas que destacam a saudade e a lembrança de algo que foi evocado a partir da telenovela exibida.

Classificação 5	Informação	Telespectadores que anunciam o início e o término da história e /ou que está assistindo no momento do <i>tweet</i> , mas que não formulam frases, não se encaixando nas outras classificações. A fala acontece como se estivessem deixando recados.
-----------------	------------	---

Tabela 4: Quadro das classificações elaboradas com o método exploratório

Baseamos estas divisões, também, no que Fachine (2014) chama de *sofá estendido*, visto que são classificações de conversas interpessoais que acontecem no espaço *offline* e que agora migram, também, para o on-line. São temas que estão presentes no laço social, no dia a dia das pessoas e que pautam discussões.

No entanto, optamos na pesquisa por só analisar as falas positivas e negativas. Apresentaremos dados quantitativos dos três grupos e como as categorias acima aparecem nestas falas.

Defendemos a ideia de que há uma memória afetiva do telespectador e que isso consiste em um recurso necessário para o sucesso da audiência entre um público que já assistiu a uma programação e aquele que a vê pela primeira vez, mesmo estando nós vivendo um tempo de hipertelevisão, conectividade e convergência, justamente porque o passado e as recordações evocadas pela televisão trazem uma nostalgia que agrada e satisfaz o espectador.

Visando os objetivos propostos para esta investigação, que consiste em apresentar a análise de conteúdo como método para pesquisa em *sites* de rede social e trazer elementos para o entendimento de uma memória tele-afetiva, consideramos necessário, além das pontuações positivas e negativas, analisarmos com mais detalhes o conteúdo das falas classificadas no grupo 4 – Recordação. Portanto, apresentaremos na análise uma seção própria para esta categoria. Desta forma, conseguiremos visualizar que elementos aparecem nestes comentários e que estão interligados com as questões da memória e afetividade.

Optamos em separar em subcategorias temáticas quando tivermos um grande número de falas classificadas nos grupos. Os assuntos serão separados e agrupados conforme os temas que surgiram nas postagens. Assim, podem ser, por exemplo, *posts* sobre alguma personagem, elogio, ou crítica à história.

De posse dessas classificações, iniciamos a coleta, distribuição, tratamento e classificação dos dados.

## 2.5 COLETA DOS DADOS

A organização da coleta dos dados acontecerá sempre após a primeira semana de estreia do programa. Desta forma, o pesquisador averigua o funcionamento dos dados e providencia cópias do material em arquivos.

Como recorte, optamos por sete dias, uma semana, para cada programa selecionado. As menções no Twitter foram capturadas do primeiro ao sétimo dia após a estreia, isso em função de percebermos, com a *leitura flutuante*, uma expectativa maior dos telespectadores neste período, ao reviver as cenas de uma narrativa acompanhada tempos atrás. Preferimos capturar as falas nestes primeiros reencontros a outras, proporcionados pelo *déjà vu*, para ver o “redesenho”, o quadro de lembranças formado.

Como justificativa para esta escolha, por exemplo, no mês de setembro a assessoria do canal Viva, de acordo com o portal Gazeta do Povo (2015), divulgou que algumas de suas novelas tiveram grandes taxas de engajamento nas redes sociais e que levaram as *hashtags* oficiais para *trending topics*<sup>7</sup>, principalmente em épocas de estreias e retas finais. Esse movimento do telespectador provoca a mediação e a repercussão das novelas nas redes sociais (Gazeta do Povo, 2015).

Outro ponto que justifica a escolha de sete dias é que “fecha” a semana de exibição de uma telenovela. Elas iniciam nas segundas e terminam nos sábados. Culturalmente, temos este fluxo horizontal na programação televisiva.

A classificação e o tratamento dos dados ocorrerão sempre na semana posterior a coleta realizada pela ferramenta Grid.

A ferramenta *Grid* possibilita exportar os dados para uma planilha de Excel, no qual é possível ler todos os comentários e agrupá-los. Com a opção auto filtro, é permitido separar o *corpus* em grupos *positivos*, *neutros*, *negativos* e *não se aplica*, sendo este último não analisado.

Dentre estes, identificamos os *tweets* de acordo com o tipo de classificação, podendo ser *Ativação*, *Satisfação*, *Diversão*, *Recordação* e *Informação*. Fizemos isso para o grupo das falas *positivas*, *negativas* e *neutras*. Desta forma, é possível contabilizar e analisar posteriormente. O conteúdo da postagem permanece na íntegra na planilha.

Categorizadas as falas dos telespectadores, aplicaremos a análise das relações, explicada por Bardin (2011, p. 259), que objetiva “extrair do texto as relações entre os elementos da mensagem, ou mais exatamente,

---

<sup>7</sup> Palavra estrangeira traduzida como tendência, mas que em Português é utilizada como recurso de popularidade no Twitter, que significa “assuntos do momento”.

dedica-se a assinalar as presenças simultâneas” dentro de uma relação de associação, projetando a frequência de aparição dos elementos que são significativos para análise do conteúdo.

Esta frequência só é possível medir com a análise das coocorrências escrita pela autora, na qual discute que “quanto maior for a frequência dos elementos, maior será a sua importância, a coocorrência (ou a não coocorrência) de dois ou mais elementos revelaria a associação ou dissociação no espírito do locutor” (Bardin, 2011, p. 260).

É por esta coocorrência que se aprofundará a análise dos elementos que constituem as falas dos telespectadores, categorizadas nas experiências coletivas, individuais e afetivas. Acreditamos que, ao se visualizar a frequência dos termos divididos nas categorias temáticas, como resultado, possuiremos na análise pontos importantes a serem observados.

Para resumir e tornar-se de fácil acesso a visualização dos procedimentos metodológicos para esta tese, elaboramos a seguinte representação visual (Figura 4):

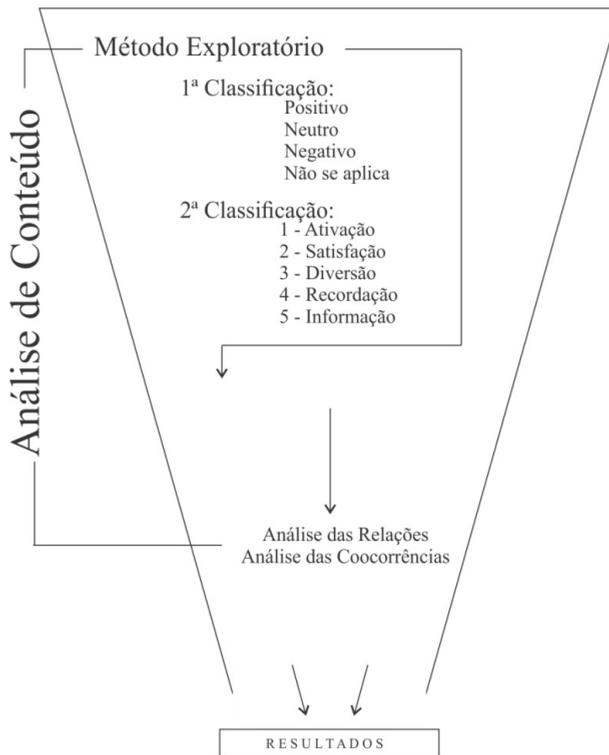


Figura 4: Desenho metodológico

A figura ilustra a semelhança com um copo, onde o fundo é mais estreito e a abertura superior é maior. Apresentamos visualmente o procedimento metodológico desta tese com esta referência, justamente, por compreendermos as opções traçadas neste capítulo como algo que vai “estreitando”. Começamos com o exploratório, classificando os primeiros dados, até chegar na análise das relações e na análise das coocorrências, todos fundamentados pela análise de conteúdo de Laurence Bardin.

### 3. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

As primeiras percepções que obtivemos com a separação dos dados<sup>8</sup> diz respeito à relação de saudade que encontramos nas falas dos telespectadores. “infância”, “saudades”, “retorno”, “lembranças”, “saudosa”, “nostalgia” e “retorno” são algumas das expressões que aparecem nos comentários<sup>9</sup>.

Vamos vê #Cambalacho @canalviva novelas da minha infância! #FernandMontenegro #Guarnieri #MarioLago #NataliaDoValle #Perigosa #TinaPeper

RT @nononono: Tava aqui assistindo #Cambalacho e bateu uma sdds tão grande de vcs q doeu mais que unha encravada. Precisei aparecer pra man?

Tava aqui assistindo #Cambalacho e bateu uma sdds tão grande de vcs q doeu mais que unha encravada. Precisei aparecer pra mandar um abraço ?

RT @nononono: Sdds desse visu anos 80 ?? #Cambalacho #CambalachoNoViva

Ver #Cambalacho traz uma nostalgia tão gostosa daquele tempo.

@nononono @VivoNoViva delícia, né? #Cambalacho promovendo o retorno dessas lembranças.

Saudade dessas vilãs caricatas #Cambalacho

<sup>8</sup> Como relatado, este texto irá expor somente a análise da telenovela *Cambalacho*, exibida no Canal Viva

<sup>9</sup> Para este estudo selecionamos alguns comentários para que possam ser visualizados dentro da proposta metodológica descrita.

Saudosa Consuelo Leandro @canalviva #Cambalacho

Quantos atores saudosos e maravilhosos em #Cambalacho ... :)

Que trilha sonora gostosa de #Cambalacho Saudades

Nesses comentários, percebemos que a memória evocada com a telenovela trouxe lembranças de algo vivido. No primeiro, ao rever as cenas, reminiscências de quando era criança surgiram. No segundo, ao comparar a saudade com uma dor sentida, leva-nos a entender uma memória emocional que foi resgatada, retomada com o que foi assistido. No terceiro, a saudade do visual, das roupas e estilos dos “anos 80”.

Le Breton (2009) destaca que os afetos são importantes para manter a relação do homem com o mundo e que as emoções permanecem na propagação de acontecimentos do passado e do presente. Para o autor, o fato de lembrarmos de algo sempre traz consigo algumas questões emocionais. Nesses *tweets* ficou claro o prazer que é o retorno a algumas lembranças.

Estas manifestações obtidas por recordações nos faz analisar que certamente a memória destes telespectadores é coletiva, conforme explicado por Halbwachs (2003). Para ele, nossas lembranças são acionadas por outros, mesmo quando estamos sozinhos. Não é necessário que outras pessoas estejam conosco, materialmente, no momento da lembrança.

O que presenciamos nestes comentários dos telespectadores são memórias repletas de saudades e nostalgia que certamente se formaram neste contexto coletivo. Mesmo se um destes estivesse assistindo *Cambalacho* em 1986 sozinho, em sua sala de estar, havia uma coletividade presente naquele contexto. Os grupos de referência poderiam não estar fisicamente no local com estes indivíduo, mas atribuíam com ele uma ligação que construiu um pensamento e com isso uma memória.

Da mesma forma, ao reassistir a telenovela, estes telespectadores lembraram de atores, de personagens e de músicas que comprovam que a memória é sempre coletiva. Há outras pessoas envolvidas nisso. Pode não ser somente os grupos de convívio próximo, mas também os profissionais que fazem parte da televisão. A TV pode ser um elemento que está presente na memória coletiva das pessoas.

As personagens da telenovela exercem uma função essencial na reconstrução da memória dos telespectadores. Elas também fazem parte da percepção que evocam a lembrança de um tempo vivido.

Tá passando #Cambalacho no Viva, hahaaha, eu era bem piazinho qdo passava mas lembro dessa novela, principalmente da 'Tina pepper', massa d+

Neste *post*, percebemos que a personagem Tina Peper marcou este sujeito e, ao estar diante dela pela televisão, lembrou de quando era “pia-zinho”, tradução popular para menino pequeno, criança, em algumas regiões do país. A expressão “massa d+” exalta a importância dessa recordação para ele. Percebemos, ainda, como este perfil se diverte com essa lembrança, ao escrever “hahaaha” e que mesmo sendo criança quando a história foi exibida pela primeira vez, recorda-se dela.

As imagens visualizadas por esse telespectador serviram para constituir esta projeção, conforme explica Halbwachs (2003), no sentido de que não há em nossas memórias imagens totalmente prontas: é a sociedade que nos indica elementos para a recordação. Para o autor, temos alguns obstáculos para lembrar de tudo. O passado está inteiro em nossa memória, mas alguns comportamentos em nosso cérebro impedem que tudo seja evocado.

Para ocorrer a lembrança, segundo Halbwachs (2003), é preciso preencher alguns espaços vazios do cérebro. Personagens como Tina Peper, para este usuário, constituem um desses elementos de preenchimento. A sensação gostosa ao rever a cena e lembrar de sua fase como “pia-zinho” é percebida em sua fala. Importante pontuarmos que Tina Peper é o nome artístico da personagem de Regina Casé, mas que aparece somente na metade da história. O que este telespectador assistiu foi a “Tina” sem ser ainda a cantora que imitava Tina Turner<sup>10</sup>.

Já nas demais, as recordações são pontuadas, mesmo sem o verbo lembrar. Trazem como comentário a lembrança da infância e o que estavam fazendo ou o que faziam na época de *Cambalacho*.

Eu tinha 10 anos quando passou #Cambalacho

Eu tinha 9 anos quando passou #Cambalacho na TV e fazia uma paródia da novela no jornal do colégio. Estava na 4ª série.

RT @nononono: Como eu achava que era SP na minha infância...Letreiros piscando por todos os prédios...kkkkk #Cambalacho

<sup>10</sup> Cantora norte-americana que vendeu mais de 5 milhões de discos ao lançar em 1983 o seu quinto álbum. Em 1985 se tornou mundialmente conhecida com a sua participação no filme *Mad Max Beyond Thunderdome*, que além da atuação deu voz a trilha sonora com a música “One of the Living”.

Como eu achava que era SP na minha infância...Leteiros piscando por todos os prédios...kkkkk #Cambalacho

#Cambalacho me faz voltar a ser criança... <3 <3 <3

O fato de lembrar que estava com 10 anos e que com nove fazia na escola uma paródia da telenovela e que *Cambalacho* o fez voltar a ser criança, demonstra que a memória, de acordo com Halbwachs (2003), pode vir a se manifestar quando visitamos lugares. Isso nos relembra fatos únicos e pessoais, os quais estão ligados a outros sujeitos. Ao revisitar as imagens em *Cambalacho*, esses telespectadores voltaram no tempo de infância e logo lembraram de algumas ações quando a telenovela foi exibida em 1986.

Estes fatos podem ser significativos, já que foram descritos na rede social e, assim sendo, podemos pensar que são compostos por sentimentos. Le Breton (2009) explica que quanto pessoal, quanto coletiva, a afetividade consiste em um conjunto de acontecimentos relevantes e que origina um sistema de valores para nós. A paródia na escola, os leteiros luminosos e a volta em ser criança, expõem que algo de valor está ligado a essas lembranças.

Os próximos comentários continuam apresentando sentimentos ao rever *Cambalacho*.

Acabei de fazer o jantar, tomei banho e vim ver Cambalacho. Exatamente como eu achava que seria minha vida adulta nos anos 80 hahaha

@nononono A minha 1ª trilha sonora internacional que eu comprei foi da novela Cambalacho

A projeção de uma vida adulta em 1986 e a primeira trilha sonora comprada são elementos constitutivos de valores. Podem estar inseridos no que Le Breton (2009) chama de emoções não fixas. Acentuamos ou amenizamos o sentido dado à memória conforme vamos experimentando e vivendo os acontecimentos. Exemplo disso é o fato de que sempre que nos deparamos com algum evento ou testemunho novo, que nos evoca uma lembrança, percebemos algo diferente sobre o que tínhamos em mente. No caso de *Cambalacho*, o telespectador lembrar da sua primeira trilha sonora, consiste num elemento revisitado, que lhe trouxe esta recordação, mas com um sentimento diferente do passado. Não é o mesmo ambiente e nem são as mesmas circunstâncias de tempos atrás. Nesta frase, não vimos adjetivos ou verbos que possam nos mostrar que tipo de emoção

foi sentida. Todavia, pela relação estruturada, constituiu uma memória que para nós é afetiva.

Os afetos e as emoções, neste caso, potencializam a audiência, como visto por Ferrés (1998): são as hipergenesias dos sentimentos. Para o autor, não só a história, mas personagens e outros elementos podem provocar excitações emotivas e induzem comportamentos.

O *déjà vu* nestas falas consiste nas recordações desta época, mas que, ao reencontrar nos tempos atuais, geram sentidos irônicos e de deboche. “Mangas bufantes”, “modernidades” e “breguice” são conteúdos que direcionam para essas percepções. Percebemos que essas imagens levam a um sentimento diferente dos outros já observados. A memória apresentada, ao ser percebida na atualidade, gera desconforto. Halbwachs (2003) diz que quando revisitamos o passado, nossas lembranças são adaptadas com as percepções que possuímos do presente.

#### 4. A MEMÓRIA AFETIVA E TELE-AFETIVA DOS TELESPECTADORES

Vimos nas recordações dos telespectadores sobre a telenovela *Cambalacho* reações afetuosas, compreendidas por algum tipo de sentimento. Lembraram de épocas e situações de um tempo vivido que deixaram saudade e que, ao recordar, emoções foram expostas.

Acreditamos que quando essas reminiscências são compostas por sentimentos, principalmente as que são recuperadas pela experiência televisiva, temos uma memória que é afetiva e que faz vibrar ainda mais o pensamento, visto que a TV envolve os indivíduos em experiências individuais e coletivas, de forma igualitária, como definido por Wolton (1996). O *déjà Vu* na televisão possibilita esses laços constantes. Quem assistiu a uma programação estava inserido em laço social, assim, quando revê a cena, além do laço formado naquela época, outros são constituídos, com uma memória que é resgatada. Chamamos de memória tele-afetiva essa que é recuperada, reformula novamente uma experiência e é reconstruída por um tipo de emoção e afeto. A Figura 5 ilustra esta vibração ao rever uma cena.

Consideramos na imagem um telespectador diante de uma reexibição. As letras correspondem aos objetos percebidos e, do outro lado, já no cérebro, os mesmos elementos, mas com essa vibração proporcionada com a memória afetiva. Os números representam outras lembranças e recordações, impulsionadas por emoções vividas em uma época.

A memória afetiva acontece por intermédio dos sentimentos que estão fixados nas lembranças. A experiência televisiva facilita este acesso por

existir nas imagens o passado revisitado. As cenas são as mesmas vistas anos atrás, diferente do sujeito que as assiste no presente. Este não é o mesmo, sofreu interferências. O telespectador ao rever na TV se depara com um dispositivo pronto, que ativa sua memória e cria pulsões. São nestas vibrações que vimos a memória tele-afetiva.

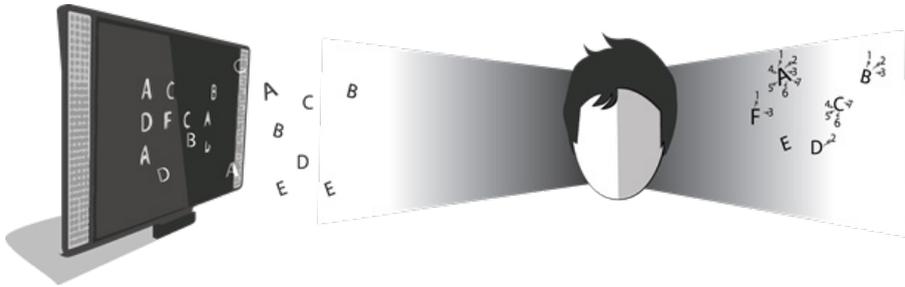


Figura 5: Vibração com a memória tele-afetiva

Neste movimento, reafirmamos que há uma memória que além de afetiva, passa a ser tele-afetiva. Analisamos ser este um dos processos de conquista da audiência do canal Viva. Como explicado por Halbwachs (2003), em alguns momentos é preciso fazer dos depoimentos exteriores uma espécie de semente de rememoração para que possam surgir as lembranças. A TV executa este papel. Consiste em um dos elementos externos que auxilia na volta ao passado.

Podemos discutir que a memória tele-afetiva é a que se manifesta em função da televisão, que recupera lembranças e dileções num contexto coletivo, por funcionar como um lugar de revisitação, no qual o telespectador, através das imagens, ativa uma percepção, reconstituindo uma memória, que sempre é composta por algum tipo de emoção.

Essa memória tele-afetiva readquire reminiscências com a programação *déjà vu* e impulsiona as vibrações provocadas por ela. Além de socializadora (Ferrés, 1998), laço social (Wolton, 1996), a TV pode ser um destes “lugares” (Halbwachs, 2003) que revisitamos e em que são percebidas as nossas memórias.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a televisão um suporte na constituição da memória coletiva. Ela faz parte desta coletividade que vivemos. Estamos diante dela, assistindo, conversando com amigos e familiares e se emocionando.

Nela os telespectadores revisitam os “lugares” e as recordações aparecem. Preenchem os vazios do cérebro e as imagens televisivas funcionam para ativar uma lembrança e conseqüentemente emoções.

Ao analisar as falas dos telespectadores de *Camabalacho*, como recorte para entendermos a função da memória afetiva e tele-afetiva, podemos argumentar que há elementos que manifestam estas aplicações. A saudade, a diversão e a nostalgia, encontradas nas frases publicadas pela audiência da telenovela, mostraram que a memória é impregnada por afetos.

Neste artigo, atingimos o objetivo proposto, apresentamos a análise de conteúdo como método para se entender o que “falam” os telespectadores do Canal Viva. Foi possível com as categorias elaboradas visualizar sentimentos e afetos de uma programação *déjà vu*.

Acreditamos ser esta uma investigação que prossegue. No entanto, possibilitamos refletir sobre estas propostas conceituais em função das recordações analisadas. Um primeiro passo foi possível ser alcançado em função dos resultados apresentados. Estimamos a publicação de outros resultados, também averiguados com os termos memória afetiva e memória tele-afetiva. Para o meio acadêmico e para os estudos sobre memória e mídia, reflexões como estas tornam-se necessárias para entendermos que não só os museus, os memoriais e os monumentos, formam memórias públicas (Huysen, 2000): a televisão pode ser um dos elementos que desfaz o esquecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bergson, H. (1999). *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cannito, N. (2010). *A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio*. São Paulo: Summus.
- Fechine, Y. (2014). Elogio à programação: repensando a televisão que não desapareceu. In M. Carlón & Y. Fechine (Eds.), *O Fim da Televisão* (pp. 114-131). Rio de Janeiro: Confraria do Vento.
- Ferrés, J. (1998). *Televisão subliminar: socializando através de comunicações despercebidas*. Porto Alegre: Artmed.
- Fragoso, S., Recuero, R. & Amaral, A. (2013). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.

- Halbwachs, M. (2003). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Huysen, A. (2000). *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Le Breton, D. (2009). *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.
- Lopes, M. I. V. & Mungioli, M. C. P. (2014). Brasil: trânsito de formas e conteúdos na ficção televisiva. In M. I. V. Lopes & Orozco G. Gómez (Eds.), *Estratégias de Produção Transmídia na Ficção Televisiva: Anuário Obitel 2014* (pp.119-160). Porto Alegre: Sulina.
- Orozco, G. (2014). Televisão: causa e efeito de si mesma. In M. Carlón & Y. Fachine (Eds.), *O Fim da Televisão* (pp. 96-112). Rio de Janeiro: Confraria do Vento.
- Recuero, R. (2014). *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Ribeiro, R. L., Fuso, S. F. & Bueno, O. F. A. (2006). Memória emocional em indivíduos adultos. In W. G. Porto (Ed.), *Emoção e Memória* (pp. 69-87). São Paulo: Artes Médicas.
- Schmidt, M. L. & Mahfoud, M. (1993). Halbwachs: Memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, 4, 285-298. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-51771993000100013>
- Scolari, C. A. (2014). *This is the End: As intermináveis discussões sobre o fim da televisão*. In M. Carlón & Y. Fachine (Eds.), *O Fim da Televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento.
- Wolton, D. (1996). *Elogio do grande público: uma crítica da televisão*. São Paulo: Ática.

## OUTRAS REFERÊNCIAS

- Bressan Junior, M. A. & Costa, C. F. (2015, novembro). “Memória e televisão: a programação Déjà Vu no Canal Viva”. Comunicação apresentada no 10º Encontro Nacional de História da Mídia – ALCAR, Porto Alegre.

### Citação:

- Junior, M. A. B. & Finger, C. (2017). Desenho metodológico e reformulações teóricas para a compreensão de uma memória tele-afetiva. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 251-275). Braga: CECS.

PAULA OLIVEIRA, JOSÉ MIGUEL TUÑEZ & PAULA ARRISCADO  
paula.r.oliveira@sapo.pt; miguel.tunez@usc.es; paula.arriscado@salvadorcaetano.pt  
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, ESPANHA / IPAM, PORTUGAL

# AS *STARTUPS* EM PORTUGAL E A GESTÃO DE COMUNICAÇÃO DE MARCA: PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO

## RESUMO

Neste texto apresentamos de forma resumida as linhas que estruturam um projeto de investigação de doutoramento em curso relativo aos desafios da gestão da comunicação de marca das pequenas e médias empresas (enfoque teórico) e das *startups* em Portugal (análise prática). Pretende-se essencialmente refletir sobre a forma como a gestão da comunicação de marca pode contribuir para o processo de construção identitária das marcas e para a sua ativação junto dos consumidores, em termos de definição de posicionamento e de construção de imagem, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o assunto.

## PALAVRAS-CHAVE

Gestão da comunicação de marca; pequenas e médias empresas; *startups*

---

## 1. INTRODUÇÃO

Para toda e qualquer empresa, a marca é seu o património mais valioso pois, acima de tudo, as marcas nascem para representar valores, associações, o negócio em si. Segundo a AMA – American Marketing Association, a marca é muito mais que a identidade visual ou símbolo, sinais, um desenho ou combinação de ambos que identificam produtos/serviços e os diferenciam dos concorrentes.

Os financeiros das empresas foram os primeiros a chamar a atenção dos *marketeers*, estrategas e gestores para a importância de um dos pilares da gestão da marca, o *brand equity* (capital da marca), mas numa perspetiva mais economicista, alertando-os para a relevância do ativo intangível mais importante de uma empresa. Torna-se crucial compreender que se trata de um ativo holístico das empresas que une pessoas e negócio.

Tornar as marcas mais próximas dos *stakeholders*, transformando-as em parte integrante da vida dos consumidores, é um dos principais objetivos da comunicação de marca (Aaker 1991, 2010, 2011; Arruda, 2009; Kapferer, 1992, 2003). O presente trabalho tem por objetivo ponderar sobre a importância da gestão da comunicação de marca das *startups* em Portugal e a importância atribuída à construção identitária da marca, à definição do posicionamento e, conseqüentemente, à imagem junto dos consumidores. A identidade da marca deve traduzir-se na consequência de um esforço deliberado e estrategicamente desenvolvido pelas organizações e não ser fruto do acaso (Ruão, 2006), o que requer uma gestão sistemática e contínua, porque tem implicações no posicionamento e, conseqüentemente, na imagem da marca junto dos diversos *stakeholders*.

A marca só existe na medida em que é comunicada, como refere Kapferer: “a marca é um ser de discurso. Só existe pela comunicação. Dado que a marca enuncia os produtos ou serviços, é preciso necessariamente que tome a palavra” (1991, p. 55) para que possa ser conhecida e reconhecida pela imagem como o resultado da síntese mental feita pelo público de todos os sinais emitidos pela marca. A identidade da marca é assim percebida na sua relação com dois conceitos-chave: a comunicação, na forma como é exteriorizada, e a imagem, no seu reflexo junto dos públicos-alvo.

Com este artigo, pretende-se refletir sobre o exposto e articular a teoria com realidades práticas e concretas. Compreender, portanto, como as pequenas e médias empresas (doravante designadas por PME) gerem marcas e mais particularmente como as ativam através de uma estratégia de comunicação planeada. A literatura disponível sobre esta temática é escassa. Contudo, pela revisão da que existe, percebe-se que estas empresas dão pouca importância à gestão da marca e são os gestores/proprietários das empresas que tratam deste pelouro.

Continuando na mesma linha de raciocínio, no estudo empírico projetado para ser realizado no âmbito do doutoramento analisa-se uma nova realidade empresarial em Portugal: as *startups*. São jovens e promissoras empresas, dignas de estudo, porque contribuem para a renovação do tecido empresarial português, para a captação de investimento estrangeiro e para o aumento do emprego.

Todas as empresas comunicam, quer o façam de forma planeada, quer aleatória. A verdade é que sem comunicação não há marca. O projeto de investigação de doutoramento, que deverá assentar na junção de metodologias quantitativas e qualitativas, visa assim analisar como é fulcral as *startups* investirem em *branding*, ativarem marcas através de uma estratégia

de comunicação planeada, uma vez que as ações certas ajudam à descodificação do produto ou do serviço a aportar associações positivas para a marca, a construir reputação, confiança e credibilidade, contribuindo desta forma para aumentar o valor e a longevidade das marcas. Compreender como os empreendedores deverão lidar com os desafios da comunicação de marca num ecossistema tão competitivo, mesmo que com *budgets* mais modestos, e trazer mais conhecimento sobre o *branding* aplicado a uma realidade empresarial ainda em afirmação, serão os maiores contributos desse projeto.

## 2. A MARCA: UM CONCEITO HOLÍSTICO MARCADO PELA IDENTIDADE

Nas últimas décadas, a gestão da marca, assim como a gestão de marketing deixaram de ser conceitos aplicados unicamente a produtos, estendendo-se agora a serviços, assim como a várias tipologias de organizações, quer sejam de natureza comercial ou sem fins lucrativos, grandes, médias ou pequenas empresas, e até mesmo a locais ou pessoas, com o intuito de ganhar relevância através de posicionamento forte (Aaker, 2011; Berthon, Pitt, Chakrabarti & Berthon, 2011). Atualmente, as marcas têm uma dimensão estratégica, uma ideia inspiradora que une negócios, ideias e pessoas (Goldfarb, Lu & Moorthy, 2009; Roper & Parker, 2006).

Quando analisamos múltiplas tentativas de definição do conceito, constatamos que este tornou-se cada vez mais complexo ao longo do tempo. Da simples definição proposta pela AMA – American Marketing Association, na década de 1960, que descreve a marca como o nome, o desenho ou combinação dos dois, com a função de identificar e diferenciar os bens ou serviços, verificamos agora a integração de elementos que revelam a construção de um conceito estratégico (Chernatony & Dall’Olmo, 1998) e de natureza holística (Keller, 2003; Schmitt, 2003). Por isso mesmo, para muitos autores, o principal objetivo na conceção de uma estratégia de *branding* é ganhar uma vantagem competitiva de longo prazo no mercado (Todor, 2014). Uma promessa com uma proposta de valor determinante no relacionamento das empresas com os seus diversos *stakeholders*, quer em contextos favoráveis, quer em momentos de crise que geram imagem negativa (Davison, 2002; Heller & Darling, 2012; Kotler & Kartajaya, 2003). Uma abordagem orientada não só para o cliente, mas também para os colaboradores (Tavassoli, Sorescu & Chandy, 2014).

Quando falamos de marcas, falamos da “criação de associações” e “recordações” relevantes para os consumidores (Pinho, 1996), vinculando

uma relação cada vez mais emocional e simbólica (Aaker 1991; King, 1991; Neal & Strauss, 2008). Falamos de um caminho para o estabelecimento de “contratos” que procuram vincular as empresas e os consumidores através de cláusulas que, ainda que virtuais, buscam a fidelidade e lealdade dos consumidores (Kapferer, 1992).

As marcas são hoje uma promessa que pretende facilitar e enriquecer o dia-a-dia dos consumidores, simplificando a tomada de decisão e aportando menor risco (Keller & Machado, 2006). Neste sentido, para Olins (2003), as marcas passaram a representar “clareza, confiança, consistência, estatuto, pertença”. De acordo com o conceito de personalidade da marca proposto por Kapferer (2003) ou a marca enquanto pessoa de Aaker (1991), estas ajudam também os seres humanos a definirem-se a si próprios, através das escolhas que fazem. Aquilo que começou por ser uma simples definição em torno das características distintivas, neutras e objetivas (como uma denominação e um desenho), transformou-se num conceito personificado, que complementa a identidade física da marca.

A identidade procura assim determinar e captar os traços centrais, distintivos e duradouros de uma organização, pessoa, profissão, local ou sociedade, na tentativa de responder às seguintes questões: o que sou? O que faço? Como devo agir? (Alvesson, 2001; Sveningsson & Alvesson, 2003).

Na génese da relação entre a marca e o consumidor está o próprio processo de construção identitária através de uma proposição de valor que a marca faz e que envolve benefícios tanto funcionais/rationais como emocionais e simbólicos (Aaker, 1991). Referimo-nos a um misto de associações que uma marca aspira conceber, ou sustentar, espelhando os valores e as ambições que preservem a sua singularidade. E são as organizações “donas” das marcas que têm a responsabilidade de assegurar o cumprimento desses requisitos e o dever de especificar o significado, a intenção e a vocação das suas marcas (Arriscado, Sobreira & Solana, 2015). É com base no que essas associações representam que se estabelece tanto a ação de compromisso da empresa, como a promessa para com o consumidor, pelo que a identidade da marca não é apenas a soma dos sinais gráficos que a representam, mas também as características psicológicas associadas à marca (Aaker, 2010; Lencastre, 2007; Ruão, 2006).

Segundo Ghodeswar (2008), o sucesso da identidade requer que a marca esteja em sintonia com os clientes, se diferencie da concorrência e corresponda, ao longo do tempo, às expectativas por ela geradas. Resulta, pois, de um esforço deliberado e estrategicamente desenvolvido pelas

organizações (Ruão, 2006), resultante de uma gestão sistemática, proactiva e numa perspetiva antecipada.

### 3. POSICIONAMENTO E IMAGEM: A COMUNICAÇÃO DA MARCA TRANSFORMADA EM PERCEÇÃO

Do sucesso na gestão da identidade sobressai o posicionamento com que a marca se propõe competir no mercado e do qual resulta a imagem que se pretende construir na mente dos *stakeholders*.

Portanto, para se desenvolver uma estratégia de posicionamento é preciso começar por se olhar para a identidade e evidenciar os seus traços nucleares, singulares e duradouros. Só assim se conquista um posicionamento destacado, relevante, superior e exclusivo, face aos concorrentes (Arriscado, Sobreira & Solana, 2015).

Para Keller (2003), uma marca bem posicionada é aquela que ocupa um nicho de mercado particular na mente do consumidor. Esse posicionamento é obtido pela criação de pontos de paridade com a concorrência, bem como pontos de diferenciação, ganhando vantagens sobre essa concorrência (Aaker, 2011).

O ponto de partida para se obter um posicionamento diferenciado é ter em conta as características do produto, a sua “personalidade”, os seus benefícios funcionais e emocionais e, obviamente, o perfil do utilizador/consumidor. Kotler & Bes (2004) defendem que essa diferenciação deve satisfazer determinados pontos: a *importância*, na medida em que a diferença tem de oferecer um benefício de alto valor a um número suficiente de compradores; o *destaque*, uma vez que a diferença necessita de ser oferecida de forma evidenciada; a *superioridade*, já que esta é superior a outras maneiras de se auferir benefícios; a *exclusividade* pela qual a diferença não pode ser copiada pelos concorrentes; e o *lucro*, porque a empresa tem de ser rentável.

Entre identidade e posicionamento há uma relação simbiótica que deve ter em mente a parte mais interessada, ou seja, os consumidores. Para Thompson (2005), a integração e influência da marca na mente do consumidor deve traduzir-se num posicionamento que aporta uma posição vantajosa no mercado. Conforme exemplificam Kotler & Bes (2004), estamos perante uma estratégia de posicionamento que diz ao consumidor que a marca tem características que lhe são importantes, constituindo a melhor opção. Se a marca não corresponder aos princípios e valores dos consumidores e não cumprir as expectativas geradas, estes podem manifestar-se

negativamente (Caetano, Soares & Gouveia, 2008). É pois, importante conhecer bem o que é relevante para o consumidor por forma a definir a melhor estratégia de posicionamento que melhor saliente os atributos/benefícios pelo tipo de uso, ou pelo tipo de utilizador, ou pelo simbolismo, ou pela concorrência, ou pela categoria de produto (Castro, 2002).

Para Aaker (2010), a formação de um posicionamento que articule a identidade da marca e a identificação do tipo de atributos e benefícios, vai permitir orientar e afinar a estratégia de marca, facultar opções de expansão, melhorar a sua memorização, demarcar uma posição sólida face à concorrência, dar propriedade sobre um símbolo de comunicação e trazer eficiências na sua execução.

Se a identidade e o posicionamento estão na posse dos estrategas da empresa, a imagem é um conceito externo, construído na mente dos públicos, que afirma a marca no seu contexto organizacional, social e económico. A imagem é o resultado da síntese feita pelos públicos de todas as manifestações emitidos por uma entidade, seja uma pessoa, um governo, uma marca ou uma empresa. Manifestações que vão desde sinais como o nome, símbolos visuais, sonoros, produtos, mas também, serviços, comunicação, notícias, valores, história, atributos e benefícios dos produtos e serviços, assim como inconvenientes percebidos e conexões afetivas (Keller, 2003; Villafañe, 1998). Sendo assim, o conceito de imagem de marca pressupõe, para os públicos, um processo de construção/desconstrução, de associação e reflexão dos sinais emitidos pela marca (Argenti, 2009; Lencastre, 2007; Ruão, 2006). Nesta perspetiva, a imagem de uma marca deve estar sempre a par do que advém da sua identidade, na medida em que esta precede sempre a sua imagem na mente dos públicos.

Ao ser um processo de representação mental (Argenti, 2009; Lencastre, 2007; Ruão, 2006), externo à organização, a imagem pretendida nem sempre é a mesma que é percebida pelos públicos, pelo que podemos estar perante múltiplas imagens ou múltiplas dimensões da imagem (Ruão, 2006; Westphalen, 1991). Uma imagem forte/positiva/favorável é uma arma contra a concorrência, melhora a economia da empresa, pode evitar falsos problemas e rumores (Fink, 1986; Heller & Darling, 2012). Por isso, Westphalen (1991) defende uma imagem justa, positiva, duradoura e original, para que – conforme defendem Serra e Gonzalez (1998) – seja capaz de inibir a recordação de outras marcas, fomentar uma relação de familiaridade entre marcas e públicos e demonstrar o empenho em permanecer no mercado.

A construção e gestão de uma imagem de marca requer, pois, várias operações, cujo processo começa por um diagnóstico interno e externo,

com a análise dos consumidores, da concorrência e a sua auto-análise, para passar depois à definição da sua identidade nuclear e extensa, determinando a sua proposta de valor, bases de credibilidade e de relacionamento. Uma estratégia que acaba com a determinação do seu posicionamento, a elaboração dos programas de comunicação e a definição das métricas a usar para avaliar os resultados alcançados (Aaker, 2010; Aaker & Joachims-thaler, 2009). Neste processo, a comunicação assume um papel aglutinador de todos estes elementos.

#### 4. COMUNICAR PARA ATIVAR A PROMESSA DA MARCA

Segundo Villafañe (1998) e Sanz de la Tajada (1994) só uma rigorosa gestão integrada da comunicação, que assegure a coerência e unicidade do discurso sobre a identidade das organizações e das marcas, pode fazer convergir as múltiplas imagens, aproximando a imagem pretendida da imagem percebida pelos públicos. A comunicação é pois um elemento central nos processos da construção e gestão da marca, já que corresponde à ocasião em que esta se encontra com os seus públicos-alvo. É a comunicação que dá existência à marca, uma vez que sem comunicação a marca não existe (Arruda, 2009; Castro & Armario, 1993; Morais, 2011; Villafañe, 1998). Podemos assim dizer que a comunicação de marca é a responsável pelo processo de transferência da identidade e do posicionamento que se pretendem ver traduzidos em termos de imagem. Neste processo, participam não só todas as mensagens veiculadas pelo mix comunicativo, mas também as enviadas pelas restantes variáveis do marketing e pelo próprio comportamento organizacional (Argenti, 2009; Lencastre, 2007; Ruão, 2006).

A relação das empresas com o seu ambiente externo, hoje não assenta apenas na venda de produtos, serviços, marcas, ou na comunicação de embalagem, modos de distribuição e preço, mas também no comportamento organizacional, na investigação e inovação que desenvolve, nos estilos de vida e até nas ideias que propõe para os *stakeholders*. Ou seja, essa relação é uma promessa que se comunica ativamente através de uma multiplicidade de formas e de meios. Atendendo ao elevado número de mensagens que chega aos públicos-alvo, é cada vez mais difícil comunicar, fazer-se notado, persuadir e influenciar. Mais do que persuadir, agora a tarefa é fazer-se notar. E fazer-se notar é obter relevância para o que se comunica (Arriscado et al., 2015).

E para se ter relevância na comunicação, a empresa tem de ter uma marca relevante que se afirme pela oferta de uma proposta de valor único

e referencial, diferenciada pela inovação, capaz de a distinguir dos concorrentes, fidelizar clientes e conquistar mercado (Aaker, 2011). Definida a promessa de valor, é preciso transmiti-la em função do mercado e do segmento alvo, selecionando os conteúdos em função da panóplia de técnicas e canais de comunicação existentes com narrativas e formatos específicos. Um desafio permanente em cumprir a missão de fazer marcas desejáveis.

O mundo mudou e as marcas viram-se obrigados a mudar. Exige-se hoje uma fórmula capaz de corresponder às necessidades da marca e dos vários *stakeholders*. Hoje não basta ter um bom produto ou um serviço exímio, é fundamental dá-lo a conhecer, valorizando-o. Uma estratégia de longo prazo, em que cada oportunidade de ativação das marcas deve ser potenciada ao máximo através de diferentes pontos de contacto (Arriscado et al., 2015).

## 5. AS PMEs NACIONAIS E EUROPEIAS EM NÚMEROS

É reconhecido que “as pequenas empresas são fundamentalmente diferentes das grandes empresas” (Curran & Blackburn, 2001, p. 14). Penrose (1959) referiu a analogia de as pequenas e as grandes empresas serem fundamentalmente tão diferentes umas das outras como os *caterpillars* são das borboletas.

Segundo os últimos dados publicados pelo INE – Instituto Nacional de Estatística em 2012, as micro, pequenas e médias empresas (PMs) em Portugal representam 99,9% do tecido empresarial português, são responsáveis por 60,9% do volume de negócios. Já as grandes empresas representam 0,1% do total e são responsáveis por 39,4%. São igualmente importantes considerando o seu papel e os contributos para a regeneração económica dos países (Blackburn & Jennings, 1996).

Informações avançadas em 2016 pela EUR-Lex Access to European Union law, as PMEs representam 90% de todas as empresas na União Europeia e constituem a espinha dorsal da sua economia. As PMEs geram dois em cada três postos de trabalho. Em 2013, mais de 21 milhões de PMEs disponibilizavam quase 90 milhões de postos de trabalho por toda a União Europeia. Estimulam um sentido de empreendedorismo e inovação, ajudando a promover a competitividade, o crescimento económico e o emprego na Europa.

## 6. GERIR MARCAS EM PMES

Depois de efetuada uma revisão do estado da literatura académica e profissional, envolvendo estudos teóricos e empíricos sobre a gestão da marca no contexto da PME, constata-se que foram realizadas relativamente poucas tentativas para estudar ou explicar a forma como as marcas são abordadas e construídas nas PMEs. No entanto, a evolução teórica e empírica, desenvolvida no âmbito da gestão da marca com base na realidade das grandes empresas, foi rápida nas últimas duas décadas.

Há que ter em consideração que as PMEs são diferentes das grandes empresas, como nos elucida a literatura sobre a natureza da gestão praticada nas PME. Ou seja, a ideia de que as PMEs deveriam utilizar os mesmos princípios de gestão que as grandes empresas, mas a uma escala menor, tem vindo a ser posta em causa por diversos autores há muitas décadas, considerando que utilizam recursos escassos, que as distinguem e obviamente requer abordagens de gestão diferentes (Welsh & White, 1981).

Importa salientar que têm vindo a ser destacadas as características únicas do marketing praticado nas PMEs assim como as lacunas de conhecimento e dificuldades ligadas à gestão da marca nestas empresas e a forma como devem ser ultrapassadas. As PMEs, e em especial as microempresas, são geralmente organizações com escassos recursos onde a gestão da marca tende a não ser uma das prioridades.

Três ideias importantes foram extraídas dos trabalhos revistos, resumidas da seguinte forma: existem grandes diferenças entre as perceções da marca utilizadas nas grandes empresas e nas PMEs; a construção de marcas de sucesso será acessível apenas a certas empresas de menor dimensão e, por fim, a gestão da marca pode desempenhar um papel importante na competitividade das PMEs.

Na literatura sobre gestão das marcas nas empresas referidas, Krake (2005) foi o primeiro a criar novas teorias e apresentou um trabalho com recomendações práticas para os gestores destas empresas. Por isso, as conclusões da investigação deste autor são várias vezes citadas por outros autores que lhe procederam na mesma área de estudo. Neste sentido, este artigo analisa uma breve síntese do principal contributo da investigação do autor dada a relevância e pertinência para a análise da temática alvo de estudo.

## 7. O MODELO DE GESTÃO DA MARCA DE KRAKE

A investigação que existia até ao início do segundo milénio era sobretudo a gestão da marca na sua generalidade e o foco de atenção de todos

estudos existentes tinham as multinacionais como alvo de atenção. Por isso, Krake (2005) decidiu investigar a gestão da marca nas PME's, construindo uma nova teoria, e foi considerada uma mais-valia para empresários com interesse nesta matéria.

O estudo de Krake mostra o papel da gestão da marca nas PME's, assim como as variáveis que influenciam essa gestão. Apresenta um novo modelo para o desenvolvimento da marca, destacando o papel interno de gestão da marca. Num artigo que escreveu, destacou que toda a empresa deve ter paixão pela marca e tal pode ser considerado um fator importante, a ser iniciado pelo gestor, porque tem um papel ativo, de modo a alcançar o reconhecimento da marca. Tal não acarreta custos e o impacto poderia ser significativo. Neste processo, a criatividade é indispensável. No mesmo artigo, Krake sugere uma ideia fundamental e prática aos gestores das PME's: se estes pretendem o reconhecimento da marca devem começar por dentro, na organização, colocando a gestão da marca como uma prioridade na mentalidade diária.

Referem-se de seguida os principais contributos resultantes da investigação de Krake (2005).

Em muitas PME's, a gestão da marca recebe pouca ou nenhuma atenção diária. As possibilidades oferecidas por uma marca forte, ou as condições que devem ser cumpridas para que se crie uma marca forte, são quase ignoradas. O trabalho com outras empresas para aumentar o valor de uma marca – o *co-branding* – também é desvalorizado. Nestas empresas, muitas vezes o nome da empresa não é o mesmo que a marca, o que diminui ainda mais a oportunidade de chamar a atenção das pessoas. Esta situação deve-se ao facto de estas empresas terem muito pouco tempo para gerir a marca ou nem sequer estarem conscientes do conceito de gestão da marca. Muitas vezes a criação de elevada notoriedade da marca não é um objetivo consciente de marketing, determinado no orçamento da PME. Só quando questionados mais em profundidade, se percebe que essa notoriedade é um alvo que as empresas querem atingir. Como nas PME's o volume de negócios é uma meta a curto prazo, estas empresas colocam a sua atenção nas vendas, estimulando-as para que possam sobreviver (Krake citado em Alves, 2015, p. 41).

Ao analisar os resultados do estudo que efetuou, Krake deparou-se com um conjunto de fatores que influenciam o papel da gestão da marca nas PME's. O autor representou-os graficamente no chamado modelo de funil (Figura 1).

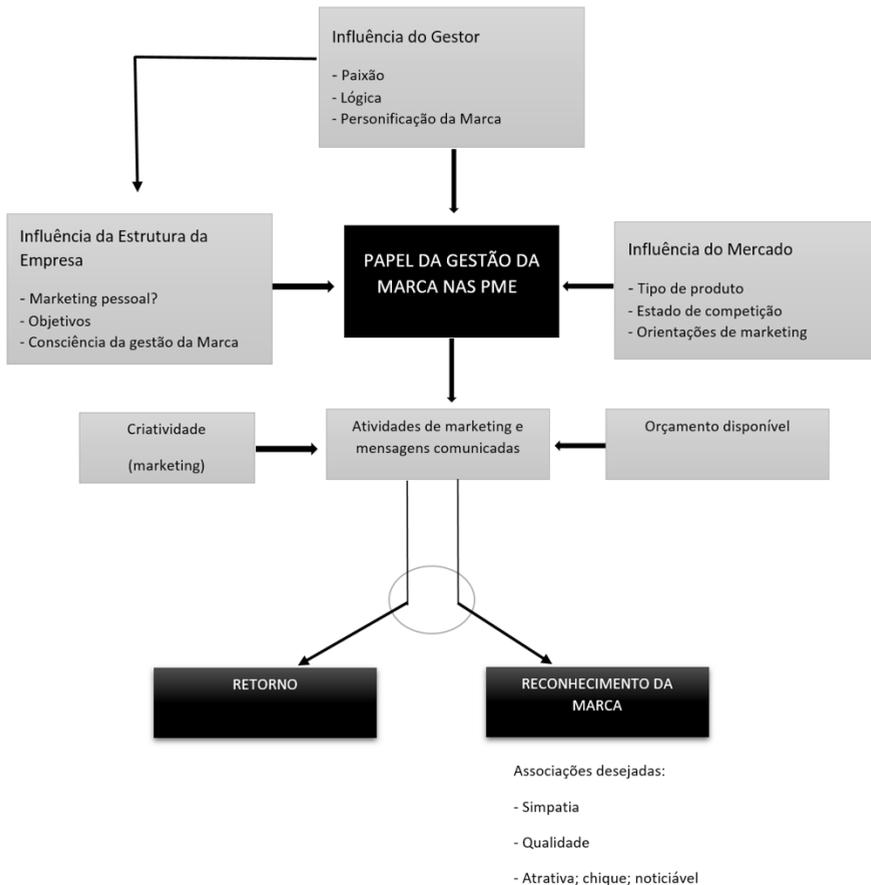


Figura 1: Modelo de gestão da marca  
 Fonte: Krake (2005, p. 233)

O gerente/proprietário tem um duplo papel importante na gestão da marca. Como gestor determina a estrutura da organização e a atenção dada à gestão da marca. Também como empresário, muitas vezes personifica a marca, logo, tem um papel direto na comunicação da marca para o mundo exterior. Tal cenário é mais facilmente perceptível nas PME do que nas grandes empresas. A influência de um empresário no negócio é maior e mais direto numa PME e a marca é muito mais integrada com o empresário de uma PME.

Na sequência da constatação anterior, a estrutura da empresa tem mais influência na gestão da marca nas PME do que nas grandes empresas. A estrutura de uma PME apresenta três aspetos que podem ter efeito

na gestão da marca, nomeadamente, o pessoal de marketing, os objetivos e a sensibilização para a gestão da marca. O mercado em que a PME opera, os produtos que oferece e a sua orientação para o mercado, influenciam a gestão da sua marca. O número de concorrentes, para não mencionar o seu tamanho, tem um papel importante no que diz respeito à própria PME.

Uma PME é muito mais dependente e guiada pelo mercado, mas pode ter pouca influência sobre ele. Já uma multinacional pode exercer muito mais a sua vontade e, se quiser, alterar o mercado ou criar um (sub) mercado.

Tanto a criatividade de marketing como o orçamento disponível afetam diretamente as atividades de marketing e as mensagens comunicadas pela PME. Para estas empresas, a criatividade pode determinar a quantidade de atividades de marketing. O orçamento pode influenciar o investimento nas ações de marketing e as mensagens que recebem por parte dos clientes. O orçamento vai determinar muitos fatores em diferentes graus, especialmente na publicidade, porque construir uma marca forte tem custos elevados. Como uma PME tem um orçamento muito mais limitado do que uma grande empresa, o orçamento vai influenciar o nível desejado de criatividade disponível para o Marketing. O estudo revelou que, para uma PME, a meta desejada das suas atividades de marketing e comunicação é duplo. As pessoas querem criar reconhecimento da marca, mas também gerar volume de negócios – que para as PMEs significa concentrar-se na venda.

Finalmente, no modelo de funil constata-se que as atividades de marketing e as mensagens transmitidas afetam o volume de negócios e o reconhecimento da marca. Logo, o objetivo das ações de marketing e das mensagens comunicadas é ganhar volume de negócios e criar o reconhecimento da marca (Krake citado em Alves, 2015, p. 46).

## 8. A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DE MARCA NAS PMES EM PORTUGAL

Referiu-se que a literatura sobre a gestão da marca e consequentemente a comunicação da marca nas PMEs é escassa. A comunicação assume um papel importante na ativação da marca junto dos diversos *stakeholders*. São igualmente insuficientes os trabalhos de investigação académica sobre o fenómeno aplicado à realidade portuguesa. Contudo, destacam-se as conclusões de dois estudos realizados para obtenção do grau de mestre em duas instituições de ensino superior nacionais: o Instituto Politécnico de Lisboa e a Universidade do Algarve.

Os resultados dessas pesquisas demonstram que nas PMEs a maior parte das decisões de marketing são tomadas pelo presidente da empresa. Mesmo assim, nas PMEs portuguesas, a gestão da marca é uma área à qual é dada pouca importância, sendo que, quando existem estratégias, estas são mal estruturadas (Carvalho, 2011).

Geralmente estas empresas optam pela unimarca, dando mais destaque à identidade visual da marca do que ao posicionamento que esta ocupa. As PMEs não planeiam convenientemente a gestão da marca, logo, não há uma estratégia de comunicação planeada e contínua. Dada a reduzida dimensão das PMEs, e a gestão que trata da grande maioria dos aspetos relacionados com o marketing, verificando-se que as PMEs teoricamente valorizam as suas marcas e que frequentemente opinam que tem uma boa posição nos seus mercados, mas não fundamentam esse aspeto com o devido estudo e conhecimento do seu *target* (Carvalho, 2010).

## **9. AS PMES QUE ATRIBUEM IMPORTÂNCIA À GESTÃO DAS SUAS MARCAS**

As PMEs que gerem as suas marcas criam marcas relevantes, apoiam-nas de forma consistente ao longo do tempo e comunicam a sua identidade ao público externo e interno (Berthon et al., 2008). Como tal, sabem que uma cultura de marca que envolva toda a organização permite competir mais eficientemente num ambiente cada vez mais competitivo (Anankaporn, 2007).

As PMEs que percebem a importância da marca na sua estratégia de marketing demonstram vontade em implementar uma estratégia de marca (Wong & Merrilees, 2005). Essa estratégia orienta as decisões de marca e garante que estas sejam coerentes com as ações de marketing ao longo do tempo (Madhavaram, Badrinarayanan & McDonald, 2005). Enfim, têm uma marca com arquitetura coerente (Berthon, Pitt, Chakrabartib & Berthon, 2008). Bresciani e Eppler (2010) redigiram um conjunto de conselhos para uma empresa em início da atividade. Se seguir determinados tópicos, essa empresa vai evitar erros que podem custar dinheiro. Primeiro, devem considerar a elaboração de um plano de gestão da marca onde será escolhido o nome da empresa. O nome não deve ser funcional, ou seja, descrever a atividade atual da empresa, pois, no futuro, a empresa pode assumir outras atividades. Por isso, há que pensar no potencial de expansão (Bresciani & Eppler, 2010).

De seguida, a empresa deve aplicar critérios rigorosos para o logotipo de arranque que deve ser de fácil memorização, não ter conotação

negativa e ser protegido. Igualmente fundamental é criar o manual de identidade corporativa onde constem as regras escritas para a aplicação do design da marca.

A comunicação, ao afetar o conhecimento que o consumidor tem da marca, também afeta o património da mesma. Desta forma, trabalhar a comunicação integrada de marketing, ou seja, ao combinar várias opções de comunicação, estabelece-se a consciência e a imagem que se deseja plantar na mente dos consumidores (Keller citado em Horan, O'Dwyer & Tiernan, 2011). Todavia, o investimento na comunicação tradicional deve ser cauteloso, pois é um meio que exige somas avultadas. Por isso, há que trabalhar as relações públicas em mídias específicos, pois têm repercussões, sobretudo a curto prazo. Além disso, são preciosas em situações de crise em que a velocidade e conteúdo da resposta são críticas na manutenção da imagem de marca. Devem ainda ser exploradas atividades criativas para promover a marca como eventos, feiras e ainda o patrocínio de atividades (Carvalho, 2010).

Também a internet é um meio a descobrir, pois oferece ferramentas gratuitas. Todavia, pode exigir especialistas para executar estes instrumentos e um investimento de tempo. Por fim, é necessário medir o resultado, o que, muitas vezes, é esquecido. É essencial medir os efeitos da gestão da marca para que, posteriormente, seja melhorada a estratégia da marca. Este é, assim, um processo que exige continuidade e interatividade (Bresciani & Eppler, 2010).

A comunicação da marca deve criar e comunicar todas as expressões da marca para o público interno e externo, e deve transmitir o propósito e a personalidade da empresa de forma clara e consistente. Os profissionais responsáveis por esta etapa devem definir as estruturas de conhecimento sobre a marca que pretendem criar na mente dos clientes-alvo e, no nível tático, avaliar o número cada vez maior de opções disponíveis para criar essas estruturas de conhecimento, especialmente em termos de várias alternativas de comunicação de marketing. A fim de acompanhar as percepções do cliente e a eficácia da comunicação, a empresa deve levar a cabo estudos constantes.

É fundamental que uma micro, pequena ou média empresa entregue excelência nos seus produtos e/ou serviços, ou seja, para entregar a promessa da marca ao cliente, para gerar valor, há que construir a marca de “dentro para fora” (Tosti & Stotz citados em Khauaja & Toledo, 2005). Compreende-se então que as PME's têm de colocar a gestão da marca e a sua ativação para o mercado através da comunicação, nas suas prioridades.

## 10. AS STARTUPS EM PORTUGAL. UMA NOVA REALIDADE EMPRESARIAL

Um estudo publicado em novembro de 2016 pela Informa D&B mostra que entre 2007 e 2015 as *startups* portuguesas ganharam novos contornos, tendo hoje um perfil mais exportador. De acordo com o estudo, entre 2007 e 2015 foram constituídas 309.550 empresas e outras organizações, o que representa uma média anual de 34 mil, das quais 31 mil são empresas. Pela análise do estudo e pelo cruzamento de diversos indicadores relativos às *startups* e ao seu percurso, compreende-se de uma forma bastante consistente, o que são estas empresas, como se comportam, quais as suas virtudes e quais as suas fragilidades. Nesse sentido, o estudo oferece indicadores valiosos não só para as decisões dos próprios gestores e empresários, mas também para quem desenha políticas públicas de apoio ao tecido empresarial. Aquilo a que se chama hoje *startups*, se tiverem sucesso e se forem apoiadas, poderão ser as PME e as grandes empresas do futuro. Além do seu papel em termos de inovação, as *startups* primam por um forte contributo para a renovação do tecido empresarial e para a criação de emprego, tendo também capacidade de atrair capital estrangeiro e de se revelar apetecíveis para a aquisição por parte de outras empresas.

Paul Graham, conhecido por ser o fundador da Y Combinator, a maior das aceleradoras de *startups* do mundo, define a missão e o *core* do que significa ser uma *startup*, “as *startups* são empreendimentos humanos criados em condições de extrema incerteza para atingir elevadas taxas de crescimento”. Para um prestigiado académico ligado à área do empreendedorismo na Universidade da Califórnia e Columbia, Steve Blank, “uma *startup* é uma organização construída para encontrar um modelo de negócios repetível e escalável”. Além disso, as *startups* são empresas inovadoras, de maneira incremental ou disruptiva.

Dada a importância crescente no panorama empresarial português, muito devido à situação económica do país, o desemprego com números preocupantes, o Governo da República Portuguesa criou a *Startup Portugal* que é uma estratégia nacional para o empreendedorismo. Mais do que fomentar o espírito empreendedor, destina-se a apoiar quem já é empreendedor, a assegurar a longevidade das empresas criadas e aumentar o seu impacto na criação de emprego e de valor económico. Pensada a quatro anos, foca-se em três áreas de atuação: ecossistema; financiamento e internacionalização.

Apesar de os portugueses serem na União Europeia os que mais ariscam em termos de empreendedorismo, Portugal tem uma das menores taxas de sobrevivência entre as empresas mais jovens. É pois importante

ponderar de forma prática sobre o que separa os grandes dos pequenos, e o que determina o sucesso e, inversamente, o que leva ao insucesso. A comunicação de marca, como vetor chave de sucesso, é disso um bom exemplo. Certamente que os princípios da gestão da marca e a comunicação de marca assertiva poderão ajudar os empreendedores a refletirem de uma forma estratégica sobre para onde a marca deverá evoluir no futuro.

## 11. AS STARTUPS E A GESTÃO DE COMUNICAÇÃO DE MARCA

Mesmo considerando a escassez da informação literária sobre a gestão da comunicação de marca das *startups* em Portugal, porque é uma realidade empresarial muito recente, este estudo revela-se de grande importância. As *startups* são a força motriz da dinamização da economia, assumem um papel de relevo no universo empresarial e rejuvenescem a indústria com tecnologias disruptivas. As estatísticas apontam para um crescimento exponencial de *startups* no ativo, estejam elas incubadas em universidades, centros de incubação, *fablabs*, *maker spaces* ou *design factories*.

A este propósito Bøllingtoft e Ulhøi (2005) analisaram que as incubadoras de empresas podem ser uma forma de responder às falhas do mercado. Para além do apoio administrativo prestado pela incubadora, as *startups* deixam de estar isoladas para passarem a estar numa comunidade. A incubadora permite ainda compensar a relativa fraca visibilidade no mercado. Bøllingtoft e Ulhøi (2005) destacam que tal pode ser conseguido através da marca da incubadora ou através das redes da própria incubadora, no caso de esta se ter tornado já conhecida e aceite. Também Salvador (2011) destaca a associação a uma incubadora ou a um parque científico como “sinais credíveis” para as *spin-offs* e *startups*, funcionando mesmo “como nomes de marca e licenças para este tipo de empresa”. Como para qualquer marca, há que ter em conta o tipo e o valor das associações, a qualidade percebida, a reputação e ainda a extensão da sua expressão. Às marcas são associados significados que permitem a identificação da empresa dos seus demais concorrentes. Salvador (2011) propõe que uma incubadora ou um parque de ciência possam funcionar como uma rede de associações positivas e favoráveis para as *startups* e, assim, como meio de identificação e diferenciação. Estas associações às *startups* são aspetos muito importantes já que constituem a identidade da marca (Aaker, 1996), isto é, aquilo que a marca representa para os seus clientes. Assim, importa refletir como são geridas as marcas nas *startups* nacionais enquanto organizações isoladas e

estas redes de associações, tendo em atenção o que representam e como se manifestam no âmbito da gestão de comunicação de marca.

Com o advento das novas tecnologias todas as organizações passaram por um processo de grande transformação, especialmente na gestão de negócios, cada vez mais virtuais, à distancia de um clique. Com as múltiplas vantagens que a internet proporciona, as empresas tiveram que repensar a forma como comunicam para os seus públicos. Uma comunicação cada vez mais interativa, relacional e bilateral.

As empresas conhecidas como *startups*, que pertencem totalmente ao mundo *web*, realizam as suas operações e o atendimento aos clientes utilizando as novas tecnologias, privilegiando o ciberespaço como o seu ambiente natural.

Trata-se de implementar uma mudança de maneira planeada, tendo como orientação a criatividade e a comunicação; tudo isto levando em consideração um complexo e mutável contexto que deixou de ser só real, físico, geográfico e agora também é virtual e imaterial.

A internet inaugurou efetivamente um novo paradigma, cujas bases se prendem com a questão da aproximação, esta maior do que nunca, das empresas aos seus clientes e dos clientes às empresas. Para trás ficou o comércio tradicional com as suas restrições físicas e temporais, orientado a um mercado massificado e indiferenciado. A internet criou o novo mercado, caracterizado pelo consumidor individual, com as suas próprias características, com interesse por ofertas personalizadas, em qualquer hora e lugar (Molenaar citado em Fonseca, 2000).

Acima de tudo, a estratégia de integração dos meios tradicionais com os digitais, lança o enorme desafio de assegurar a consistência da comunicação, uma vez que a era digital veio criar todo um novo formato de exercer comunicação empresarial, institucional e comercial, publicidade, relação com os média, entre outros.

A *web*, é de facto, muito entusiasmante. No entanto, existe um conjunto de ferramentas que são muito valiosas para o marketing, imprescindíveis para que os *websites* sejam bem-sucedidos (Sterne, 2000). Este autor defende ainda que algumas ferramentas, como e-mail e as *newsletters* digitais, são ferramentas não *web* na internet. No entanto, iremos abordar as mesmas, ainda assim, na perspetiva do *web marketing*, uma vez que são meios para a otimização do seu exercício. São ferramentas como estas que nos ajudam a galgar terreno na internet (Fonseca, 2000).

## 12. CONCLUSÕES

Uma marca consolidada no mercado é um ativo de valor inestimável. A marca é a fusão do resultado das histórias que as pessoas têm acerca das vivências e experiências relativamente a um produto/serviço e suas próprias histórias, quase uma fusão metafórica. Percebe-se então quanto a força de uma marca depende do que os *stakeholders* sentem dela.

A pesquisa empírica que se pretende desenvolver analisa as *startups* nacionais, um novo segmento empresarial que, conforme estudo publicado em novembro de 2015 pela SEP – Startup Europe Partnership e desenvolvido em parceria com a Microsoft Portugal, demonstrou que o setor está em franco desenvolvimento.

Trata-se do primeiro estudo sobre o ecossistema português de *scaleups* tecnológicas, isto é, startups que já angariaram mais de um milhão de dólares em financiamento. As *scaleups* portuguesas estão a transformar-se em empresas capazes de competir à escala mundial. Portugal está a emergir rapidamente no mapa europeu das *startups*, conforme evidenciado no estudo e a verdade é que este jovem ecossistema tem tido a capacidade de produzir resultados.

Pela importância que assumem no panorama empresarial nacional e pela inexistência de investigação académica, quer de natureza exploratória quer empírica sobre o tema alvo de estudo, percebe-se a relevância deste projeto de doutoramento.

Para as *startups*, é muito importante “entrar no ar” e começar a gerar receitas antes de perder o capital de investimento. Este sentido de urgência no lançamento costuma ser muito comum. Quando a estratégia e os objetivos estão bem definidos, muitas empresas passam imediatamente para o lançamento da marca. A identidade visual é uma prioridade: o nome, as cores, o símbolo e depois segue-se o design do site, as redes sociais e a gestão de conteúdos, estes são os principais tópicos considerados.

Há um problema. Uma marca vai para além da identidade visual. A gestão da marca é um trabalho muito mais abrangente e complexo. Como fazer para que a marca seja notada? Como fazer para tenha relevância o que se comunica? E para se ter relevância na comunicação, a empresa tem de ter uma marca relevante que se afirma pela oferta de uma proposta de valor única e referencial, diferenciada pela inovação, capaz de a distinguir dos concorrentes, fidelizar e conquistar mercado (Aaker, 2011).

Pela análise documental e pelo contacto direto do pesquisador com pessoas relacionadas com a situação estudada, pretende-se obter respostas a três questões fulcrais: 1) as *startups* em Portugal reconhecerão o

impacto positivo da comunicação na ativação da marca? 2) os empreendedores estarão mais preocupados em dinamizar os modelos de negócio e captação de investidores do que na comunicação de marca? 3) a gestão de comunicação de marca terá um impacto positivo relevante na alavancagem dos negócios das *startups* nacionais?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aaker, D. (1991). *Managing brand equity: Capitalizing on the value of a brand name*. Nova Iorque: The Free Press.
- Aaker, D. (2010). *Building strong brands. A masterpiece... Sophisticated practical, and readable Tom Peters*. Londres: Pocket Books Business.
- Aaker, D. (2011). *Relevância da marca: como deixar os seus concorrentes para trás*. Porto Alegre: Arned Editora.
- Aaker, D. & Joachimsthaler, E. (2009). *Brand leadership*. Londres: Pocket Books Business.
- Alves, B (2015). *A gestão da marca nas micro, pequenas e médias empresas: Um Estudo Exploratório*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/36456>
- Alvesson, M. (2001). Knowledge work: Ambiguity, image and identity. *Human Relations*, 54(7), 863-886. doi: 10.1177/0018726701547004
- Anankaporn, A. (2007). Branding as a competitive advantage for SMEs. *RU International Journal*, 1(1), 26-36.
- Arriscado, P., Sobreira, R. M. & Solana, Y. (2015). Implicaciones de la asesoría de prensa para la definición del posicionamiento de marca, *Revista Mediterránea de Comunicación*, 2(6). Retirado de <http://www.mediterranea-comunicacion.org/Mediterranea/article/view/205>;
- Berthon, P., Pitt, L. F., Chakrabarti, R. & Berthon, J. P. (2011). Brand worlds. From articulation to integration. *Journal of Advertising Research*, 51(1), 182-194.
- Bøllingtoft, A. & Ulhøi, J. P. (2005). The networked business incubator - leveraging entrepreneurial agency? *Journal of Business Venturing*, 20(2), 265-290. doi: 10.1016/j.jbusvent.2003.12.005
- Bresciani, S. & Eppler, M. (2010). Brand new ventures? Insights on start-ups' branding practices. *Journal of Product & Brand Management*, 19(5), 356-366.
- Caetano, J., Soares, M., Gouveia, T. R. & Dias, J. R. (2008). *Marketing ambiental*. Lisboa: Plátano Editora.

- Carvalho, A. (2011). *Estratégias de marketing das PME – diagnóstico e análise*. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Retirado de <http://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/981>
- Carvalho, R. (2010). *Branding para micro e pequenas empresas*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve, Portugal. Retirado de [https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/1727/1/TESE\\_Ricardo\\_Carvalho\\_2.2.pdf](https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/1727/1/TESE_Ricardo_Carvalho_2.2.pdf)
- Castro, A. & Armário, M. (1993). *Planificación publicitaria*. Madrid: Ediciones Pirámide
- Castro, J. P. (2002). *Comunicação de marketing*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Chernatony, L. D. & Dall'olmo R. F. (1998). Defining a “brand”: Beyond the literature with experts’ interpretations. *Journal of Marketing Management*, 14, 417-443.
- Curran, J. & Blackburn, R. (2001). *Researching the small enterprise*. Londres e Nova Iorque: Sage Publications.
- Fink, S. (1986). *Corporate crisis leaders: Planning for the inevitable*. Nova Iorque: American Corporate Leaders Association.
- Fonseca, M. (2000). *e-Marketing*. Porto: Edições IPAM.
- Ghodeswar, B. (2008). Building brand identity in competitive markets: a conceptual model. *Journal of Product & Brand Management*, 17(1), 4-12. doi:10.1108/10610420810856468
- Goldfarb, A., Lu, Q. & Moorthy, S. (2009). Measuring brand value in an equilibrium framework. *Marketing Science*, 28(1), 69-86. doi: 10.1287/mksc.1080.0376.
- Heller, V. L. & Darling, J. R. (2012). Anatomy of crisis management: lessons from the infamous Toyota Case. *European Business Review*, 24(2), 151-168. doi: doi:10.1108/09555341211204017
- Horan, G., O’ Dwyer, M. & Tiernan, S. (2011). Exploring management perspectives of branding in service SMEs. *Journal of Services Marketing*, 25(2), 114-121.
- Kapferer, J. N. (1992). *Strategic brand management: New approaches to creating and evaluating brand equity*. Nova Iorque: The Free Press.
- Kapferer, J.N. (2003). *As marcas, capital da empresa: Criar e desenvolver marcas fortes*. Porto Alegre: Bookman.
- Keller, L. K. (2003). *Strategic brand management: Building, measuring, and managing brand equity*. Nova Jersey: Prentice Hall.

- Keller, K. L. & Machado, M. (2006). *Gestão estratégica de marcas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Khauaja, D. & Toledo, G. (2005). Orientação para o mercado e construção de marca: estudo exploratório em uma empresa de telefonia móvel. *Revista de Gestão USP*, 12(4), 73-88.
- Kotler, P. & Bes, F. T. (2004). *Marketing lateral. Uma abordagem revolucionária para criar novas oportunidades em mercados saturados*. Rio de Janeiro: Editora Campus
- Krake, F. (2005). Successful brand management in SMEs: a new theory and practical hints. *Journal of Product & Brand Management*, 14(4), 228-238.
- Lencastre, P. M. (2007). *O livro da marca*. Lisboa: Publicações D. Quixote
- Madhavaram, S., Badrinarayanan, V. & McDonald, R. (2005). Integrated marketing communication (IMC) and brand identity as critical components of brand equity strategy. *Journal of Advertising*, 34(4), 69-80.
- Olins, W. (2003). *A marca*. Lisboa: Verbo.
- Penrose, E. T. (1959). *The theory of the growth of the firm*. Oxford: Blackwell.
- Pinho, J. B. (1996). *O poder das marcas*. São Paulo: Summus Editorial
- Roper, S. & Parker, C. (2006). Evolution of branding theory and Its relevance to the independent retail sector. *The Marketing Review*, 6, 55-71.  
doi:10.1362/146934706776861555
- Ruão, T. (2006). *Marcas e identidades: Guia da concepção e gestão das marcas comerciais*. Porto: Campo das Letras.
- Salvador, E. (2011). Are science parks and incubators good “brand names” for spin-offs? The case study of Turin. *Journal of Technology Transfer*, 36, 203-232.  
doi:10.1007/s10961-010-9152-0
- Sanz de la Tajada L. M. (1994). *Integración de la identidad y de la imagem de la empresa: desarrollo conceptual y aplicación práctica*. Madrid: Esic Editorial.
- Serra, E. M. & Gonzalez, J. A. V. (1998). *A marca: avaliação e gestão estratégica*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Sterne, J. (2000). *Marketing na Internet: Integrando a web à sua estratégia de marketing*. Rio de Janeiro: Campus Editora.

- Sveningsson, S. & Alvesson, M. (2003). Managing managerial identities: Organizational fragmentation, discourse and identity struggle. *Human Relations*, 56(10), 1163-1193. doi: 10.1177/00187267035610001
- Tavassoli, N. T., Sorescu, A. & Chandy, R. (2014). Employee-based brand equity : Why firms with strong brands pay their executives less. *Journal of Marketing Research*, LI (December), 676-690.
- Thompson, L. (2005). *Mind and heart of the negotiator*. Upper Saddle River: Prentice Hall.
- Todor, R. (2014). The importance of branding and rebranding for strategic marketing. *Economic Sciences*, 7(2), 59-64.
- Villafañe, J. (1998). *Imagem positiva: Gestão estratégica da imagem das empresas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Westphalen, M. H. (1991). *A comunicação na empresa*. Porto: Rés-Editora
- Wong, H.Y. & Merrilees, B. (2005). A brand orientation typology for SMEs: A case. *Journal of Product & Brand Management*, 14(3), 155-162. doi: 10.1108/10610420510601021

Citação:

Oliveira, P., Tuñez, J. M. & Arriscado, P. (2017). As startups em Portugal e a gestão de comunicação de marca: proposta de investigação. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 276-297). Braga: CECS.